

# GUIA AMAZÔNIA LEGAL — E O — FUTURO DO BRASIL

UM RAIO-X DOS 9 ESTADOS DA  
REGIÃO ENTRE 2018 E 2022

DESMATAMENTO   EMERGÊNCIA INDÍGENA   VIOLÊNCIA   DESINFORMAÇÃO  
LINHA DO TEMPO   GOVERNO ESTADUAL   BANCADA NO CONGRESSO   DEPOIMENTOS   ELEIÇÕES

# SUMÁRIO

- 1. Introdução**
- 2. Amazônia Legal - Panorâmica**
- 3. Acre**
- 4. Amapá**
- 5. Amazonas**
- 6. Maranhão**
- 7. Mato Grosso**
- 8. Pará**
- 9. Rondônia**
- 10. Roraima**
- 11. Tocantins**
- 12. Conclusão**
- 13. Agradecimentos e Créditos**



[www.sinaldefumaca.com](http://www.sinaldefumaca.com)  
[www.smokesignalmonitor.com](http://www.smokesignalmonitor.com)

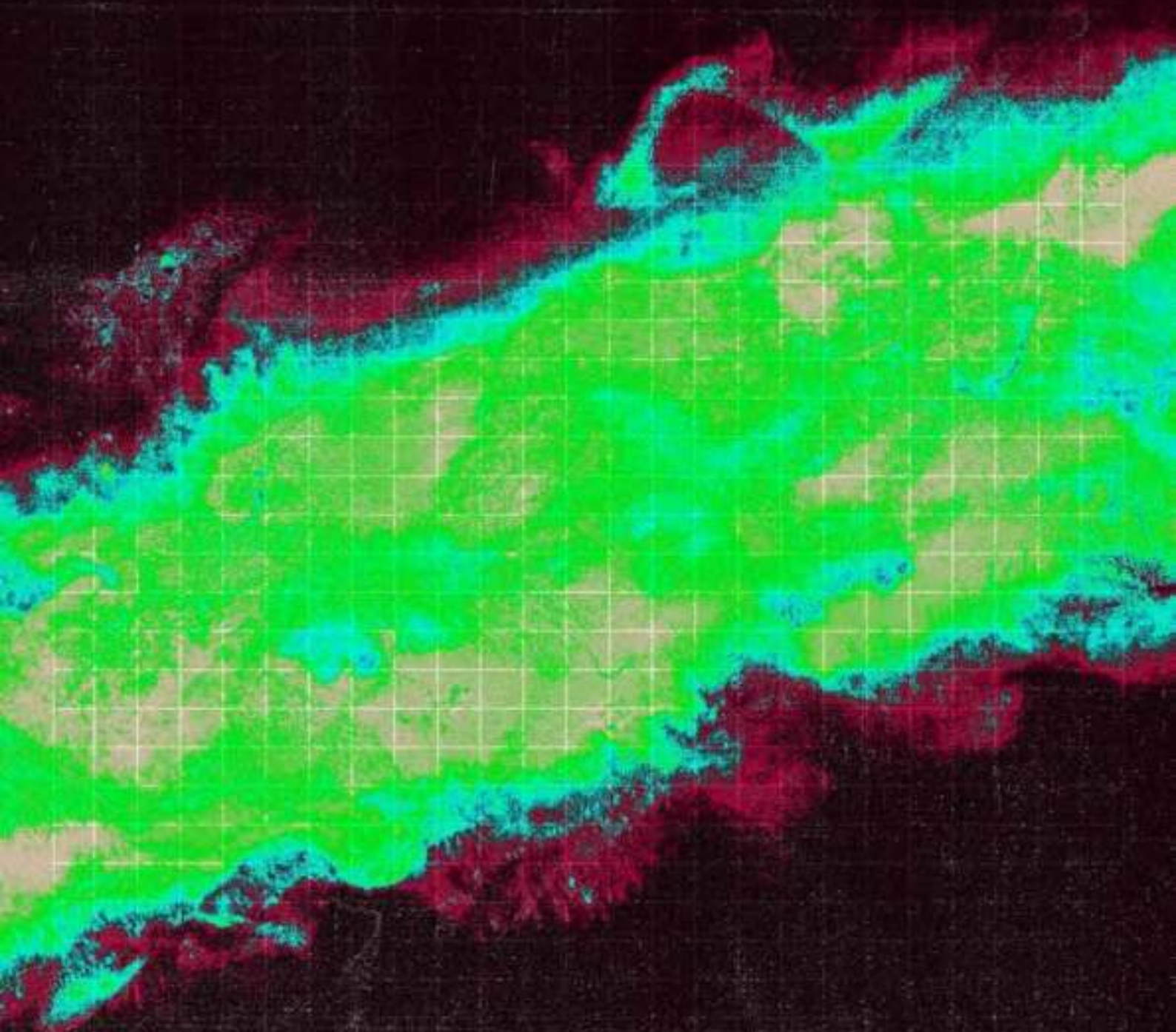


@FumacaSinal  
@SmokeSignalBR



@sinalfumaca

# 1. INTRODUÇÃO





Com o agravamento da [crise socioambiental brasileira desde a vitória de Jair Bolsonaro em 2018](#), o debate público nacional e internacional sobre a Amazônia cresceu exponencialmente tanto na imprensa quanto nas redes sociais. Em meio à doutrina de choque, discursos de cunho racista e campanhas de desinformação promovidas pelo próprio governo federal e seus grupos de apoio, acompanhar os acontecimentos sem perder o [fio da boiada](#) ficou cada vez mais difícil.

O monitoramento realizado pelo [Sinal de Fumaça](#) mostra que a visão e os planos do presidente para a região, anunciados ainda durante sua campanha eleitoral, se concretizaram em um desmonte sem precedentes da governança socioambiental brasileira. A desestruturação se deu através de reformas infralegais, aparelhamento das instituições civis de fiscalização como Ibama e Funai e transferência da responsabilidade pelo combate e controle do desmatamento às Forças Armadas via seguidos decretos de Garantia de Lei e Ordem. Um [retrocesso](#) de mais de três décadas nas políticas públicas de uso da terra no país, comprometendo a capacidade do Brasil de reduzir o crime ambiental e as emissões de gases estufa que alimentam o colapso climático planetário.

**Nos últimos quatro anos, a explosão dos índices de desmatamento e as queimadas históricas, além do incentivo político à grilagem, ao garimpo e a outras atividades criminosas na floresta, trouxeram consequências letais para povos indígenas, ambientalistas, ativistas e defensores da luta pela terra.**

Os assassinatos brutais do indigenista [Bruno Pereira](#) e do jornalista britânico [Dom Phillips no Vale do Javari](#) (AM) em junho de 2022 se tornaram um triste marco da escalada de violência bolsonarista contra a floresta e seus defensores. Os povos indígenas da região, que concentra o maior número de isolados do mundo, foram os primeiros a perceber a gravidade do ocorrido e iniciaram as buscas por Dom e Bruno de forma autônoma antes de qualquer reação das autoridades. A subsequente comoção global em torno do caso colocou o Vale do Javari em evidência por conta da tragédia, como costuma acontecer na floresta. Foi assim com Xapuri e Chico Mendes, com Anapu e Irmã Dorothy, com Altamira e Belo Monte, com Eldorado dos Carajás e o Movimento Sem Terra, entre tantas outras perdas que compõem o longo histórico de invasões e ataques contra a Amazônia e seus defensores.

Foi pensando nesse contexto, nas eleições agendadas para outubro e na nossa missão de sistematizar a crise socioambiental brasileira que elaboramos este material. O [Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil - Um raio-X dos 9 estados da região entre 2018 e 2022-X](#) contribui para a melhor compreensão das forças políticas, econômicas e criminosas que pressionaram as fronteiras de desmatamento e alimentaram as violações de direitos humanos em diversas partes da Amazônia Legal nos últimos quatro anos.



Crédito: Mídia NINJA

### **PARTIMOS DO RECORTE GEOGRÁFICO OFICIAL AMAZÔNIA LEGAL PORQUE:**

- 1** *envolve o bioma Amazônia e zonas de transição importantes para outros biomas como Cerrado e Pantanal*
- 2** *orienta políticas públicas e a aplicação de leis como o Código Florestal e processos de regularização fundiária*



## O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE GUIA:

Após breve panorâmica sobre a região com os principais vetores de destruição florestal e violência, cada capítulo é dedicado a um dos nove estados que formam a Amazônia Legal, com curadoria de dados socioeconômicos e de uso do solo como desmatamento, queimadas, mineração e atividade agropecuária a partir de fontes de pesquisa oficiais como INPE e IBGE, além de produções acadêmicas e da sociedade civil. Reunimos indicadores da violência no campo e mortes violentas e listamos as ameaças contra povos indígenas e defensores da terra, além de mapear as principais fake news e campanhas de desinformação sobre meio ambiente que circularam na região. Usando nossa [ferramenta](#), destacamos fatos emblemáticos da “boiada” em nível estadual nesses últimos quatro anos.

**Para elaborar esta publicação, realizamos, entre maio e julho de 2022, uma rodada de escuta com 19 entrevistas exclusivas com lideranças indígenas, movimentos sociais, comunicadores, pesquisadores e ativistas de todos os estados da Amazônia Legal. Trechos desses depoimentos inéditos são apresentados ao longo dos capítulos, no intuito de amplificar vozes, diversificar análises e difundir opiniões de quem vive e atua na região.**

Nosso levantamento também considerou que, em 2021, ao garantir a eleição de [Arthur Lira \(PP/AL\)](#) e Rodrigo Pacheco (PSD/MG) para a presidência das casas legislativas federais, o governo Bolsonaro encaminhou uma série de prioridades ao Congresso Nacional. A lista incluía propostas que alteram profundamente a gestão do uso da terra no país — o chamado “Pacote da Destruição”. Diversos pontos da lista tiveram avanços significativos nos últimos meses. Dada a relevância política da Bancada Amazônica no legislativo federal e em seus domicílios eleitorais, listamos, estado a estado, como os deputados federais e senadores eleitos para a legislatura 2018-2022 votaram em quatro projetos-chaves do Pacote da Destruição de Bolsonaro que tramitam no Congresso, conforme quadro-resumo a seguir.

<sup>1</sup> <https://climainfo.org.br/2022/03/10/protesto-contr-pacote-da-destruicao-mobiliza-milhares-de-pessoas-em-brasilia/>





# Pacote da Destruição: Quatro Projetos de Lei de Uso da Terra Prioritários para o Governo Bolsonaro e o Congresso

PL 2633/2020 Grilagem	Proposta e Tramitação	Impactos Socioambientais	Status
<p><b>Autor:</b> Dep. Zé Silva (Solidariedade/MG)</p> <p><b>Relator:</b> Dep. Bosco Saraiva (Solidariedade/AM)</p>	<p><i>EMENTA: Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária; e dá outras providências.</i></p>	<p>O PL 2633/2020 ficou conhecido como "PL da Grilagem" porque promove uma mudança radical no marco legal da ocupação das terras públicas federais.</p>	<p>Em julho de 2022, o PL 2633 encontrava-se em <a href="#">tramitação</a> no Senado Federal, passando pelas Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária da casa.</p>
	<p>A proposta do governo federal para alterar os marcos legais da regularização fundiária foi introduzida pela <a href="#">Medida Provisória 910</a>, de 10 de dezembro de 2019; com o prazo vencido, a MP 910 foi transformada no <a href="#">PL 2633/2020</a>, apresentado em 14 de maio de 2020. Após diversas tentativas de colocar o PL na pauta da Câmara, o projeto foi finalmente votado e aprovado pelos deputados em plenária no dia <b>03 de agosto de 2021</b>. No dia seguinte, foi remetido ao Senado Federal.</p>	<p><b>Destacam-se três mudanças significativas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) a extensão do marco temporal para a regularização fundiária;</li> <li>(ii) a ampliação do procedimento simplificado de regularização por autodeclaração e</li> <li>(iii) o favorecimento de médios e grandes produtores rurais em detrimento de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais<sup>2</sup>.</li> </ul>	<p>No Senado, o PL 2633 corre em <a href="#">paralelo</a> ao <a href="#">PLS 510/2021</a>, de autoria do senador Irajá (PSD/TO), que também dispõe sobre a regularização fundiária de terras situadas em áreas da União e amplia o prazo para regularização de terras compradas diretamente (sem licitação) ou invadidas. O PLS 510 é considerado um retrocesso ainda mais grave por ambientalistas e especialistas<sup>4</sup>.</p>
	<p><b>Placar da votação na Câmara dos Deputados:</b></p> <p><b>A favor: 296</b> <b>Contra: 136</b> <b>Abstenção: 1</b> <b>Total: 433</b></p>	<p>Estima-se que esse tipo de mudança nas regras ameaçaria pelo menos 19,6 milhões de hectares de áreas federais não destinadas na Amazônia, os quais podem ser ocupados e desmatados na expectativa de regularização fundiária<sup>3</sup>.</p>	

<sup>2</sup> [https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nt\\_isa\\_conexoes\\_car\\_desmatamento\\_grilagem.pdf#overlay-context=pt-br/noticias-socioambientais/mesmo-antes-de-aprovado-pl-da-grilagem-esta-destruindo-a-amazonia](https://site-antigo.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nt_isa_conexoes_car_desmatamento_grilagem.pdf#overlay-context=pt-br/noticias-socioambientais/mesmo-antes-de-aprovado-pl-da-grilagem-esta-destruindo-a-amazonia)

<sup>3</sup> [https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Imazon\\_Nota\\_Tecnica\\_PL2633\\_2020-1.pdf](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Imazon_Nota_Tecnica_PL2633_2020-1.pdf)

<sup>4</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/senado-empurra-pl-da-regularizacao-fundiaria-para-2022/>



## PL 3729/2004 Licenciamento Ambiental

### Autor:

Dep. Luciano Zica  
(PT/SP)

### Relator:

[Dep. Neri Geller](#)  
(PP/MT)

### Proposta e Tramitação

*EMENTA: Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.*

Apresentado em 2004 para regulamentar a Constituição Federal no tocante aos processos de licenciamento ambiental, o [PL 3729/2004](#) tramitou morosamente na Câmara até 2017, quando seu andamento ganhou fôlego. Em julho de 2019, o PL foi colocado em regime de urgência. O substitutivo apresentado pelo relator deputado Neri Geller (PP-MT) foi votado e aprovado em plenário pelos deputados no dia **13 de maio de 2021**.

### Placar da votação na Câmara dos Deputados:

**A favor: 300**  
**Contra: 122**  
**Abstenção: 0**  
**Total: 422**

### Impactos Socioambientais

A proposta dispõe que "não precisarão de licença ambiental obras de saneamento básico, de manutenção em estradas e portos, de distribuição de energia elétrica com baixa tensão, obras que sejam consideradas de porte insignificante pela autoridade licenciadora ou que não estejam listadas entre aquelas para as quais será exigido licenciamento"<sup>5</sup>.

Organizações da sociedade civil elencaram os pontos mais problemáticos sobre a versão do PL aprovada pela Câmara dos Deputados<sup>6</sup>, entre os quais:

- Dispensa de licenciamento para agricultura, pecuária e mais 13 atividades com impactos ambientais, incluindo sistemas e estações de tratamento de água e esgoto;
- O texto permite que estados e municípios complementem as definições da lei e dispensem atividades do licenciamento ambiental, gerando insegurança jurídica;
- A licença autodeclaratória torna-se a regra via Licenciamento por Adesão ou Compromisso, emitido automaticamente sem verificação de órgãos ambientais;
- Comunidades diretamente impactadas terão pouca ou nenhuma participação nos processos, já que estes serão realizados de forma automática.

### Status

Em 11 de junho de 2021, o PL 3729 foi remetido ao Senado Federal e a senadora Kátia Abreu foi designada relatora. No Senado, tramita como [PL 2159/2021](#).

Em julho de 2022, o PL do Licenciamento Ambiental está "em tramitação" e "com a relatora", após ter sido discutido e recebido emendas dos senadores que compõem as Comissões de Agricultura e Meio Ambiente da Casa.

<sup>5</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/758640-aprovado-texto-base-do-projeto-sobre-licenciamento-ambiental-votacao-continua-na-manha-desta-quinta/>

<sup>6</sup> <https://www.conectas.org/noticias/entenda-os-8-pontos-mais-problematicos-do-projeto-de-licenciamento-ambiental-aprovado-pela-camara/>


**PL 490/2007**  
**Demarcação de**  
**Terras Indígenas**
**Autor:**

Dep. Homero  
Pereira (PR/MT)

**Relator:**

Dep. Arthur Oliveira  
Maia (DEM/BA)

**Proposta e**  
**Tramitação**

*EMENTA: Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.*

Apresentado pela primeira vez em março de 2007, o [PL 490/2007](#) tramitou lentamente nas Comissões da Câmara, sendo arquivado e desarquivado algumas vezes até maio de 2019, quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJC) designou o dep. Arthur Oliveira Maia (DEM/BA) como relator do projeto. No dia **23 de junho de 2021**, a CCJ votou e aprovou o parecer do relator.

**Placar da votação na CCJC:**

**A favor: 40**  
**Contra: 21**  
**Abstenção: 0**  
**Total: 61**

**Impactos**  
**Socioambientais**

Para procuradores do Ministério Público Federal, o PL 490 é uma das principais ameaças aos direitos indígenas em curso hoje no país, já que pretende incorporar a tese do Marco Temporal às demarcações de terras indígenas<sup>7</sup>. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), ao formalizar contrariedade ao PL 490, ressaltou que ainda não há uma "tese do Marco Temporal firmada pelo Supremo Tribunal Federal, que a questão é objeto do Recurso Extraordinário e que o respectivo Relator, Ministro Edson Fachin, votou pela inconstitucionalidade da tese"<sup>8</sup>. O julgamento do Marco Temporal encontra-se adiado indefinidamente<sup>9</sup>.

Logo após a aprovação do PL pela CCJ, mais de 160 organizações da sociedade civil enviaram carta aberta<sup>10</sup> ao presidente da Câmara, Arthur Lira, afirmando que "o texto aprovado é um ataque aos direitos constitucionais dos povos indígenas e abre brechas para a exploração predatória de suas terras, causando danos irreversíveis a estes povos e ao Meio Ambiente".

**Status**

Na longa trajetória até a CCJ, mais de 13 outros projetos de lei foram [apensados](#) ao PL 490/2007. Em julho de 2022, a proposição encontrava-se "sujeita à apreciação do plenário" seguindo regime de tramitação ordinária. Se confirmado em plenário, seguirá para apreciação do Senado Federal.

<sup>7</sup> <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-reitera-posicionamento-contra-pl-que-pretende-incorporar-marco-temporal>

<sup>8</sup> <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/onu-expressa-preocupacao-com-projeto-de-lei-que-trata-da-demarcacao-de-terras-indigenas>

<sup>9</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/marco-temporal-e-adiado-indefinidamente-no-stf/>

<sup>10</sup> <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/06/Carta-para-Sr.-Arthur-Lira-Repudio-a-violencia-contra-povos-indigenas.pdf>





## PL 191/2020 Mineração em Terras Indígenas

**Autor:**  
Poder Executivo

**Pedido de  
Urgência:**  
[Dep. Ricardo Barros  
\(PP/PR\)](#)

### Proposta e Tramitação

*EMENTA: Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.*

Apresentado em fevereiro de 2020, o [PL 191/2020](#) foi elaborado pelo poder executivo e encaminhado pela base de apoio do governo Bolsonaro no Congresso. "O PL regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. A iniciativa do governo federal vai ao encontro de declarações do presidente Jair Bolsonaro, que desde a posse defende o aproveitamento econômico de territórios indígenas"<sup>11</sup>. No dia **09 de março de 2022**, o requerimento de urgência número 227/2022 apresentado pelo líder do governo na Câmara, dep. Ricardo Barros (PP/PR), foi votado e aprovado apesar de forte mobilização social contra o PL.

#### Placar da votação do regime de urgência na Câmara dos

**Deputados:**

**A favor: 279**

**Contra: 180**

**Abstenção: 03**

**Total: 462**

### Impactos Socioambientais

Segundo parecer emitido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o PL 191/2020 "descumpra as normas e compromissos internacionais de direitos humanos pactuados pelo Brasil e acarretaria graves impactos aos direitos humanos, ao desenvolvimento, à não-discriminação, à saúde, à vida, à identidade cultural, à terra e ao território, a viver em um meio ambiente saudável, limpo e sustentável, assim como ao direito ao consentimento livre, prévio e informado antes da adoção de medidas legislativas que possam afetar os povos indígenas"<sup>12</sup>.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) emitiu Nota Técnica<sup>13</sup> afirmando restar nítida a inconstitucionalidade do PL nº191/2020 sob o ponto de vista formal e material, bem como a sua inconveniência por violar o direito de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e, ainda, a sua contrariedade à hermenêutica jurídica constitucional do art. 231 da CF/1988.

O MPF emitiu nova Nota Técnica<sup>14</sup> reiterando a posição assumida desde 2020 e reafirmando a inconstitucionalidade e a inconveniência do PL nº 191/2020. Para o MPF, o projeto contém vício insanável, incompatível com o regime de urgência.

### Status

Em julho de 2022, o PL 191/2020 encontrava-se em situação de: "aguardando a criação da comissão especial pela Mesa Diretora; Pronta para entrar na pauta de votações no Plenário".

<sup>11</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas/>

<sup>12</sup> <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/acnudh-rosa-afirma-que-aprovacao-do-pl-191-pode-trazer-danos-irrecuperaveis-ao-brasil>

<sup>13</sup> <https://apiboficial.org/files/2022/03/NOTA-DA-APIB-PL-191.docx.pdf>

<sup>14</sup> <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/PGR00085541.2022.pdf>



# Bancada Amazônica e o Orçamento Secreto

Ao longo do Guia, mostramos como os parlamentares da Bancada Amazônica no Congresso Nacional votaram na Lei Orçamentária Anual de 2022, que inclui o esquema de emendas de relator (RP-9) que ficou conhecido como “orçamento secreto” após denúncias na imprensa no ano passado. O [PLN 19/2021/PLOA 2022](#) foi aprovado na plenária da Câmara dos Deputados em dezembro de 2021 e, em seguida, pelo Senado Federal.

Entre outros elementos, a lei destinou R\$ 16,2 bilhões<sup>15</sup> para as emendas de relator. A falta de transparência é característica no repasse do dinheiro das RP-9, já que o nome dos parlamentares que indicaram a destinação das verbas muitas vezes fica oculto. Essas emendas também não têm execução obrigatória e dependem de acordos entre o Executivo Federal e o Congresso.

Sem clareza nos critérios de divisão desse dinheiro e segundo informações veiculadas pela imprensa, durante a gestão Bolsonaro, parlamentares da base aliada do governo na Câmara dos Deputados têm sido favorecidos. A emenda de relator já foi alvo de ações no Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>16</sup> e no Tribunal de Contas da União (TCU), mas, em pleno ano eleitoral, o Congresso Nacional tem se posicionado de forma a manter o esquema das RP-9 para o orçamento de 2023<sup>17</sup>.



Crédito: Victor Moriyama/Greenpeace

<sup>15</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/834976-emendas-de-relator-vaao-atender-20-programacoes-com-r-162-bilhoes-em-2022/>

<sup>16</sup> <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/orcamento-de-2022-ignora-decisoes-do-stf-sobre-emendas-do-relator/>

<sup>17</sup> <https://g1.globo.com/economia/de-olho-no-orcamento/noticia/2022/02/18/emendas-de-relator-entenda-as-criticas-a-esse-tipo-de-gasto-no-orcamento.ghtml>

## 2. AMAZÔNIA LEGAL: PANORÂMICA



**9 estados**



**ÁREA: 5.068.432,45 km<sup>2</sup>**



**corresponde a 58,9%  
do território brasileiro**



**28,1 milhões de  
habitantes (2020)**



**774 municípios**



**PIB: R\$ 613,3 bilhões,  
ou 8,7% do PIB do Brasil (2018)**



**45% da área demarcados como  
Unidades de Conservação, Terras  
Indígenas e Terras Quilombolas**



**62,2% do território cobertos  
por florestas (2020)**



**Quase 16% da região foi atingida  
pelo desmatamento até 2020**

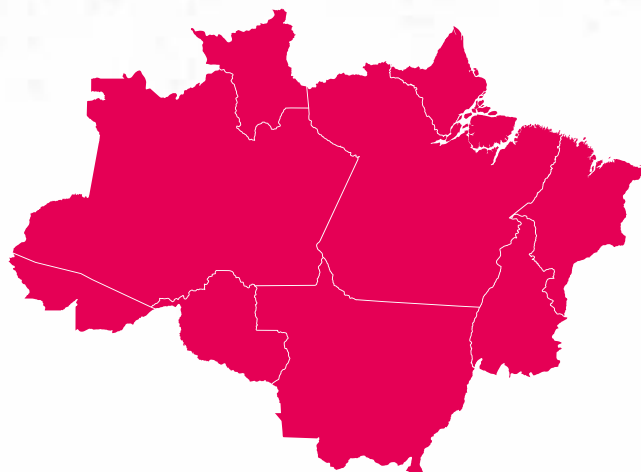


**1,5 milhão de focos de calor foram  
detectados entre 2010 e 2020**



**A região emitiu 1,14 gigatons de  
gases de efeito estufa em 2019,  
dos quais 76% provenientes de  
desmatamento e queimadas**

A região amazônica brasileira é organizada em dois principais territórios geográficos: o bioma Amazônia e a Amazônia Legal. O bioma Amazônia é um “conjunto de ecorregiões, fauna, flora e dinâmicas e processos ecológicos similares”, composto por florestas tropicais úmidas, extensa rede hidrográfica e enorme biodiversidade. A Amazônia Legal inclui toda a área do bioma Amazônia, além de parte dos biomas Cerrado e Pantanal<sup>18</sup>.



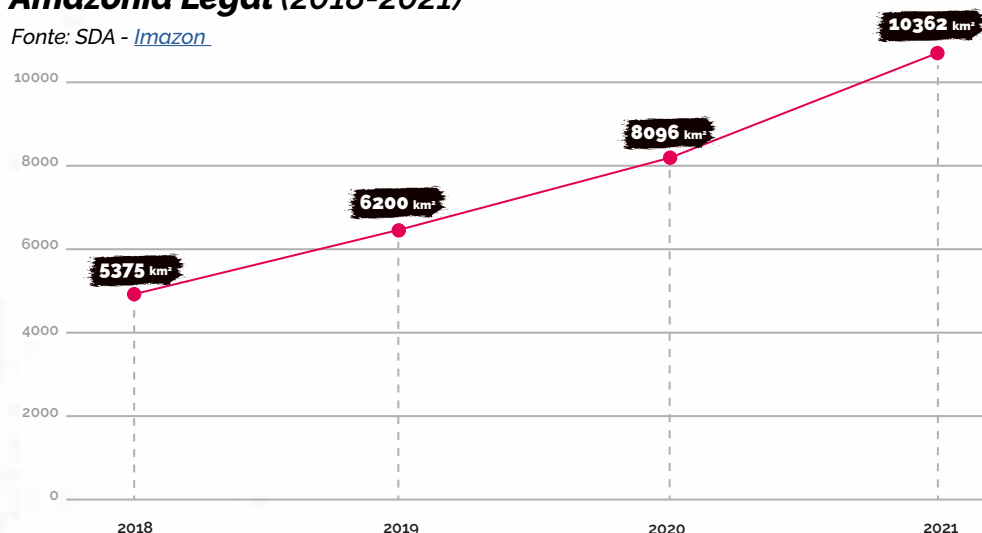
### Histórico e Legislação<sup>19</sup>

Em 1953, a [Lei 1.806](#), delimitou pela primeira vez a [Amazônia Legal](#) como o território que compreendia: os estados do Pará e Amazonas; os à época territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco; a parte de Mato Grosso a norte do paralelo 16°; a porção de Goiás a norte do paralelo 13°; e a área do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Já em 1966, a [Lei 5.173](#) definiu que a região abrangeria os estados do Acre, Pará e Amazonas, os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia e áreas de Mato Grosso a norte do paralelo 16°, de Goiás a norte do paralelo 13° e do Maranhão a oeste do meridiano de 44°. Em 1977, a Lei Complementar 31 integrou todo o estado de Mato Grosso à Amazônia Legal.

Em maio de 2001, a [Medida Provisória 2146-1](#) criou as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extinguindo a [Sudam](#) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ([Sudene](#)). A Sudam foi recriada em 2007 pela Lei Complementar 124, junto com o [Fundo de Desenvolvimento da Amazônia](#) (FDA). Hoje, a Amazônia Legal é composta por 772 municípios distribuídos em nove estados, sendo 52 municípios de Rondônia, 22 do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso e 181 municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44°, dos quais 21 deles estão parcialmente integrados à Amazônia Legal (IBGE).

### Desmatamento acumulado na Amazônia Legal (2018-2021)

Fonte: SDA - [Imazon](#)



**De acordo com dados do Prodes/Inpe,  
o desmatamento na Amazônia Legal aumentou  
21,97% entre 2020 e 2021.**

<sup>18</sup> <https://amazonia2030.org.br/fatos-da-amazonia-2021/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20estimada%20em,5%2C6%20habitantes%20por%20km%C2%B2.>

<sup>19</sup> <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=resolucoes-e-legislacao>



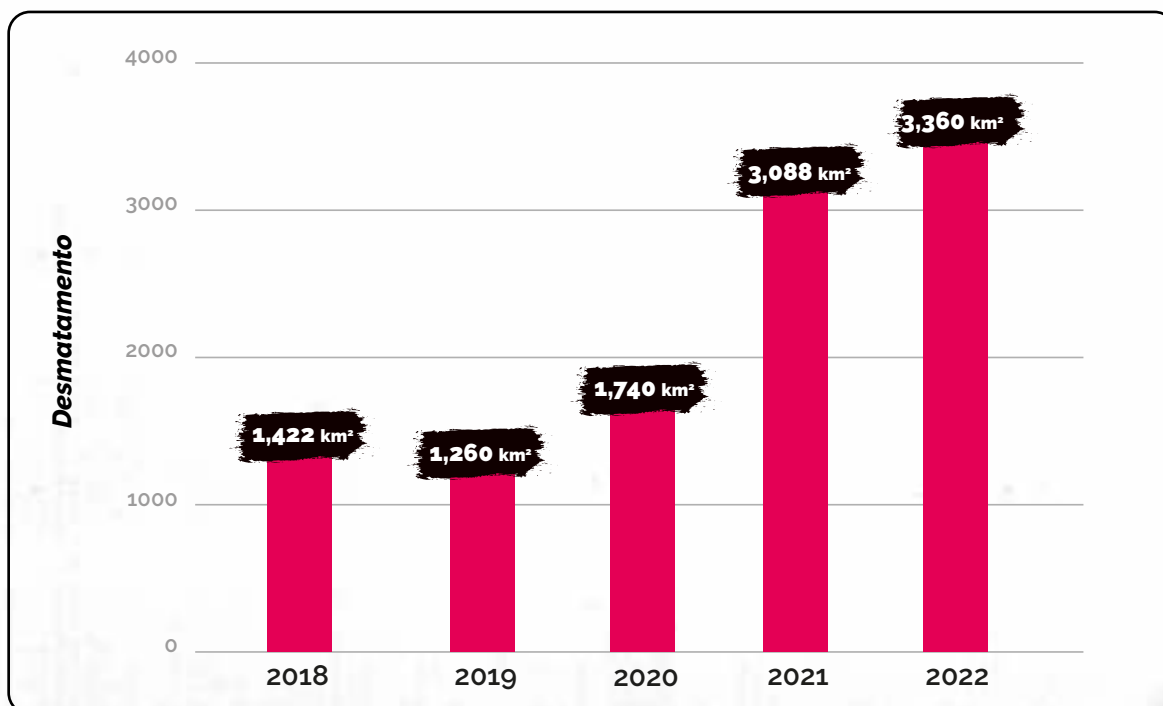
**Desmatamento por Estado e total da  
Amazônia Legal em 2020 e 2021**

ESTADO	PRODES 2020 (km <sup>2</sup> )	PRODES 2021 (km <sup>2</sup> )	Variação (%)
Acre	706	871	23,37%
Amazonas	1.512	2.347	55,22%
Amapá	24	39	62,50%
Maranhão	336	363	8,04%
Mato Grosso	1.779	2.263	27,41%
Pará	4.899	5.257	7,31%
Rondônia	1.273	1.681	32,05%
Roraima	297	386	29,97%
Tocantins	25	28	12,00%
Amazônia Legal	10.851	13.235	21,97%

Fonte: divulgação Inpe

**Em junho de 2022, o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon, que faz monitoramento por satélite desde 2008, divulgou dados referentes ao desmatamento na Amazônia Legal entre janeiro e maio deste ano: foram derrubados 3.360 km<sup>2</sup> em apenas 151 dias, o equivalente a dois mil campos de futebol e a maior devastação registrada nos últimos 15 anos.**

**Alertas de Desmatamento Amazônia Legal  
(Janeiro a Maio)**



Fonte: [Imazon](https://imazon.org.br/)



## VETORES DE DESMATAMENTO



### GRILAGEM

A grilagem — [processo de invasão, roubo e posse de terras públicas](#) — está na raiz do crime ambiental na Amazônia. Grileiros têm fraudado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) para legitimar a posse irregular de terras públicas, especialmente em Áreas Protegidas e Florestas Públicas Não Destinadas (FPNDs). Foram identificados mais de 10 milhões de hectares referentes a novos registros do CAR sobrepostos com áreas protegidas na Amazônia Legal em 2020, um **aumento de 56%** em comparação aos cadastros de 2018. No total, são mais de 29 milhões de hectares de registros do CAR em sobreposição com áreas protegidas na região; em 2020, tais registros apresentaram desmatamento ilegal de mais de 69 mil hectares, um aumento de 63% em relação a 2018. Unidades de Conservação Federais e Estaduais, além de Terras Indígenas, concentram os maiores volumes de CARs em sobreposição em áreas protegidas na Amazônia<sup>20</sup>. As Florestas Públicas Não Destinadas (FPNDs) ocupam 56,5 milhões de hectares na Amazônia Legal. **Hoje, existem mais de 100 mil CARs indevidamente declarados por estarem sobrepostos às FPNDs, correspondentes a uma área de 16 milhões de hectares.** Entre 2019 e 2021, mais da metade do desmatamento na Amazônia ocorreu nessas terras públicas<sup>21</sup>.



### MADEIRA ILEGAL<sup>22</sup>

O volume da produção de madeira em tora na Amazônia Legal variou pouco entre 2010 e 2019, atingindo 11,28 milhões de m<sup>3</sup> com valor de R\$ 1,95 bilhão ao final da década. O que mudou foi a localização dos pólos de produção e beneficiamento, que migraram do Arco do Desmatamento para regiões de florestas mais conservadas. Os sistemas oficiais de controle da madeira, como o Documento de Origem Florestal (DOF), apresentam fragilidades crônicas de rastreio. **A estimativa é que menos de 10% da produção madeireira da Amazônia seja comprovadamente legal**<sup>23</sup>.



### AGROPECUÁRIA<sup>24</sup>

De acordo com o IBGE, a área plantada ou destinada à agricultura na Amazônia Legal aumentou de 84.927 km<sup>2</sup> em 2000 para 224.782 km<sup>2</sup> em 2019. No mesmo período, a renda bruta total do setor pulou de R\$ 6,4 bilhões para mais de R\$ 84 bilhões. A soja é a cultura mais importante, com renda de R\$ 41,7 bilhões e área plantada de 124.947 km<sup>2</sup> na região. Diversos estudos mostram que, além da conversão direta de floresta em soja, essa cultura tem graves impactos "indiretos": 1) o avanço da soja sobre pastagens impulsiona o aumento do desmatamento e da grilagem sobre novos terrenos destinados à pecuária e 2) a infraestrutura construída para exportar soja — como estradas e portos — provoca desmatamento massivo através de diversos atores<sup>25</sup>. A Amazônia Legal contabilizava 89,2 milhões de cabeças de gado com área de pastagem de 709.694 km<sup>2</sup> em 2019, concentrando quase 40% do rebanho nacional de bovinos. **Os dados disponíveis indicam que 70% das terras desmatadas na Amazônia são destinadas ao gado** e que a expansão da pecuária na região reflete um modelo estimulado pela grilagem de terras<sup>26</sup>.



### MINÉRIO E GARIMPO

Entre 1985 e 2020, a área minerada em todo o Brasil cresceu seis vezes. **Em 2020, três de cada quatro hectares minerados no país se localizavam na Amazônia**<sup>27</sup>. Entre 2000 e 2020, o valor exportado de minérios da Amazônia Legal passou de US\$ 2,1 bilhões para US\$ 18,1 bilhões, com destaque para o minério de ferro (US\$ 14,37 bilhões/2020). O Pará responde por mais de 94% do total exportado de minérios da Amazônia Legal<sup>28</sup>. A exportação de ouro aumentou significativamente na Amazônia Legal, atingindo US\$ 1,2 bilhão em 2020, divididos entre Pará (US\$ 424,2 milhões), Mato Grosso (US\$ 270,17 milhões), Amapá (US\$ 219,79 milhões), Maranhão (US\$ 218,58), Amazonas (US\$ 83,78 milhões) e Rondônia (US\$ 10,29 milhões)<sup>29</sup>. **A região concentra 93,7% dos garimpos no Brasil, com 132 áreas de garimpo ilegal mapeadas.** De 2010 a 2020, a área ocupada por garimpos dentro de unidades de conservação aumentou 301%. No caso das terras indígenas, o aumento foi de 495%, com as maiores áreas de garimpo em terras indígenas localizadas nos territórios Kayapó (7602 ha), Munduruku (1592 ha) e Yanomami (414 ha)<sup>30</sup>.

20 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/grilagem-amazonia-desmatamento/>

21 [https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AMZ2030\\_30.pdf](https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/03/AMZ2030_30.pdf)

22 Pg 3 e 4 - <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

23 <https://oglobo.globo.com/economia/esg/noticia/2022/06/origem-ilegal-e-desafio-para-exploracao-de-madeira-na-amazonia.ghtml>

24 Pg 3 - <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

25 <https://amazoniareal.com.br/o-desmatamento-da-amazonia-brasileira-10-soja/>

26 <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/a-economia-da-pecuaria-na-amazonia-grilagem-ou-expansao-da-fronteira-agropecuaria/>

27 <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>

28 Pg 4 - <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

29 <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

30 <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>



## VIOLÊNCIA

Segundo a 36ª edição do relatório sobre conflitos no campo da [Comissão Pastoral da Terra \(CPT\)](#) lançado em abril de 2022, em três anos o **governo Bolsonaro computou 5.725 conflitos no campo, o maior número de todos os governos em toda a série histórica**, iniciada em 1985. No período, foram registradas 2.329 ocorrências de conflitos por terra na Amazônia Legal, ou uma média de 2 por dia<sup>31</sup>. Entre 2020 e 2021, 28 assassinatos decorrentes de conflitos por terras aconteceram na Amazônia Legal.

São os povos indígenas (26%) a categoria que mais sofre violência, seguidos por quilombolas e posseiros (17% cada) e sem-terra (14%). O Estado (nas esferas municipal, estadual e federal) é o terceiro maior responsável por conflitos (17%), atrás de empresários (20%) e fazendeiros (21%)<sup>32</sup>.

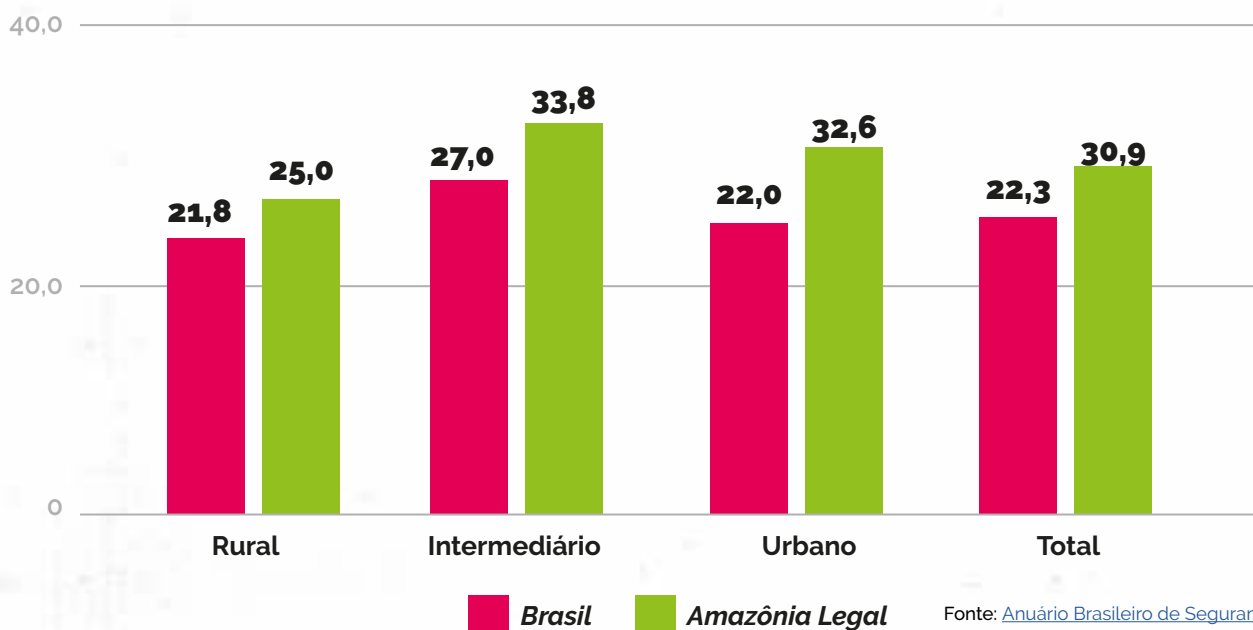
### **Não são casos isolados. É projeto**

Além dos conflitos rurais, a **Amazônia Legal tem 10 das 30 cidades mais violentas do país**, indica levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgado em junho de 2022. Os dados constam do [Anuário Brasileiro de Segurança Pública](#) com base nos casos registrados entre 2019 e 2022, usando como referência o índice de mortes violentas intencionais (MVI)<sup>33</sup> a cada 100 mil habitantes. "Dessas, 11 são cidades rurais, com pequenas populações que sofrem com a violência letal há pelo menos três anos seguidos (...) Jacareacanga, no Pará, tem uma taxa média de MVI de 199,2 por 100 mil habitantes e é o segundo município mais violento do país. (...) Praticamente todos os 10 municípios com taxas médias superiores a 100 por 100 mil habitantes estão localizados ou imediatamente ao lado ou próximos a Terras Indígenas e das fronteiras com os demais países da Pan-Amazônia", afirma o estudo.

"É possível ver um aumento da violência na Amazônia, sobretudo considerando as mortes violentas intencionais, diretamente relacionadas aos processos que se conectam aos mais variados tipos de crimes, com destaque para a relação entre o tráfico de drogas e os crimes ambientais, bem como o crescimento de facções do crime organizado na região", disse Aiala Couto, Professor da Universidade Estadual do Pará e Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>34</sup>.

### Violência Letal na Amazônia Legal

**Taxa de violência letal na Amazônia  
é 38% maior que a média nacional**



<sup>31</sup> <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/5970-saldo-do-governo-bolsonaro-para-as-florestas-e-seus-povos-e-de-2-conflitos-por-terra-por-dia-na-amazonia-legal>

<sup>32</sup> <https://ponte.org/conflitos-no-campo-explodiram-durante-o-governo-bolsonaro-aponta-cpt/>

<sup>33</sup> Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.

<sup>34</sup> Pg 52 - <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>



Crédito: Alonso Junior/via Mídia Ninja



## JAIR BOLSONARO, PORTA-VOZ DA DESINFORMAÇÃO SOBRE A AMAZÔNIA

Nos últimos quatro anos, o presidente Jair Bolsonaro se consolidou como a principal fonte oficial de desinformação sobre a Amazônia, assim como a respeito dos movimentos indígenas e o ativismo ambiental. Nas três vezes em que participou de Assembleias Gerais da ONU (2019, 2020 e 2021) e em dezenas de [lives](#) e entrevistas ao longo do mandato, [Bolsonaro](#) negou a gravidade da crise socioambiental na região, terceirizou a responsabilidade pelos incêndios para “caboclos e índios”, mentiu que o Brasil era o país mais preservado do mundo e defendeu a “soberania” nacional contra [supostos](#) interesses estrangeiros sobre a floresta.

Declarações de cunho racista contra indígenas e quilombolas marcaram sua campanha eleitoral<sup>35</sup> e, logo após o 1º turno em 2018, Jair Bolsonaro [prometeu](#) “acabar com todos os ativismos no Brasil”<sup>36</sup>. Em 2019, [culpou ONGs](#) e celebridades pelas queimadas no Pará. Em diversas ocasiões, o presidente reclamou publicamente de [servidores](#) do Ibama, [ICMBio](#), Inpe e Funai apenas por realizarem seu [trabalho](#) e [confrontou](#) jornalistas que o indagavam sobre a [questão ambiental](#).

Bolsonaro também recebeu e apoiou publicamente garimpeiros, madeireiros e [latifundiários](#), além de defender o armamento no campo. Seus [discursos](#) e práticas de [desinformação](#) e [criminalização](#) de [ativistas](#) foram [replicados](#) por [generais](#) e [ministros](#) da [cúpula](#) federal<sup>37</sup> e reproduzidos e adaptados por [parlamentares](#) e [autoridades](#), [empoderando criminosos](#) ambientais nos estados que formam a Amazônia Legal.

35 <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/conaq-e-terra-de-direitos-protocolam-denuncia-contr-bolsonaro-por-racismo/22449>

36 <https://www.youtube.com/watch?v=MjUgziydfzU>

37 <https://www.sinaldefumaca.com/2020/01/22/entidades-ongs-e-politicos-denunciam-salles-a-pgr/>



# 3. ACRE



**ÁREA: 170.895,13 km<sup>2</sup>**



**894.470 habitantes (2020)**



**22 municípios**



**Capital: Rio Branco, onde vivem mais de 400 mil pessoas, ou quase metade da população do estado**



**IDH\*: 0,663  
21º no ranking BR (2010)**



**PIB: R\$ 15,3 bilhões (2018)**



**47% da área demarcados como Unidades de Conservação e Terras Indígenas**



**85% do território coberto por florestas (2020)**



**Mais de 14% do estado foi atingido pelo desmatamento até 2020**



**Cerca de 18 mil focos de calor foram detectados no estado em 2020 e 2021**



**39,62 megatons de CO<sub>2</sub>e emitidos em 2019, a maioria proveniente de desmatamento e mudanças no uso do solo**

\*Índice de Desenvolvimento Humano

\*\*Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Governo do Acre, do Inpe e "Fatos da Amazônia Legal"



## USO DA TERRA E VETORES DE DESMATAMENTO:

### A pecuária avança sobre a floresta impulsionada pelo mercado internacional

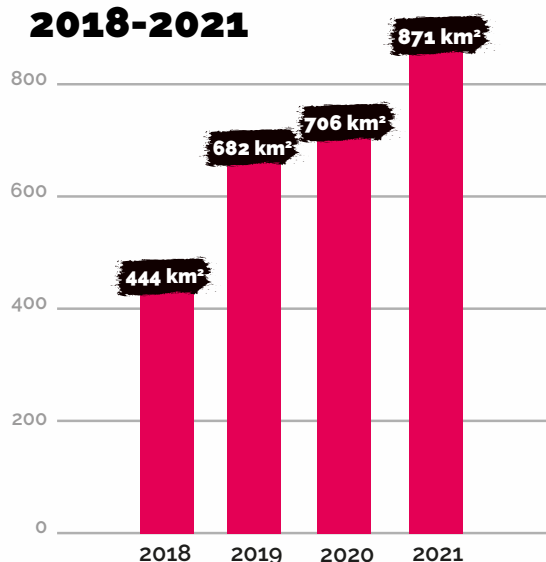
A legislação do estado do Acre não define prazo limite para ocupação de terras públicas para fins de regularização fundiária, o que deixa áreas de florestas não destinadas vulneráveis à grilagem e ao desmatamento. Um [estudo](#) do Imazon lançado em 2021 indica que **28% das terras do estado não têm definição fundiária ou informação disponível**; a maior parte (69%) é da União e localiza-se quase integralmente em área de fronteira. Cerca de 1,7 milhão de hectares dessas áreas não destinadas são considerados de **alta importância biológica** e prioritários para conservação, uso sustentável e serviços ambientais. Entre 2010 e 2019, o Acre ocupou o quinto lugar em número de conflitos no campo entre os estados da Amazônia Legal<sup>38</sup>.

A falta de segurança fundiária se reflete nas perdas de cobertura florestal. Nas últimas décadas, o estado do Acre oscilou com altas e baixas nas taxas de desmatamento; em 2018, porém, a curva passou a subir consistentemente, com aumento de 54% na virada para 2019<sup>39</sup> até atingir novo recorde em 2021, quando registrou o maior índice de perda florestal desde 2004<sup>40</sup>. Relacionado à dinâmica e à infraestrutura de ocupação territorial, em 2019, **75% do desmatamento no Acre ocorreu no leste do estado vinculado a pecuária bovina, agricultura e proximidade com as rodovias**<sup>41</sup>.



#### Desmatamento no Acre

2018-2021

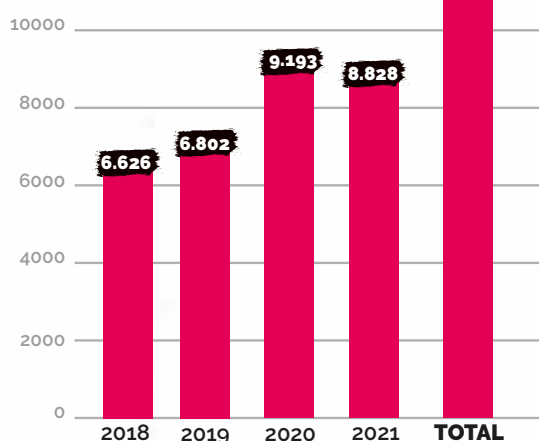


Fonte: [Inpe](#) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)



#### Focos de calor e queimadas no Acre

2018-2021



Fonte: [Inpe](#)

**No acumulado de agosto de 2021 a maio de 2022, o Acre registrou 480 km<sup>2</sup> de desmatamento (Imazon)**

Especialistas indicaram que **40% das cicatrizes (sinais) deixadas pelas queimadas em 2020 foram em terras desmatadas recentemente**, sem qualquer tipo de cultivo prévio. Os incêndios nesses territórios geralmente acontecem após a derrubada da mata para a limpeza que antecede a ocupação, além do desmatamento para retirada ilegal de madeira. Apontaram também polígonos de áreas queimadas cada vez maiores e a renovação de pastagens devido ao aumento no preço do gado<sup>42</sup>.

<sup>38</sup> <https://oeco.org.br/noticias/grilagem-a-qualquer-tempo-acre-nao-possui-marco-temporal-para-ocupacao-de-terras/>

<sup>39</sup> [http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/08/Relatorio-Desmatamento-PRODES-2019\\_20200707\\_v1\\_FINAL\\_20200731.pdf](http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/08/Relatorio-Desmatamento-PRODES-2019_20200707_v1_FINAL_20200731.pdf)

<sup>40</sup> <https://g1.globo.com/ac/acre/natureza/amazonia/noticia/2021/11/23/desmatamento-no-acre-passa-de-870-km-e-tem-maior-taxa-dos-ultimos-18-anos.ghtml>

<sup>41</sup> [http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/08/Relatorio-Desmatamento-PRODES-2019\\_20200707\\_v1\\_FINAL\\_20200731.pdf](http://semapi.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/08/Relatorio-Desmatamento-PRODES-2019_20200707_v1_FINAL_20200731.pdf)

<sup>42</sup> <https://infoamazonia.org/2020/11/16/acre-encerra-temporada-do-fogo-com-area-queimada-39-maior-que-a-de-2019/>



”

**“O apoio incondicional e as flexibilizações por parte do governo Bolsonaro geraram um prejuízo ambiental catastrófico, com recorde de desmatamento e invasão de terras para exploração, bem como o aumento do agro-negócio desenfreado”**

*Sarah Soares, engenheira de dados do Política por Inteiro<sup>43</sup>, Rio Branco/AC.*

Entre agosto de 2019 e julho de 2020, **27.455 hectares de floresta tiveram exploração de madeira no estado do Acre, com 76% do total concentrado em apenas 10 propriedades rurais do estado<sup>44</sup>**. Enquanto os produtos de madeira contribuíram com 38,7% das exportações totais do estado em 2020, a carne e seus derivados foram responsáveis por 26,3%, de acordo com o governo estadual<sup>45</sup>.

O número de bovinos chegou a 3,8 milhões de cabeças no Acre, um aumento de 8,3% em 2020 em relação ao ano anterior e o maior crescimento entre os nove estados da Amazônia Legal. A forte alta coloca a indústria pecuária como um dos principais motores da economia acreana, alimentada pela crescente demanda internacional por carne e derivados, especialmente da China<sup>46</sup>. A correlação entre o aumento do desmatamento e do uso da terra para pecuária na última década no Acre fica explícita nos dados do [Mapbiomas](#): em 2020, **84.925 hectares foram desmatados no estado; no mesmo ano, as terras destinadas ao gado e à pecuária aumentaram em 84.735 hectares** - praticamente a mesma quantidade.

**A região de fronteira Brasil-Peru abriga uma das maiores diversidades biológicas e de populações de indígenas isolados da Amazônia e do planeta. Nos dois lados da divisa internacional no trecho do estado do Acre, foi demarcado um mosaico de mais de 10 milhões de hectares formado por terras indígenas, unidades de conservação e terras reservadas para os povos isolados. Grandes projetos de infraestrutura planejados pelos governos dos dois países em nome da “integração regional” ameaçam esses territórios e suas populações, que têm sido excluídas e marginalizadas nos processos de consulta sobre tais obras<sup>47</sup>.**

43 <https://www.politicaporinteiro.org/>

44 <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeira-no-acre-agosto-2019-a-julho-2020/>

45 <https://agencia.ac.gov.br/mesmo-com-a-pandemia-acre-apresenta-elevacao-no-volume-de-exportacoes-em-2020/>

46 <https://brasil.mongabay.com/2022/01/rebanho-bovino-no-acre-ja-e-quatro-vezes-maior-que-o-numero-de-habitantes-desmatamento-cresce/>

47 <https://cpiacre.org.br/a-fronteira/>

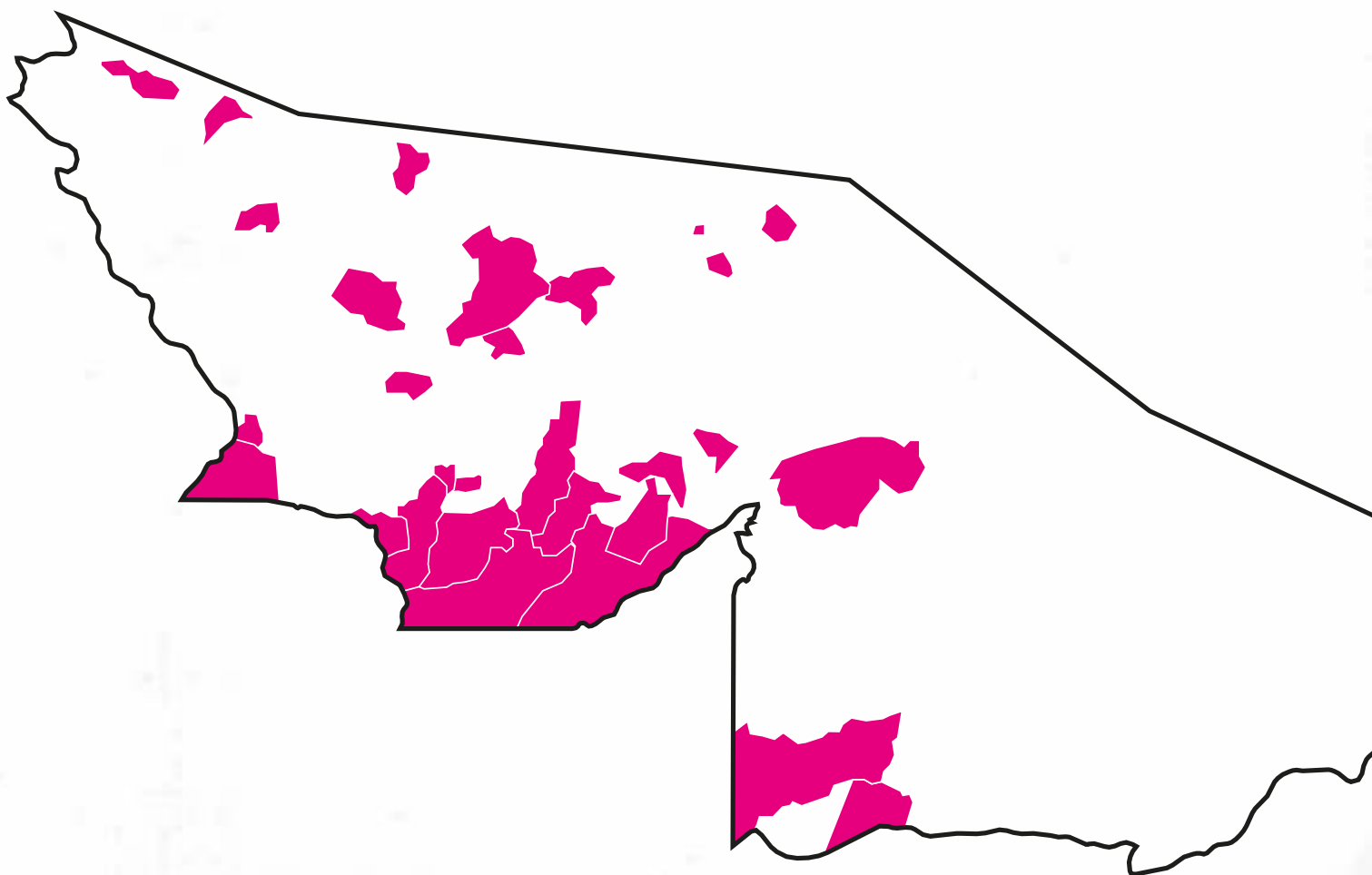


## EMERGÊNCIA INDÍGENA: Pelo menos $\frac{1}{3}$ das TIs do estado aguardam regularização

De acordo com dados da Comissão Pró-Índio do Acre<sup>48</sup> e do governo estadual<sup>49</sup>, existem [35 Terras Indígenas](#) reconhecidas pelo governo federal no estado, das quais 24 foram plenamente homologadas, cadastradas e registradas e outras 11 estão em diferentes etapas dos processos de regularização. Localizadas nas bacias dos rios Juruá e Purus, a área total das terras indígenas corresponde a 14,56% do estado do Acre. As populações indígenas somam cerca de 23 mil pessoas de 15 povos, cujas línguas pertencem a três famílias linguísticas (Pano, Aruak e Arawá), mais os grupos de índios isolados, ainda não identificados, e um grupo de recente contato.

# Acre

## Terras Indígenas\*



\*Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](#).

48 <https://cpiaacre.org.br/terras-indigenas-no-acre/>

49 <http://semapi.acre.gov.br/terras-indigenas/>



**As Terras Indígenas são a classe fundiária que menos contribui com o desmatamento no estado do Acre. Mesmo assim, estão sob crescente pressão da indústria madeireira, da pecuária e de grandes obras de infraestrutura como rodovias.**

”

**“Não só houve uma valorização da invasão dos territórios, mas também uma tentativa do que os povos indígenas chamam de matar pela caneta, usando instrumentos jurídicos e leis para favorecer grupos que buscam a riqueza com a floresta derrubada.”**

*Tarisson Nawa, indígena do povo Nawa, da TI no Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), jornalista e assessor de Comunicação do Podáali - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira<sup>50</sup>. Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ), Juruá/AC*

## Acampamento Terra Livre Acre 2022

Entre os dias 11 e 14 de abril, lideranças e representantes de 14 povos indígenas se reuniram no Acampamento Terra Livre Acre 2022 em frente ao Palácio do Governo e da Assembleia Legislativa em Rio Branco. Além de demandas pelo fortalecimento da saúde, educação e participação indígenas, o encontro gerou uma carta em repúdio aos ataques promovidos pelo Congresso Nacional e Governo Federal contra direitos socioambientais garantidos pela Constituição. O documento destaca, além do julgamento do Marco Temporal e dos PLs 191, 490 e 3729, o “PL 6024/2019, proposto pela deputada federal do Acre, Mara Rocha, que quer reduzir a Reserva Extrativista Chico Mendes e acabar com o Parque Nacional da Serra do Divisor para a expansão do agronegócio, da agropecuária e da exploração mineral, o que irá impactar diretamente as nossas vidas e comprometer a vida das futuras gerações.”

Os indígenas também exigem que sejam reconhecidos os direitos e a existência das comunidades que vivem em unidades de conservação, como o caso dos Sharanawa no Parque

Chandless e dos Nawa e Nukini no Parque Nacional da Serra do Divisor, além da proteção dos territórios e dos direitos dos Povos Indígenas em Isolamento Voluntário, que não querem contato. Reivindicam ainda “ações do governo brasileiro para a defesa das fronteiras e proteção da ameaça das estradas que estão sendo construídas no país vizinho e que afetará gravemente as terras indígenas, a floresta e o meio ambiente no Alto Juruá”. Eles exigem também “ações contra a estrada que está sendo construída para ligar o Rio Ucayali e o Rio Juruá (Nueva Itália-Puerto Breu) na fronteira e a suspensão da proposta de construção da estrada entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa, que está sendo promovida sem consulta, com risco de dano ao meio ambiente, grilagem, poluição dos rios, invasão dos nossos territórios e dos isolados”. Leia a íntegra [aqui](#).

50 <https://fundopodaali.org.br/>



## VIOLÊNCIA: Crime organizado cresce e ataques contra mulheres e população LGBT também

### Conflitos e mortes no campo - Acre - 2018-2021

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	59	88	59	61
Violência contra a pessoa**	1	80	13	2

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: "Conflitos no campo 2018"; "Conflitos no Campo 2019"; "Conflitos no Campo 2020"; "Conflitos no Campo 2021" - CPT

Já de acordo com o Anuário da Segurança Pública 2022, o Acre contabilizou 1.250 mortes violentas intencionais<sup>51</sup> entre 2018 e 2021. Segundo o estudo, o estado informou, em março de 2022, que possui 78 delegados de polícia ativos para conduzir investigações criminais. Considerando-se plantões de 24 horas nos 7 dias da semana, isso corresponde a cerca de 19 delegados por turno para atender a população inteira do Acre, com a maioria dos agentes concentrada na capital e cidades maiores.

”

**“O crime organizado evoluiu bastante nos últimos anos, notícias de crimes aumentaram consideravelmente e com isso, a crueldade dos mesmos. Vimos também crescer a disputa de domínios em territórios urbanos e rurais. Vale ressaltar os casos de homofobia e feminicídio que se tornaram muito mais frequentes (infelizmente), acredito que o discurso do presidente pode ter aberto uma brecha para crimes dessa natureza.”**

*Sarah Soares, engenheira de dados do Política por Inteiro, Rio Branco/AC*

## PONTOS DE ATENÇÃO

### Projetos de alto impacto socioambiental no estado

**Reabertura da Estrada Nueva Italia - Puerto Breu (UC-105), no Peru:** Uma das principais ameaças aos povos indígenas do Acre foi novamente denunciada em abril de 2021 pela Associação Ashaninka do Rio Amônia – Apiwtxa no [dossiê](#) sobre a Estrada Nueva Italia-Puerto Breu, a UC-105, no Peru. Segundo a Apiwtxa, “a rodovia, que atualmente está sendo reaberta de forma ilegal, corta territórios indígenas e áreas de conservação a menos de 11 km da fronteira com o Brasil, principalmente a Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, da Aldeia Apiwtxa. A abertura desta estrada ameaça mais de 30 comunidades indígenas do Brasil e Peru, nas regiões do Ucayali, Alto Tamaya e Alto Juruá”. Além da retirada ilegal de madeira, outras atividades como a mineração, a indústria petrolífera e o tráfico internacional de drogas tendem a crescer. A rodovia foi construída no final da década de 1980 por uma empresa petrolífera estadunidense, mas foi utilizada ao longo dos anos 1990 pelas madeireiras para o transporte das toras, pressionando o lado brasileiro até os anos 2000<sup>52</sup>.

<sup>51</sup> Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.

<sup>52</sup> <https://amazoniareal.com.br/rodovia-no-peru-ameaca-territorios-indigenas-no-acre/>



### PL 6024/2019 - reduz a Resex Chico Mendes e acaba com o Parque Nacional da Serra do Divisor:

A Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes é uma das Unidades de Conservação mais ameaçadas do Brasil, sofrendo forte pressão de desmatamento para a atividade pecuária que cresce no seu entorno. O Parque Nacional da Serra do Divisor<sup>53</sup> foi criado em 1989, tem 837 mil hectares e abriga 1.233 espécies registradas de animais, inclusive primatas em risco de extinção. O Parque é vizinho da Terra Indígena Nukini e existe a demanda pela criação da TI Nawa, ocupando parte do Parque na margem direita do rio Moa, além de indícios de grupos indígenas isolados que circulam entre o Peru e o Brasil.

O Parque também protege a cabeceira dos afluentes do rio Juruá, um dos mais importantes da região. Mesmo assim, o [Projeto de Lei 6024/2019](#), de autoria da deputada federal Mara Rocha (PSDB/AC), em tramitação no Congresso Nacional, propõe reduzir os limites da Reserva Extrativista Chico Mendes em 3 municípios acreanos, entregando as terras para a especulação fundiária, e extinguir o Parque Nacional da Serra do Divisor, transformando-o em Área de Proteção Ambiental com regras muito mais flexíveis. A aprovação do PL facilita ainda a construção da rodovia transfronteiriça entre as cidades de Cruzeiro do Sul e Pucallpa, no Peru. Segundo [ambientalistas](#) da região, o PL 6024 "é um atentado à preservação ambiental e uma grave ameaça às famílias tradicionais da região".

## DESINFORMAÇÃO: Estado usa fake news para azeitar construção de rodovias

Entre os alvos de campanhas de desinformação no estado, destacaram-se obras rodoviárias de "integração" do Acre com outras unidades da federação e na fronteira com o Peru.

### Ponte sobre o rio Madeira

Segundo o projeto de checagem de dados [Comprova](#), um tweet de 2020 de @humbertovivian "engana ao insinuar que a construção da ponte sobre o rio Madeira, que ligará o Acre a Rondônia, foi feita apenas na gestão do presidente Jair Bolsonaro. A obra teve início em 2014, ainda no governo de Dilma

”

**“Para nós, este é um dos piores projetos de leis [o 6024] criado nos últimos tempos, porque impacta diretamente os territórios dos indígenas do entorno que já vêm passando por um processo de invasão e rota de narcotráfico. As lideranças estão tentando limitar esse tipo de ação no território, mas com a extinção do parque e a construção de uma estrada, isso tende a piorar. Há também problemas sociais que podem aumentar como alcoolismo, prostituição e tantos outros.”**

*Tarisson Nawa, indígena do povo Nawa, jornalista e assessor de comunicação do Podáali - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira. Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ), Juruá/AC*

Rousseff (PT). Em dezembro de 2018, um mês antes de Jair Bolsonaro assumir a presidência, as obras da ponte já estavam 85% concluídas". A publicação ainda dava a entender que o projeto já estava finalizado, mas a ponte só foi inaugurada em 2021<sup>54</sup>. O post investigado diz que "50 anos depois, o governo Bolsonaro realiza o sonho dos acreanos". Em dezembro do ano passado, Assuero Veronez, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre (FAEAC), também disse que o projeto era um sonho de 50 anos<sup>55</sup>, mensagem replicada ainda pelo governador do estado Gladson Camelli (PRO). O Comprova não encontrou registros de alguma promessa de obra feita nos anos 1970 que pudesse justificar a afirmação. **Após o tweet de @humbertovivian, 34 contas publicaram as imagens até 6 de agosto de 2020, incluindo o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) e o senador Flávio Bolsonaro (PSL), filhos do presidente Jair Bolsonaro.**

53 <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/02/24/serra-do-divisor-por-que-parque-com-biodiversidade-unica-corre-risco-no-ac.htm>

54 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/05/07/ponte-do-abuna-e-inaugurada-em-rondonia-e-vai-facilitar-o-acesso-ao-acre.ghtml>

55 <https://contilnetnoticias.com.br/2019/12/se-aditivo-nao-for-aprovado-pelo-governo-ponto-do-rio-madeira-nao-sera-entregue-em-2020/>



”

**“Com certeza a fake news socioambiental mais marcante é a de que a Estrada do Pacífico traria mais benefícios ao povo acreano. Sendo que especialistas já destacam que a construção dessa estrada, além de invadir parte da Serra do Divisor, uma área de preservação, estimula a mineração, o desmatamento e a criminalidade através do narcotráfico. Todas as fontes ligadas ao governo divulgam essa informação, além de perfis de parlamentares.”**

*Sarah Soares, engenheira de dados do Política por Inteiro, Rio Branco/AC*

### Rodovia transfronteiriça Pucallpa-Cruzeiro do Sul, a nova Estrada do Pacífico

O projeto rodoviário transfronteiriço Pucallpa-Cruzeiro do Sul seria a segunda rodovia do Brasil que atravessa o Peru para chegar ao Oceano Pacífico, além da recém pavimentada Rota Interoceânica do Sul. Ambas as estradas fazem parte da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA) - oficialmente renomeada como Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN).

O objetivo da IIRSA é melhorar os corredores de infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações na América do Sul. Segundo estudo do INPA, Universidade Federal do Acre e University of Richmond, **essas iniciativas acessaram áreas rurais remotas, contataram diversas culturas amazônicas e ameaçaram ecossistemas intactos**<sup>56</sup>. A proposta da nova Estrada do Pacífico, defendida pelos governos federal e estadual, significa uma extensão de 230 km na rodovia BR-364 para ligar a região acreana de Juruá a Pucallpa, no Peru, que cortaria por mais de 20 km o Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD).

Embutida no PL 6024/2019, que visa remover o status de proteção do PNSD, a obra tem como principal justificativa conectar o Brasil a mercados e portos marítimos peruanos e **facilitar a exportação de commodities agrícolas para a Ásia**, em especial para a China. Em fevereiro de 2022, no encontro com o presidente peruano Pedro Castillo, que se declarou contrário ao projeto, Jair Bolsonaro **reafirmou** a intenção do governo brasileiro em construir a rodovia, atribuindo “grande potencial para incrementar a integração econômica”. Segundo o Infoamazônia, “as primeiras discussões sobre a estrada começaram em 2005, mas foram enterradas por falta de apoio político. A ideia voltou à tona em 2019 quando representantes de grandes produtores rurais assumiram o governo do Acre depois de duas décadas sem cargos”.

**Além dos graves impactos socioambientais e sobre a biodiversidade de uma das regiões mais protegidas da Amazônia, vários estudos<sup>57</sup> sobre a chamada Estrada do Pacífico derrubam o argumento da necessidade de “integração”, pois já existe outra rodovia com a mesma função: a BR-317, que liga Assis Brasil, no sudeste do Acre, a Iñapari, no Peru.**

”

**“Vender a estrada como algo benéfico é desconsiderar todo o histórico brasileiro de implementação de grandes projetos que impactaram diretamente as terras indígenas. O próprio Estado usou sua assessoria de comunicação para veicular essa mentira.”**

*Tarisson Nawa, indígena do povo Nawa, jornalista e assessor de comunicação do Podáali - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira. Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ), Juruá/AC*

<sup>56</sup> [http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/2022/Koga\\_et\\_al\\_2022-Parque\\_Nacional\\_da\\_Serra\\_do\\_Divisor\\_amea%C3%A7ado-Serie\\_completa.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/2022/Koga_et_al_2022-Parque_Nacional_da_Serra_do_Divisor_amea%C3%A7ado-Serie_completa.pdf)

<sup>57</sup> <https://ac24horas.com/2022/04/25/nova-ligacao-do-acre-ao-peru-e-desnecessaria-porque-estrada-do-pacifico-e-subutilizada-diz-estudo/>





”

**“A “boiada” aqui no Acre foi no sentido de flexibilizar tudo o que era possível como, por exemplo, incentivo ao comércio de gado (com redução de ICMS) e baixa fiscalização, que culminou no aumento de exploração madeireira no estado.”**

*Sarah Soares, engenheira de dados do Política por Inteiro, Rio Branco/AC*

## LINHA DO TEMPO

No monitoramento realizado pelo [Sinal de Fumaça](#) dos principais acontecimentos socioambientais desde a eleição de Jair Bolsonaro, destacamos dois eventos no estado do Acre que revelam a natureza e concretizam as políticas do governo federal executadas com o apoio de parlamentares e autoridades locais.



### MARÇO DE 2021: Responsável por Ibama no Acre nomeada por Salles é advogada de criminosos ambientais<sup>58</sup>

Em mais uma nomeação que feriu as responsabilidades de órgão fiscalizador do Ibama, o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, nomeou para a superintendência da autarquia no Acre a advogada Helen de Freitas Cavalcanti, que atua na defesa de infratores ambientais, para livrá-los de multas aplicadas por agentes do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio)<sup>59</sup>. “Procure um advogado que atue em Direito Ambiental (que saiba o que fala), se antecipe”, anunciava Cavalcanti nas redes sociais. Após a nomeação, o Ministério Público Federal do Acre (MPF) informou que tinha chegado ao órgão uma representação contestando a nomeação. Três meses depois de ser nomeada, Helen Cavalcanti foi exonerada do cargo<sup>60</sup>.



### MARÇO DE 2022: Grilagem de terras explode entre Amazonas, Acre e Rondônia, aponta estudo<sup>61</sup>

Um estudo realizado pela ONG Greenpeace expôs um esquema de roubo de terras públicas em uma área da Amazônia rica em biodiversidade, situada entre o Amazonas, o Acre e Rondônia. A região, conhecida como Amacro (junção da sigla dos três estados), soma 454.220 km<sup>2</sup>, quase o tamanho da Espanha, e abriga a chamada Gleba João Bento, “alvo de uma cadeia de títulos fraudulentos, levando ao surgimento de centenas de escrituras de compra e venda e duplicidade de registro de imóveis”<sup>62</sup>. Glebas são grandes áreas de propriedade do governo ainda não destinadas, ou seja, terras públicas que devem ser voltadas para conservação ou para uso sustentável.

<sup>58</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2021/03/03/nova-responsavel-por-ibama-no-acre-nomeada-por-salles-e-advogada-de-criminosos-ambientais/>

<sup>59</sup> <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,salles-nomeia-advogada-de-infratores-ambientais-para-cuidar-de-ibama-no-acre,70003634778>

<sup>60</sup> <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2021/06/21/apos-3-meses-no-cargo-superintendente-do-ibama-no-acre-e-exonerada.ghtml>

<sup>61</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2022/03/08/grilagem-de-terras-explode-entre-amazonas-acre-e-rondonia-aponta-estudo/>

<sup>62</sup> [https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,greenpeace-aponta-explosao-de-desmatamento-em-area-da-amazonia,70004001961?utm\\_source=akna&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=10032022-Climainfo-Newsletter](https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,greenpeace-aponta-explosao-de-desmatamento-em-area-da-amazonia,70004001961?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=10032022-Climainfo-Newsletter)



## GOVERNO ESTADUAL: Centrão e madeireiros no poder

Em 2018, Gladson de Lima Cameli (PP) foi eleito governador do Acre com 53,71% dos votos válidos<sup>63</sup>. De acordo com o [perfil oficial](#), o governador Cameli nasceu em Cruzeiro do Sul em 1978, formou-se em Engenharia Civil em 2001 e exerceu atividades profissionais como sócio da empresa da família. É sobrinho do ex-governador do Estado do Acre, Orleir Cameli. Inspirado pelo tio, entrou na vida pública aos 28 anos, quando foi eleito pela primeira vez deputado federal; em 2010, foi reeleito para a Câmara dos Deputados. Foi filiado ao PFL entre 2000 e 2003 e ao PPS entre 2003 e 2005. Está no Partido Progressistas desde 2005. No pleito de 2014, elegeu-se senador.

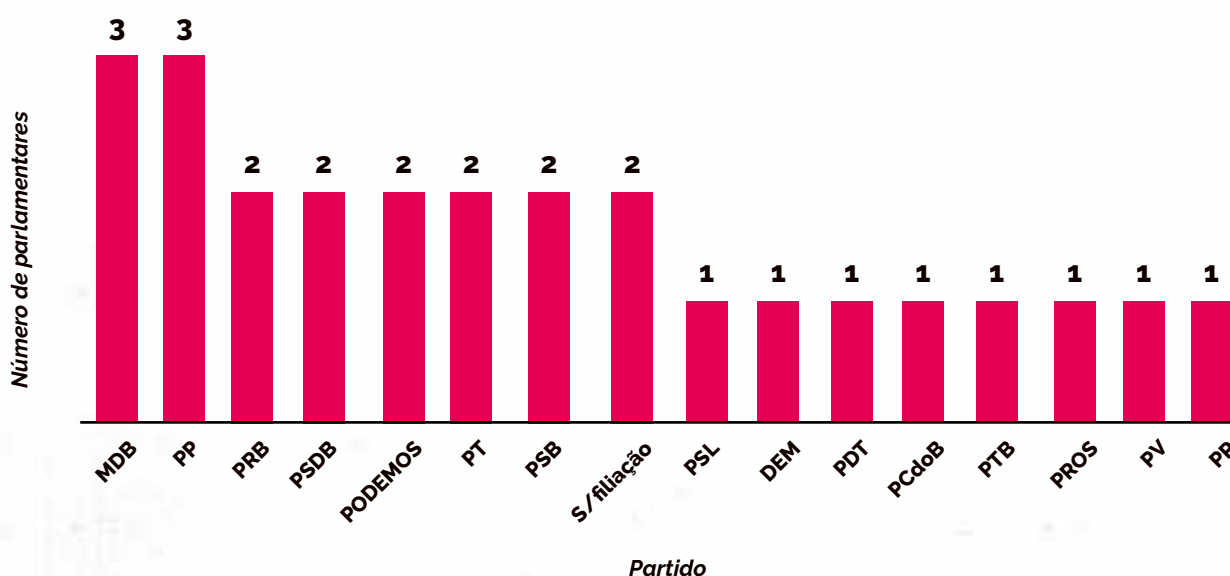
77

**“A boiada passando no meu estado é protagonizada por deputados que desde sempre defendem a morte das florestas em benefício de alguns grupos e no fortalecimento de empresas e empreendimentos dentro da floresta. É o retorno dessa discussão da estrada de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, sem a prática da consulta livre, prévia e informada.”**

*Tarisson Nawa, indígena do povo Nawa, jornalista e assessor de comunicação do Podáali - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira. Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ), Juruá/AC*

**Nos anos 90, a família do governador Gladson Cameli foi acusada de extração ilegal de madeira em terra indígena Ashaninka, em área vizinha ao Parque Nacional da Serra do Divisor<sup>64</sup>. Em 2020, um acordo pôs fim ao processo de 25 anos e determinou o pagamento de R\$ 14 milhões aos indígenas pela empresa do ex-governador do Acre e tio de Gladson, Orleir Cameli<sup>65</sup>.**

A [Assembleia Legislativa do Acre](#) conta com 26 deputados estaduais, divididos da seguinte forma no período 2018-2022:



<sup>63</sup> <https://g1.globo.com/ac/acre/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/gladson-cameli-do-pp-e-eleito-governador-do-acre.ghtml>

<sup>64</sup> <https://infoamazonia.org/2022/03/10/projeto-de-estrada-avanca-sobre-floresta-intocada-na-amazonia/>

<sup>65</sup> <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/04/02/depois-de-25-anos-acordo-garante-indenizacao-de-r-14-milhoes-a-ashaninkas-do-ac-por-desmatamento.ghtml>



## A BANCADA DO ACRE NO CONGRESSO NACIONAL:

**52,38% dos deputados acreanos votam com Bolsonaro na agenda socioambiental (52,66% com as abstenções); 62,5% está na Bancada Ruralista**

A [bancada legislativa do Acre](#) no Congresso Nacional na Legislatura 2018-2022 tem oito deputados federais e três senadores. A maior parte dos deputados do Acre votou alinhada com o governo Bolsonaro nos projetos chaves do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recorde para as emendas de relator (orçamento secreto).

”

**“O pior projeto de lei sobre a questão socioambiental dos últimos 3 anos é, sem dúvidas, o PL 3.729/2004, aprovado na Câmara dos Deputados e que agora tramita no Senado Federal, que trata sobre o fim do Licenciamento Ambiental.”**

*Sarah Soares, engenheira de dados do Política por Inteiro, Rio Branco/AC*

### Como votaram os Deputados Federais do Acre no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>67</sup> 68 Plenária	LICENCIAMENTO <sup>69</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>70</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>71</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>72</sup> Plenária
01	<b>Alan Rick (DEM)</b>	A favor	A favor	A favor da urgência	x	A favor
02	<b>Dra. Vanda Milani (SD)</b>	A favor	A favor	A favor da urgência	x	A favor
03	Flaviano Melo (MDB)	A favor	A favor	Contra a urgência	x	A favor
04	<b>Jessica Sales (MDB)</b>	A favor	Ausente	Contra a urgência	x	Ausente
05	<b>Jesus Sérgio (PDT)</b>	Contra	Contra	Contra a urgência	x	A favor
06	Leo de Brito (PT)	Contra	Contra	Contra a urgência	Suplente na CCJ (partido votou contra)	A favor
07	<b>Mara Rocha (PSDB)</b>	A favor	A favor	A favor da urgência	x	A favor
08	Perpétua Almeida (PCdoB)	Contra	Contra	Contra a urgência	Suplente na CCJ (partido votou contra)	Contra

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa em páginas da Câmara dos Deputados e da [Frente Parlamentar da Agropecuária](#)

67 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9924>

68 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

69 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

70 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

71 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

72 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>



## ACRE NO SENADO

O Acre conta com três representantes no Senado Federal: senadora Mailza Gomes (PP); senador Márcio Bittar (UNIÃO) e senador Sérgio Petecão (PSD); Mailza Gomes e Márcio Bittar participam da Frente Parlamentar da Agropecuária. Os três senadores acreanos votaram a favor da PL19/ PLOA 2022<sup>73</sup>.

”

**“O PL 191 de 2020 é um acinte aos povos indígenas quando permite a mineração dentro dos territórios indígenas. A gente não quer mineração. O mais complicado é que tentam vender essa narrativa pra gente como se fossemos nos beneficiar com isso. E não é benefício para nós. A gente pensa no todo, não é apenas o dinheiro. A gente pensa em quais seres serão afetados por esse tipo de ação dentro das nossas terras. Como vai ficar a cultura e nossa religião que estão intrinsecamente ligadas à floresta, aos seres sagrados da mata? Não faz sentido destruir a casa dos espíritos sagrados da mata para poder conseguir riqueza”**

*Tarisson Nawa, indígena do povo Nawa, jornalista e assessor de comunicação do Podáli - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira. Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ), Juruá/AC*

73 <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/senado/brasil/projetos/orcamento-da-uniao-para-2022>



# 4. AMAPÁ



ÁREA: **142.470,762 km<sup>2</sup>**



**861.773 habitantes (2020)**



**16 municípios**



Capital: Macapá, onde vivem mais de 522 mil pessoas — cerca de 60% da população do estado



IDH\*: 0,708  
12º no ranking BR (2010)



PIB: R\$ 16,8 bilhões (2018)



73% da área demarcados como Unidades de Conservação e Terras Indígenas



77,42 % do território coberto por florestas (2020)



Mais de 2,18% da cobertura florestal do estado foi atingida pelo desmatamento até 2020



Cerca de 1.426 focos de calor foram detectados no estado em 2020 e 2021



18,38 megatons de CO<sub>2</sub>e emitidos em 2019, a maioria proveniente de mudanças no uso do solo e agropecuária

\*Índice de Desenvolvimento Humano

\*\*Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Inpe, do Governo do Amapá e "Fatos da Amazônia Legal"



”

“Na política socioambiental na Amazônia durante o governo Bolsonaro, nada melhorou e quase tudo piorou. O aparelhamento das políticas e dos órgãos que deveriam garantir a aplicação dessas políticas acabou por acentuar várias problemáticas que já são históricas dentro dos territórios, como a violência contra povos originários, queimadas e desmatamento.”

*Gil Reis, diretor de comunicação do Instituto Mapinguari, Macapá/AP<sup>74</sup>*

## USO DA TERRA E VETORES DE DESMATAMENTO: Falta de destinação de terras públicas abre alas para grilagem e conflitos

Embora o Amapá apresente níveis relativamente baixos de desmatamento e tenha o maior percentual de áreas protegidas do país, as incertezas fundiárias e a grande extensão de florestas e outras áreas públicas ainda não destinadas, além da falta de controle sobre Unidades de Conservação e Terras Indígenas, abrem espaço para invasões e grilagem, alimentando conflitos no campo.

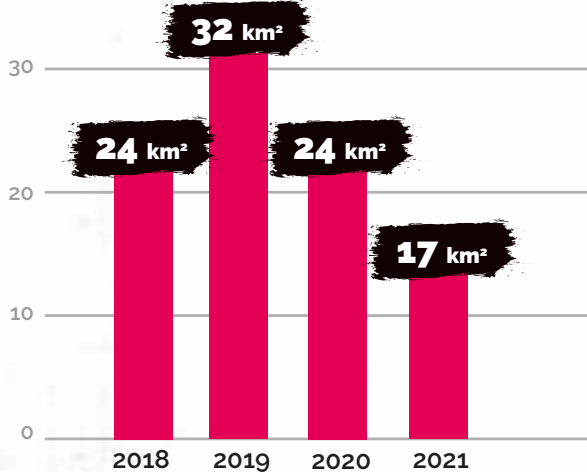
O estudo [Leis e Práticas de Regularização Fundiária no Amapá](#), lançado em 2021 pelo Imazon, analisou a situação legal da posse e uso da terra no estado. A estimativa é que o estado possua 82% (11,6 milhões de hectares) de seu território já

destinado, desconsiderando-se sobreposições. A maior parte do território estadual (62,5%) é formada por Unidades de Conservação (UCs), excluindo-se Áreas de Proteção Ambiental (APA). Terras Indígenas (TIs) ocupam 8,5% e Projetos de Assentamento (PAs) abrangem 8% da área estadual, enquanto os imóveis privados representam 3%. Do total de áreas sem informação de destinação (18% do estado), a maioria pertence à União (73%), mas estava em transferência ao estado, por determinação da Lei Federal n.º 10.304/2001 e do Decreto Federal n.º 6.291/2007. No total, 23 glebas serão repassadas ao governo estadual, em um processo que já se arrasta há 20 anos. Outros 100 mil hectares de área federal aguardam decisão sobre uso. O estudo cita ainda que 60% da área não destinada possui prioridade para conservação, de acordo com levantamento coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade; a maior parte é classificada como de importância biológica extremamente alta (1,3 milhão de hectares).



### Desmatamento no Amapá

2018-2021<sup>75</sup>



Fonte: [Inpe](#) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)

O status de área protegida nem sempre é suficiente para coibir o desmatamento. De acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamento, de agosto a outubro de 2021, a [FES Amapá](#), no oeste do estado, constava como a oitava Unidade de Conservação mais ameaçada de toda a Amazônia Legal naquele período<sup>76</sup>. Criada em 2006, a UC abrange uma área de 2.400.000 hectares e está na categoria de uso sustentável. Gerida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP), a UC enfrenta problemas crônicos de pesca irregular, grilagem e desmatamento. **No final de abril de 2020, o Ministério Público Federal denunciou 19 pessoas por fraudes na concessão ilegal de áreas na Floresta Estadual do Amapá**, incluindo servidores públicos e particulares beneficiados pelo esquema. Eles teriam formado uma organização criminosa para explorar ilegalmente produtos florestais na área, inserindo dados falsos em documentos públicos para conseguir termos de reconhecimento de posse das terras e autorizações de manejo florestal, além do pagamento de propinas para liberar processos nos órgãos ambientais do estado<sup>77</sup>.

74 <https://www.instagram.com/imapinguari/?hl=en>

75 O PRODES Amazônia não considera o mapeamento do desmatamento em áreas de vegetação não florestal como campinaranas, lavrados e outros tipos de vegetação savânica ou campestre que ocorrem nos estados de Amapá e Roraima de maneira mais proeminente.

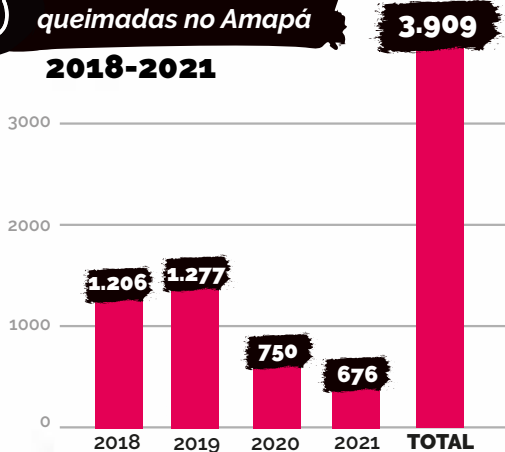
76 <https://imazon.org.br/publicacoes/ameaca-e-pessao-de-desmatamento-em-areas-protegidas-sad-de-agosto-a-outubro-2021/>

77 <https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/205598>



### Focos de calor e queimadas no Amapá

2018-2021



Fonte: [Inpe](#)

O período mais crítico para a ocorrência de queimadas é de agosto a novembro, sendo que "95% das queimadas ocorridas no estado do Amapá decorrem de práticas agrícolas". O Boletim de Monitoramento dos Focos de Calor do Estado do Amapá<sup>78</sup>, produzido pelo Ministério Público estadual, mostra que, em 2019, as Unidades de Conservação concentraram 11,2% do total geral de incêndios e as Terras Indígenas, 8,7% dos focos detectados.

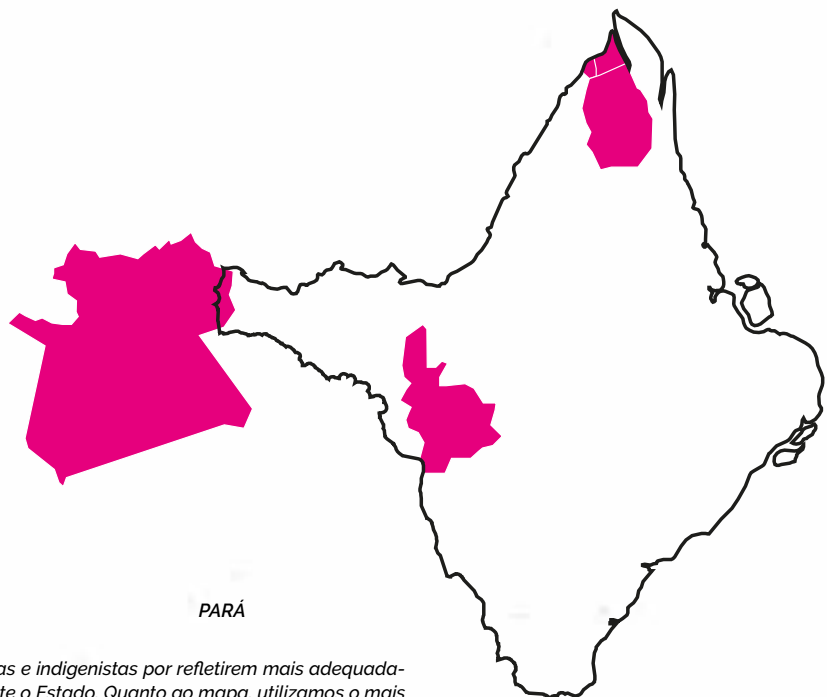
**O Mapa de Conflitos da Fiocruz<sup>79</sup> lista 11 casos de conflitos ligados à terra no Amapá, ameaçando quilombolas, indígenas, ribeirinhos e agricultores familiares. Entre os vetores dos conflitos, constam monocultura, garimpo e especulação imobiliária, gerando aumento da violência e problemas de saúde nas comunidades.**

### EMERGÊNCIA INDÍGENA: Povos sob pressão do garimpo ilegal

O Amapá tem mais de 7 mil indígenas que vivem em seis territórios demarcados, além de zonas rurais e urbanas dos municípios, segundo o Censo Demográfico de 2010 do IBGE. As terras indígenas demarcadas representam 8,6% do território estadual com cerca de 140.276 km<sup>2</sup><sup>80</sup>.

### Amapá

Terras Indígenas\*



PARÁ

\*Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](#).

78 [https://mpap.mp.br/images/Focos\\_de\\_Calor\\_pdf\\_1.pdf](https://mpap.mp.br/images/Focos_de_Calor_pdf_1.pdf)

79 [http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?populacao\\_tax=0&atv\\_gerad\\_tax=0&dano\\_tax=0&impacto\\_tax=0&uf\\_tax=ap&q](http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?populacao_tax=0&atv_gerad_tax=0&dano_tax=0&impacto_tax=0&uf_tax=ap&q)

80 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/60143#:~:text=Amap%C3%A1%20%C3%A9%20o%20primeiro%20estado,Palikur%20Waiapi%20e%20Galibi%20Marworno>



## Povos Indígenas do Amapá

Os quatro povos que habitam a região do baixo rio Oiapoque falam línguas aruak (os Palikur), carib (os Galibi-Kali'na) e patoá (os Karipuna e os Galibi-Marworno). Falam também português e francês, aprendidos no processo de interações com diferentes povos que, nos últimos 400 anos, transitaram por essa região de fronteira próxima a Guiana Francesa. Esses quatro povos ocupam três Terras Indígenas contíguas (TI Uaçá, TI Juminã e TI Galibi do Oiapoque), demarcadas e homologadas, que abrangem 23% da extensão territorial do município de Oiapoque. Estas terras configuram uma grande área contínua, cortada a oeste pela BR-156, que liga Macapá a Oiapoque. Estima-se que sejam hoje cerca de 7 mil indígenas divididos em 35 aldeias e na cidade de Oiapoque.

Já os Waiãpi que vivem na TI Waiãpi somam hoje cerca de mil pessoas, distribuídas em 49 pequenas aldeias. A Terra Indígena foi identificada nos anos 1970, mas sua delimitação formal só ocorreu em 1980. Depois disso, sofreu sucessivas tentativas de redução, tendo seus limites legais demarcados e homologados apenas entre 1994 e 1996. A área é de floresta tropical densa e tem relevo acidentado, integrando o complexo das Montanhas do Tumucumaque. Os Waiãpi vivem da agricultura, da caça, da pesca e da coleta, mudando periodicamente a localização de suas aldeias para permitir a recuperação ambiental das áreas ocupadas. Os Wajãpi falam tupi-guarani e, em sua maioria, também falam e entendem português. Em 2001, os Wajãpi tiveram sua arte gráfica kusiwa registrada pelo IPHAN e em 2003 suas expressões gráficas e orais foram reconhecidas pela Unesco como patrimônio da humanidade.

Fonte: textos extraídos de [mapa](#) ilustrativo das terras indígenas e unidades de conservação no Amapá e norte do Pará, elaborado pelo [lepé](#)

”

**“O que mais me marcou foram os casos de violência contra povos originários, quilombolas e defensores socioambientais, mas principalmente o desinteresse por parte do governo federal em elucidar esses casos. Mais recentemente os assassinatos de Bruno e Dom, mas também o assassinato de Zé do Lago e e sua família, do Cacique Emyra e tantas outras que ocorreram desde 2019.”**

*Gil Reis, diretor de comunicação do Instituto Mapinguari, Macapá/AP*

Segundo relato da [Amazônia Real](#), entre as primeiras comitivas que chegaram ao 18º Acampamento Terra Livre (ATL)<sup>81</sup> em abril de 2022 estava a do Amapá, com cerca de 100 pessoas, de 11 povos indígenas, depois de quatro dias em transportes fluviais e terrestres até Brasília. Simone Karipuna, da aldeia Kunana, TI Juminã (Oiapoque/AP), disse à reportagem da Amazônia Real: “os ataques estão aflorando, muito intensos sobre nós. Mesmo antes de ser votado, o PL 191 (que tramita na Câmara e trata de mineração em terras indígenas) já tem seus efeitos. Eles (os interessados em sua aprovação) estão confundindo nosso povo, infiltram informações dentro dos nossos territórios, dizendo que os garimpos já foram liberados. Eles instigam indígenas a acreditar que a mineração já foi aprovada no Congresso, fazem leituras erradas da Constituição Federal e nosso trabalho é desconstruir essas narrativas”. Ela contou que os indígenas no Amapá mantêm constante vigilância sobre seus territórios.

## Quilombos no Amapá

No Amapá, existem 200 comunidades quilombolas identificadas, sendo 47 certificadas junto à Fundação Palmares e outras quatro tituladas através Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)<sup>82</sup>. O processo de titulação de comunidades remanescentes de quilombos através de certificação garante a posse do território para estas populações, além de viabilizar o acesso a políticas públicas de cidadania, saúde, educação e preservação da memória e cultura.

81 <https://apiboficial.org/atl2022/>

82 <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1705/mais-seis-comunidades-sao-reconhecidas-como-remanescentes-de-quilombo-no-ap>





## VIOLÊNCIA: Alta letalidade policial

”

“O Amapá aparece nas estatísticas como, proporcionalmente, um dos estados mais violentos do Brasil, além de possuir a polícia que mais mata no país. Nos últimos anos, foi notório o processo de instalação de facções no estado, o que já causou conflitos e assassinatos na capital. Não paradoxalmente, temos a polícia que menos resolve crimes no país. Todos esses fatores acabam contribuindo para um cenário de terror tanto na cidade quanto no campo.”

*Gil Reis, diretor de comunicação do Instituto Mapinguari, Macapá/AP*

### Conflitos e mortes no campo - Amapá - 2018-2021

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	47	43	56	47
Violência contra a pessoa**	0	3	4	2

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: "Conflitos no campo 2018"; "Conflitos no Campo 2019"; "Conflitos no Campo 2020"; "Conflitos no Campo 2021"- CPT

Já de acordo com o Anuário da Segurança Pública 2022, o Amapá contabilizou 1.773 mortes violentas intencionais entre 2018 e 2021. Entre 2020 e 2021, foi registrado um aumento de 30,2% nas mortes violentas intencionais no estado.

”

“A criminalidade só aumenta, o estado do Amapá vive no ranking de violência contra a mulher e aqui também tem mortalidade dos jovens pretos e o confronto de facções.”

*Isis Tatiane da Silva dos Santos, presidente da Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú<sup>84</sup> (AMMVQC), ativista do movimento negro, cultural e ambiental no Amapá.*

<sup>83</sup> Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.

<sup>84</sup> <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/03/08/mulher-a-frente-do-seu-tempo-trajetoria-de-tia-venina-marca-a-historia-do-quilombo-do-curiau.ghtml>



## PONTOS DE ATENÇÃO

### Atividades de alto impacto socioambiental no estado

#### Insegurança alimentar e contaminação dos peixes por mercúrio usado no garimpo ilegal

Um estudo<sup>85</sup> realizado no Amapá e divulgado em 2020 sugere que a segurança alimentar das populações locais, que inclui a preferência por peixes carnívoros, está ameaçada pela contaminação pelo mercúrio usado no garimpo ilegal de ouro. A ingestão de mercúrio pode desenvolver problemas graves nos rins e nos sistemas nervoso e cardiovascular. "Todos os peixes analisados na pesquisa apresentaram níveis detectáveis de mercúrio e 28,7% excederam o limiar de mercúrio da Organização Mundial da Saúde para consumo humano. Como predadores, os peixes carnívoros bioacumulam grandes quantidades de mercúrio ao longo de seu ciclo de vida", mostrou o estudo, realizado em cinco regiões do Amapá, incluindo algumas das bacias hidrográficas mais biodiversas e economicamente significativas da região. Foram escolhidos rios que fazem fronteira com áreas protegidas devido à maior ocorrência de depósitos minerais e maior número de locais de garimpo<sup>86</sup>.

## GARIMPO NA AMAZÔNIA

A mineração artesanal de ouro em pequena escala, geralmente organizada em redes ilegais e conduzida por garimpeiros e atravessadores, é a principal fonte de emissões, contaminação e consumo de mercúrio na América Latina e no Caribe. No norte da Amazônia brasileira, o garimpo de ouro contaminou o meio ambiente e as pessoas ao longo do século passado. Tais atividades se expandiram significativamente na Amazônia nas últimas duas décadas, consolidando-se como uma das principais causas de desmatamento e degradação de habitats no norte da Amazônia brasileira, particularmente nas fronteiras entre Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela e os estados brasileiros de Roraima, Amapá e Pará. Também conhecida como Ecorregião do Escudo da Guiana, ela abrange 250 milhões de hectares e contém um dos maiores complexos de florestas tropicais primárias ininterruptas da Terra.

Essa situação foi exacerbada pelo aumento global do preço do ouro, que impulsionou a expansão das atividades ilegais de garimpo na Amazônia e ameaça ainda mais o meio ambiente e os direitos humanos. É esse tipo de mineração, invariavelmente ilegal, que expõe à contaminação comunidades tradicionais que dependem dos recursos naturais para sua sobrevivência, afetando a saúde das comunidades ribeirinhas e indígenas.

Fonte: trecho retirado e adaptado de [estudo](#) da WWF.

## DESINFORMAÇÃO: Fake news culpam movimentos sociais por apagão e propagam negacionismo socioambiental

Entre os alvos de campanhas de desinformação no estado do Amapá nos últimos quatro anos, percebe-se a replicação de narrativas negacionistas e teorias da conspiração contra ativistas promovidas pelo governo federal a partir de porta-vozes e eventos locais, como mostram os dois exemplos a seguir:

### Negacionismo da gravidade das queimadas e da crise socioambiental na Amazônia

Em plena temporada do fogo em agosto de 2019, o Senado Federal convocou uma exposição sobre a "divulgação das queimadas na Floresta Amazônica" durante a 146ª Sessão Deliberativa Ordinária<sup>87</sup>. O senador amapaense Lucas Barreto (PSD/AP) fez pronunciamento minimizando a situação e acusando a oposição partidária mentir. "Estão quase dizendo que nós somos os Neros da Amazônia, o que não é verdade. A gente viu aí (...) a foto da CartaCapital era a Amazônia toda em

chamas, toda queimada, e a outra metade do País, como o seu Rio Grande do Sul, toda verde, quando é o inverso, quando é o contrário. Eu falo isso porque eu sou lá do Amapá, lá do Norte, onde começa a Nação brasileira, lá no Oiapoque (...) Hoje, a Amazônia (...) é o grande assunto da moda. Os meios de comunicação dos países de primeiro mundo e do Brasil vêm divulgando, de modo sistemático, notícias sobre a devastação de nossas florestas e o genocídio de índios. No caso do genocídio, uma fake news lá no Amapá: disseram que 50 garimpeiros invadiram as aldeias e mataram um cacique.

E saiu o laudo da Polícia Federal de que o cacique morreu afogado. O ex-senador Capiberibe ainda falou isso e fez uma fake news com requintes de crueldade, porque ele disse que os garimpeiros invadiram e ainda levaram os cachorros pit-bulls para morderem os índios. Que absurdo! São notícias, senador Kajuru, muitas das vezes fabricadas aqui mesmo e, tendenciosamente, transformadas em verdades absolutas, que levam os cidadãos do mundo a crer que cada amazônida é um bárbaro cruel e irresponsável devastador", disse o senador, citando Emyra Waiãpi, liderança indígena cuja morte ocorreu sob forte suspeita de violência do garimpo.

<sup>85</sup> <https://www.wwf.org.br/?76771/Amapa-peixes-mais-consumidos-sao-tambem-os-mais-contaminados-por-mercuro>

<sup>86</sup> <https://www.mdpi.com/1660-4601/17/15/5269>

<sup>87</sup> <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/456998>



## O MST e o Apagão

Em novembro de 2020, um “apagão” no fornecimento de energia elétrica durou 20 dias e atingiu 13 dos 16 municípios do estado do Amapá. A causa do blecaute foi um incêndio na subestação Macapá, causado por falhas de manutenção, segundo a Aneel. A subestação tinha três transformadores: um estava desligado havia quase um ano, para reparo. Com o incêndio, restou apenas um transformador, que não suportou a carga de quase toda a população do estado. O “apagão” gerou uma mobilização nacional nas redes sociais em apoio aos amapaenses<sup>88</sup> e também o surgimento de fake news, como um vídeo que circulou em diversos grupos no Facebook e no Twitter afirmando que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) teria sido responsável pelo “apagão”.

Segundo o projeto Comprova<sup>89</sup>, “a gravação mostrava um grupo de pessoas destruindo postes de energia em um lugar indefinido e trazia como legenda: “Milítantes do MST destruindo uma estação de transmissão no Amapá. Isso a mídia podre não mostra”. Não é verdade. As imagens são de 2017, na Bahia, sem ligação com o MST. O Governo do Amapá explicou ao Comprova que o vídeo não foi feito no estado e “não se tem nenhuma evidência de envolvimento do MST no “apagão”; trata-se de uma fake news”. Também contactado pela reportagem, o MST disse que as acusações são infundadas e que “essas pessoas e esse tipo de ataque não têm nenhuma relação com o movimento”.

”

**“Uma fake news que circulou por aqui foi que eram as ONGS que colocavam fogo na Amazônia. Provavelmente soube pela internet.”**

*Gil Reis, diretor de comunicação do Instituto Mapinguari, Macapá/AP*

<sup>88</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/drama-gerado-por-apagao-cria-movimento-de-apoio-na-internet-aos-moradores-do-amapa.shtml>

<sup>89</sup> <https://projeto.comprova.com.br/publica%C3%A7%C3%B5es/e-falso-que-mst-tenha-destruido-estacao-de-energia-no-amapa/>





”

**“(Na política socioambiental do governo Bolsonaro)... simplesmente o desmatamento na Amazônia aumentou desordenadamente. O (ex-ministro do Meio Ambiente) Salles foi um grande mal.”**

*Isis Tatiane da Silva dos Santos, presidente da Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC), ativista do movimento negro cultural e ambiental no Amapá*

## LINHA DO TEMPO

No monitoramento realizado pelo [Sinal de Fumaça](#) dos principais acontecimentos socioambientais desde a eleição de Jair Bolsonaro, destacamos três eventos no estado do Amapá que revelam a natureza e concretizam as políticas do governo federal executadas com o apoio de parlamentares e autoridades locais.



### JULHO DE 2019: Líder indígena Emyra Waiãpi é assassinado por garimpeiros<sup>90</sup>

Emyra Waiãpi, uma liderança indígena do povo Waiãpi, foi assassinado no dia 22 de julho durante uma invasão da terra indígena por garimpeiros em busca de ouro, no oeste do Amapá. Aos 68 anos, Emyra foi violentamente esfaqueado e espancado na aldeia Mariry; seu corpo tinha marcas de violência física e estava sem um olho<sup>91</sup>. Cerca de 1.300 waiãpis vivem nessa terra demarcada. Eles são o único grupo indígena do país com permissão oficial para fazer prospecção de ouro em baixa escala em seu território. Dois dias após o assassinato, cerca de 50 garimpeiros atacaram a aldeia Mariry, a primeira invasão desse tipo em décadas. Um documento interno da Funai, ao qual a imprensa teve acesso, mencionou ao menos 15 homens fortemente armados e disse que “podemos concluir que a presença dos invasores é real e a tensão na região é alta”. Após alguns dias, a Apina, o conselho de aldeias Waiãpis, publicou uma nota com mais detalhes sobre a invasão e o crime<sup>92</sup>. O presidente Jair Bolsonaro questionou a veracidade da história e reafirmou suas intenções de abrir as terras indígenas para mineração e prospecção de ouro. “Usam o índio como massa de manobra, para demarcar cada vez mais terras, dizer que estão sendo maltratados. Esse caso agora aqui... Não tem nenhum indício forte que esse índio foi assassinado lá. Chegaram várias possibilidades, a PF (Polícia Federal) está lá, quem nós podemos mandar já mandamos. Buscarei desvendar o caso e mostrar a verdade sobre isso aí”, disse. Ele também afirmou que ONGs internacionais são contra a mineração nesses território pois querem que os indígenas sejam mantidos “em um zoológico” e que a atuação dessas organizações ameaça a soberania do Brasil na Amazônia<sup>93</sup>.



### ABRIL DE 2020: Covid-19: Garimpo avança em terras indígenas durante a pandemia<sup>94</sup>

A coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica) e o WWF receberam denúncias sobre o aumento do fluxo de garimpeiros brasileiros na região do rio Oiapoque, no Amapá, rumo à Guiana Francesa<sup>95</sup>. Pesquisadoras apontam o Oiapoque como a principal rota do contrabando dos garimpos ilegais na Guiana Francesa. Para Claudette Labonté, presidente da Federação Parikweneh da Guiana Francesa e integrante da Coica, “a polícia baixou a guarda” em meio à pandemia.



### NOVEMBRO DE 2020: Comunidades quilombolas sofrem com apagão no Amapá<sup>96</sup>

O estado do Amapá viveu um apagão do fornecimento de energia elétrica que atingiu 13 dos 16 municípios amapaenses, agravando a situação de vulnerabilidade das 258 comunidades quilombolas identificadas no estado, segundo estimativa da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)<sup>97</sup>. Afastados dos centros urbanos, os quilombolas têm sofrido com o corte de fornecimento hídrico – sem energia, não há bombeamento de água – e a consequente contaminação pelo consumo de água não-potável, retirada de poços artesianos e rios, conforme relato de moradores<sup>98</sup>. O armazenamento e a compra de alimentos também foram comprometidos. Sem acesso às ambulâncias, que não chegavam aos territórios quilombolas, a comunidade teve que se mobilizar por conta própria para o transporte de contaminados por Covid-19 aos centros de saúde. A situação crítica também vitimou uma importante liderança comunitária local: Sérgio Clei de Almeida, 50 anos, presidente da Associação dos Quilombos de São Francisco de Matapi, morreu eletrocutado em 18 de novembro de 2020 ao tentar restabelecer o fornecimento de energia elétrica para a comunidade de Torrão do Matapi<sup>99</sup>.

90 <https://www.sinaldefumaca.com/2019/07/30/emyra-waiapi-e-assassinado-por-garimpeiros/>

91 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/indio-e-assassinado-durante-invasao-de-garimpeiros-no-amapa-dizem-moradores.shtml>

92 <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/conselho-das-aldeias-wajapi-se-manifesta-sobre-assassinato-de-cacique-e-ameacas-de-invasores>

93 <https://exame.abril.com.br/brasil/nao-tem-nenhum-indicio-forte-que-esse-indio-foi-assassinado-diz-bolsonaro/>

94 <https://www.sinaldefumaca.com/2020/04/01/covid-19-garimpo-avanca-em-terras-indigenas-durante-a-pandemia/>

95 <https://www.dw.com/pt-br/ind%C3%ADgenas-na-amaz%C3%B4nia-denunciam-aumento-de-garimpo-ilegal-durante-pandemia/a-52984189>

96 <https://www.sinaldefumaca.com/2020/11/19/comunidades-quilombolas-sofrem-com-apagao-no-amapa/>

97 <http://ecam.org.br/en/news-and-editais/apagao-no-amapa-deixa-comunidades-quilombolas-sem-agua-e-provoca-perdas-na-producao/>

98 <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/comida-estragada-difteria-covid-e-diarreia-quilombolas-do-amapa-sofrem-efeitos-do-apagao/>

99 <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/11/19/em-meio-a-apagao-lider-quilombola-morre-eletrocutado-em-macapa/>



”

“O Amapá é hoje o estado mais pobre do Brasil, com uma média de população em insegurança alimentar maior do que a média nacional e sua capital, onde reside cerca de 80% da população amapaense, tem o pior saneamento básico entre as 100 cidades mais populosas do país. Além disso, temos a maior taxa nacional de jovens que não estudam nem trabalham. A desatenção à vida do amapaense é histórica, vide o “apagão” de 2020 que durou cerca de 1 mês e deixou marcas sentidas até hoje pela população. **A “boiada” passou aqui? Com certeza, mas isso é pouco sentido quando uma população já vive em um estado de abandono tão profundo quanto o nosso. Do ponto de vista de um trabalhador socioambiental, o que vemos hoje são os campos de soja avançando sobre territórios quilombolas.**”

*Gil Reis, diretor de comunicação do Instituto Mapinguari, Macapá/AP*

## **GOVERNO ESTADUAL: Protestos contra exclusão do Conselho da Amazônia**

Em 2018, Antônio Waldez Góes da Silva (PDT), 60 anos, foi [eleito](#) para o seu quarto mandato como governador do Amapá. Servidor público do Estado como extensionista rural, iniciou a carreira política em 1989, quando filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), onde permanece até hoje. Um ano depois, chegou à Assembleia Legislativa como deputado estadual.

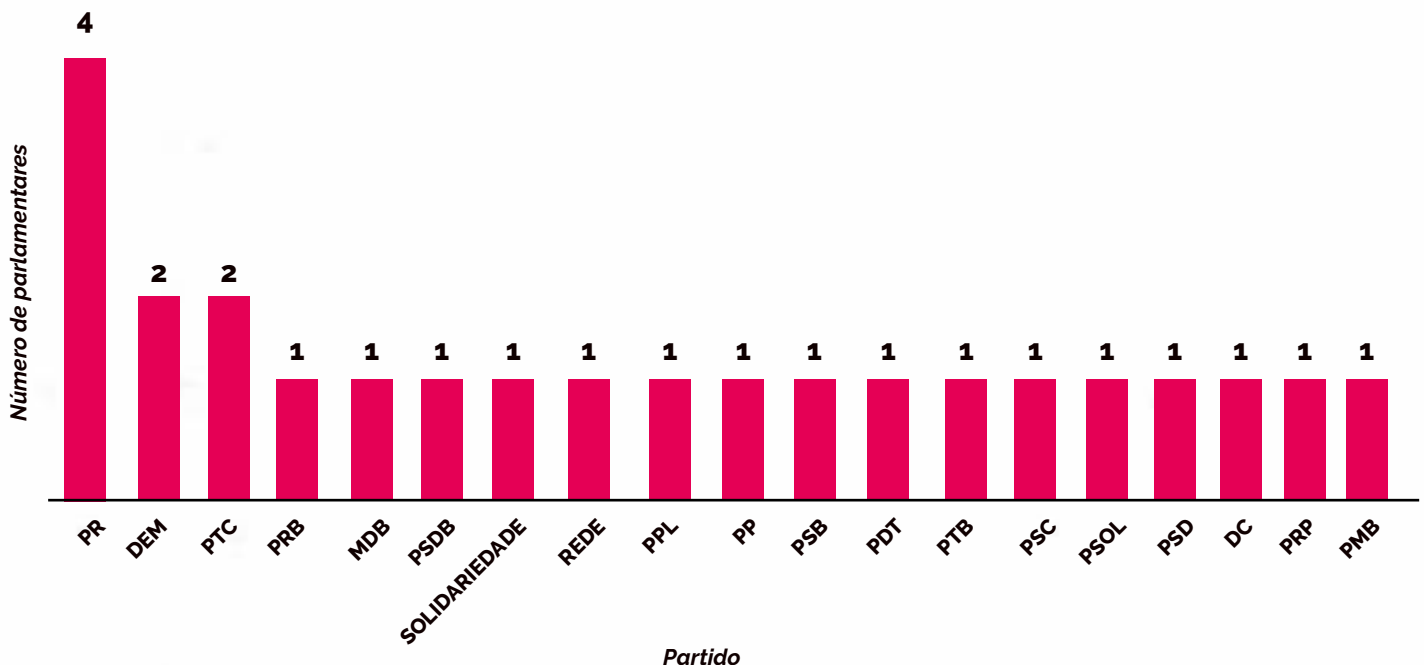
Foi reeleito em 1994 e, dois anos depois, disputou a Prefeitura de Macapá e o Governo do Estado em 1998. Em 2002, conseguiu eleger-se governador e em 2006, reelegeu-se no primeiro turno. Em 2014, novamente foi eleito governador e, em 2018, se reelegeu.





**O governador Waldez Góes reassumiu a presidência do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal em março de 2022. Em 2019, ele foi o primeiro a ocupar a cadeira e, na gestão anterior, se posicionou contra o decreto de Bolsonaro de fevereiro de 2020 que excluiu os governadores do bloco do Conselho da Amazônia e transferiu o órgão do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República<sup>100</sup>.**

A Assembleia Legislativa do Amapá tem 24 deputados estaduais, divididos da seguinte forma<sup>101</sup>:



**ABANCADA DO AMAPÁ NO CONGRESSO NACIONAL: 62,5% dos deputados votam com Bolsonaro nas reformas anti-ambientais e não houveram abstenções; 25% dos deputados estão na Bancada Ruralista**

<sup>100</sup> <https://www.politicaporinteiro.org/2022/03/04/foco-amazonia-3-mensal-fevereiro-2022/>

<sup>101</sup> <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/eleitos-deputado-estadual-ap-quem-ganhou/>



A bancada legislativa do Amapá no Congresso Nacional na Legislatura 2018-2022 conta com oito deputados federais e três senadores. A maior parte dos deputados do Amapá votou alinhada com o governo Bolsonaro nos projetos-chave do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recorde para as emendas de relator (orçamento secreto).

”

**“(O pior projeto de lei)... é o licenciamento para exploração de minério dentro de algumas comunidade Indígenas.”**

*Isis Tatiane da Silva dos Santos, presidente da Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC), ativista do movimento negro cultural e ambiental no Amapá*

### Como votaram os Deputados Federais do Amapá no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>102-103</sup> Plenária	LICENCIAMENTO <sup>104</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>105</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>106</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>107</sup> Plenária
01	Acácio Favacho (MDB)	A favor	A favor	Contra	x	A favor
02	Aline Gurgel (REPUBLICANOS)	A favor	A favor	Contra	x	A favor
03	<b>André Abdon (PP)</b>	A favor	A favor	A favor	x	A favor
04	Camilo Capiberibe (PSB)	Contra	Contra	Contra	x	Contra
05	Leda Sadala (PP)	A favor	A favor	A favor	x	A favor
06	<b>Luiz Carlos (PSDB)</b>	A favor /suplente dep. Pedro da Lua (PSC)	A favor	A favor /suplente dep. Pedro da Lua (PSC)	x	A favor /suplente dep. Pedro da Lua (PSC)
07	Professora Marcivania (PCdoB)	Contra	Contra	Contra	x	Contra
08	Vinicius Gurgel (PL)	A favor	A favor	A favor /suplente Dep. Jorielson (PL)	x	A favor /suplente Dep. Jorielson (PL)

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa no [site](#) da Câmara dos Deputados, imprensa e da [Frente Parlamentar da Agropecuária](#)

102 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?deVotacao=9924>

103 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

104 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

105 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

106 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

107 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>



## AMAPÁ NO SENADO

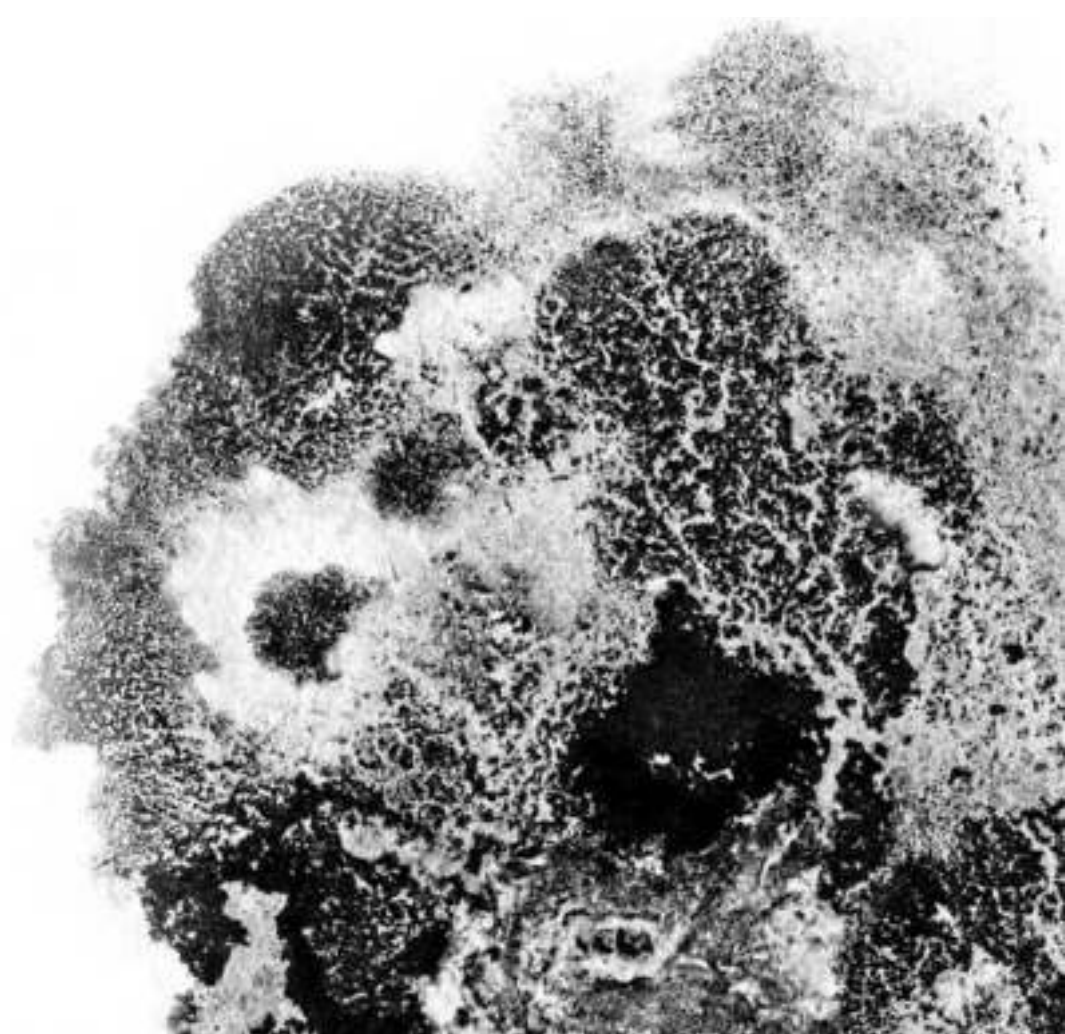
O Amapá tem 3 Senadores eleitos pelo estado: senador Davi Alcolumbre (UNIÃO); senador Lucas Barreto (PSD) e senador Randolfe Rodrigues (REDE); Alcolumbre e Barreto fazem parte da Frente Parlamentar da Agropecuária e votaram a favor da LOA 2022; Randolfe Rodrigues votou contra<sup>108</sup>.

”

**“(Pensando no futuro, uma política socioambiental) ...onde houvesse realmente cuidados com esse nosso bem maior. Longe das perversas explorações irresponsáveis, com investimentos para preservação; onde o desenvolvimento econômico não afetasse o meio ambiente; que tivesse planejamento dando vazão ao lado social.”**

*Isis Tatiane da Silva dos Santos, presidente da Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú (AMMVQC), ativista do movimento negro cultural e ambiental no Amapá.*

108 <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/senado/brasil/projetos/orcamento-da-uniao-para-2022>





# 5. AMAZONAS



**ÁREA: 1.559.167,85 km<sup>2</sup>**



**4.207.714 habitantes (2020)**



**62 municípios**



**Capital: Manaus, onde vivem mais de 2.255.000 pessoas, mais da metade da população do estado**



**IDH\*: 0,674  
18º no ranking BR (2010)**



**PIB: R\$ 100,1 bilhões (2018)**



**54,62% da área demarcada como Unidades de Conservação e Terras Indígenas**



**91,05% do território coberto por florestas (2020)**



**Mais de 6,55% do estado foi atingido pelo desmatamento até 2022**



**Cerca de 31.577 focos de calor foram detectados em 2020 e 2021**



**148,33 megatons de CO<sub>2</sub> emitidos em 2019, a maioria proveniente de desmatamento e mudanças no uso do solo**

\*Índice de Desenvolvimento Humano

\*\*Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Inpe e "Fatos da Amazônia Legal"



”

“Desde o início, o governo Bolsonaro mostrou sua intenção de promover a barbárie na agenda socioambiental no país. Chegou a quase extinguir o Ministério do Meio Ambiente e acabou mantendo-o sob pressão. Daí assumiu uma estratégia clara de terra arrasada sobre os órgãos e departamentos, afastando servidores qualificados e de carreira dos cargos e reduzindo as estruturas de gestão, como no ICMBIO. **Fechou ou reduziu os espaços participativos que incluíam a sociedade civil, estados e municípios, como no CONAMA, entre outros.** Desestruturou os fundos de investimento para ações de proteção e manejo ambiental, como foi o caso do Fundo Amazônia, entre tantas outras ações. Para completar o quadro macabro, o governo tem promovido o crime ambiental em seus discursos, gerando um clima de sinal verde para ações degradantes e criminosas, como o garimpo e a ocupação ilegal de terras públicas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.”

Carlos Durigan, geógrafo e diretor da Wildlife Conservation Society Brasil<sup>109</sup>, Manaus/AM

## USO DA TERRA E VETORES DE DESMATEMTO: Devastação duplica com Bolsonaro

O Amazonas tem mais de 90% do seu território coberto por florestas nativas — o índice mais alto entre os estados que formam a Amazônia Legal. Historicamente preservado e com poucos acessos terrestres a outras unidades da federação, o estado viu a degradação e destruição florestal avançarem na última década, especialmente na região sul. Em 2020, o Amazonas apresentou a 3ª maior taxa de desmatamento da região, ultrapassando Rondônia e ficando atrás apenas de Pará e Mato Grosso. Essa dinâmica mostra que o Arco do Desmatamento se aproxima rapidamente de reservas de biodiversidade e povos indígenas nas partes mais remotas da Amazônia central.

**Na lista de 39 municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, cinco estão no Amazonas: Apuí, Manicoré, Novo Aripuanã, Boca do Acre e Lábrea<sup>110</sup>**

O estudo [Leis e Práticas de Regularização Fundiária no Amazonas](#), elaborado pelo Imazon, estima que 62,5% do território do estado já possui destinação fundiária; a maior parte da área é formada por áreas protegidas: 29,5% de Terras Indígenas (TIs) e 24% de Unidades de Conservação (UCs), excluindo-se Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Projetos de Assentamento (PAs) ocupam 5,5% do estado e imóveis privados, 4%. Também foram identificados: 1,6 milhão de hectares (1% do estado) mapeados para titulação pelo Incra; 210 mil hectares de interesse para criação de Unidade de Conservação (ICMBio, 2016) e outros 53 mil hectares de possível demanda para Terra Indígena (2017). **Os outros 37,5% do estado representam áreas não destinadas ou sem informação de destinação.**

Dados de 2017 indicam que 79% das áreas não destinadas (44,7 milhões de hectares) pertenciam ao governo estadual e 21% ao governo federal. O Imazon identificou ainda que 56% da área não destinada (32,5 milhões de hectares) possui prioridade para conservação, de acordo com o levantamento coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade, com a quase totalidade classificada como de alta importância biológica.

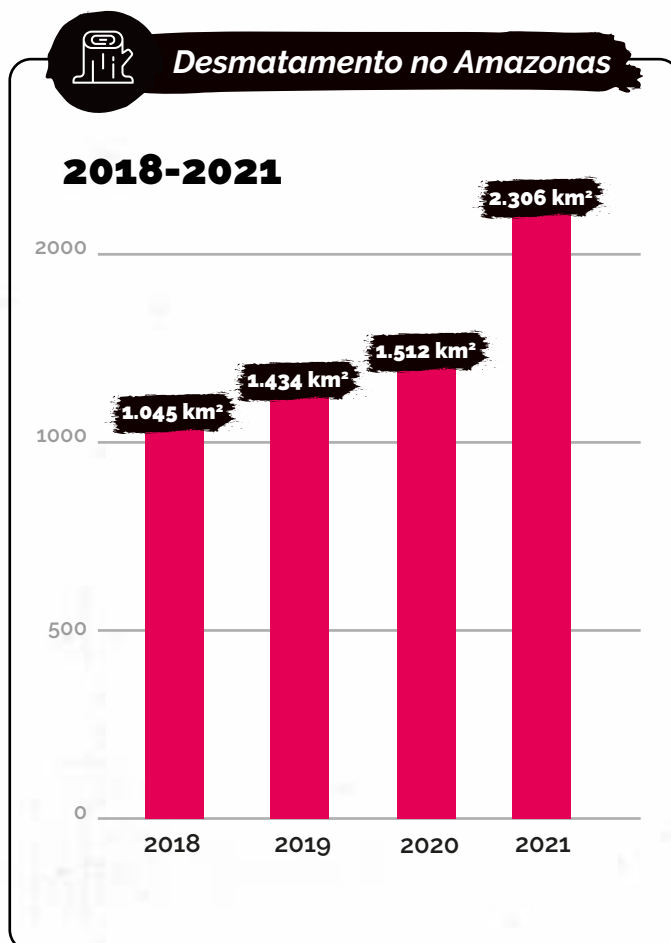
<sup>109</sup> <https://brasil.wcs.org/>

<sup>110</sup> <http://combateaoedesmatamento.mma.gov.br/municipios-prioritarios>



**Áreas de florestas públicas não destinadas, assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas são palco de conflitos no campo no Amazonas. Segundo levantamento do Imazon, os principais fatores que dão causa aos conflitos são:**

- i) especulação imobiliária e grilagem de terras;**
- ii) emissão de títulos em áreas de manifestação de interesse da Funai;**
- iii) sobreposições entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas. O sul do Amazonas é citado como uma das regiões mais conflituosas no estado.**



**Entre 2020 e 2021, o desmatamento no Amazonas aumentou 55,22% (Prodes/Inpe)**

Fonte: [Inpe](#) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)



## Grilagem + Madeira Ilegal:

### O Caso da Gleba João Bento

Localizada no município de Lábrea, no sul do Amazonas, a Gleba João Bento tem 295 mil hectares — o que equivale a cerca de duas vezes o tamanho do município de São Paulo. Glebas são áreas do governo ainda não destinadas e geralmente gigantescas. Um [estudo](#) do Greenpeace mostrou como o ciclo roubo de terras públicas/madeira ilegal/desmatamento está comprometendo este imenso território, em conluio com as decisões políticas e manobras legislativas tomadas em Brasília.

A Gleba João Bento tem sido alvo de grilagem por grupos criminosos desde a década de 1970. Em 2011, a área foi retomada pelo governo federal, sem impedir novos roubos de terras. De acordo com o levantamento, dos 295 mil hectares de floresta que havia dentro da gleba, 93 mil já foram derrubados e queimados, dando lugar a imensas áreas de pasto para a criação de bois; cerca de 57% dessa destruição ocorreu entre 2019 e 2021, durante o governo Bolsonaro. Na contramão da lei, o Ipaam, órgão ambiental do estado do Amazonas, aprovou planos de manejo florestal dentro da gleba, ignorando tratar-se de terra pública federal e que, portanto, os "proprietários" (grileiros) não tinham título de domínio ou autorização do Incra para utilizar a área.

Investigações realizadas pela Polícia Federal na operação Arquimedes evidenciaram que as autorizações dadas pelo Ipaam faziam parte de um esquema de extração ilegal de madeira no Amazonas e levaram à suspensão definitiva dessas licenças de manejo. Segundo o relatório do Greenpeace, somente na Fazenda Bom Princípio, dentro da Gleba João Bento, **entre a aprovação e o cancelamento do plano de manejo, foram explorados cerca de 13 mil m<sup>3</sup> de madeira** (ou 500 caminhões carregados), com lucros de mais de R\$ 1 milhão para os invasores. Toda a madeira extraída dessa fazenda foi comercializada com a empresa Industrial Madeireira Atalaia Ltda, cujo sócio-administrador, André Bandeira Macari, é também fundador do Condomínio Jequitibá, território grilado dentro da gleba de onde foram extraídos 45 mil m<sup>3</sup> de madeira ilegal. A Industrial Madeireira Atalaia Ltda comercializou com madeireiras de oito estados e exportou, via porto de Manaus, um total de 28 contêineres de madeira amazônica para Portugal, Bélgica e França.

”

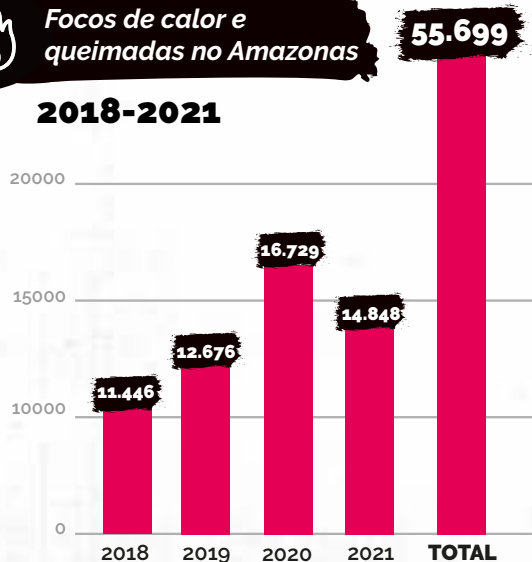
**“Tem sido muito impactante o cenário de escalada sem precedentes do desmatamento e das queimadas estabelecido justamente em um momento crítico para a humanidade. Parece que o fogo de nossas florestas, seja na Amazônia, no Pantanal ou no Cerrado, é a comissão de frente desta gestão e, atrás, seguem as demais alas da destruição.”**

*Carlos Durigan, geógrafo e diretor da Wildlife Conservation Society Brasil, Manaus/AM*



Focos de calor e  
queimadas no Amazonas

2018-2021



Fonte: Inpe

Na temporada do fogo de 2020, o Amazonas teve recorde histórico de focos de calor. Uma [nota técnica](#) do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) publicada em junho daquele ano indicava que as queimadas seriam mais intensas e pedia foco das autoridades para prevenir o fogo em locais com acúmulo de áreas desmatadas e não queimadas no ano anterior, citando Apuí, Nova Aripuanã e Boca do Acre.

De acordo com reportagem da [Amazônia Real](#), o município de Apuí, localizado no sul do estado, às margens da rodovia Transamazônica e cercado por florestas preservadas dentro de Terras Indígenas e Unidades de Conservação, foi cenário de grandes queimadas em 2020. O Mosaico do Apuí foi transformado em alvo constante de deputados amazonenses que defendem a revisão e redução dessas áreas protegidas.

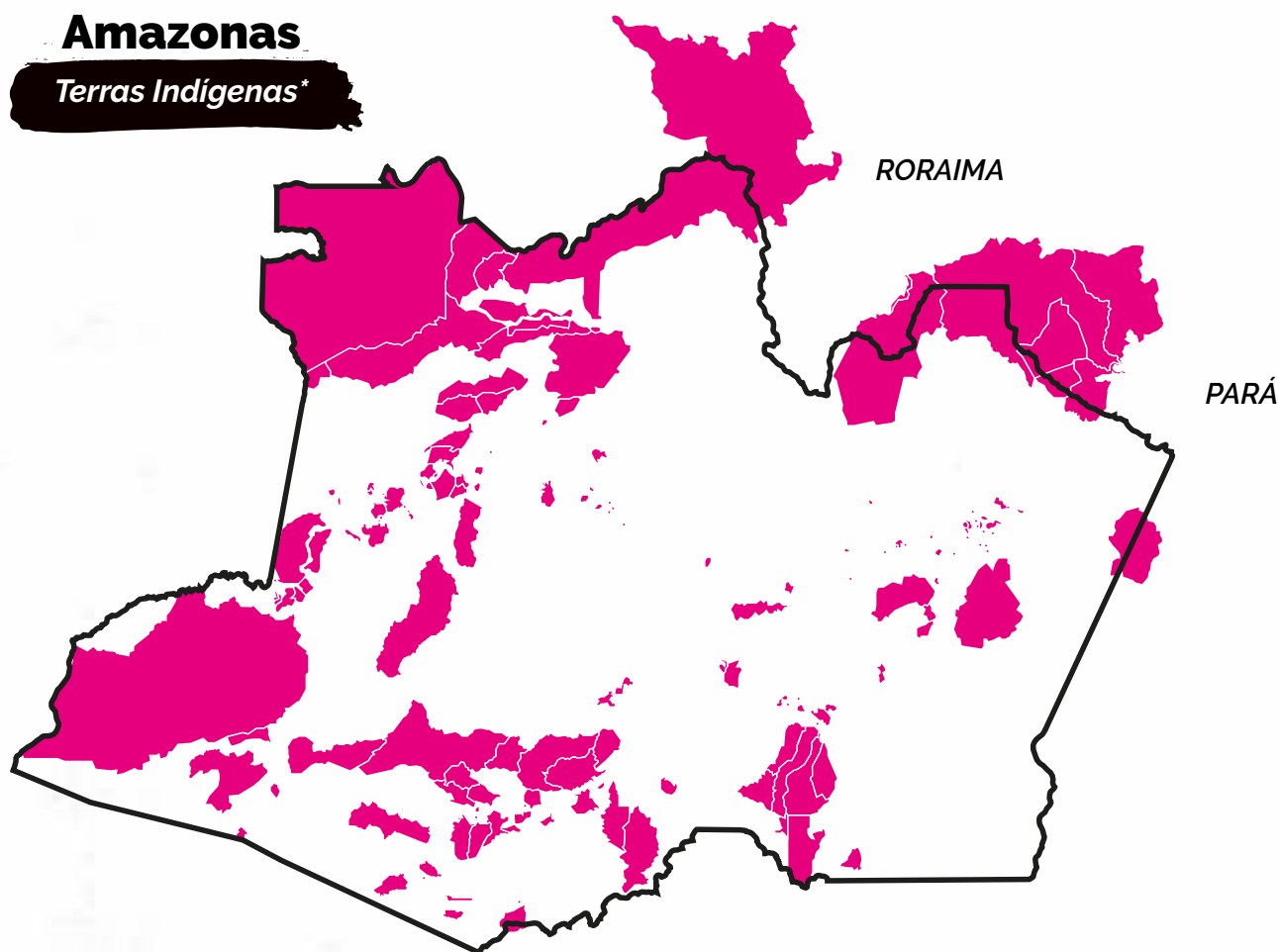


Ouvido pela reportagem da Amazônia Real, o prefeito de Apuí, Antônio Rogue Longo (DEM), atribuiu os grandes incêndios no município ao aumento da grilagem. "Este ano de 2020 está tendo mais queimadas que nos anos anteriores. Existe uma quadrilha de grilagem de terras da União que faz documentos falsos e vende para empresários de não sei de onde são, acho que de outros estados. Aqueles que compraram mandaram derrubar grandes matas e estão fazendo grandes queimadas". O prefeito também reclamou da ausência dos órgãos dos governos estadual e federal na região no período que antecedeu as queimadas.

## EMERGÊNCIA INDÍGENA: Povos isolados ameaçados por crescimento do desmatamento e abandono da Funai

**Em 2019, o Amazonas foi o  
3º maior emissor de gases de  
efeito estufa na Amazônia  
Legal, atrás apenas do Pará e  
do Mato Grosso<sup>111</sup>**

No estado do Amazonas, existem 164 Terras Indígenas que ocupam uma área de mais de 45 milhões de hectares<sup>112</sup>, ou 28,5% do território estadual. Em diferentes estágios de regularização e reconhecimento, as TIs no Amazonas abrigam cerca de 58 diferentes povos indígenas<sup>113</sup>, incluindo dezenas de grupos de indígenas isolados ou de recente contato<sup>114</sup>.



**Apesar de concentrar pequena parte do desmatamento, as TIs do Amazonas têm sofrido com crescente pressão de invasores, madeireiros e traficantes, vinculados a empreendimentos de infraestrutura e com a ausência das agências de fiscalização e controle.**

*\*Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](#).*

<sup>111</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

<sup>112</sup> <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>

<sup>113</sup> [https://piib.socioambiental.org/pt/Quadro\\_Geral\\_dos\\_Povos](https://piib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos)

<sup>114</sup> [https://piib.socioambiental.org/pt/Onde\\_est%C3%A3o\\_os\\_isolados%3F](https://piib.socioambiental.org/pt/Onde_est%C3%A3o_os_isolados%3F)



”

**“Piorou para nós que somos indígenas. Melhorou para o garimpeiro, madeireiro, que tem apoio do Bolsonaro, do atual governo. Para nós, povos da floresta piorou bastante.”**

*Cláudia Baré, pedagoga indígena, Manaus/AM*

Segundo o site da campanha [Isolados ou Dizimados](#), que monitora e pressiona a Fundação Nacional do Índio (Funai) pela adoção de medidas restritivas para proteger tais povos, a Terra Indígena Jacareúba-Katawixi (AM) está atualmente desprotegida, já que a portaria referente a este território venceu em dezembro de 2021 e ainda não foi renovada pelo órgão indigenista.

No Médio Purus, foi confirmada há mais de 5 meses a presença de um povo isolado no rio Mamoriá, fora de limites de terras indígenas. Até agora, a Funai não restringiu o uso da área para evitar invasões e contatos. Um relatório da campanha divulgado em março de 2022 indica que, se o cenário de desgovernança continuar, o desmatamento no sul do Amazonas, em território de indígenas isolados, pode quadruplicar e alcançar cerca de 170 mil km<sup>2</sup> em 2050, quatro vezes mais do que a média histórica entre 2012 e 2016. A perspectiva de pavimentação da BR-319 também representa alto potencial para aumento do desmatamento na região<sup>115</sup>.

## **Indígenas do Vale do Javari ameaçados: os assassinatos dos aliados Maxciel, Bruno e Dom**

Uma das regiões com maior concentração de povos indígenas isolados é a Terra Indígena do Vale do Javari, com cerca de 8,5 milhões de hectares demarcados e homologados na fronteira do estado do Amazonas com o Peru e a Colômbia. É a segunda TI em extensão no país, habitada por 26 povos, sendo 19 isolados e os povos Kanamari, Korubo, Kulina Pano, Marubo, Matis, Matsés e Tsohom-dyapa, num total de mais de 6.300 pessoas<sup>116</sup>.

Segundo o Centro de Trabalho Indigenista, historicamente a região sofre constante pressão de exploração de seus recursos naturais, em especial borracha, madeira e peles. Mais recentemente, devido à localização na fronteira peruana, tem sido alvo de caça e pesca ilegais, do narcotráfico e da exploração petrolífera<sup>117</sup>. Após a eleição de Jair Bolsonaro, assim como aconteceu em diversos outros pontos da Amazônia Legal, a violência e as invasões de criminosos explodiram no Vale do Javari, culminando nos assassinatos brutais do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

No dia 6 de setembro de 2019, o indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maxciel Pereira dos Santos, foi executado com um tiro na nuca em uma rua movimentada, na frente de sua família, na cidade de Tabatinga (AM), fronteira com a Colômbia. Maxciel trabalhava no Javari. O INA - associação de servidores públicos da Funai - já havia requisitado proteção aos indigenistas; vários deixaram a área devido à ameaças de morte<sup>118</sup>.

Uma [nota](#) da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) do dia 27 de setembro de 2019 afirmou que “as ameaças de outrora, se intensificam no presente. Listam-se os mais recorrentes que em nome da religião estabelecem base e trabalhos missionários evangélicos e buscam contato com os isolados causando interferência no espaço tradicional geopolítico de nossa ancestralidade. Há que mencionar, as atividades de extração de minérios. Garimpeiros se instalam de forma ilegal e passam a explorar comercialmente a região causando problemas ambientais incalculáveis aos brasileiros que vivem na região e aos interesses nacionais. O mesmo ocorre com o ressurgimento de fazendeiros, petroleiros, pescadores e caçadores de animais silvestres. O órgão oficial que deveria garantir a política de proteção do território está cada vez mais fragilizado. Destacamos ainda que o diminuto efetivo da FUNAI, que tem afinidade e comprometimento com a causa dos indígenas, atualmente está sofrendo ameaças pelos invasores”.

A carta denunciava ainda um ataque a tiros de arma de fogo realizado por criminosos ambientais contra a Base de Proteção do rio Itacoai/Ituí na semana anterior, o sétimo em uma série de atentados desde novembro de 2018. Essa era justamente a base de atuação do indigenista Maxciel dos Santos, antes de ser assassinado. E também a região onde Bruno Pereira trabalhava, antes de se licenciar da Funai por discordar das políticas implementadas pelo órgão sob o governo Bolsonaro e passar a atuar como colaborador da UNIVAJA.

Quase dois anos depois e muitos outros alertas da UNIVAJA e do INA, em 15 de junho de 2022, após seguir as direções indicadas pelos indígenas, a Polícia Federal (PF) confirmou que os restos mortais encontrados eram de Bruno e Dom. Eles haviam desaparecido no dia 5 no Vale do Javari. Desde as primeiras informações sobre o desaparecimento, a UNI-

115 <https://povosisolados.com/2022/03/14/2767/>

116 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3895>

117 <https://trabalhoindigenista.org.br/programa/javari/>

118 <https://cimi.org.br/2019/09/mais-mortes-podem-acontecer-dizem-invasores-a-indigenas-apos-assassinato-de-colaborador-da-funai/>



VAJA acompanhou e documentou as buscas organizadas ativamente por indígenas de diferentes povos — sem a liderança e pressão deles, dificilmente Dom e Bruno teriam sido encontrados<sup>119</sup>.

O engajamento dos indígenas contrastou com a omissão e demora do governo brasileiro em enviar recursos adequados para as investigações e com as insinuações da Polícia Federal de que não haveria mandantes logo após prender três pescadores locais como suspeitos pelo crime. “Com esse posicionamento, a PF desconsidera as informações qualificadas, oferecidas pela UNIVAJA em inúmeros ofícios, desde o segundo semestre de 2021 (...) que apontam a existência de um grupo criminoso organizado atuando nas invasões constantes à Terra Indígena Vale do Javari, do qual Pelado e Do Santo fazem parte”, diz a [nota](#) da organização indígena do dia 17 de junho de 2022.

Ao comentar o crime, o presidente Jair Bolsonaro e Marcelo Xavier, presidente da Funai, optaram por desinformar e acusar a “oposição” de criar falsas narrativas. O caso provocou forte comoção e mobilização da sociedade civil e da imprensa nacional e internacional, primeiro pela localização de Dom e Bruno, e na sequência pelo prosseguimento das investigações e por justiça. Foram registradas manifestações de solidariedade em diversas cidades brasileiras e no exterior.

No dia 23 de junho, protestos de servidores da Funai aconteceram em 42 das 52 unidades da autarquia durante greve nacional da categoria. Em julho de 2022, a Justiça do Amazonas remeteu o caso de Dom e Bruno para a Justiça Federal<sup>120</sup> e as investigações prosseguiram sem a identificação oficial do(s) mandante(s) do crime.

Bruno Pereira, considerado um dos principais indigenistas de sua geração e grande especialista e aliado dos povos do Javari, emocionou o Brasil com sua voz no canto [Kanamari](#) e sua luta em defesa dos povos da floresta. Foi velado e sepultado em Recife (PE), no dia 24 de junho de 2022, sob o [lamento](#) dos Xukuru.

Dom Philips, jornalista britânico que adotou o Brasil como lar, estava no Javari fazendo pesquisas para um livro. Dom foi lembrado em editoriais de grandes veículos internacionais de imprensa e chorado por familiares e uma legião de amigos que deixou pelo mundo. Foi velado e cremado em Niterói (RJ) no dia 26 de junho de 2022. Os desdobramentos do seu assassinato estão sendo acompanhado por [órgãos internacionais](#) de proteção à jornalistas.

”

**“Houve cortes orçamentários e muitos casos de assédio moral contra servidores de órgãos ambientais federais. Dentro da Funai, Bolsonaro fez um discurso e propôs medidas para abrir a fronteira, “passar a boiada”, ou seja, entregar as últimas terras públicas protegidas por lei ao capital, a especuladores imobiliários e depredadores da floresta. Garimpo desordenado, extração de madeira sem manejo, incentivo ao armamento no campo: explodiu a violência e invasões de áreas protegidas na Amazônia nesse governo. Sequer foram discutidas demarcações de novas Terras Indígenas e se tentou criminalizar os movimentos sociais. A tentativa de militarização dos quadros da gestão socioambiental na Amazônia foi desastrosa. Entraram pessoas sem nenhum conhecimento, sem sensibilidade no trato com os povos e sem práticas de escuta e dinâmicas participativas. Apostaram em uma política de enfrentamento às ONGs que têm grande acúmulo na região.”**

*Armando Soares Filho, indigenista aposentado da Funai com 38 anos de experiência, Lábrea/AM + Marcelo Horta, sociólogo, doutorando em geografia (Universidade Federal de Rondônia), especialista em indigenismo (Universidade Positivo/Opan), mestre em extensão rural (Universidade Federal de Viçosa), pesquisador do IFAM, Lábrea/AM.*

119 <https://univaja.info/monitoramento/>

120 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/juiza-do-amazonas-envia-caso-bruno-e-dom-para-a-justica-federal.shtml>



## VIOLÊNCIA: Conflitos fundiários se associam com guerras de facções para alta taxa de mortalidade

### Conflitos e mortes no campo Amazonas - 2018-2021: conflitos por terra sobem 36%

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	44	52	67	60
Violência contra a pessoa**	4	32	32	7

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: "Conflitos no campo 2018"; "Conflitos no Campo 2019"; "Conflitos no Campo 2020"; "Conflitos no Campo 2021" - CPT

”

**“Vivemos uma onda crescente de crimes e violência sem precedentes na Amazônia, um triste cenário dominado pelo narcotráfico tanto nas cidades quanto no interior, povos indígenas e comunidades quilombolas e ribeirinhas ameaçadas por atividades ilícitas e uma estrutura de estado deficiente para dar conta deste cenário.”**

*Carlos Durigan, geógrafo e diretor da Wildlife Conservation Society Brasil, Manaus/AM.*

De acordo com o [Anuário da Segurança Pública 2022](#), o estado contabilizou 5.197 mortes violentas intencionais<sup>121</sup> entre 2018 e 2021. O Anuário cita ainda que, no caso do Amazonas, os conflitos regionais entre grupos criminosos “se acirraram após um período de estabilidade, tanto que o estado apresentou a maior variação da taxa de mortalidade violenta em 2021, com crescimento de 53,8%. O estado vive uma sobreposição de crises na segurança pública, que tem relação com a profusão de crimes ambientais e conflitos fundiários, mas também muito associado ao conflito entre membros do Comando Vermelho e da Família do Norte”<sup>122</sup>.

**Segundo o Anuário 2022, o município rural de Japurá, no norte do AM, com cerca de 2 mil habitantes, aparece em 12º lugar na lista das 30 cidades mais violentas do Brasil**<sup>123</sup>.

<sup>121</sup> Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.

<sup>122</sup> Pg 40 - <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>

<sup>123</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/homicidios-em-serie-no-coracao-da-floresta/>





77

**“A grande preocupação é a infiltração de criminosos do narcotráfico nos crimes ambientais; assim, se antes quem invadia as terras indígenas eram comerciantes de madeira ou pescadores visando lucros em seus negócios, hoje traficantes de drogas buscam mercado dentro das TIs e o que é pior, visam arregimentar jovens indígenas para o tráfico. Facções criminosas como CV, Família do Norte etc. estão instaladas nas periferias de Lábrea, reproduzindo um modelo que domina todo o Brasil. Mata-se por dívida de droga, rixas entre facções e os jovens indígenas acabam caindo miseravelmente nessa malha. Mas a pior das violências continua a ser simbólica, a violência do preconceito que vê o indígena como cidadão inferior, desprezado pelas elites urbanas locais.”**

*Armando Soares Filho, indigenista aposentado da Funai com 38 anos de experiência, Lábrea/AM + Marcelo Horta, sociólogo, doutorando em geografia (Universidade Federal de Rondônia), especialista em indigenismo (Universidade Positivo/Opan), mestre em extensão rural (Universidade Federal de Viçosa), pesquisador do IFAM, Lábrea/AM.*

## PONTOS DE ATENÇÃO

## Projetos de alto impacto socioambiental no estado

### A reconstrução da Rodovia BR-319 e a explosão da grilagem e do desmatamento entre Manaus e Porto Velho

Promessa da campanha eleitoral de 2018 reiterada em várias visitas ao Amazonas<sup>124</sup>, o presidente Jair Bolsonaro usou o asfaltamento da rodovia BR-319, que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO) como plataforma política no estado. Em discursos, **Bolsonaro elogiou o ditador Ernesto Geisel**, que inaugurou a BR-319 com um total 885 km de extensão em 1976, mas teve seu tráfego interrompido em 1988. Desde 2015, um programa de “manutenção” a tornou marginalmente transitável durante a estação seca. Um trecho de mais de 400 km, entre os municípios de Humaitá e Careiro da Várzea, no Amazonas, parte do traçado original da rodovia planejada pelos militares, hoje quase não funciona.

A reconstrução e asfaltamento do chamado Trecho do Meio tem apoio de várias lideranças políticas e empresariais do estado, já que criaria mais uma via terrestre para o transporte de bens e serviços. A obra tem sido historicamente alvo de processos do Ministério Público Federal<sup>125</sup> por conta dos impactos socioambientais intrínsecos, já que conectaria por terra o arco do desmatamento a uma região ainda preservada de florestas na Amazônia Central. Em 2019, o projeto de reconstrução do Trecho do Meio foi qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia, desencadeando grande esforço político pela realização da obra e a explosão da grilagem e do desmatamento na região.

**Para estudiosos, a abertura da BR-319 e estradas vicinais associadas representaria um ponto de não retorno da degradação florestal, perda de biodiversidade e do papel de regulação climática da Amazônia.**

<sup>124</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/07/25/internas\\_economia.1072407/em-manau-bolsonaro-promete-asfaltar-a-br-319-mesmo-com-orcamento-de.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/07/25/internas_economia.1072407/em-manau-bolsonaro-promete-asfaltar-a-br-319-mesmo-com-orcamento-de.shtml)

<sup>125</sup> [http://www.mpfmp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/eventos/audiencia-publica/audiencia-publica-br-319/eia-rima\\_br-319.pdf](http://www.mpfmp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/eventos/audiencia-publica/audiencia-publica-br-319/eia-rima_br-319.pdf)



Um estudo publicado em setembro de 2021 na revista [Land Use Policy](#) detalhou como a **BR-319 tem servido de acesso para a extração ilegal de madeira, invasão, grilagem e desmatamento no entorno da estrada** e como a dinâmica envolve ações de agências do governo como o Incra. “Apesar da legislação ambiental exigir Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para o Lote C, um dos pontos de avanço do desmatamento, um juiz autorizou a pavimentação do trecho sem o EIA”, afirma a publicação. A decisão do STJ em abril de 2021 alegou que a falta da estrada representa um sério risco para a ordem pública, segurança, economia e saúde, relacionando a obra à grave crise de falta de oxigênio vivida na pandemia de Covid-19 em Manaus em janeiro daquele ano — argumento reproduzido por diferentes [lideranças](#) políticas estaduais e nacionais para apoiar a pavimentação da estrada.

“Pode-se esperar que os atores e processos de desmatamento migrem para todas as áreas conectadas a Manaus por estrada, como Roraima, no norte da Amazônia, e para a vasta área de floresta no oeste do estado do Amazonas que seria aberta por estradas planejadas para ligar à BR-319. O Brasil está totalmente despreparado para conter a destruição que essa mudança na geografia do desmatamento representa”, afirma o pesquisador do Inpa, Philip Martin Fearnside, em [artigo](#) sobre a rodovia para o Amazônia Real.

O [Observatório BR-319 \(OBR-319\)](#), rede de organizações da sociedade civil que atua na região de influência da rodovia BR-319, está monitorando o andamento do licenciamento do projeto conduzido pelo Ibama após a decisão do STJ. A primeira audiência pública da BR-319 foi realizada em 27 de setembro e o ciclo foi encerrado no dia 1º de outubro de 2021, marcado por baixa adesão da população, “principalmente a diretamente afetada pelo empreendimento, como povos indígenas e populações tradicionais, e pela não apresentação do Estudo do Componente Indígena (ECI), que não havia sido finalizado até o final dessa etapa do processo de licenciamento”<sup>127</sup>.

Em julho de 2022, o processo de licenciamento e as discussões sobre competências federais e estaduais sobre a obra se arrastavam, enquanto o desmatamento ilegal seguia avançando na região. A frustração de quem acreditava que a obra seria concluída antes das próximas eleições aumentou, com editoriais recentes na imprensa local afirmando: “Estamos no quarto ano do atual governo e nada foi feito. A promessa de Mourão, de Tarcísio de Freitas e do próprio presidente Jair Bolsonaro se dissiparam na brisa quente e única do clima amazônico”<sup>128</sup>.

**O asfaltamento da BR 319 ameaça 63 Terras Indígenas onde vivem 18 povos, incluindo indivíduos totalmente isolados, somando cerca de 18 mil pessoas impactadas em um raio de 150 km em ambas as margens da estrada, segundo pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)<sup>126</sup>.**

”

**“Nesses últimos anos, os fatos mais emblemáticos foram a invasão dos garimpeiros, as queimadas e o desmatamento. Não tem como a gente falar de desmatamento sem falar das queimadas que ocorreram de forma criminosa. O garimpo que não mata só o ser humano, mas todos os seres vivos que necessitam da água pura.”**

*Cláudia Baré, pedagoga indígena, Manaus/AM.*

<sup>126</sup> <https://oeco.org.br/reportagens/projeto-de-pavimentacao-da-br-319-ignora-regras-e-preve-entrega-em-2022/>

<sup>127</sup> <https://www.observatoriobr319.org.br/linha-do-tempo/>

<sup>128</sup> <https://amazonasatual.com.br/general-mourao-tera-que-comer-a-boina-br-319-nao-foi-recuperada/>



## Garimpo ilegal no rio Madeira

Os garimpos ilegais no rio Madeira existem há décadas. Inicialmente, se concentravam mais próximos a Rondônia. Nos [últimos anos](#), têm avançado sobre o território do Amazonas, na área dos municípios de Borba, Nova Olinda do Norte, Novo Aripuanã e Autazes. O rio Madeira é famoso por supostamente ter enormes depósitos de ouro em seu leito. A terra retirada do rio é levada para balsas, onde é "lavada" e passa por esteiras que separam o ouro de outros sedimentos com o uso de mercúrio. Em torno dessa atividade garimpeira, se organiza uma complexa cadeia de fornecedores de insumos, equipamentos e mão de obra. Além do aumento do preço do ouro no mercado financeiro e dos discursos de autoridades em apoio ao garimpo, outro fator responsável pelo grande fluxo de garimpeiros na região do Madeira é o desmonte da fiscalização ambiental federal. O rio Madeira corta Rondônia e Amazonas, sendo de responsabilidade de órgãos nacionais como o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

### **DESINFORMAÇÃO: WhatsApp é usado para minar movimento indígena e ameaçar lideranças**

”

**Vivo e atuo com ações de conservação no Amazonas há quase 30 anos. É muito triste o que acontece agora. Temos testemunhado a fragilização das agências de atuação na área ambiental e de apoio a povos indígenas, quilombolas e comunidades rurais tradicionais em geral, aumento da criminalidade sem precedentes, aumento de incidência de endemias, crise econômica abalando muito a vida já precária de quem vive em áreas distantes dos centros urbanos, entre outras. Para piorar, soma-se a este cenário de desestruturação um aumento de um ódio injustificável, movido a negacionismo e notícias falsas, às pessoas e instituições que se dedicam à ciência, ao meio-ambiente, aos direitos dos povos indígenas e não indígenas.”**

*Carlos Durigan, geógrafo e diretor da Wildlife Conservation Society Brasil, Manaus/AM.*

No estado, as estratégias de desinformação sobre a questão socioambiental cresceram a ponto de provocar a criação do projeto [Amazonas: Mentira Tem Preço](#), uma investigação realizada pela produtora [FALA](#) e pelo [InfoAmazonia](#). Desde o início de 2022, a iniciativa já produziu 12 reportagens abordando diferentes ações de disseminação de notícias falsas pelas redes sociais, além de revelar falhas no cumprimento da Lei de Acesso à Informação. A seguir, [destacamos](#) duas fake news investigadas pelo projeto:

### **"Lideranças indígenas do Amazonas e demarcação de terras estão sob ataque em grupos de WhatsApp"<sup>129</sup>**

Enquanto o acampamento indígena Luta pela Vida acontecia em Brasília no início de setembro de 2021, durante etapa do julgamento da tese do Marco Temporal pelo STF<sup>130</sup>, um vídeo divulgado pelo Whatsapp "acusava, sem provas, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) de usar recursos do acampamento para outros fins e afirmava que as entidades não representavam as comunidades indígenas de todo o país". A postagem tinha alcançado redes indígenas de todo o país e já circulava em grupos públicos do Amazonas no aplicativo, cujos interesses vão de política a religião. Mesmo distante do acampamento em Brasília, Milena Mura, liderança do povo Mura (AM), foi vítima de mentiras direcionadas no Whatsapp e nas redes sociais enquanto ela e outras 400 pessoas, de 17 comunidades, protestavam contra a tese do Marco Temporal na rodovia Manaus (AM) - Porto Velho (RO). Nos onze grupos públicos do Amazonas monitorados pela reportagem do Amazonas: Mentira tem Preço desde agosto de 2021, histórias atacando a mobilização contra a tese do Marco Temporal também foram compartilhadas. Uma delas creditava genericamente os protestos a ONGs e partidos de esquerda. Outras associavam o movimento a atos violentos e "vandalismo". "Demarcação de terras indígenas: Agro pede respeito à Constituição" foi mais um post que circulou em grupos. O conteúdo trazia o posicionamento da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que é favorável à tese jurídica do Marco Temporal.

<sup>129</sup> <https://infoamazonia.org/2022/01/26/whatsapp-fake-news-indigena-amazonas/>

<sup>130</sup> <https://cimi.org.br/2021/08/stf-julgamento-marco-temporal-01-09/>



”

**“Bolsonaro afirma que se o PL 191 for aprovado os indígenas também poderão usufruir dos recursos [da mineração em suas terras]. Isso jamais vai acontecer. Primeiro, nossos parentes não têm o conhecimento do que é uma pedra preciosa, do que é um metal que realmente vai valer. Eu estive no interior e sei disso. As pessoas passam e trocam muitas vezes uma pedra por uma cesta básica. O parente não estudou, não fez um curso de geologia para saber do valor de uma determinada pedra. Para fazer um garimpo tem que ter dinheiro, e os indígenas não têm. Quem tem grana é empresário.”**

*Cláudia Baré, pedagoga indígena, Manaus/AM.*

### **“Discurso bolsonarista contra ONGs ganha terreno em sites no AM”<sup>131</sup>**

Segundo investigação do Amazonas: Mentira tem Preço, que mapeou 42 veículos locais a partir do Atlas da Notícia 2020, “o discurso contra a atuação de organizações não governamentais na Amazônia é destaque na cobertura local no Amazonas sobre meio ambiente por sites e blogs que afirmam fazer jornalismo independente, seja de forma deliberada ou por meio da reprodução de discursos do presidente Jair Bolsonaro (PL) e de integrantes do alto escalão do governo”. Uma dessas postagens, publicada no site Chumbo Grosso em 4 de junho de 2019, diz: “Com a certeza de perderem a boquinha, ambientalistas protestam no Rio pelo Fundo Amazônia”. No site LR notícias, o colunista Osiris M. Araújo da Silva criminalizou a ação de ONGs sem apresentar provas na coluna Terrorismo Ambiental, em 8 de agosto de 2019. Para dar credibilidade a seus argumentos, Silva utilizou declarações do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Os registros de desmatamento da Amazônia nos últimos anos não aparecem na cobertura do Chumbo Grosso e do LR Notícias. Os dois sites exibem anúncios do governo do estado do Amazonas.

Enquanto ONGs e movimentos indígenas sofreram ações coordenadas de desinformação e difamação, grupos ligados a crimes ambientais como madeira ilegal e garimpo atuam livremente nas redes sociais, afirmam ambientalistas e indigenistas locais.

”

**“Um exemplo marcante da ‘boiada’ passando na Amazônia é o Máfia da Tora, que são madeireiros que têm grupos públicos nas redes sociais e agem impunemente<sup>132</sup>. Garimpeiros fazem o mesmo.”**

*Armando Soares Filho, indigenista aposentado da Funai com 38 anos de experiência, Lábrea/AM + Marcelo Horta, sociólogo, doutorando em geografia (Universidade Federal de Rondônia), especialista em indigenismo (Universidade Positivo/Opan), mestre em extensão rural (Universidade Federal de Viçosa), pesquisador do IFAM, Lábrea/AM.*

<sup>131</sup> <https://infoamazonia.org/2022/02/25/discurso-bolsonarista-contra-ongs-ganha-terreno-em-sites-no-am/>

<sup>132</sup> <https://www.tiktok.com/@elieltonlopes10/video/7023842869785955590>;  
<https://m.facebook.com/Mafia-da-tora-Rond%C3%B4nia-412586142284361/>;  
<https://www.facebook.com/ImperioDaMadeiraRO/>



”

**“Para mim foi horrível ver Bolsonaro sendo apoiado aqui no Amazonas. Também foi triste ver parentes apoiando este governo. Para mim, parente apoiando Bolsonaro também pode ser visto como um efeito da ‘boiada’”**

*Cláudia Baré, pedagoga indígena, Manaus/AM.*

## LINHA DO TEMPO



### FEVEREIRO DE 2019: Liderança Tukano é assassinada<sup>133</sup>

Francisco Pereira, 53, liderança indígena Tukano, foi baleado e assassinado, na comunidade Urukia, na cidade de Manaus (AM) no dia 27 de fevereiro de 2019. Homens encapuzados invadiram sua casa e dispararam diversas vezes contra Pereira. O crime foi testemunhado por sua mulher e filha. De acordo com a família, ele trabalhava com 42 comunidades indígenas e não havia nenhum conflito prévio que pudesse ter motivado o crime.



### SETEMBRO DE 2020: Fumaça em Manaus reflete recorde de queimadas no Amazonas e no Pará<sup>134</sup>

Na primeira semana de setembro de 2020, Manaus foi coberta por uma extensa nuvem de fumaça proveniente de queimadas em diferentes pontos da Amazônia. Os índices de focos de incêndios florestais na região vêm batendo recordes históricos desde julho. De acordo com reportagem do Amazônia Real, entre 1º e 8 de setembro de 2020, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou no Amazonas 2.002 focos, número 170% superior ao do mesmo período em 2019, quando o estado teve 742 focos. No estado, os registros do Inpe e outras instituições consultadas detectaram concentração de queimadas nos municípios de Lábrea, Apuí e Boca do Acre.



### JANEIRO DE 2021: Covid-19: Manaus tem falta de oxigênio em hospitais lotados no pico da segunda onda<sup>135</sup>

Manaus (AM), uma das primeiras cidades a ver seu sistema de saúde colapsar logo no início da pandemia, viveu tragédia anunciada com a explosão de casos de Covid-19 e a falta de oxigênio em hospitais lotados em janeiro de 2021. Pacientes morreram asfixiados, segundo relatos de profissionais de saúde, e mais de 200 foram transferidos para outros estados. Matérias na imprensa e a própria CPI da Pandemia no Congresso Nacional investigaram a “crise do oxigênio” em Manaus, inclusive o fato de que o então ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, tinha sido avisado sobre a escassez crítica de oxigênio em Manaus por integrantes do governo do Amazonas e pela empresa que fornece o produto com ao menos quatro dias de antecedência. Dias antes, na semana do colapso absoluto, o ministro financiou uma força-tarefa de médicos apoiadores do ineficiente “tratamento precoce” em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Manaus. O epidemiologista Jessem Orellana, da Fiocruz-Amazônia, em entrevista ao Estado de São Paulo, destacou a rejeição à implementação do lockdown, sugerida desde setembro, por parte do governador do estado, Wilson Lima — cuja decisão foi celebrada pelo presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores —, e ao que chamou de “má ciência”, em referência a um estudo publicado por pesquisadores dizendo que Manaus havia atingido a imunidade de rebanho. “Isso circulou pelo meio político, nas mesas de bar. Hoje mais gente questiona o estudo. Mas a partir dali [setembro de 2020] a população relaxou e o final da história é esse que vimos”, lamentou. Enquanto o colapso de Manaus despertou forte mobilização da sociedade civil para mitigar a situação dos hospitais, com campanhas de doação e compra de cilindros de oxigênio, o presidente manteve sua postura negacionista. “Fizemos a nossa parte”, declarou, além de reforçar sua defesa ao uso de medicamentos ineficazes contra a Covid-19.

<sup>133</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2019/02/27/lideranca-dos-tukano-assassinada/>

<sup>134</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2020/09/09/fumaca-em-manau-reflete-recorde-de-queimadas-no-amazonas-e-no-para/>

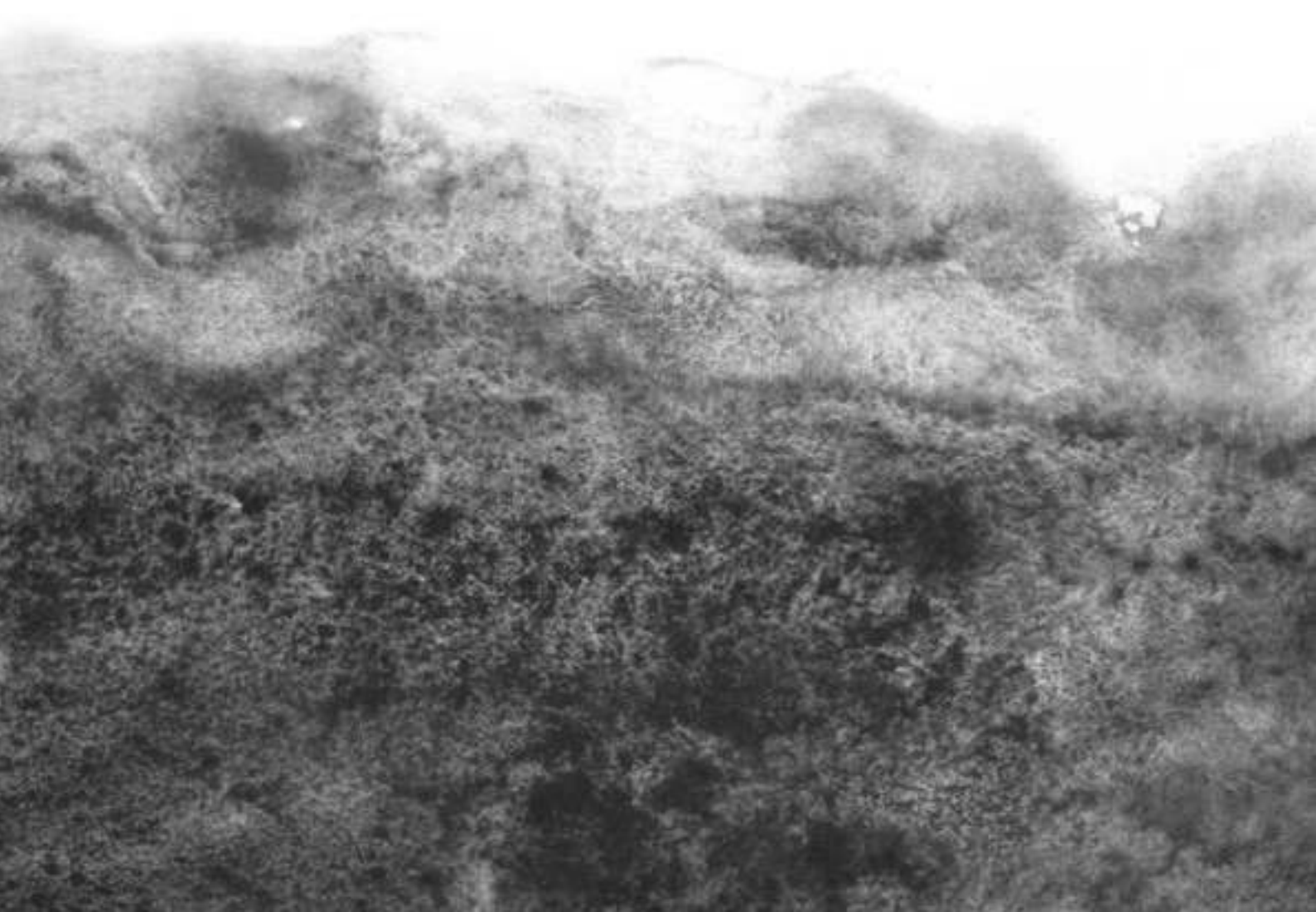
<sup>135</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2021/01/17/covid-19-manau-am-tem-falta-de-oxigenio-em-hospitais-lotados-no-pico-da-segunda-onda/>



## NOVEMBRO DE 2021: Garimpeiros ilegais enfileiram 600 balsas no rio Madeira, PF faz operação e prefeitos apoiam criminosos<sup>136</sup>

Em 24 de novembro de 2021, imagens chocantes com mais de 600 balsas de garimpeiros ilegais que avançavam enfileiradas pelo rio Madeira, na região dos municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte, no estado do Amazonas, ganharam as redes sociais. Segundo a imprensa, "um homem identificado como garimpeiro fala em montar um 'paredão' de balsas, com pessoas ao redor dos equipamentos, para reagir a qualquer tipo de abordagem para fiscalização" da Polícia Federal. A presença das balsas no rio, um dos mais importantes da Amazônia, ameaça de forma grave o ecossistema local, comprometendo a alimentação de centenas de espécies de peixes e também a qualidade da água, além de provocar assoreamento. Cinco dias depois, com o objetivo de desmantelar o "paredão" de balsas de garimpeiros ilegais que avançavam no rio Madeira, na região de Autazes (AM), foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ibama, com apoio das Forças Armadas, a operação Uiara. Mais de 130 embarcações foram incendiadas e três pessoas foram presas. Contrários à operação, os prefeitos dos municípios amazonenses de Autazes e Borba se mobilizaram para acionar a bancada federal do Amazonas com o intuito de paralisar a destruição das balsas. "Já falei com vários deputados federais e senadores que representam o Amazonas. E através disso eu tenho certeza que a gente consiga resolver essa situação. Se conseguirmos reverter uma ordem federal, todos vocês e nós vamos sair vitoriosos", disse o prefeito de Borba, Simão Peixoto (PP-AM), a dezenas de garimpeiros reunidos na praça da cidade, onde foram abrigados após fugir da operação.

<sup>136</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2021/11/24/garimpeiros-ilegais-enfileiram-600-balsas-no-rio-madeira/> e <https://www.sinaldefumaca.com/2021/11/29/pf-faz-acao-contra-garimpo-ilegal-no-rio-madeira-am-prefeitos-apoiam-criminosos/>





## GOVERNO ESTADUAL: Polêmicas e tentativa de impeachment de surfista da onda do Bolsonarismo

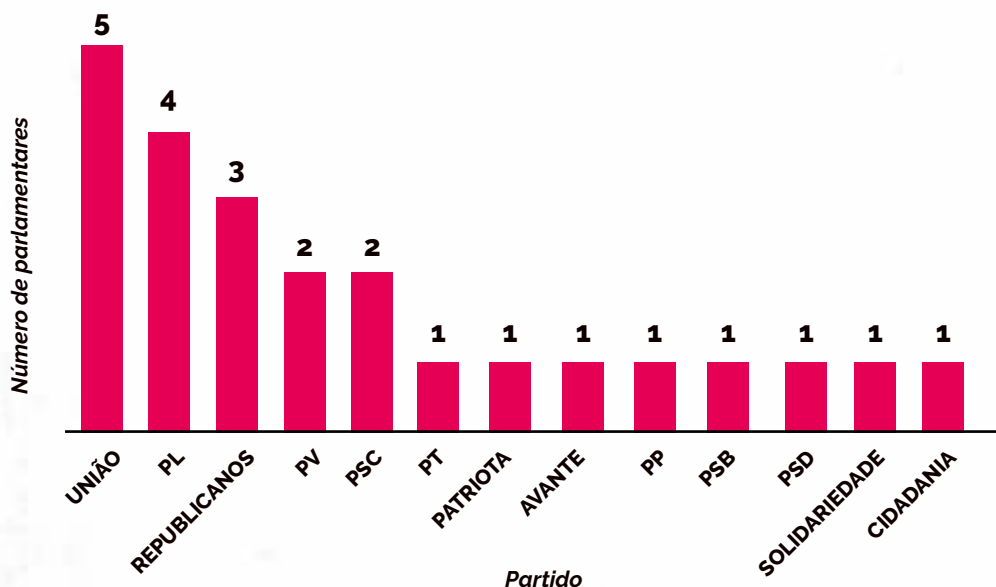
Em 2018, o jornalista e radialista Wilson Miranda Lima, 46, foi eleito governador do Amazonas pelo PSC na chapa com o vice Carlos Almeida (PRTB), com mais de 1 milhão de votos no segundo turno<sup>137</sup>. Foi a campanha eleitoral de estréia de Wilson Lima, que se tornou conhecido da população amazônica por apresentar um programa local de TV recorde de audiência. Lima, que surfou a onda da “renovação política” e recebeu apoio de Jair Bolsonaro, migrou para o UNIÃO Brasil na janela partidária do início de 2022. Casado e com dois filhos, o primeiro mandato de Wilson Lima foi marcado por polêmicas, denúncias e até uma tentativa de impeachment.

### Governador Wilson Lima vira réu

A pandemia tinha chegado no Brasil havia poucas semanas e a capital Manaus já era um dos epicentros da crise sanitária no país. Em abril de 2020, A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu Superior Tribunal de Justiça (STJ) que autorizasse a abertura de inquérito para investigar o governador do Amazonas, Wilson Lima, por indícios de superfaturamento na compra de 28 ventiladores pulmonares no valor de R\$ 2,9 milhões<sup>138</sup>. No início de maio, o presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas aceitou dois pedidos de impeachment contra o governador e o vice. Protocoladas por médicos do estado, as denúncias alegavam que o governo local fazia má gestão no combate à Covid-19 e acusavam os gestores de crimes de responsabilidade<sup>139</sup>.

Em junho de 2020, autorizada pelo STJ, a Polícia Federal cumpriu mandados e decretou prisão temporária de oito pessoas ligadas ao governo do estado e às empresas investigadas. O governador Wilson Lima foi alvo de mandados de busca e apreensão e de bloqueio de bens<sup>140</sup>. O processo de impeachment acabou arquivado em agosto de 2020 após votação na Assembleia Legislativa do estado<sup>141</sup>, mas as investigações sobre superfaturamento na compra dos respiradores continuaram e, em agosto de 2021, o STJ tornou Wilson Lima e outras 15 pessoas réus<sup>142</sup>. Em março de 2022, o STJ negou recursos apresentados por Lima e outros acusados. O julgamento ainda não foi marcado<sup>143</sup>.

A Assembleia Legislativa do Amazonas<sup>144</sup> tem **24** deputados estaduais, divididos da seguinte forma:



137 <https://www.acritica.com/channels/manaus/news/wilson-lima-e-eleito-o-novo-governador-do-amazonas-com-mais-de-xxx-mil-votos>

138 <https://d24am.com/coronavirus-no-amazonas/pgr-pede-inquerito-para-investigar-wilson-lima-por-compra-de-respiradores-em-adeaga/>

139 <https://brasil.elepaís.com/brasil/2020-05-01/governador-do-amazonas-enfrenta-pessao-pelo-seu-impeachment-diante-do-caos-pelo-coronavirus.html>

140 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/30/stj-ve-indicios-de-envolvimento-do-governador-do-amazonas-em-irregularidades-na-compra-de-respiradores.ghtml>

141 <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2020/08/06/por-12-votos-a-6-processo-de-impeachment-de-wilson-lima-e-vice-e-arquivado-na-assembleia-legislativa.ghtml>

142 <http://www.mpfmp.br/pgr/noticias-pgr/governador-e-vice-governador-do-am-e-outras-12-pessoas-viram-reus-por-irregularidades-na-compra-de-respiradores>

143 <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/03/07/apos-stj-negar-recurso-no-caso-dos-respiradores-governador-vice-e-empresarios-do-am-seguem-sendo-reus.ghtml>

144 <https://www.aleam.gov.br/deputados/>



”

“São tantos projetos de lei e que geram tanta preocupação que é até difícil dar peso a eles. Entendo que o conjunto destes processos em curso acaba por formar a base para uma tempestade perfeita de destruição das nossas políticas ambientais e conseqüentemente de nosso patrimônio natural.”

*Carlos Durigan, geógrafo e diretor da Wildlife Conservation Society Brasil, Manaus/AM*

### A BANCADA DO AMAZONAS NO CONGRESSO NACIONAL:

**83,3% dos deputados votam com Bolsonaro na pauta socioambiental (62,5% com as abstenções); 50% integram a Bancada Ruralista**

A bancada legislativa do Amazonas no Congresso Nacional conta com oito deputados federais e três senadores. A maior parte dos deputados do Amazonas votou alinhada com o governo Bolsonaro nos projetos chaves do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recorde para as emendas de relator (orçamento secreto).

### Como votaram os Deputados Federais do Amazonas no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>145 146</sup> Plenária	LICENCIAMENTO <sup>147</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>148</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>149</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>150</sup> Plenária
01	<b>Átila Lins (PSD)</b>	A favor	A favor	x	x	x
02	<b>Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE)</b>	A favor <i>relator do projeto</i>	x	A favor	x	A favor
03	Capitão Alberto Neto (PL)	A favor	A favor	A favor	x	x
04	Delegado Pablo (UNIAO)	x	A favor	A favor	x	x
05	José Ricardo (PT)	Contra	Contra	Contra	x	Contra
06	Marcelo Ramos (PSD)	x	A favor	Abstenção <i>presidiu a sessão</i>	x	Abstenção <i>presidiu a sessão</i>
07	<b>Sidney Leite (PSD)</b>	A favor	A favor	A favor	x	A favor
08	<b>Silas Câmara (REPUBLICANOS)</b>	A favor	x	A favor	x	A favor

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa na imprensa, no site da Câmara dos Deputados e no da [Frente Parlamentar da Agropecuária](#)

145 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

146 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9924>

147 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

148 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

149 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

150 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>





## AMAZONAS NO SENADO

Os três senadores eleitos pelo Amazonas são Eduardo Braga (MDB), Omar Aziz (PSD) e Plínio Valério (PSDB). Todos compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária e votaram a favor da aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2022<sup>151</sup>.

”

**”O pior projeto é o PL 191, que é uma forma muito cruel de extinguir os povos indígenas aos poucos. Ele atinge de forma geral todas as nossas terras, criando impactos para nós povos indígenas.”**

*Cláudia Baré, pedagoga indígena, Manaus/AM*

151 <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/senado/brasil/projetos/orcamento-da-uniao-para-2022>



# 6. MARANHÃO



**ÁREA: 264.715,03 km<sup>2</sup>**



**5.914.375 habitantes (2020)**



**183 municípios**



**Capital: São Luís, onde vivem mais de 1.115.932 pessoas**



**IDH\*: 0,639  
26º no ranking BR (2010)**



**PIB: R\$ 98,2 bilhões (2018)**



**25,57 % da área demarcados como Unidades de Conservação, Terras Indígenas e quilombolas**



**15,46% do território coberto por florestas e 42,56% por vegetação nativa não florestal (2020)**



**Mais de 40,24% do estado foi atingido pelo desmatamento até 2020**



**Cerca de 32.894 focos de calor foram detectados no estado em 2020 e 2021**



**81,56 megatons de CO<sub>2</sub>e emitidos em 2019, a maioria proveniente de desmatamento e mudanças no uso do solo**

\*Índice de Desenvolvimento Humano  
\*\*Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Inpe e "Fatos da Amazônia Legal"



”

**“As incidências políticas decorrentes da gestão do atual presidente do país cooperaram de forma substancial em grandes retrocessos na política socioambiental brasileira, afetando diretamente os estados que compõem a Amazônia Legal. Apesar de todo escândalo e da crescente pressão pública, o desmonte e as reformas infralegais do governo Bolsonaro continuam.”**

*Karoline Ramos, coordenadora e assessora jurídica do Coletivo Relocupa, São Luís/MA<sup>152</sup>*

## **USO DA TERRA E VETORES DE DESMATAMENTO: Floresta amazônica próxima do colapso enquanto desmatamento cresce com agronegócio**

O estudo [Leis e Práticas da Regularização Fundiária no Estado do Maranhão](#), publicado pelo Imazon em 2021, estima que 56% do território maranhense já possui destinação fundiária, desconsiderando-se sobreposições, com 30% em imóveis privados. Outra parte é formada por 11% de Projetos de Assentamento e 9% de Terras Indígenas (TIs) e 6% de Unidades de Conservação (UCs). **Foram identificados cerca de 62,4 mil hectares de Território Quilombola, segundo dados do Incra, que também mapeou outros 340 mil hectares (1,5% do estado) para titulação.**

O restante do Maranhão, 44% do território, não tinha destinação fundiária ou informações disponíveis. Cerca de 41% dessa área sem definição, ou 18% do estado, estava inscrita como imóvel privado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) - não é possível afirmar se são propriedades legalmente constituídas ou ocupações em terras públicas pendentes de avaliação

pelos órgãos fundiários que possivelmente configurem grilagem. Outra grande parte dessa área não destinada, 24,5% do território, não possuía informação de ocupação, mesmo no CAR. A responsabilidade por 89% dessas áreas é do governo estadual, o que equivale a 39% do total de terras não destinadas.

Os 11% sob jurisdição federal estariam disponíveis para regularização de posses, conforme decisão da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal. O levantamento do Imazon indica ainda que 1,2 milhão de hectares das áreas não destinadas são prioritários para conservação, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo mais da metade classificada como de importância biológica extremamente alta.

”

**“Houve uma associação do governo federal com o crime organizado e quadrilhas de grileiros, madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, sojicultores que tomaram de assalto vastas porções da floresta, destruindo tudo pela frente e fomentando conflitos agrários que resultaram em mortes, pessoas ameaçadas, poluição das águas, queimadas e genocídio dos povos indígenas.”**

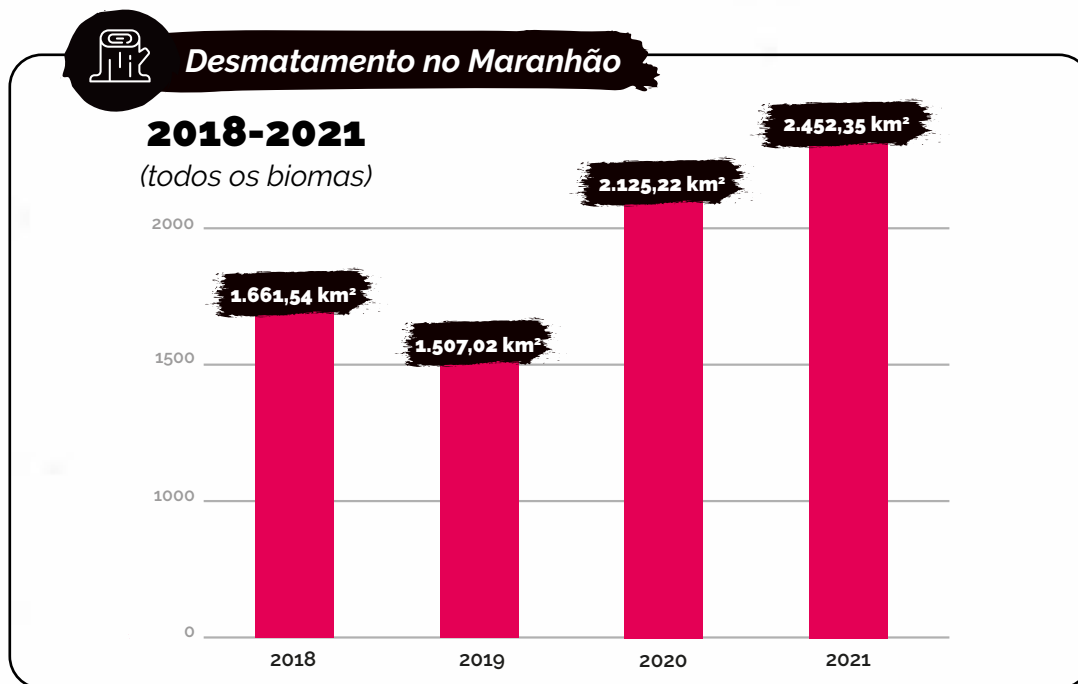
*Diogo Cabral, advogado popular, São Luís/MA<sup>153</sup>*

<sup>152</sup> Coletivo de viés educacional político-popular e de verificação de conteúdos (fact-checking) na cidade de São Luís que objetiva contribuir para uma participação ativa, pública, efetiva e hierarquicamente transversal da população sobre as temáticas de Direito à Cidade nos eixos clima e sociedade, mobilidade ativa e meio ambiente. [https://linktr.ee/Re\\_o\\_cupa](https://linktr.ee/Re_o_cupa)

<sup>153</sup> <https://twitter.com/Diogotapuio>



**Segundo macrozoneamento ecológico produzido pela Embrapa em 2016, no estado do Maranhão encontram-se 3 biomas: Cerrado (64% do estado), Amazônia (35%) e Caatinga (1%), formando um mosaico rico em biodiversidade.**



Fonte: [Inpe](#) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)

## BIOMA AMAZÔNIA

A área de floresta amazônica no estado do Maranhão encontra-se em situação de colapso iminente, segundo [artigo científico](#) publicado na revista Land Use Policy em setembro de 2020. De acordo com o estudo, a cobertura de floresta original perdeu quase 1.000 km<sup>2</sup> entre 2016 e 2019, e outros 6.000 km<sup>2</sup> foram degradados pelo fogo ou pela atividade madeireira, além de ocasionar altos índices de violência contra povos indígenas e comunidades rurais. Cerca de 80% das florestas nativas do estado já foram destruídas<sup>154</sup>. Dados do MapBiomas (2021) indicam que **restam 11,6 milhões de hectares de floresta no Maranhão, dos quais 85% estão concentrados em terras indígenas e Unidades de Conservação de proteção integral**<sup>155</sup>.

## BIOMA CERRADO

Os principais vetores do desmatamento no cerrado do Maranhão são agricultura, pecuária e o plantio de eucalipto. Entre 2020 e 2021, a cidade de Balsas, no sul do estado, foi o município que mais desmatou o Cerrado, de acordo com levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM). Além de Balsas, outros três municípios maranhenses estão na lista das 10 cidades do Brasil que mais desmataram o bioma: Grajaú, Caxias e Aldeias Altas. As áreas de proteção integral no Cerrado maranhense se encontram principalmente no Parque Estadual do Mirador (766.781 hectares) e no Parque Nacional das Chapadas das Mesas (160.046 hectares)<sup>156 157</sup>.

<sup>154</sup> <https://www.brasildfato.com.br/2020/06/30/no-maranhao-80-da-floresta-amazonica-ja-foi-devastada>

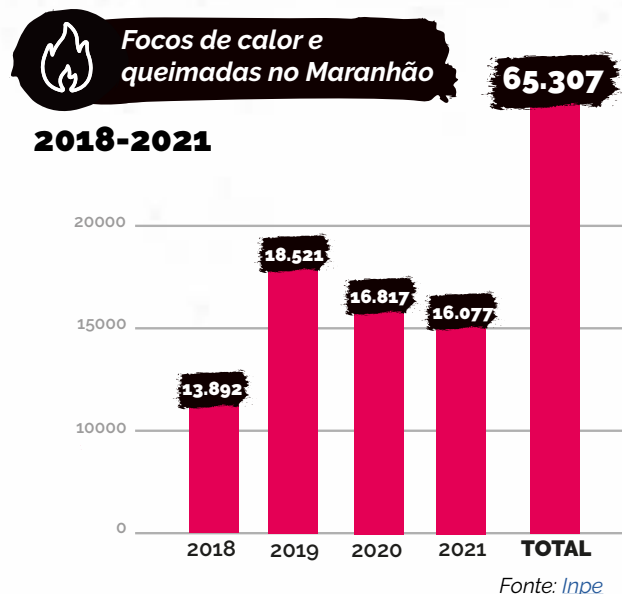
<sup>155</sup> <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/09/05/dia-da-amazonia-o-desafio-de-preservar-o-pouco-que-ainda-resta-da-floresta-no-maranhao.ghtml>

<sup>156</sup> <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/01/03/maranhao-esta-entre-estados-que-mais-desmatam-o-cerrado-para-a-agropecuaria.ghtml>

<sup>157</sup> <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/01/07/balsas-e-o-municipio-do-maranhao-que-mais-desmatou-o-cerrado-no-ultimo-ano-aponta-ipam.ghtml>

No começo da temporada do fogo de 2021, em agosto, os focos de queimadas no Maranhão aumentaram 78% em 15 dias, chegando a mais de 1.698 incêndios no estado em apenas duas semanas.

A maior parte estava concentrada no bioma Cerrado, com 1.550 ocorrências, e outros 115 focos de calor registrados no bioma Amazônia; naquele momento, mais de uma centena de queimadas foi mapeada dentro de terras indígenas do estado<sup>158</sup>. No acumulado de 2021, o estado registrou mais de 16 mil focos de calor (INPE). O pico de queimadas no estado acontece geralmente no mês de novembro e o fogo pode ser agravado por questões climáticas regionais.



”

**“O que resta da Amazônia no Maranhão se deve às terras indígenas, às reservas extrativistas, às reservas biológicas e aos territórios tradicionais. Nos últimos 3 anos, assistimos a uma avassaladora destruição da Amazônia maranhense. Não há muito do que se falar em futuro da floresta. A floresta está agonizando”**

*Diogo Cabral, advogado popular, São Luís/MA*

## **EMERGÊNCIA INDÍGENA E A RESISTÊNCIA DOS POVOS DO CERRADO: Últimas trincheiras de floresta e cerrado no Maranhão**

De acordo com a plataforma [Terras Indígenas do Brasil](#), o Maranhão tem 22 territórios indígenas identificados e em diferentes etapas de regularização e demarcação, cobrindo quase 9% da área do estado. No último Censo de 2010, o estado tinha 38.831 indígenas, dos quais 76% viviam em TIs, espalhados em 31 municípios maranhenses. Segundo a Funai, existem sete etnias vivendo no Maranhão: Ka'apor, Guajá, Tenetehara, Timbira, Kanela, Krikati e Gamela<sup>159</sup>.

<sup>158</sup> <https://oestadoma.com/noticias/2021/08/24/focos-de-queimadas-aumentaram-78-em-15-dias-no-maranhao/>

<sup>159</sup> <https://oimparcial.com.br/cidades/2019/04/o-mapa-dos-indios-no-maranhao/2/#the-post>



Todas as TIs no Maranhão sofrem pressões e ameaças, segundo o [estudo](#) Acesso à Justiça para Povos Indígenas no estado do Maranhão.<sup>160</sup> A publicação afirma que, ao longo dos anos, enquanto a extração madeireira, as queimadas e as obras de infraestrutura engolem as florestas no entorno, crescem as ameaças às Terras Indígenas e, por consequência, intensificam-se as já antigas e crônicas violações dos direitos sociais, territoriais, culturais e humanos dos povos originários. Nos tribunais superiores e na segunda instância do TRF-1, a pesquisa não encontrou decisões judiciais condenatórias por crimes ambientais ocorridos dentro de terras indígenas. Ainda de acordo com o estudo, entre 2003 e 2019, dos 57 assassinatos de indígenas reportados, 32,3% tiveram correlação com a invasão de seus territórios e a exploração ilegal dos recursos naturais neles existentes. Destaca-se o fato de que a cada 10 indígenas assassinados nesse período, 7 pertenciam ao povo Guajajara.

**“Considerando o cenário amplamente documentado de invasões e desmatamento, a ausência de condenações referentes a crimes ambientais dentro das TIs reforça a percepção de que impera um panorama de impunidade (...) [como] um fator determinante para o amparo da escalada de violências, tornando o Maranhão um dos estados mais perigosos do Brasil para os povos indígenas”**

*Fonte: Estudo Acesso à Justiça para Povos Indígenas no estado do Maranhão.*



<sup>160</sup> Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](#).



Além de povos indígenas, o Maranhão concentra muitas comunidades tradicionais. Longe de estarem efetivamente protegidas, enfrentam ameaças do avanço da soja, das plantações de eucalipto e das disputas fundiárias sobre seus territórios ancestrais. Para resistir de forma organizada, [a Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão](#) realiza, há 10 anos, grandes encontros regionais.

O último aconteceu entre os dias 24 e 26 de fevereiro de 2022 na capital São Luís e contou com a participação de articuladores e articuladoras indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, missionários do Cimi Regional Maranhão, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (Miqcb), Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Questões Agrárias (NERA), da Universidade Federal Maranhão (UFMA). Já nos dias 8 e 9 de abril, a [Comissão Pastoral da Terra](#) reuniu povos do Cerrado ameaçados por empreendimentos agrícolas e conflitos no campo na cidade de Barra do Corda (MA).

”

**“Entre 2020 e 2022, foram assassinados no Maranhão 8 quilombolas, sendo 6 líderes comunitários. Houve também a tentativa de desconstitucionalizar a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade.”**

*Karoline Ramos, coordenadora e assessora jurídica do Coletivo Re(o)cupa, São Luís/MA.*

### Quilombolas de Alcântara seguem ameaçados

O Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), no Maranhão, ameaça a vida de comunidades quilombolas da região desde que foi construído. Sob a justificativa de ser um lugar geograficamente privilegiado para o lançamento de satélites, a instalação da base espacial na cidade de Alcântara pelo governo brasileiro violou um território ancestral da comunidade quilombola, cuja ocupação remonta ao século 18. Alcântara, localizada na região metropolitana de São Luís, concentra a maior população quilombola do país, com mais de 17 mil pessoas, distribuídas em quase 200 comunidades.

Inaugurada em 1983 como um projeto da Aeronáutica e do Programa Espacial do país, a construção da base espacial foi marcada por desapropriações e expulsões de mais de 300 famílias de 23 povoados quilombolas, reassentadas à força em agrovilas longe do mar e do rio e sem qualquer estrutura. A mudança violou o modo de vida tradicional da população, trazendo insegurança alimentar, proibição de livre circulação no território e falta de acesso às políticas públicas de educação, saúde, saneamento básico e transporte. Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro firmou um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com o então presidente Donald Trump para a utilização do CLA pelos Estados Unidos. Promulgada em fevereiro de 2020, a proposta previa a ampliação da Base em 30 mil acres, o que implicaria a remoção forçada de 30 quilombos que somam cerca de 2 mil pessoas. Em plena pandemia, a Resolução nº. 11, de 26 de março de 2020, assinada pelo general Augusto Heleno, incumbiu ao Ministério da Defesa “a execução das mudanças das famílias”.

De acordo com levantamento da [Agência Pública](#), a resolução foi questionada em ação judicial pelo deputado federal Bira do Pindaré (PSB/MA), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Comunidades Quilombolas. Em maio de 2020, uma liminar da Justiça Federal suspendeu a remoção, determinando que não fosse efetivada até a consulta livre, prévia e informada dos afetados. Em outubro de 2021, a comissão do Senado dos EUA decidiu que os recursos destinados ao Brasil não deveriam ser utilizados na remoção das comunidades. Na sequência, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro revogou a Resolução nº 11. Ainda segundo a Agência Pública em reportagem de janeiro de 2022, o caso dos quilombolas contra o CLA foi admitido para julgamento pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), após denúncia apresentada em agosto de 2021 pelas comunidades afetadas e entidades como Justiça Global, Global Exchange e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), entre outras.



## VIOLÊNCIA: Recordista em conflitos no campo em 2019 e 2020

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 2010 e 2019, o Maranhão ocupou o primeiro lugar entre os 9 estados da Amazônia Legal em número de conflitos no campo acumulados, com 1.684 casos identificados no período.

Dada a gravidade da situação, em 2015, o governo estadual criou a Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), vinculada à Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular, para atuar em casos coletivos consolidados em áreas de jurisdição estadual. O objetivo da COECV é realizar a mediação para que não ocorra o uso abusivo da força policial e para que se respeitem as demandas de direitos humanos<sup>161</sup>.

### Conflitos e mortes no campo - Maranhão 2018-2021

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	199	174	203	98
Violência contra a pessoa**	95	53	30	29

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: "Conflitos no campo 2018"; "Conflitos no Campo 2019"; "Conflitos no Campo 2020", "Conflitos no Campo 2021" - CPT



**O Maranhão é um estado violento. Entre 2020-2021, ocorreram 14 assassinatos de líderes indígenas, quilombolas e camponeses, todos concentrados na Amazônia maranhense. Em nenhum dos casos houve identificação de mandantes e, em apenas dois, o inquérito policial foi concluído. Entre 2015-2022, ocorreram 43 assassinatos de defensores dos direitos humanos e ambientalistas no Maranhão. “**

*Diogo Cabral, advogado popular, São Luís/MA*

Já de acordo com o [Anuário da Segurança Pública 2022](#), o Maranhão contabilizou 4.062 mortes violentas intencionais<sup>162</sup> entre 2018 e 2021. Ao longo de dez anos (2011-2021), a taxa de mortes violentas intencionais subiu 21,4% no estado. O município de Junco do Maranhão ocupa a 29ª posição no ranking das 30 cidades mais violentas do país<sup>163</sup>.



**“O governo atual, tido como progressista, possui um policiamento violento. Dados levantados pela Rede de Observatórios da Segurança apontam que, no Maranhão, há registro de 29 mortes decorrentes de operações policiais e outras 79 ocorrências com armas de fogo<sup>164</sup>, números que crescem enquanto facções locais (Bonde dos 40, Comando Vermelho e PCC) se expandem e disputam territórios.”**

*Karoline Ramos, coordenadora e assessora jurídica do Coletivo Re(o)cupa, São Luís/MA.*

<sup>161</sup> [https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria\\_Maranhao.pdf](https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria_Maranhao.pdf)

<sup>162</sup> Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.

<sup>163</sup> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/28/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2022.htm>

<sup>164</sup> <https://www.observatoriodeseuranca.org/artigos/retratos-da-violencia-novos-dados-do-maranhao-e-piaui/>





**“No Maranhão, uma mulher é vítima de violência a cada 72 horas; feminicídios e tentativas de feminicídios correspondem a 69% das ocorrências. Todas as vítimas de crimes contra LGBTQIA+ são pessoas negras, indicando sobreposição de racismo e violência homofóbica”**

*Rede de Observatórios da Segurança*

## PONTOS DE ATENÇÃO

## Projetos de alto impacto socioambiental no estado

### A destruição do Cerrado: soja e racismo ambiental no **Matopiba**

Um [estudo](#) do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) divulgado em março de 2022 mostrou que o **MATOPIBA** - região de cerrado que compreende partes do **MA**ranhão, **TO**cantins, **PI**auí e **BA**hia - concentrou mais de 61% de todo o desmatamento no bioma entre agosto de 2020 e julho de 2021, maior índice da série histórica (Prodes/Inpe). No mesmo período, o bioma Cerrado teve a maior taxa total de desmatamento desde 2015. Maranhão foi o estado que teve a maior área de vegetação nativa desmatada com 2.281,72 km<sup>2</sup>, seguido por Tocantins (1.710,55 km<sup>2</sup>), Bahia (925,11 km<sup>2</sup>) e Piauí (583,73 km<sup>2</sup>). A soma da área de Cerrado já desmatada no Matopiba corresponde a pouco mais de três vezes o território da cidade de São Paulo. Segundo o MapBiomias, Tocantins e Maranhão, nesta ordem, são os estados que mais perderam vegetação nativa de Cerrado na última década. A iniciativa revelou que a região do Matopiba mais que dobrou a área destinada à agropecuária nos últimos 36 anos.

O dossiê [NA FRONTEIRA DA \(I\)LEGALIDADE: Desmatamento e grilagem no Matopiba](#), elaborado pela Articulação de Resistência do Matopiba da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, informa que, do ponto de vista da logística de escoamento de commodities agrícolas a partir do Matopiba, projetos como a ampliação da rodovia BR-135 e o Porto São Luís, no Maranhão — entre vários nos outros estados — estão em processo de estudo, construção e/ou concessão, provocando intensos conflitos territoriais. Também alerta que a Embrapa tem realizado pesquisas e lançado variedades agrícolas adaptadas ao solo e clima da região, promovendo a expansão dos monocultivos.

**Em 2020, cerca de 17% da superfície desmatada de Cerrado no Matopiba — ou 4 milhões de hectares — estava destinada a monocultivos de soja (2018) e 14,6 milhões de hectares destinados à pastagens (2020), com um aumento de 258% desde 1985. Juntos, gado e soja correspondem a praticamente 80% da área de desmatamento acumulado no Cerrado do Matopiba<sup>165</sup>.**

Um dos casos detalhados pelo dossiê é o de Travessia do Mirador, no centro-sul maranhense, onde 78 comunidades da agricultura familiar aguardam, há 40 anos, o cumprimento de decisão judicial que destina a área para reforma agrária e regularização fundiária. São famílias agroextrativistas que praticam a criação tradicional de gado, cultivam as milenares roças de toco e vivem nas chapadas da região com soberania alimentar e geração de renda. A farinha de mandioca, por exemplo, tem importância significativa para o abastecimento de municípios vizinhos. Além de não cumprir a decisão judicial, o estado criou um parque no local na década de 1980. A área de preservação ambiental não permite a presença das comunidades. Ameaçadas pela administração do parque, elas sofrem também com o avanço de grandes propriedades no entorno da unidade. Ali, a grilagem é um problema histórico, já que os limites não são explícitos e o Incra vem permitindo o registro de propriedades privadas sobre a área. Entre as empresas do agronegócio que exploram a região, pesam denúncias de trabalho escravo e compra ilegal de terras por estrangeiros.

<sup>165</sup> <https://www.matopibagrilagem.org/matopiba>



"Enquanto os comunitários são tratados como invasores e infratores, o agronegócio é tido como parceiro e aliado da preservação ambiental, mesmo com o amplo desmatamento no entorno do parque e na porção leste desafetada para dar lugar a monocultivos de soja", diz a análise da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), que participou da elaboração do dossiê<sup>166</sup>.

O documento ressalta ainda que tramita no Congresso Nacional o [Projeto de Lei Complementar nº 246/2020](#), de autoria do deputado federal Pastor Gil (PL/MA), que institui o Complexo Geoeconômico e Social do Matopiba. O projeto foi aprovado em 22 de setembro de 2021 na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços com substitutivo a partir do Parecer do Relator, deputado federal Capitão Fábio Abreu (PL/PI). A principal modificação proposta no parecer e aprovada pela comissão foi a inclusão de parte do estado do Pará que "faz fronteira territorial e agrícola com os estados do Maranhão e Tocantins", o que significaria "aproximadamente mais 39 municípios" paraenses e a mudança da sigla do complexo geoeconômico para MAPATOPIBA. Os desdobramentos da tramitação do projeto podem implicar uma nova ofensiva sobre os territórios.

## DESINFORMAÇÃO: Empresas e governos usam comunicação para criminalizar comunidades tradicionais

Entre os alvos de campanhas de desinformação no estado do Maranhão nos últimos quatro anos, percebe-se que o próprio governo estadual tem usado sistematicamente suas forças de segurança e canais oficiais de comunicação para criminalizar comunidades tradicionais, como mostra o exemplo do povo Akroá Gamella detalhado a seguir:

### GUERRA DE VERSÕES: GOVERNO DO ESTADO X INDÍGENAS

**O relato dos Akroá Gamella:** No dia 17 de novembro de 2011, de acordo com informações do [Conselho Indigenista Missionário \(CIMI\)](#), "o povo Akroá Gamella, da Terra Indígena (TI) Taquaritiua, município de Viana (MA), foi surpreendido com a chegada hostil de funcionários de uma empresa de energia elétrica, acompanhados de jagunços – que se identificaram como policiais. Há anos, essa empresa tenta, sem qualquer consulta e respeito aos indígenas, instalar torres e linhões de transmissão dentro da TI Taquaritiua, área que vive um moroso processo de demarcação pela Fundação Nacional do Índio (Funai)". Lideranças indígenas relataram que cerca de 60 homens passaram a madrugada do dia 17 para o dia 18 na área, vigiando a comunidade e que os jagunços ajudavam os funcionários na instalação de torres de energia. Na tarde do dia seguinte, policiais militares do governo do Maranhão dirigiram-se à Aldeia Cajueiro, dentro da TI, e segundo o CIMI, colocaram, à força, algumas lideranças dentro da viatura, apreenderam celulares e outros equipamentos de comunicação dos indígenas, além do uso de armas de fogo, spray de pimenta e balas de borracha contra a comunidade. De acordo com Lucimar Carvalho, assessora jurídica do CIMI, já foram feitas diversas denúncias sobre o caso e, desde 2016, a Equatorial Energia tenta dar continuidade ao processo de implantação do linhão de energia que rasga a TI Taquaritiua ao meio. "A ação dessa empresa é completamente descabida. Primeiro que o licenciamento corre pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, enquanto deveria ser pelo Ibama. Os impactos no território sequer foram observados", afirmou.

**O que disseram a empresa e as autoridades:** Em nota sobre a ocorrência, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA) informou que a polícia foi acionada após os funcionários da empresa de energia terem sido feitos reféns e terem dois veículos queimados enquanto realizavam trabalhos na zona rural de Viana. A SSP afirmou que "dois agentes da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) foram feitos reféns e tiveram as armas subtraídas. Com a chegada de reforços, os reféns foram liberados, as armas recuperadas e quatro indígenas foram conduzidos para a Delegacia Regional do município". A versão da polícia foi corroborada, por meio de nota, pela Equatorial Energia, que repetiu que "colaboradores foram abordados pelos indígenas pedindo a paralisação da obra, representantes teriam tentado realizar uma reunião com as partes, quando os indígenas se 'exaltaram' e mantiveram todos reféns por horas". Segundo a empresa, as armas dos policiais militares foram tomadas e veículos foram incendiados<sup>167</sup>.

<sup>166</sup> <https://www.brasilefato.com.br/2021/12/06/quatro-casos-demonstram-na-pratica-a-relacao-entre-grilagem-e-desmatamento-no-matopiba>

<sup>167</sup> <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2021/11/18/cimi-diz-que-indios-gamella-foram-atacados-por-policiais-militares-durante-conflito-no-ma-ssp-nega-versao-ghhtml>



”

**“Durante ação da Equatorial Energia, a Secretaria de Estado de Segurança Pública informou aos jornais que a polícia foi acionada após os funcionários da empresa terem sido feitos reféns e dois veículos queimados. A SSP chegou a afirmar perante a mídia que dois agentes da PM-MA foram feitos reféns e tiveram as armas subtraídas quando chegaram ao local, o que não prospera.”**

*Karoline Ramos, coordenadora e assessora jurídica  
do Coletivo Re(o)cupa, São Luís/MA.*

**Não é de hoje:** Além da ameaça da empresa de energia, há um quadro crônico de conflitos na região devido à longa espera de demarcação do território, que já dura quatro décadas. A retomada dos Akroá Gamella foi marcada por um massacre promovido por pecuaristas. Em abril de 2017, 20 indígenas ficaram feridos e dois tiveram as mãos decepadas após serem atacados por mais de 200 pessoas incitadas por políticos e fazendeiros da região<sup>168</sup>. Um dia após o massacre, enquanto a notícia corria, o governador do Maranhão, Flávio Dino, então em seu primeiro mandato, publicava em sua conta no Twitter que até aquele momento “não havia nenhuma vítima com mãos decepadas”. Segundo o CIMI, “não foi só o decepamento das mãos que foi colocado em dúvida depois do massacre. Na época, o Ministério da Justiça e Segurança Pública chamou os Akroá-Gamella de “supostos indígenas”. Um major da polícia se referiu a eles como “esses que dizem ser índios”.

## LINHA DO TEMPO

No monitoramento realizado pelo [Sinal de Fumaça](#) dos principais acontecimentos socioambientais desde a eleição de Jair Bolsonaro, destacamos 2 eventos no estado do Maranhão que revelam a natureza e concretizam as políticas do governo federal executadas com o apoio de parlamentares e autoridades locais.



### NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2019: Os assassinatos dos indígenas Guajajara<sup>169 170</sup>

No início de novembro de 2019, Paulino Guajajara, agente florestal do povo Guajajara (MA), foi emboscado e assassinado por madeireiros dentro da terra indígena Araribóia. Paulino foi assassinado com um tiro no rosto. Outra liderança indígena, Laercio Guajajara, ficou ferido e foi levado ao hospital. Relatos também dão conta de que um madeireiro morreu no conflito, mas seu corpo não foi localizado. Paulino vinha recebendo ameaças de morte e havia pedido para ser incluído em um programa de proteção à testemunha. “Ele não teve tempo”, disse Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e parente de Paulino. Cerca de um mês depois, Firmino Silvino Guajajara e Raimundo Bernice Guajajara, indígenas da mesma etnia de Paulino, foram mortos em um atentado a tiros no município de Jenipapo dos Vieiras (MA). O ataque deixou outros dois indígenas feridos, que tiveram seus nomes preservados por questões de segurança. A Polícia Federal enviou uma equipe ao local para as investigações.



### JANEIRO DE 2022: Desmatamento bate recorde no Cerrado<sup>171</sup>

O Cerrado atingiu a mais alta taxa de desmatamento desde 2015, apontam os dados consolidados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Segundo nota técnica do instituto, divulgada em 31 de dezembro, houve um aumento de 7,9% da supressão vegetação nativa de agosto de 2020 a julho de 2021, período oficial de medição do desmatamento anual do sistema PRODES, somando 8.531,44 km<sup>2</sup>. Do total de área desmatada, 61,3% (5.227,32 km<sup>2</sup>) se concentrou no Matopiba, fronteira agrícola que engloba parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, indica análise do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

<sup>168</sup> <https://cimi.org.br/2019/05/por-que-esse-homem-ainda-ta-vivo/>

<sup>169</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2019/11/01/paulino-guajajara-e-assassinado/>

<sup>170</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2019/12/07/indigenas-guajajara-sao-assassinados-no-maranhao/>

<sup>171</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2022/01/05/desmatamento-bate-recorde-no-cerrado-em-2021/>



## GOVERNO ESTADUAL: Oposição no poder, mas comunidades tradicionais seguem enfrentando desafios

”

**“A fake news mais marcante da política socioambiental é que o estado realiza uma política pública de proteção dos biomas de maneira adequada. Isso foi divulgado em canais oficiais do Governo do Estado do Maranhão e reproduzido em matérias e em blogs.”**

*Diogo Cabral, advogado popular, São Luís/MA.*

Em 2018, Flávio Dino, então no PCdoB, foi reeleito governador do Maranhão no primeiro turno com 59,29% dos votos válidos<sup>172</sup>. Dino exerceu seu segundo mandato pelo PCdoB até junho de 2021, quando migrou para o PSB. Em abril de 2022, se licenciou e deixou o vice Carlos Brandão (PSB) em seu lugar. Em sua carta de despedida<sup>173</sup> do governo do estado, Dino destacou investimentos na construção de escolas, no combate à pandemia e em obras como rodovias e pontes; não citou nem uma vez a conservação socioambiental e o combate aos conflitos por terras no Maranhão.

### O ZEE DA AMAZÔNIA E DO CERRADO NO ESTADO DO MARANHÃO

Em maio de 2020, o então governador Flávio Dino (PSB), sancionou a Lei 11.269/2020, aprovada pela Assembleia Legislativa do Maranhão (AL/MA). De autoria do Poder Executivo, a lei instituiu o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (ZEE-MA) para o Bioma Amazônico. O governo Dino apresentou o projeto alegando que “o ZEE constitui instrumento de planejamento estratégico indispensável ao aperfeiçoamento das políticas públicas estimuladoras do desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado”<sup>174</sup>. Também proposto na gestão Dino, dois anos depois, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Bioma Cerrado e Sistema Costeiro do Estado do Maranhão foi transformado na Lei 11.734/2022 após sanção do governador em exercício Carlos Brandão (PSB). Segundo nota da Universidade Estadual do Maranhão<sup>175</sup>, que participou dos estudos que embasaram o ZEE, “a Lei é fundamental para a consolidação do processo de licenciamento ambiental, das políticas ambientais das áreas Florestal, de Recursos Hídricos e de Mudanças Climáticas, além do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza.

Organizações da sociedade civil, porém, reclamaram de pressa, falta de transparência e não-incorporação de emendas relevantes. O advogado e assessor de políticas públicas do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) que atua em temas socioambientais no Maranhão desde os anos 1990, Vitor Hugo Moraes, reconhece a robustez dos estudos do ZEE mas alerta que o texto do Executivo correu apressadamente na AL/MA sem passar pela Comissão do Meio Ambiente ou pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema). “Não houve alteração do texto apresentado pelo Executivo porque não houve tempo hábil para analisar a lei. A sociedade civil apresentou emendas de aprimoramento que foram descartadas. Nada do que foi apresentado nas audiências públicas foi considerado”. Entre os pontos ignorados pelos deputados estaduais destacam-se a necessidade de elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação do Estado que ainda não os possui, além da criação de “cinturões de amortecimento” entre propriedades rurais e eventuais povoados vizinhos, com a finalidade de evitar conflitos entre fazendeiros e comunidades locais<sup>176</sup>. Outro ponto criticado por pesquisadores é a redução de áreas de preservação como Reserva Legal prevista no ZEE<sup>177</sup>.

172 <https://g1.globo.com/ma/maranhao/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/flavio-dino-do-pcdob-e-reeleito-governador-do-maranhao.ghtml>

173 <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/03/4997254-flavio-dino-deixa-governo-do-maranhao-para-disputar-senado.html>

174 <https://www.al.ma.leg.br/noticias/39800>

175 <https://www.uema.br/2020/06/uema-participa-de-lei-do-zoneamento-ecologico-economico-do-bioma-amazonico/>

176 <https://ispn.org.br/en/o-zee-do-maranhao-foi-aprovado-e-agora/>

177 <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/30/no-maranhao-80-da-floresta-amazonica-ja-foi-devastada>

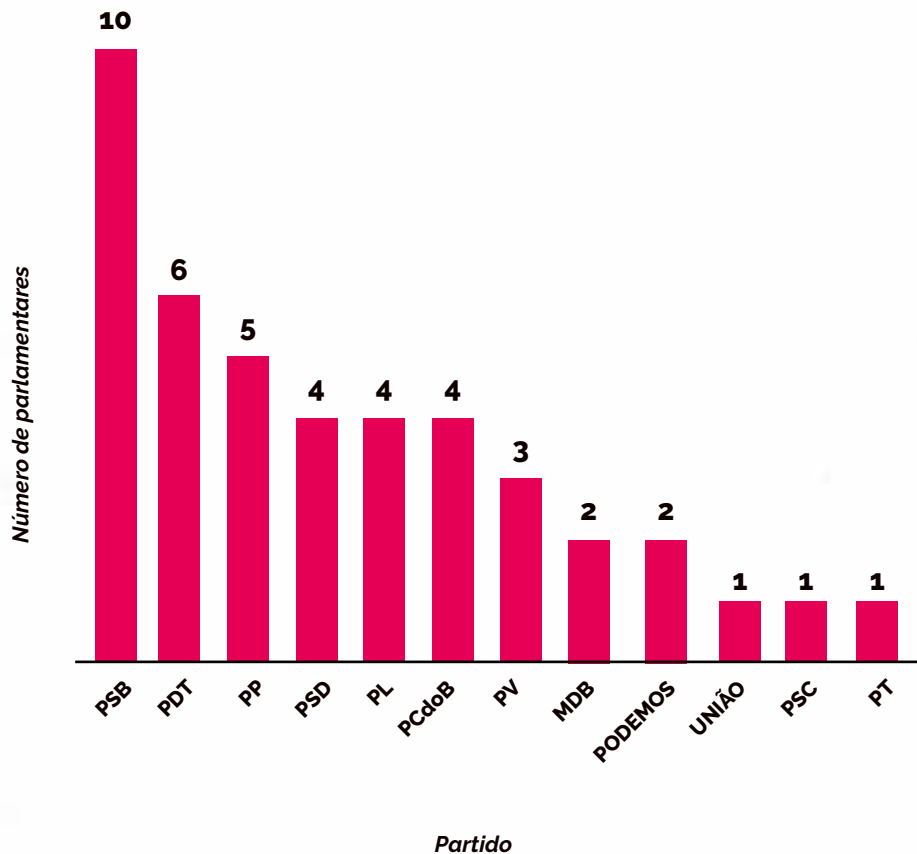


”

**“Bom, aqui a relação da passagem da ‘boiada’ se deu em todas instâncias de poder, do legislativo ao judiciário do estado maranhense. Com destaque para o ZEE Econômico Ecológico dos Biomas Amazônia e Cerrado, que vem sendo apresentado pela mídia como um caminho de preservação ambiental. No entanto, o que a proposta almeja é, sobretudo, interferir nas áreas definidas como sendo de Reserva Legal.”**

*Karoline Ramos, coordenadora e assessora jurídica do Coletivo Re(o)cupa, São Luís/MA.*

A Assembleia Legislativa do Maranhão<sup>178</sup> tem **43** deputados estaduais, divididos da seguinte forma:



<sup>178</sup> <https://www.al.ma.leg.br/deputados/>



”

“Diversos projetos de lei, como o PL 2633/20 — mais conhecido por PL da Grilagem — e outros contrários aos interesses socioambientais avançaram. Os PLs têm grande potencial de ampliar o desmatamento, anistiar grileiros de terras públicas, fragilizar a proteção aos povos indígenas e colaborar com o caos climático e passaram a tramitar aceleradamente no Congresso: PLS 510 (Grilagem); PL 490 (Demarcação de Terras Indígenas); e PL 3729 (Licenciamento Ambiental).”

*Karoline Ramos, coordenadora e assessora jurídica  
do Coletivo Re(o)cupa, São Luís/MA.*

### **A BANCADA DO MARANHÃO NO CONGRESSO NACIONAL: 72,25% dos deputados acompanham a agenda bolsonarista (59,25% com abstenções); 50% integram a Bancada Ruralista**

A bancada legislativa do Maranhão no Congresso Nacional conta com 18 deputados federais e três senadores<sup>179</sup>. A maior parte dos deputados votou alinhada com o governo Bolsonaro nos projetos chaves do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recorde para as emendas de relator (orçamento secreto).

<sup>179</sup> <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>





## Como votaram os Deputados Federais do Maranhão no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>180</sup> <sup>181</sup> Plenária	LICENCIAMENTO <sup>182</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>183</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>184</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>185</sup> Plenária
01	Átila Lins (PSD)	A favor	A favor	Contra	Suplente - não votou	A favor
02	André Fufuca (PP)	A favor	x	A favor	x	A favor
03	Bira do Pindaré (PSB)	Contra	Contra	Contra		Contra
04	Cleber Verde (REPUBLICANOS)	A favor	A favor	A favor	x	A favor
05	Edilázio Júnior (PSD)	A favor	A favor	A favor	Titular - votou A favor	A favor
06	Gil Cutrim (REPUBLICANOS)	x	A favor	A favor	Suplente - não votou	A favor
07	Hildo Rocha (MDB)	A favor	A favor	A favor	x	A favor
08	João Marcelo (MDB) Suplente: Victor Mendes (MDB)	x	A favor	Contra	x	A favor
09	Josimar Maranhãozinho (PL) Suplente: Paulo Marinho Júnior (PL)	x	A favor	A favor	x	A favor
10	Josivaldo Jp (PSDB)	A favor	A favor	A favor	x	Contra
11	Junior Lourenço (PL)	A favor	A favor	x	x	A favor
12	Juscelino Filho (UNIÃO)	A favor	x	A favor	x	A favor
13	Márcio Jerry (PCdoB)	Contra /suplente dep. Gastão Vieira (PROS)	x	A favor /suplente dep. Gastão Vieira (PROS)	x	x
14	Marreca Filho (PATRIOTA)	A favor	x	Contra	x	A favor
15	Pastor Gil (PL)	A favor	A favor	A favor	x	A favor
16	Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO)	A favor	A favor	Contra	x	A favor
17	Rubens Pereira Junior (PT)	Contra	x	Contra	x	Contra
18	Zé Carlos (PT)	Contra	Contra	Contra	x	A favor

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa no site da Câmara dos Deputados, imprensa e da Frente Parlamentar da Agropecuária<sup>186</sup>

180 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9924>

181 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

182 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

183 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

184 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

185 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>

186 <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/membros-da-regiao-nordeste/>



### Maranhão No Senado

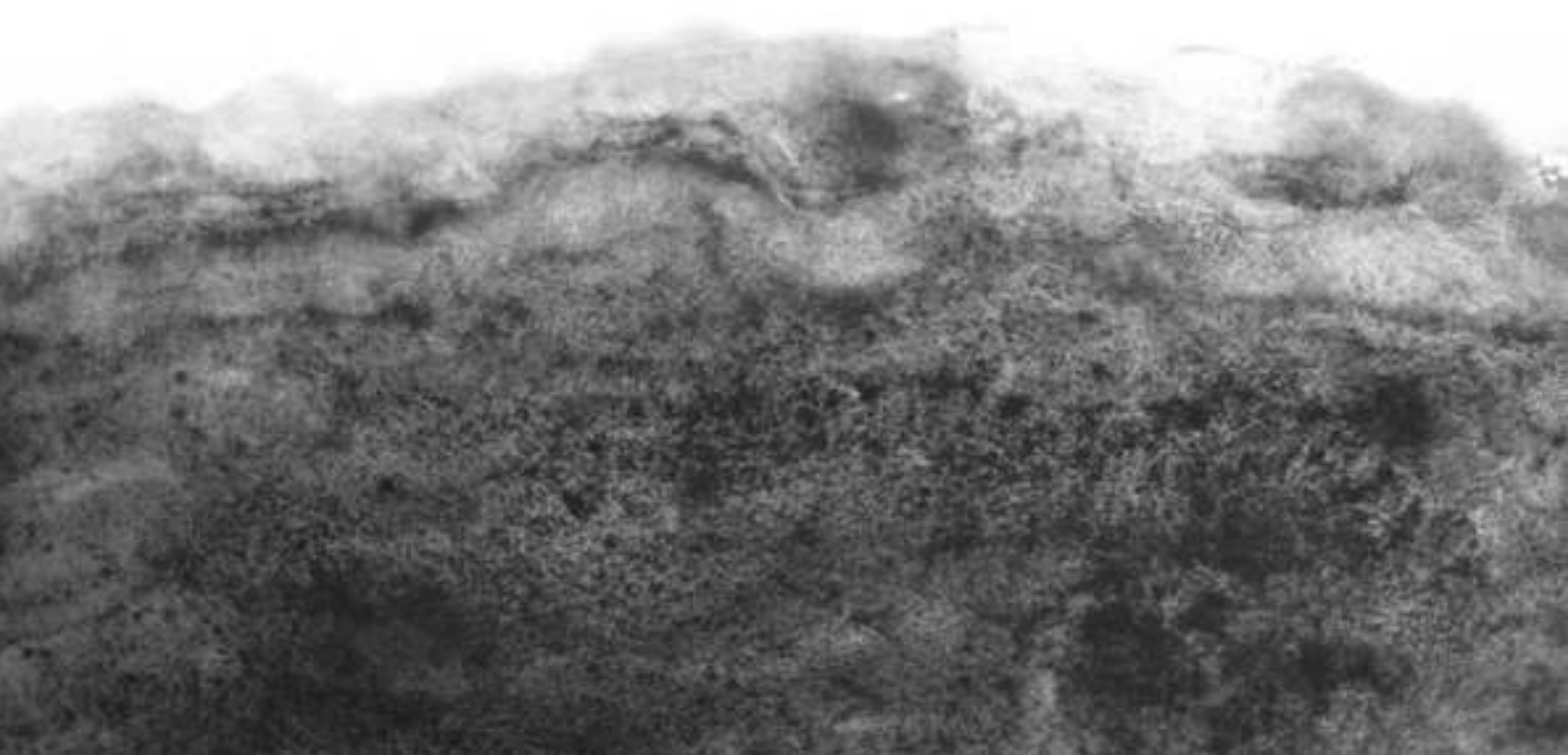
O Maranhão é representado por três senadores: Eliziane Gama (CIDADANIA); Roberth Bringel (UNIÃO)<sup>187</sup> e Roberto Rocha (PTB). Eliziane Gama e Roberto Rocha compõem a bancada da Frente Parlamentar da Agropecuária; os três votaram a favor do PL 19/PLOA 2022.

”

**“Na linha do desmonte, temos a desregulamentação de um conjunto de políticas públicas voltadas para a reforma agrária, a agricultura familiar, a fiscalização e o licenciamento ambiental e a demarcação de terras indígenas. Houve um desmonte de um conjunto de instâncias de controle social, tais como com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o estrangulamento de recursos para ações como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o Programa da Merenda Escola e o Programa de Construção de Cisternas, além da flexibilização do controle sobre o uso dos agrotóxicos com o PL do Veneno.”**

*Diogo Cabral, advogado popular, São Luís/MA.*

<sup>187</sup> Bringel era suplente na chapa e substituiu o senador Weverton Rocha (PDT), licenciado.





# 7. MATO GROSSO



**ÁREA: 903.207,68 km<sup>2</sup>**



**3.526.220 habitantes (2020)**



**141 municípios**



**Capital: Cuiabá, onde vivem mais de 623 mil pessoas**



**IDH\*: 0,725  
11° no ranking BR (2010)**



**PIB: R\$137,4 bilhões (2018)**



**Menos de 19% da área demarcada como Unidades de Conservação e Terras Indígenas**



**33,63% do território coberto por florestas e outros 41,72% por vegetação nativa não-florestal (2020)**



**Mais de 31,93% do estado foi atingido pelo desmatamento até 2021**



**Cerca de 70.228 focos de calor foram detectados no estado em 2020 e 2021**



**230,23 megatons de CO<sub>2</sub> emitidos em 2019, a maioria proveniente de desmatamento e uso do solo**

\*Índice de Desenvolvimento Humano)  
\*\*Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Inpe e Fatos da Amazônia Legal



”

“Vimos um cenário de desmonte da governança ambiental em nível federal que, na prática, levou atores locais a tomarem decisões por mais desmatamento, violações e ilegalidades. Os números do desmatamento e das violações e ameaças a terras protegidas aumentaram assustadoramente. É um desmonte que provavelmente a gente vai demorar alguns anos para reconstruir, se tivermos essa oportunidade.”

*Alice Thuault, diretora executiva do Instituto Centro de Vida - ICV<sup>188</sup>, Cuiabá/MT e Brasília/DF*

”

“Desmatamentos, incêndios florestais provocados pela ação humana, mineração, extração ilegal de madeira...são crimes contra a própria Amazônia. Muito do que foi construído ao longo dos anos foi sendo desmontado pouco a pouco. A gente sente na pele o que isso tem provocado dentro das nossas comunidades. Chuvas fora de época, calor extremo. Piorou muito. As pessoas agem como se não houvesse lei e ficam impunes. Desde que Bolsonaro tomou posse, a política socioambiental deixou de existir”

*Eliane Xunakalo, assessora institucional da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso - FEPOIMT<sup>189</sup>, TI Bakairi<sup>190</sup>, Cuiabá/MT*

## USO DA TERRA E VETORES DE DESMATAMENTO: Falta de regulação abre alas para a grilagem

O Mato Grosso é o único estado a reunir três dos principais biomas do país: **Amazônia, Cerrado e Pantanal.**



Amazônia Pantanal Cerrado

188 <https://www.icv.org.br/>

189 [https://www.instagram.com/fepoint\\_oficial/?hl=en](https://www.instagram.com/fepoint_oficial/?hl=en)

190 <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bakairi>



## O estado concentra 74% da área agrícola da Amazônia Legal<sup>191</sup>

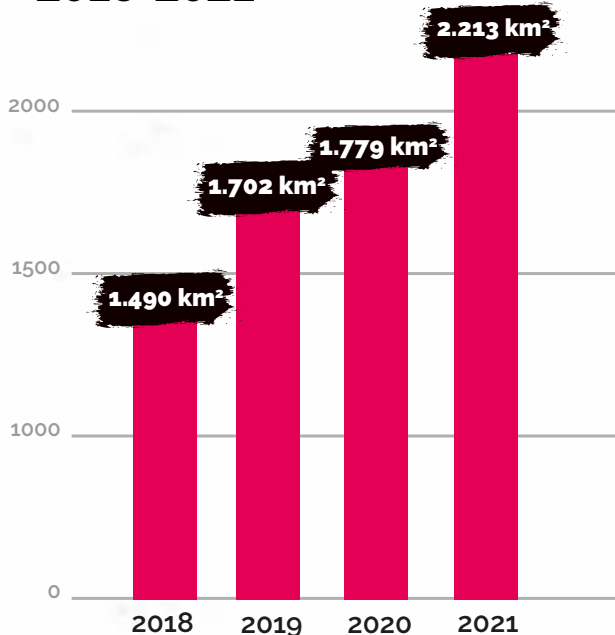
O estudo [Leis e Práticas de Regularização Fundiária no estado de Mato Grosso](#), elaborado pelo Imazon, estima que 89,5% do território mato-grossense já possui destinação fundiária, com 65,5% do território estadual formado por imóveis privados, 16,5% de Terras Indígenas (TIs), 5% de Projetos de Assentamentos e 2,5% de Unidades de Conservação (UCs). Outros 10,5% do território estadual (9,3 milhões de hectares) não estão destinados ou titulados — mesmo assim, a maior parte (6% do estado) estava inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Devido à ausência de informações públicas sobre a situação fundiária desses imóveis, é possível que muitos destes registros no CAR sejam ocupações em terra pública sem titulação, possivelmente grilagem. O levantamento do Imazon indicou ainda 596 mil hectares mapeados para titulação pelo Incra e 176 mil hectares com possível demanda para Terra Indígena.

Mais da metade das terras não destinadas (57%) pertence ao governo do Mato Grosso, mas não foi matriculada em nome do estado, travando processos de destinação e regularização fundiárias. Cerca de 29% da área não destinada (2,7 milhões de hectares) possui alta prioridade biológica para conservação, de acordo com levantamento do Ministério do Meio Ambiente. Na gestão fundiária estadual do Mato Grosso, o Imazon identificou que não há exigência de compromisso de recuperação de desmatamento ilegal e outros passivos existentes nos imóveis antes da titulação; impedimentos para regularizar imóveis com desmatamentos recentes; e prazo limite previsto em lei para início da ocupação em terra pública. Tais brechas podem estimular a continuidade da ocupação de áreas públicas para fins de apropriação.



### Desmatamento no Mato Grosso

2018-2021



Fonte: [Inpe](#) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)

**A extensão de áreas públicas não destinadas somada aos problemas fundiários e à pressão da fronteira madeireira e agropecuária colocam o Mato Grosso em 2º lugar no ranking de desmatamento entre os estados da Amazônia Legal, atrás apenas do Pará.**

Na porção de bioma Amazônia, o Mato Grosso já desmatou 42% da sua cobertura florestal original (2020). O desmatamento acumulado no estado nas porções de Cerrado e Pantanal alcançou 139.504 km<sup>2</sup>, equivalente a 58% do total para os dois biomas dentro da Amazônia Legal (2020)<sup>192</sup>.

<sup>191</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

<sup>192</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>



## SOJA

**A Amazônia e o Cerrado têm, respectivamente, 14,6% e 55,1% de toda a área de soja plantada no Brasil e são os biomas mais ameaçados pela expansão do grão<sup>193</sup>.**

Em fevereiro de 2022, o [Instituto Centro de Vida](#) publicou, com o apoio da [Global Canopy](#), o relatório [Soja e Desmatamento Ilegal: Estado da arte e Diretrizes para um Protocolo Ampliado de Grãos em Mato Grosso](#), com análises atualizadas sobre desmatamento ilegal em imóveis rurais produtores de soja no estado. **O Mato Grosso é o maior produtor e exportador da commodity agrícola, com mais de 10 milhões de hectares de área cultivada com soja e safra de 35,1 milhões de toneladas do grão em 2020.** Entre outubro de 2020 e outubro de 2021, o Mato Grosso exportou US\$ 253,2 milhões em produtos do complexo soja. Dados para o ano de 2021 mostram que 80% da soja cultivada no estado foi exportada, tendo como principal destino o mercado chinês, que absorveu 42,1%, seguido pela União Europeia, que comprou 20% da produção mato-grossense. De acordo com a pesquisa do ICV, em 2018, as atividades agropecuárias geraram para Mato Grosso um PIB (Produto Interno Bruto) no valor de R\$ 25,7 milhões. Mais da metade desse valor foi proveniente dos 20 municípios que concentram metade da área de soja plantada no estado.

### Os principais resultados do estudo foram:

- 1/5 do desmatamento no MT entre agosto de 2008 e julho de 2019 ocorreu em imóveis com cultivo de soja (511 mil hectares);
- 92% do desmatamento em imóveis de soja ocorreu sem autorização dos órgãos competentes sendo, portanto, ilegal;
- 34% das áreas desmatadas ilegalmente nesses imóveis estavam com cultivo de soja em 2019;
- Menos de 200 imóveis rurais concentraram metade de todo o desmatamento ilegal associado a soja no período analisado;
- 66% do desmatamento ilegal em imóveis rurais com soja se concentrou no bioma Cerrado;
- Apenas 30% dos imóveis produtores de soja com desmatamento ilegal apresentaram algum tipo de embargo;

Para os autores, "a adoção de medidas como a ampliação dos acordos contra o desmatamento na cadeia da soja para o bioma Cerrado, o monitoramento de toda a área do imóvel rural e o desenvolvimento de uma plataforma que traga mais transparência ao funcionamento dos acordos são ações necessárias para o controle do desmatamento ilegal associado à cadeia da soja em Mato Grosso".

## GADO

A forte expansão da pecuária na Amazônia Legal, cujo rebanho dobrou de tamanho nos últimos 20 anos, dependeu de grande ampliação de áreas para pastagens, tornando-se o principal vetor do desmatamento no Mato Grosso, líder do setor na região. **Hoje o estado tem mais de 21 milhões de hectares de pastagens, segundo lugar no ranking nacional<sup>194</sup>.**

**O maior rebanho bovino entre os estados da Amazônia Legal está no Mato Grosso, com 32 milhões de cabeças de gado<sup>195</sup>.**

<sup>193</sup> <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264837718317836>

<sup>194</sup> <https://mapbiomas.org/pastagens-brasileiras-ocupam-area-equivalente-a-todo-o-estado-do-amazonas>

<sup>195</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>



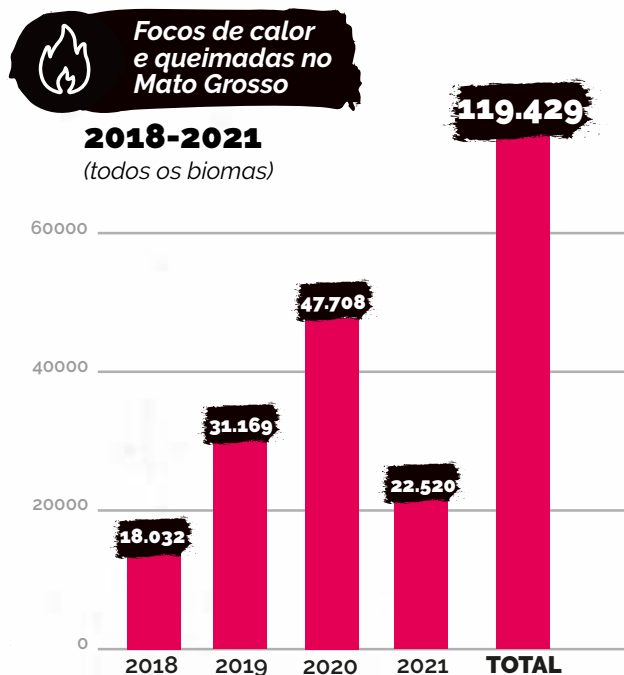
Um caso emblemático da relação desmatamento/pecuária no Mato Grosso é o Parque Estadual da Serra Ricardo Franco, uma floresta de biodiversidade única localizada na região de encontro entre os biomas Amazônia, Pantanal e Cerrado. [Investigação](#) feita pelo Greenpeace em 2020 mostrou que mais de 38 mil hectares da área que deveriam estar sob proteção integral já foram desmatados, dos quais 33% ocorreram após a criação do Parque. No total, 24% da área do parque foi destruída. Além disso, 71% tem sobreposições com 137 “fazendas” registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Muitas destas propriedades privadas criam gado dentro do parque, para depois ser exportado para mercados na Europa, Ásia e Oriente Médio. Ao detalhar a cadeia de custódia da carne, a investigação mostra que não apenas governos, mas o mercado como um todo — fazendeiros, frigoríficos e importadores — alimentam a relação predatória e ilegal com a floresta.

## MADEIRA

A área total de florestas afetadas pela extração de madeira (autorizada e não autorizada) somou cerca de 17 mil km<sup>2</sup> no Mato Grosso entre 2007 e 2018. No período, os municípios do estado com maiores áreas afetadas pela exploração madeireira não autorizada foram Nova Maringá (788 km<sup>2</sup>), Marcelândia (733 km<sup>2</sup>) e União do Sul (721 km<sup>2</sup>). Em 2019, foram produzidos 3,75 milhões de m<sup>3</sup> de madeira em tora no estado<sup>196</sup>. A área de exploração madeireira em Mato Grosso entre agosto de 2019 e julho de 2020 foi de 234.290 hectares. Deste total, 88,3 mil hectares foram explorados ilegalmente para extração madeireira — correspondendo a 38% da atividade no estado.

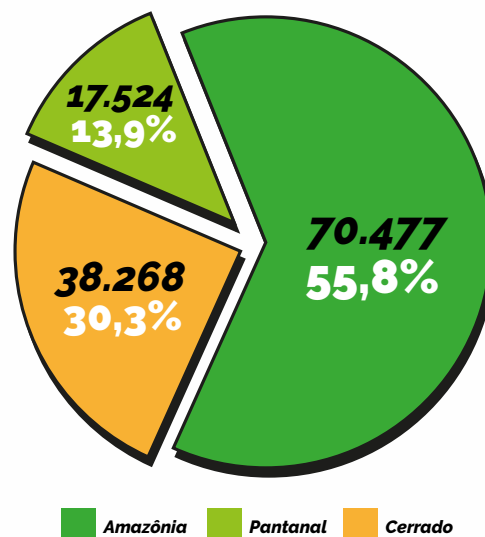
**O Mato Grosso é o maior fornecedor de madeira nativa do Brasil e responsável por metade da produção total da Amazônia Legal<sup>197</sup>.**

O Mato Grosso registrou, em julho de 2021, 1.700 focos de calor nos três biomas do estado, com 18 focos no Pantanal, 1.059 na Amazônia e 639 no Cerrado. Um ano antes, os biomas mato-grossenses tinham quebrado recordes históricos de fogo, em especial o Pantanal, com a maior queimada de sua história em 2020. No acumulado de 2021, o estado contabilizou um total de 22.520 focos, uma queda em relação a 2019 e 2020<sup>198</sup>. Já entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2022, o número de focos de calor no estado subiu 23% em comparação ao mesmo período de 2021. De acordo com o Monitor de Queimadas do Instituto Centro de Vida (ICV), o estado já registrou 6,8 mil focos de calor este ano. **O fogo faz parte do processo de desmatamento que consolida a conversão da vegetação nativa em pastagens no Mato Grosso<sup>199</sup>.**



Fonte: [Inpe](#)

## Focos de calor por bioma no Mato Grosso 2018-2022



Fonte: [ICV](#)

<sup>196</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

<sup>197</sup> <https://imazon.org.br/publicacoes/sistema-de-monitoramento-da-exploracao-madeireira-simex-mapeamento-da-exploracao-madeireira-em-mato-grosso-agosto-2019-a-julho-2020/>

<sup>198</sup> <https://www.icv.org.br/2021/08/com-forte-reducao-no-pantanal-focos-de-calor-tem-queda-de-29-no-periodo-proibitivo-em-mt/>

<sup>199</sup> <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/07/12/numero-de-focos-de-calor-em-mt-foi-23percent-maior-em-comparacao-com-o-mesmo-periodo-de-2021-diz-pesquisa-ghtml>



**O Pantanal é uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta.**

**Localizado na bacia hidrográfica do Alto Paraguai, tem área total de 138.183 km<sup>2</sup>, sendo 65% no estado de Mato Grosso do Sul e 35% no Mato Grosso<sup>200</sup>.**

### Pantanal em Chamas

De acordo com o Instituto [SOS Pantanal](#), "os dados de satélite são claros ao mostrarem que os incêndios de 2020 no Pantanal foram os piores da história do bioma, resultando em mais de 26% do território consumidos pelo fogo, atingindo principalmente o Pantanal norte (Poconé, Barão de Melgaço e Cáceres) e a Serra do Amolar no Pantanal sul". Segundo a BBC<sup>201</sup>, levantamentos apontam que os incêndios no Pantanal entre julho e outubro de 2020 foram causados pelo homem e que não havia registro de chuvas ou raios para justificar fogo natural no bioma naquele ano. Pesquisadores citados pela reportagem disseram que o fogo se propagou rapidamente por causa da seca extrema na região em 2020, a pior em quase cinco décadas, e pela demora do poder público em intervir para controlar os incêndios. Investigações da Polícia Federal para apurar as origens das chamas no Pantanal apontaram que ao menos cinco fazendeiros foram responsáveis pelos incêndios criminosos que causaram destruição em escala inédita na região.

Já em 2021, 12,6% do bioma foi consumido pelo fogo, desta vez concentrado principalmente no trecho do Pantanal localizado no Mato Grosso do Sul. Foram 1.945.150 hectares consumidos pelas chamas, 49,7% a menos do que em 2020, com 3.909.075 hectares queimados. A diminuição foi impulsionada, segundo especialistas, pela grande comoção popular provocada pelas imagens de animais queimados e vastas áreas em chamas que ganharam a mídia e as redes sociais no Brasil e no mundo em 2020. Novas brigadas de incêndio e redes de monitoramento foram criadas, bem como aumentaram os investimentos nos órgãos de prevenção e controle do fogo. O SOS Pantanal cita o exemplo do município de Chapada dos Guimarães (MT), que teve 78,8% menos focos de calor e 77,5% de redução na extensão de área queimada, comparando 2020 com 2021. Segundo o instituto, "essa redução se deu principalmente graças à organização entre a sociedade e o poder público. Foram formadas 11 brigadas de incêndio florestal civis, cuja ação, somada ao trabalho do Corpo de Bombeiros do MT e da Defesa Civil Municipal, resultou em um cenário muito mais controlado no ano passado".

**EMERGÊNCIA INDÍGENA: falta de fiscalização coloca TIs sob pressão do agronegócio**

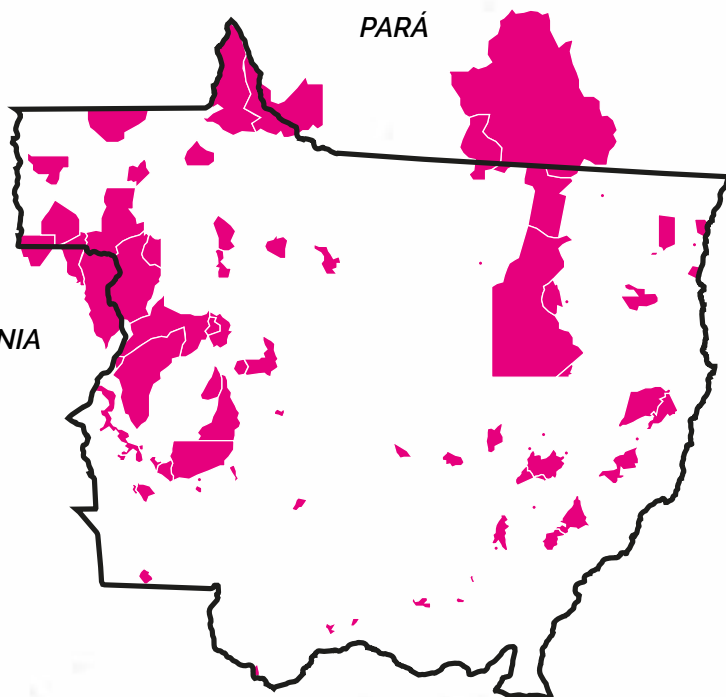
## Mato Grosso

**Terras Indígenas\***

**No Mato Grosso, existem mais de 40 povos<sup>202</sup> vivendo em 79 Terras Indígenas<sup>203</sup> em diferentes estágios de regularização e homologação que ocupam cerca de 16% da área do estado.**

RONDÔNIA

PARÁ



\*Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](#).

200 <https://www.embrapa.br/pantanal/apresentacao/o-pantanal#:~:text=O%20Pantanal%20C3%A9%20uma%20das,e%2035%25%20no%20Mato%20Grosso>

201 <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54848995>

202 [https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos\\_ind%20C3%ADgenas\\_no\\_Mato\\_Grosso](https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos_ind%20C3%ADgenas_no_Mato_Grosso)

203 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>



Apesar de as Terras Indígenas serem as unidades de conservação com menores índices de desmatamento na Amazônia Legal, a omissão da fiscalização governamental e o incentivo político e econômico ao crime ambiental se traduzem em pressões e ameaças contra esses territórios. O [informe](#) do Sistema de Alertas de Desmatamento sobre Áreas Protegidas feito pelo Imazon e divulgado em maio de 2022 indicou que duas TIs do Mato Grosso estavam entre as 10 mais ameaçadas pelo desmatamento no país no primeiro trimestre deste ano: Batelão e Enawenê-Nawê do povo Kaiabi, onde vivem quase 900 indígenas em cerca de 850 mil hectares. Segundo o estudo, a TI Batelão, entre os municípios de Juara e Tabaporã, ocupa a 7ª colocação no ranking com seis áreas de ameaça. Em 9º lugar, está a TI Enawenê-Nawê, entre os municípios de Juína e Sapezal, também com seis pontos identificados<sup>204</sup>.

### FEPOIMT

A Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT) foi criada em junho de 2016 para representar os povos indígenas do estado. Com sede na capital Cuiabá, a instituição valoriza o protagonismo e autonomia indígena, unindo forças para articulação política e organização socioeconômica e cultural dos povos em luta pela regularização fundiária, gestão ambiental, proteção territorial e a garantia dos direitos indígenas. A FEPOIMT atua em 7 regiões: Cerrado/Pantanal, Kayapó Norte, Médio Araguaia, Noroeste, Xavante, Vale do Guaporé e Xingu<sup>205</sup>. Indígenas do Mato Grosso participaram do Acampamento Terra Livre 2022 em Brasília e da Rede de Comunicadores Indígenas, gerando cobertura audiovisual nas redes de divulgação para parentes de todo o país. “O legal é que a gente consegue colocar o nosso pensamento de uma forma mais fácil para quem está vendo. O público-alvo é o próprio indígena e as comunidades”, afirma Kaianaku Kamaiurá, assessora e comunicadora da FEPOIMT<sup>206</sup>.



**“A gente tem alguns conflitos que se acirram. Na fronteira com a Bolívia, nas terras dos indígenas Chiquitano, que ainda estão em processo de demarcação, tem um histórico de violência relacionado à posse da terra que é bem forte. Você conversa com os Chiquitano e eles relatam uma rotina constante de vigilância para a proteção do território. De forma geral, o campo se tornou um lugar muito mais violento.”**

*Alice Thuault, diretora executiva do Instituto Centro de Vida - ICV, Cuiabá/MT e Brasília/DF*

### QUILOMBOLAS

De acordo com informe do ICV a partir de dados de janeiro de 2019 do Incra, estima-se que existam 134 comunidades quilombolas identificadas no MT, das quais 78 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares; nenhuma, porém, possui titulação de suas terras, seguindo vulneráveis às mudanças nas leis fundiárias e pressão da fronteira agropecuária<sup>207</sup>.

204 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/05/24/duas-terras-indigenas-em-mt-estao-entre-as-10-mais-ameacadas-por-desmatamento-no-pais.ghtml>

205 <https://cojab.org.br/mato-grosso>

206 <https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/noticias/comunicadores-indigenas-do-para-cobertura-atl2022/>

207 <https://www.icv.org.br/2020/07/plc-que-flexibiliza-licenciamento-ambiental-em-mt-e-aprovado-as-presas-sem-participacao-da-sociedade-em-plena-pandemia/>



## VIOLÊNCIA: Conflitos explodem em 2020

### Conflitos e mortes no campo - Mato Grosso 2018-2021

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	44	86	169	80
Violência contra a pessoa**	13	40	6	13

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: "Conflitos no campo 2018"; "Conflitos no Campo 2019"; "Conflitos no Campo 2020", "Conflitos no Campo 2021" - CPT

De acordo com o [Anuário da Segurança Pública 2022](#), o Mato Grosso contabilizou 3.763 mortes violentas intencionais<sup>208</sup> entre 2018 e 2021.

”

**“Em Mato Grosso, são vários os cenários de violência. Por exemplo, o município de Colniza, a cada ano, consegue a proeza de responder por 15% a 20% do desmatamento de todo o estado na parte do bioma Amazônico. Colniza tem um histórico antigo de violência. Há cinco anos o prefeito da cidade foi assassinado na rua, já teve chacina. São cenários de violência e ausência do Estado que permanecem.”**

— Alice Thuault, diretora executiva do Instituto Centro de Vida - ICV, Cuiabá/MT e Brasília/DF —

**Aripuanã (MT) ocupa o 9º lugar na lista dos 30 municípios com as maiores taxas de mortes violentas do país<sup>209</sup>.**

## PONTOS DE ATENÇÃO

### Projetos de lei e obras de alto impacto socioambiental no estado

#### Mato Grosso fora da Amazônia Legal? O [PL 337/22](#)

Apresentado em fevereiro de 2022 pelo deputado Juarez Costa (MDB/MT), o Projeto de Lei 337/22 exclui o estado de Mato Grosso da área da Amazônia Legal. A proposta, que altera o Código Florestal, seguia em análise na [Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados](#) em julho de 2022. Segundo a [Agência Câmara de Notícias](#), o autor do texto afirma que o objetivo da medida é reduzir a área de reserva legal a ser mantida no estado. De acordo com o Código Florestal, todo imóvel rural deve manter um percentual específico de sua área com cobertura de vegetação nativa, a reserva legal. Imóveis localizados na Amazônia Legal, no entanto, são obrigados a manter áreas maiores como reserva legal: 80%, se situado em área de florestas; 35%, em área de cerrado; e

20% em área de campos gerais. Fora da Amazônia Legal, o percentual da reserva legal é de 20%. “O custo econômico para recuperação das reservas legais, ou para compensação dessa imensa área, seria muito grande e injustificável para uma das regiões agrícolas mais importantes do País. Retirar o Mato Grosso da Amazônia Legal reduziria essa exigência ao piso de 20%, poupando os produtores mato-grossenses das despesas necessárias à manutenção de até 80% de terras sem uso agropecuário”, defende Costa. Para indígenas, ambientalistas e movimentos sociais ouvidos pela [Amazônia Real](#), parlamentares ressuscitaram o projeto já derrubado em outras legislaturas para inclui-lo como mais uma “bomba” antiambiental em tramitação no Congresso.

208 Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.  
209 <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/28/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2022.htm>





## F.A.T.O. consumado? Mais uma violência contra o povo Bororo

Além do racismo ambiental e das ameaças de invasões e desmatamento, os povos indígenas do MT também são ameaçados por obras de infraestrutura ligadas à logística do agronegócio. É o caso da Ferrovia Autorizada de Transporte Olacyr de Moraes (F.A.T.O.), linha férrea com 730 km de extensão que pretende conectar o município de Lucas do Rio Verde, na região produtora de grãos no norte do estado, à capital Cuiabá e à cidade de Rondonópolis (MT), onde já existe um corredor de ligação com o porto de Santos (SP) para exportação de commodities.

O projeto é da Rumo Malha Norte S.A, maior operadora ferroviária do país, que assinou contrato com o estado de Mato Grosso em setembro de 2021. Segundo publicidade da empresa<sup>210</sup>, o empreendimento será construído com capital privado para gerar “ciclo de expansão sócio econômica” e o primeiro trecho será entregue até 2025. De acordo com reportagem do [Infoamazônia](#), a ferrovia terá impacto direto

sobre o povo Bororo, já que seu traçado passará entre suas duas terras-irmãs, a TI Tadarimana (menos de 10 mil hectares) e a TI Teresa Cristina (25.684 hectares), territórios hoje cercados por campos de soja e pastagens de gado. Antes mesmo da assinatura do contrato, em junho de 2021, o Ministério Público Federal recomendou à Funai, ao Ibama, ao estado de Mato Grosso e à Rumo que promovessem a consulta aos moradores das duas terras indígenas. Com a recusa das partes, em 16 de dezembro, o procurador Rodrigo Pires de Almeida, do MPF em Rondonópolis, abriu inquérito civil para investigar a falta de participação dos Bororo na construção da ferrovia. Ele aponta inconstitucionalidade na postura da Funai ao não defender os interesses e direitos dos indígenas no processo. Até março de 2022, os Bororo não tinham sido ouvidos sobre a construção do empreendimento, como prevê o artigo 6 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>211</sup>, que garante o direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado dos povos afetados.

### DESINFORMAÇÃO:

#### Tentativa de culpar indígenas pelo fogo do Agro ganha voz inclusive com presidente

Entre os alvos de campanhas de desinformação no estado do Mato Grosso, nos últimos quatro anos, destacam-se um exemplo de mentira apelativa para alimentar teorias da conspiração contra ONGs e povos indígenas, e, em outro extremo, a estratégia sofisticada e ambígua dos representantes do agronegócio mato grossense para limpar sua imagem junto ao mercado internacional.

### Texto falso sobre indígenas x ONGs viraliza durante queimadas no Pantanal

Na primeira quinzena de setembro de 2020, em meio aos incêndios históricos no Pantanal mato-grossense, um texto alegando que indígenas da região do Pantanal teriam prendido integrantes de ONGs que estavam ateando fogo na região viralizou no Facebook, acumulando mais de 6 mil compartilhamentos a partir de perfis pessoais. Todas as postagens foram marcadas com o selo FALSO na ferramenta de verificação [Aos Fatos](#), que checou as informações junto às secretarias de Segurança Pública dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ambas afirmaram ao Aos Fatos não ter conhecimento de nenhum caso parecido; tampouco circularam notícias na imprensa sobre o assunto.

Ainda de acordo com o Aos Fatos, em 2019, “uma foto de madeireiros<sup>212</sup> sendo presos por indígenas circulou nas redes sociais como se retratasse integrantes de ONGs e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) colocando fogo na Floresta Amazônica. A mesma imagem voltou a circular<sup>213</sup> no começo de setembro de 2020 com desinformação semelhante”. A plataforma de checagem de dados relata ainda que peças de desinformação associando ambientalistas a incêndios florestais também foram compartilhadas em 2019, com foco nas queimadas na Amazônia; o próprio presidente Jair Bolsonaro fez uso dessa teoria da conspiração<sup>214</sup> para tentar explicar o fogo que atingiu a região.

210 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/especial-publicitario/rumo-malha-norte/noticia/2021/09/27/primeira-ferrovia-estadual-do-pais-deve-gerar-ciclo-de-expansao-socioeconomica-em-mato-grosso.ghtml>

211 <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20C2%BA%20169.pdf>

212 <https://www.aosfatos.org/noticias/foto-nao-mostra-integrantes-do-mst-e-de-ongs-mas-madeireiros-presos-por-indios-em-2014/>

213 <https://www.aosfatos.org/noticias/foto-de-madeireiros-presos-por-indios-volta-circular-fora-de-contexto/>

214 <https://www.aosfatos.org/noticias/como-bolsonaro-usa-teorias-da-conspiracao-ao-acusar-ongs-por-queimadas-na-amazonia/>



”

**“A principal fake news para mim é dizer que o agronegócio está alimentando o Brasil, nessa visão de que é preciso flexibilizar a questão ambiental para se produzir mais alimentos. Isso é mentira. A produção de MT não está ligada à segurança alimentar do mato-grossense. O que se produz aqui são commodities, não alimentos. Claro, que em algum momento esse commodity vira alimento, mas não é aqui no MT. Com isso, se nega o debate para saber o que estamos fazendo com o território mato-grossense. 15% da soja mundial sai daqui. E mesmo assim temos um cenário de fome e insegurança alimentar.”**

*Alice Thuault, diretora executiva do Instituto Centro de Vida - ICV, Cuiabá/MT e Brasília/DF*

## AGRO do Mato Grosso faz Greenwashing na COP26

No dia 12 de novembro de 2021, na 26ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP26), realizada em Glasgow, na Escócia, representantes do agronegócio do Mato Grosso assinaram “compromissos contra o aquecimento global”. De acordo com Ricardo Arioli, consultor da Famato (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso) e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), a questão do metano e desmatamento ilegal nas cadeias de produção é uma “mancha para o agronegócio brasileiro”, segundo nota<sup>215</sup> do portal G1. Arioli relatou “expectativa de que os problemas sejam resolvidos até 2028”. No [twitter](#), a Famato destacou o comentário de Arioli: “Dizem que nós, produtores, somos os destruidores da Amazônia. É o contrário. Nós estamos ajudando a protegê-la no Brasil, e essa comunicação não chega aonde deveria chegar”.

Um mês depois, em dezembro de 2021, Normando Corral, presidente da mesma Famato representada por Arioli na COP26, disse em uma coletiva<sup>216</sup>: “Por que não comprar produtos de áreas desmatadas? Temos direito de usar nossos recursos naturais, nosso solo, chuvas. E, se não querem que a gente use, que nos paguem, porque isso é um recurso natural do país. Isso [proibir] seria tomar parte do nosso patrimônio”. Segundo ele, a relação entre produção agropecuária e meio ambiente se tornou “um palco de teatro”, afirmando: “Não temos receio de mostrar a nossa produção, que é feita de forma ambientalmente correta e socialmente justa”. Corral é agricultor e pecuarista em Tangará da Serra (MT) desde 1982 e tomou posse como diretor da Confederação Nacional da Agricultura na véspera desse discurso<sup>217</sup>.

215 <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/maisagromt/noticia/2021/11/12/mt-assina-compromisso-de-combate-ao-desmatamento-ilegal-e-emissao-de-metano-na-cop-26.ghtml>

216 <http://agroinforme.com.br/2021/12/15/ninguem-pode-impedir-o-produtor-de-mt-de-desmatar-porque-ele-ja-obedece-a-lei-diz-presidente-da-famato/>

217 <https://sistemafamato.org.br/blog/2021/12/14/normando-corrall-toma-posse-na-diretoria-executiva-da-cna/>



## LINHA DO TEMPO



### AGOSTO DE 2020:

#### **Covid-19: Morre cacique Aritana, líder indígena do Alto Xingu<sup>218</sup>**

O cacique Aritana, do povo Yawalapiti, morreu aos 71 anos em decorrência da Covid-19. Liderança indígena histórica do Alto Xingu (MT), Aritana estava internado desde o dia 19 de julho até que, no final do mês, foi transferido em estado gravíssimo para Goiás, refletindo a dificuldade de acesso a atendimento adequado para a Covid-19 no Mato Grosso, objeto de denúncias frequentes de indígenas da região. Ao lado de Raoni, Aritana ficou conhecido no Brasil por seu engajamento na luta por direitos indígenas e preservação da terra. Ambientalistas e organizações indígenas prestaram homenagens e lamentaram sua morte.



### MARÇO DE 2022: Militar coordenador regional da Funai é preso por arrendamento ilegal de terra indígena<sup>219</sup>

O militar inativo da Marinha, Jussielson Gonçalves Silva, coordenador regional da Funai em Ribeirão Cascalheira (MT), foi preso pela Polícia Federal suspeito de intermediar o arrendamento de terras indígenas do povo Xavante para pecuaristas. Nomeado pelo governo Bolsonaro, Silva ocupava o cargo desde 18 de março de 2020. O militar recebia pagamentos de latifundiários da região por 15 arrendamentos dentro da Terra Indígena Marãiwatsédé, localizada nos municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Bom Jesus do Araguaia. Os valores chegavam a R\$ 900 mil por mês. A prisão foi fruto da Operação Res Capta, deflagrada pela PF em conjunto com o Ministério Público Federal.



### MARÇO DE 2022: Território dos últimos indígenas Piripkura segue ameaçado<sup>220 221</sup>

O Ministério Público Federal reiterou o pedido de renovação da portaria da Funai nº 1.201, de 18 de setembro de 2018, que prevê a restrição de uso e protege a Terra Indígena Piripkura, localizada nos municípios de Colniza e Rondolândia, no Mato Grosso. Em setembro de 2021, a validade da Portaria de Restrição de Uso da TI Piripkura, dispositivo que assiste indígenas isolados em territórios ainda não reconhecidos e demarcados, teve renovação de apenas seis meses, até março de 2022. Em média, esse prazo costuma ser de dois a três anos. Para entidades indígenas e ambientalistas, o prazo é insuficiente para garantir a segurança do território e a retirada dos invasores.

[Segundo o Amazônia Real<sup>222</sup>](https://www.sinaldefumaca.com/2020/08/05/covid-19-morre-cacique-aritana-lider-indigena-do-alto-xingu/), a última renovação da portaria foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 4 de abril com validade até 16 de setembro de 2022. Existe, porém, uma decisão da Justiça Federal em Mato Grosso do dia 25 de março que determina que a Funai renove a portaria até a conclusão da Ação Civil Pública do Ministério Público Federal (MT) que pede a demarcação em definitivo da TI Piripkura. Ou seja, a decisão não dá prazo para a vigência da portaria da Funai. Em meio aos entraves jurídicos e sob ameaça do garimpo, da grilagem e do agronegócio, o território abriga dois dos três últimos indígenas Piripkura, sobreviventes do quase extermínio da etnia na década de 1980, perpetrado por madeireiros. Segundo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) e do Global Fire Emissions Database divulgado em outubro de 2021, a TI Piripkura teve uma área incendiada de 3,4 mil hectares no mês de agosto, o equivalente a 4,2 mil campos de futebol. A destruição é fruto do avanço da grilagem no território, que usa o fogo para o preparo do pasto, indica o ISA.

218 <https://www.sinaldefumaca.com/2020/08/05/covid-19-morre-cacique-aritana-lider-indigena-do-alto-xingu/>

219 <https://www.sinaldefumaca.com/2022/03/17/pf-prende-militar-que-ocupava-coordenacao-regional-da-funai-por-arrendamento-ilegal-de-terra-indigena/>

220 <https://www.sinaldefumaca.com/2022/03/22/mpf-pressiona-funai-para-renovacao-de-portaria-de-protecao-da-terra-indigena-piripkura/>

221 <https://www.sinaldefumaca.com/2021/10/05/grilagem-queima-34-mil-hectares-do-territorio-piripkura-onde-vivem-indigenas-isolados/>

222 <https://amazoniareal.com.br/funai-renova-portaria-da-ti-piripkura-por-apenas-seis-meses-mas-justica-determina-que-seja-ate-julgamento-de-acao/>



## GOVERNO ESTADUAL

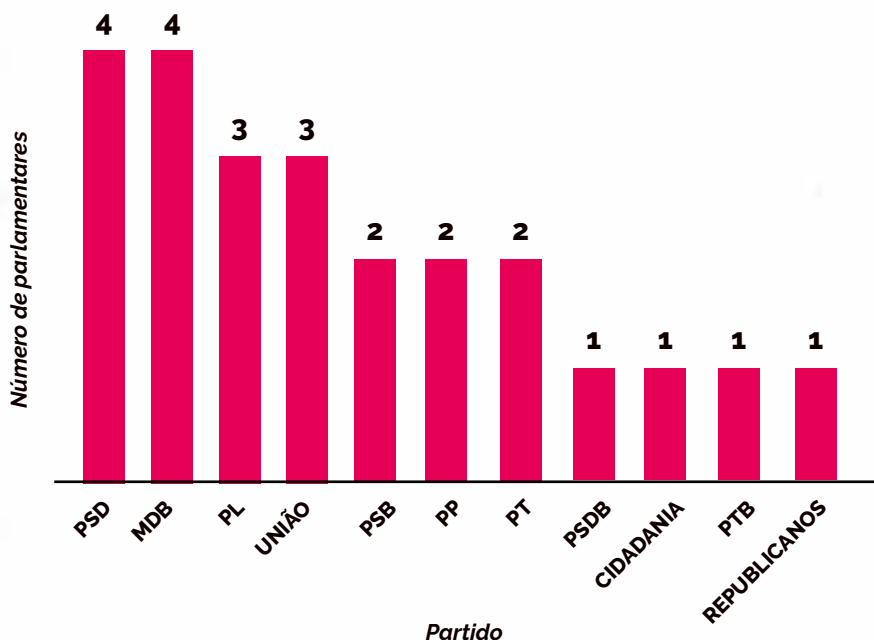
Em 2018, Mauro Mendes (então no DEM, atualmente no UNIÃO), foi eleito governador do Estado de Mato Grosso no primeiro turno com 58,69% do total de votos válidos, em chapa com o vice Otaviano Pivetta (PDT)<sup>223</sup>. Nascido em 1964 em Goiânia, Mauro Mendes é bacharel em engenharia e empresário e foi prefeito de Cuiabá pelo PSB entre 2012-2016.



**“Projetos que tornam legal o que era ilegal vem sendo aprovados, na maioria das vezes sem discussões com a sociedade civil. Isso é passar a ‘boiada’. O Congresso tem agido com artilosidade contra a sociedade. É a casa do povo que cria leis que não atendem o povo. Eu vejo que o Mato Grosso tem tido aumento do desmatamento por ampliar sua fronteira agrícola. Buscam tirar o MT da Amazônia Legal. Os rios que abastecem o Amazonas estão aqui, biomas que fazem conexão com a Amazônia estão aqui. Isso é impossível.”**

*Eliane Xunakalo, assessora Institucional da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), TI Bakairi, Cuiabá/MT*

A Assembleia Legislativa do estado do Mato Grosso tem **24** deputados estaduais<sup>224</sup>, divididos da seguinte forma:



<sup>223</sup> <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/mauro-mendes-do-dem-e-eleito-governador-de-mato-grosso-no-1o-turno.ghtml>

<sup>224</sup> <https://www.al.mt.gov.br/parlamento/deputados>

### O Projeto de Lei Complementar 17

No dia 8 de julho de 2020, a Assembleia Legislativa de Mato Grosso votou e aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 17/2020, de autoria do governador Mauro Mendes (então no DEM), por 13 votos a favor, 4 contra, 3 abstenções e 4 ausências. O PLC não constava da pauta do dia e a votação não foi transmitida pelos canais digitais da Assembleia. A versão original do projeto autorizava o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de propriedades em sobreposição a terras indígenas não homologadas, dispositivo que foi excluído após pressão do movimento indígena e da sociedade civil. Porém, a versão aprovada é considerada grave, especialmente em função do aumento nas taxas de desmatamento no estado<sup>225</sup>.

O PLC 17 foi votado sem participação social, já que não foram feitas audiências públicas ou realizada a obrigatória consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais afetados pelas mudanças legislativas. O Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) de Mato Grosso também foi excluído do processo. Entre os problemas apontados por especialistas, o PLC 17 passa "a permitir a remoção de vegetação em Áreas de Preservação Permanente (APP) de projetos considerados de 'baixo' impacto ambiental, interesse social ou em casos de intervenção de utilidade pública, sem a confirmação dos dados do CAR". Também altera regras para o licenciamento ambiental, dispensando análises de estudo de impacto e permitindo que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente adote a Licença Ambiental Simplificada, que pula etapas importantes do licenciamento, e a Licença por Adesão e Compromisso, uma autodeclaração não verificada in loco por fiscais do estado. Por fim, a lei aprovada no MT deixa desamparados quilombolas e outras comunidades tradicionais, já que abre espaço para a emissão de licenças ambientais para empreendimentos nesses territórios<sup>226</sup>.

”

**“Um ponto importante a se levar em consideração é que o Mato Grosso é exportador de 'boiada'. Ou seja, muita coisa é testada aqui. Quando olhamos para o Congresso Federal, vemos que muitos retrocessos são chefiados e liderados por parlamentares que vêm do Mato Grosso. Aqui no estado tivemos muitas tentativas de 'boiadas' que foram contrariadas pela sociedade civil no executivo e no legislativo. Quiseram remover do mapa várias Terras Indígenas no Cadastro Ambiental Rural; o PLC 17; mineração em reserva legal e Áreas de Proteção Permanente (APPs); tentativa de redução do Parque Estadual Serra Ricardo Franco, importante em termos de conservação, além de tentativas de alteração do Código Florestal pelo Executivo.”**

*Alice Thuault, diretora executiva do Instituto Centro de Vida - ICV, Cuiabá/MT e Brasília/DF*

<sup>225</sup> <https://reporterbrasil.org.br/2020/08/degradacao-avanca-no-mato-grosso-e-faz-meta-de-desmatamento-ilegal-zero-fracassar/>

<sup>226</sup> <https://www.icv.org.br/2020/07/plc-que-flexibiliza-licenciamento-ambiental-em-mt-e-aprovado-as-presas-sem-participacao-da-sociedade-em-plena-pandemia/>



## A BANCADA DO MATO GROSSO NO CONGRESSO NACIONAL: Deputados acompanham agenda bolsonarista em pelo menos 76% das votações (71% com as abstenções); 87,5% estão na Bancada Ruralista

A bancada legislativa do Mato Grosso no Congresso Nacional conta com oito deputados federais e três senadores<sup>227</sup>. A maior parte dos deputados votou alinhada com o governo Bolsonaro nos projetos chaves do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recorde para as emendas de relator (orçamento secreto).

### Como votaram os Deputados Federais do Mato Grosso no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>228</sup> 229 Plenária	LICENCIAMENTO <sup>230</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>231</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>232</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>233</sup> Plenária
01	<b>Dr. Leonardo (REPUBLICANOS)</b>	x	A favor	A favor	x	x
02	<b>Emanuel Pinheiro Neto (MDB)</b>	Contra	Contra	A favor	x	Contra
03	<b>José Medeiros (PL)</b>	A favor	A favor	A favor	Suplente - votou A favor	Contra
04	<b>Juarez Costa (MDB)</b>	x	A favor	A favor	Titular - Não votou	A favor
05	<b>Nelson Barbudo (PL)</b>	A favor	A favor	A favor	x	Contra
06	<b>Neri Geller (PP)</b>	A favor	A favor/ relator do PL na Câmara	A favor	x	A favor
07	<b>Prof. Rosa Neide (PT)</b>	Contra	Contra	Contra	x	A favor
08	<b>Valtenir Pereira (MDB)</b>	A favor	A favor	A favor	x	A favor/ Suplente Carlos Bezerra (MDB)

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa no site da Câmara dos Deputados, imprensa e [Frente Parlamentar da Agropecuária](#).

227 <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>

228 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9924>

229 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

230 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

231 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

232 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

233 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>



### Mato Grosso no Senado<sup>234</sup>

O Mato Grosso conta com três representantes no Senado Federal: senador Jayme Campos (DEM/MT) - atualmente licenciado e substituído pelo primeiro suplente Fábio Garcia (UNIAO/MT); senador Carlos Fávaro (PSD/MT) — atualmente licenciado e substituído pela primeira suplente Senadora Margareth Buzetti (PP/MT) — e senador Wellington Fagundes (PL/MT). Garcia e Fagundes participam da Frente Parlamentar da Agropecuária. Wellington Fagundes votou a favor do orçamento 2022; Carlos Fávaro e Jayme Campos também votaram a favor da PL19/PLOA 2022<sup>235</sup>.

”

**“Eu espero que os candidatos apresentem propostas de sustentabilidade para a Amazônia. Que pensem nas comunidades tradicionais, nas populações que vivem ali. Que não visem só o lucro, só transformar a floresta em cidade de pedra. A Amazônia tá resistindo a tudo, mas até quando? A mesma coisa com o Pantanal e Cerrado e a gente fica assistindo. Preservação, uso sustentável, pequeno agricultor, quero que tenham propostas para tudo isso”**

*Eliane Xunakalo, assessora institucional da Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT), TI Bakairi, Cuiabá/MT*

<sup>234</sup> <https://www25.senado.leg.br/web/transparencia/sen/por-uf/-/uf/MT>

<sup>235</sup> <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/senado/brasil/projetos/orcamento-da-uniao-para-2022>



# 8. PARÁ



ÁREA: **1.245.835,66 km<sup>2</sup>**



**8.690.745 habitantes (2020)**



**144 municípios**



**Capital: Belém, onde vivem mais de 1,5 milhão de pessoas**



**IDH\*: 0.646  
24° no ranking BR (2010)**



**PIB: R\$161,3 bilhões (2018)**



**56% da área demarcada como Unidades de Conservação e Terras Indígenas**



**68,85% do território coberto por florestas (2020)**



**Mais de 34% do estado foi atingido pelo desmatamento até 2020**



**Cerca de 61.479 focos de calor foram detectados no estado em 2020 e 2021**



**400,59 megatons de CO<sub>2</sub> emitidos em 2019, a maioria proveniente de desmatamento e mudanças no uso do solo**

\*Índice de Desenvolvimento Humano)

\*\*Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Inpe e Fatos da Amazônia Legal





”

**“A política ambiental do governo atual foi de descaso com a Amazônia.”**

*Marlon Rebello, jornalista do portal Tapajós de Fato<sup>236</sup>, Santarém (PA)*

”

**“Não consigo falar de pior projeto de lei ou legislação. Eu só sei falar de questões como o Bolsonaro negociar com o Elon Musk a internet que ele quer colocar aqui na região. Isso é para monitorar a Amazônia. É para monitorar os nossos espaços para depois explorar.”**

*Ravi Veiga, produtor no coletivo Miga Sua Lôca Cultura Diversidade<sup>237</sup>, Belém/PA*

## **USO DA TERRA E VETORES DE DESMATAMENTO: Devastação florestal dobra em quatro anos**

O estudo [Leis e Práticas de regularização fundiária no Estado do Pará](#), lançado pelo Imazon em 2021, estima que 73% do território paraense já possui destinação fundiária (90,7 milhões de hectares). As Terras Indígenas ocupam 25% do estado (30,7 milhões de hectares), seguidas de 23% de Unidades de Conservação (29 milhões de hectares), 11% em Projetos de Assentamento (13,5 milhões de hectares), 10,5% de imóveis privados titulados, 0,5% de Territórios Quilombolas e 1% de Florestas Públicas Destinadas (reservadas por decretos estaduais para concessão florestal ou regularização de comunidades).

**Com quase 163 mil km<sup>2</sup> acumulados de desmatamento até 2022, o Pará é o estado líder em devastação florestal na Amazônia Legal há 16 anos<sup>238</sup>.**

As áreas públicas não destinadas ou sem informação sobre destinação representam 27% do estado, totalizando 33,8 milhões de hectares. Parte dessa área, ou 12% do território, está inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR). “Dada a ausência de informações sobre a situação fundiária desses imóveis, é possível que muitos sejam ocupações em terras públicas sem titulação”, diz o estudo. Para 12% do estado não existem dados, outros 2% estão em processo de regularização pelo governo federal e 0,5% é área com possível demanda para Terra Indígena, segundo a Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal. Existem ainda 766 mil hectares de interesse para criação de Unidades de Conservação, como indica o ICMBio (2016).

**Nas áreas públicas sem destinação no Pará, 45% (15,2 milhões de hectares) são prioritárias para conservação e a maioria é de importância biológica extremamente alta, segundo o Ministério do Meio Ambiente<sup>239</sup>.**

<sup>236</sup> <https://linktr.ee/tapajosdefato>

<sup>237</sup> <https://www.instagram.com/migasualocaculturadiversidade/>

<sup>238</sup> [http://terrabrazilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabrazilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates)

<sup>239</sup> [https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria\\_Para.pdf](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria_Para.pdf)



Ainda segundo o Imazon, 57% das áreas não destinadas (19,4 milhões de hectares) pertencem ao governo federal e 43% ao governo estadual (dados de 2017). Da parcela estadual, a maioria (11% do território paraense) não estava registrada em cartório em nome do governo do Pará, deixando essas terras mais vulneráveis aos invasores. Em relação às áreas federais não destinadas ou sem informação de destinação, do território do estado, 7% aguardavam decisão pela Câmara Técnica; outros 7% já haviam passado pela análise da Câmara e estavam destinados para regularização fundiária via titulação de posse.

## GRILAGEM

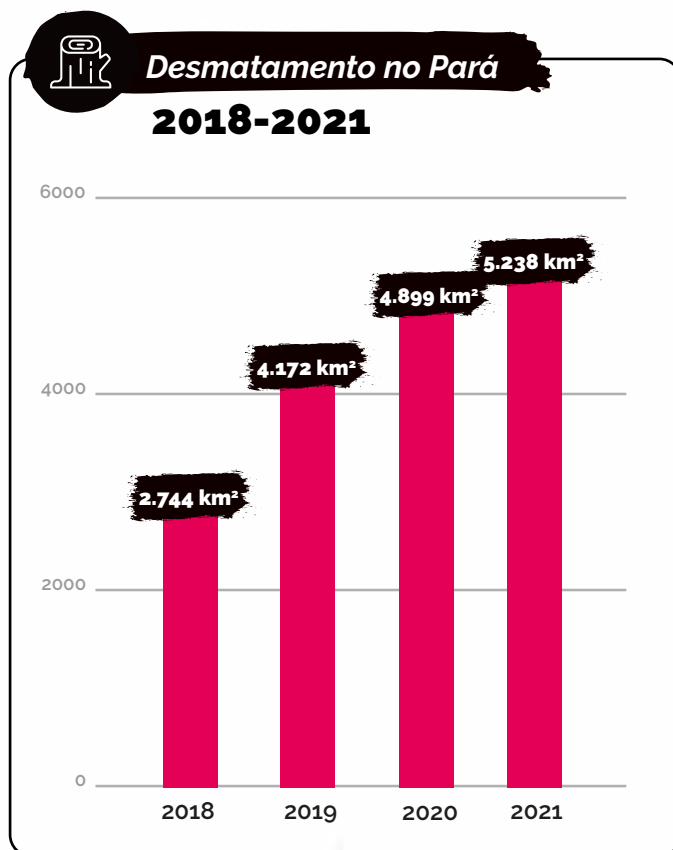
O Imazon explica que a legislação estadual de terras (Lei n.º 8.878/2019) prevê a venda e abertura de áreas públicas para novas atividades agropecuárias e que a lei exige "ocupação mansa e pacífica", mas "sem especificar a data limite de início da ocupação. Essa falta de clareza pode levar a interpretações que permitam regularizar áreas ocupadas após 2014 (data limite na modalidade de venda) (...) o que aumentaria o risco de (...) titular ocupações feitas por indivíduos ou grupos que se apropriam de terra pública com o objetivo de lucrar com a venda do imóvel". No geral, as regras fundiárias do Pará continuam permitindo a regularização de imóveis desmatados a qualquer tempo, o que também pode funcionar como incentivo à grilagem de florestas públicas.

**O Pará, estado mais desmatado da região, tem PIB per capita de apenas R\$ 19 mil por habitante, pouco mais da metade do valor nacional (R\$ 33,6 mil)<sup>240</sup>.**

## MADEIRA

A área total de florestas afetadas pela extração de madeira somou cerca de 10 mil km<sup>2</sup> no Pará entre 2007 e 2018; desse total, cerca de 7.155 km<sup>2</sup> não tinham autorização para exploração. No período, os municípios paraenses mais afetados pela exploração madeireira foram Paragominas, Portel e Rondon do Pará. Em 2019, o estado produziu 3,76 milhões de m<sup>3</sup> de madeira em tora, volume bem menor do que em 2010, quando acumulou 5,76 milhões de m<sup>3</sup> <sup>241</sup>. Mesmo com a queda na produção, a extração ilegal de madeira no Pará é vetor de degradação florestal e violência contra as comunidades; nos anos de governo Bolsonaro, esse tipo de crime ambiental foi favorecido pelo desmonte nas agências de fiscalização e controle.

Em 7 de julho 2020, por exemplo, **militares da Operação Verde Brasil 2 abandonaram agentes do Ibama, da Polícia Federal e da Força Nacional que atuavam contra a extração ilegal de madeira na região** de Uruará (PA), entorno da Rodovia Transamazônica. Em comunicado oficial, o Ibama afirmou que, sem o apoio do exército, era inviável continuar a operação e que a suspensão da fiscalização causava prejuízo aos cofres públicos, além de permitir que os madeireiros ilegais aproveitassem para desmontar equipamentos. A apreensão de maquinário era o principal objetivo da operação; em junho, fiscais do Ibama já tinham sido atacados por criminosos ambientais na mesma região<sup>242</sup>.



Fonte: [Inpe](https://www.inpe.gov.br/) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)

<sup>240</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

<sup>241</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

<sup>242</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/wp-content/uploads/2021/10/sdf-relatorio-pt-final-30em3.pdf>

## O contrabando de madeira ilegal paraense e a queda de Ricardo Salles<sup>243</sup>

Em dezembro de 2020, a Polícia Federal, em parceria com o Ibama e as Forças Armadas, apreendeu mais de 130 mil m<sup>3</sup> de madeira ilegal na Operação Handroanthus GLO, na região do rio Arapiuns, em Santarém (PA). A apreensão resultou de investigações iniciadas após a retenção de uma balsa que encalhou com 2.700 m<sup>3</sup> de madeira nativa no rio Mamuru, divisa entre Pará e Amazonas, município de Parintins, no final de novembro daquele ano. A origem da carga fora declarada como Juruti (PA), porém as espécies de madeira não correspondiam às informações das Guias Florestais (GFs). As divergências nas informações sobre a carga tornaram as guias inválidas, de acordo com a legislação que disciplina o transporte de madeira nativa. A PF apreendeu mais dez balsas e quatro empurradores com 7.300 m<sup>3</sup> de madeira no Mamuru e, a partir daí, chegou às coordenadas geográficas que levaram à apreensão no rio Arapiuns. No total, quase 200 mil m<sup>3</sup> de madeira foram confiscados, no valor de centenas de milhões de reais.

Desde a apreensão, a guarda da carga de madeira era feita pelas Forças Armadas. Em ofício à PF do dia 19 de fevereiro de 2021, o chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto Norte do Exército informou que os militares deixariam os locais, sem explicar o motivo. Em 25 de fevereiro, a PF do Amazonas ameaçou processar os militares envolvidos e recebeu críticas do vice-presidente Hamilton Mourão e do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Um mês depois, Salles viajou ao rio Arapiuns, onde foi recebido pelos proprietários da madeira ilegal apreendida, defendeu as empresas e questionou publicamente a operação da PF. No dia 7 de abril, Salles visitou de helicóptero a Fazenda Francine II, suspeita de grilagem de terras públicas e uma das fornecedoras da empresa Rondobel Madeiras Ltda, dona de parte da madeira ilegal apreendida na Handroanthus. Na semana seguinte, o delegado Alexandre Saraiva, superintendente da PF/AM, encaminhou ao STF, ao Ministério Público Federal e à direção-geral da PF uma notícia-crime contra Ricardo Salles. No expediente, Saraiva enquadrou Salles, o senador Telmário Mota (Pros/RR) e o presidente do Ibama, Eduardo Bim, nos Art. 69 da Lei de Crimes Ambientais, Art. 321 do Código Penal e Art. 20, § 1º da Lei de Organização Criminosa, no âmbito da Operação Handroanthus. Na sequência, Saraiva foi exonerado do cargo de superintendente da PF no Amazonas, mas seguiu à frente da operação. Com base na notícia-crime, no dia 2 de junho, a ministra do STF Cármen Lúcia acatou solicitação da Procuradoria Geral da República para abertura de inquérito contra Salles.

Em paralelo aos desdobramentos da Handroanthus, outra denúncia atingiu em cheio Ricardo Salles. No dia 19 de maio, por ordem do ministro do STF, Alexandre de Moraes, a Polícia Federal deflagrou a operação Akuanubá, tendo como alvos o ministro do Meio Ambiente, empresários do ramo madeireiro e servidores públicos, entre eles Eduardo Bim, presidente do Ibama, por suspeitas de exportação ilegal de madeira. Foram cumpridos 35 mandados de busca e apreensão em endereços no Distrito Federal, em São Paulo e no Pará. O ministro também teve seus sigilos bancário e fiscal quebrados. A apuração da PF começou em janeiro de 2021 a partir do recebimento, por autoridades brasileiras, de documentos enviados por Bryan Landry, adido do Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos EUA. Landry informava sobre a apreensão de cargas de madeira oriundas do Pará e retidas sem documentação no Porto de Savannah, estado da Geórgia. O STF também suspendeu, por liminar, o Despacho nº 7036900/2020/GAB/IBAMA, assinado por Eduardo Bim em fevereiro de 2020, que autorizou exportações de madeira sem fiscalização. O despacho tinha sido publicado pelo Ibama dias após pressão da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará (Aimex) e da Associação Brasileira de Empresas Concessionárias Florestais (Confloresta), que atua no Pará e em Rondônia.

Alvo de dois inquéritos no STF, o risco de prisão falou mais alto e, em 23 de junho de 2021, Bolsonaro exonerou Ricardo Salles do cargo de ministro do Meio Ambiente, alegando que ele "pediu para sair". No mesmo decreto, o presidente nomeou Joaquim Álvaro Pereira Leite como novo ministro; até então, Leite era secretário da Amazônia e Serviços Ambientais do MMA. Antes, foi conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB), uma das organizações que representam o ruralismo no país.

243 <https://www.sinaldefumaca.com/wp-content/uploads/2021/10/sdf-relatorio-pt-final-30em3.pdf>



**“Devido à necessidade de pouca mão de obra, à facilidade de implementação e logística simples para seu escoamento, a pecuária se tornou a atividade ideal na política de integração do regime militar na Amazônia. Historicamente, a pecuária assumiu um papel importante de incorporação de terras, tomando terras públicas e as transformando em propriedades privadas, além de ser um mecanismo de especulação”, disse a geógrafa Susanna Hecht, do Instituto Superior de Estudos Internacionais e de Desenvolvimento (Genebra, Suíça) à reportagem da DW em 2020.**

## GADO

O Pará tem 21 milhões de cabeças de gado, segundo maior rebanho bovino da Amazônia Legal (2020)<sup>244</sup>. Segundo a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA), “em se tratando de padrão sanitário, o Pará goza do status de Certificação Internacional de Área Livre de Aftosa com vacinação. O Pará destaca-se ainda na exportação de boi vivo, sendo o maior exportador do país”.

**É interessante notar que o setor pecuário no Pará se gaba por conseguir realizar o controle sanitário de seu rebanho ao mesmo tempo em que falha no rastreamento da origem das pastagens em áreas griladas, desmatadas ilegalmente e violando territórios indígenas.**

De acordo com o Imazon, entre 1985 e 2019, a área ocupada por pastagens no estado pulou de 6 milhões de hectares para cerca de 20 milhões de hectares. É possível associar esse crescimento ao aumento das taxas de devastação florestal no Pará no mesmo período.

- Em meio aos recortes de queimadas em 2020, um [relatório](#) da ONG Global Witness (GW) mostrou que as três maiores empresas do setor de carne bovina do Brasil — JBS, Marfrig e Minerva — compraram gado de 379 fazendas que desmataram ilegalmente no Pará, atingindo uma área de 202 km<sup>2</sup>, ou 20 mil campos de futebol. Segundo a investigação, as empresas falharam em monitorar “mais de 4 mil fazendas no Pará inseridas em suas cadeias produtivas, com um total estimado de 140 mil campos de futebol de desmatamento, para evitar que gado dessas fazendas chegasse a seus frigoríficos”. A empresa JBS, por exemplo, afirma que praticamente 100% de toda a sua carne provém de fazendas que cumprem com os compromissos legais de não adquirir gado de onde houve desmatamento recente<sup>245</sup>. Dois anos depois, um novo estudo da mesma entidade chamado [Vacas à Venda](#), expôs “um padrão recorrente de grilagem de terras, trabalho escravo e lavagem de gado nas fazendas de um dos fornecedores da JBS no estado do Pará, a família Seronni”. A investigação da GW também descobriu que, em 2020, a JBS comprou gado de 144 fazendas que concentram o equivalente a 10 mil campos de futebol de desmatamento ilegal somente no Pará, contrariando acordos de não desmatamento firmados junto ao Ministério Público. A empresa tampouco monitorou outras 470 fazendas de ‘fornecedores indiretos’ envolvidas em sua cadeia de abastecimento.
- Outra investigação divulgada em julho de 2022, chamada [How Illegal Land Grabs in Brazil's Amazon Feed the Global Beef Industry](#) e realizada pela OCCRP<sup>246</sup>, [Piauí](#), Fiquem Sabendo e o Center for Climate Crime Analysis (CCCA) revelou que, entre 2018 e o final de 2021, mais de 91.200 cabeças de gado foram removidas de 213 mil hectares de terras griladas no estado do Pará. Os bois foram levados a fazendas em áreas legalizadas e de lá vendidos para 129 abatedouros ao redor do Brasil. Uma das fazendas identificadas, a “Baixão Verde”, com 700 hectares, fica dentro da Terra Indígena Cachoeira Seca, na região de Altamira. Cachoeira Seca foi a terra indígena mais desmatada do país em 2020, diz o estudo citando dados do Inpe.

244 <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazônia-2021-3.pdf>

245 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55177000>

246 OCCRP - Organized Crime and Corruption Reporting Project - <https://www.occrp.org/en/>



## SOJA

O Pará tem um total de 18.202,67 km<sup>2</sup> de área plantada ou destinada à colheita, dos quais cerca de 30% são usados para o cultivo de soja. Segundo a FAEPA, "o complexo da soja já constitui o principal item da pauta de exportação do agronegócio, representando cerca de 25% do valor exportado pelo setor. Com efeito, a soja, no Pará, vem (...) expandindo sua área cultivada, no período entre 2010 e 2017, de 85,4 mil para 500,4 mil hectares". A produção paraense de soja compreende três grandes pólos: Paragominas (nordeste), Santana do Araguaia (sul) e Santarém (oeste). A propaganda da FAEPA<sup>247</sup> ressalta que "a expansão da soja vem sendo efetuada em campos naturais e áreas já alteradas (pastagens) (...) e não está utilizando área de floresta nativa, evitando-se, assim, o desmatamento".

**Além da abertura de áreas de florestas para que pastagens dêem lugar a novos cultivos de soja, os impactos da expansão do grão envolvem a logística de armazenamento e escoamento da commodity em silos, estradas e portos de exportação.**

Um exemplo é o porto graneleiro da multinacional Cargill instalado há quase 20 anos em Santarém em um processo marcado por irregularidades no licenciamento ambiental. Localizado no ponto final da rodovia BR-163 (leia a seguir), desde a sua construção, mais de 1 mil km<sup>2</sup> de desmatamento, ou 140 mil campos de futebol, foram registrados apenas no município de Santarém. Os efeitos negativos do descumprimento das condicionantes socioambientais do empreendimento para as comunidades da região foram documentados no estudo [Sem licença para destruição - Cargill e violação de direitos no Tapajós](#), elaborado pela entidade Terra de Direitos, que relata também a luta dos afetados por compensação. Mesmo com esse passivo socioambiental ligado à cadeia produtiva da soja, a empresa pretende agora instalar um terminal portuário em Abaetetuba, no nordeste do estado. Anunciado como o "mais novo projeto da Cargill no Brasil", tem "como principal objetivo o escoamento de grãos (soja e milho) produzidos nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso para mercados externos por via fluvial (rios e oceanos) sem uso de rodovias"<sup>248</sup>. A expectativa da empresa é que o novo porto receba onze navios por mês.

77

**"No governo Bolsonaro, a política socioambiental na Amazônia e no país inteiro só teve retrocessos. Desde o aparelhamento do Estado, no IBAMA, ICMBio, INPE, até a redução de políticas públicas destinadas à preservação. Hoje é explícito o aumento do desmatamento, do incentivo ao garimpo, inclusive em terras indígenas, das queimadas e a facilitação de entradas de empresas na região amazônica, como por exemplo, a Cargill aqui em Abaetetuba"**

*Jucirlei Barbosa Rodrigues, integrante da Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA)<sup>249</sup> e conselheiro tutelar - Zona Rural, Abaetetuba/PA.*

<sup>247</sup> <http://sistemafaepa.com.br/faepa/agronegocio-paraense/>

<sup>248</sup> [https://www.cargill.com.br/pt\\_BR/abaetetuba](https://www.cargill.com.br/pt_BR/abaetetuba)

<sup>249</sup> <https://m.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Moradores-das-Ilhas-de-Abaetetuba-AMIA-109974854507912/>

## BR-163, O CORREDOR DA SOJA NA AMAZÔNIA

A rodovia BR-163, que atravessa os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará, é a principal via terrestre de transporte da produção agropecuária do Centro-Oeste aos portos do Norte do país. Criação da ditadura, a obra começou em 1971, sob o governo do general Emilio Garrastazu Médici; a inauguração aconteceu cinco anos depois, já com Geisel no poder. Por quase cinco décadas, trechos do percurso de mais de 3 mil km de extensão ficaram abandonados pelo poder público.

O trajeto entre Cuiabá (MT) e Santarém (PA), cobiçado para a exportação das commodities do agronegócio, é cercado por diversas terras indígenas, unidades de conservação e milhares de hectares de florestas públicas. Durante anos, ambientalistas e comunidades locais tentaram impedir o asfaltamento do trecho, prevendo o avanço do desmatamento e de outros crimes ambientais na região. Porém, em setembro de 2016, o então presidente Michel Temer assinou convênio com o Exército Brasileiro e a obra foi retomada em 2017.

**Histórico de destruição** - Desde sua implementação, a BR-163 gerou violência na Amazônia. Em 1973, com o avanço da obra no trecho Cuiabá-Santarém, dois terços da população indígena Panará foram dizimados pelo contato com o homem branco, entre doenças e massacres, após a rodovia cortar seu território tradicional na região do rio Peixoto Azevedo (MT). Na época, os Panará foram levados para o Parque Indígena do Xingu. Só conseguiram retornar à sua terra ancestral mais de 20 anos depois. Em 2000, em decisão inédita, os Panará ganharam uma ação indenizatória na justiça contra a Funai e a União pelos danos materiais e morais causados pelo contato decorrente da obra.

**Sustentável?** - Em meados dos anos 2000, quando a pavimentação voltou a ser debatida, o governo federal prometeu implementar o plano BR-163 Sustentável, que previa a regularização fundiária do entorno da estrada com a criação de Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas. O plano não foi consolidado e grilagem, violência e desmatamento explodiram na região. Em 2019, a Comissão Pastoral da Terra denunciou que nos municípios paraenses de Trairão, Rurópolis, Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, localizados no entorno da estrada, havia agricultores, indígenas, assentados e extrativistas ameaçados de morte. Um [estudo](#) de caso produzido pelo Greenpeace em 2020 indicou que a "baixa aplicação de recursos, acompanhada de fiscalização insuficiente e falta de implementação adequada dessas áreas protegidas, resultou no avanço da fronteira agropecuária, já que a facilidade de escoamento da produção age como incentivo para abertura de novas áreas".

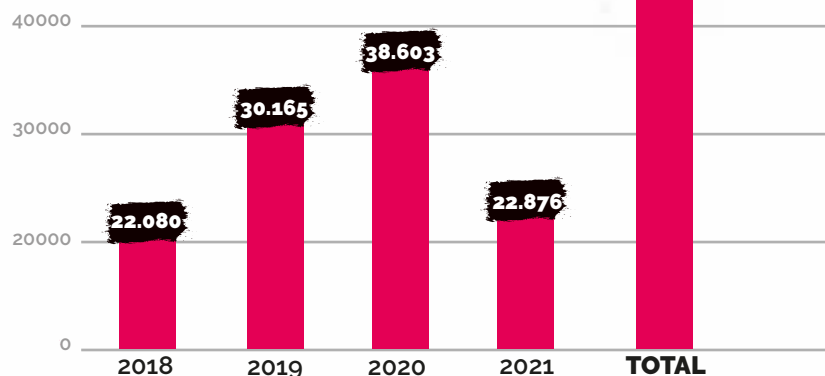
**O Capitão vai terminar** - Em novembro de 2019, final do primeiro ano da gestão Bolsonaro e poucos meses após o evento que ficou conhecido como Dia do Fogo no entorno da rodovia (leia a seguir), a BR-163 foi completamente pavimentada no trecho que liga o MT ao PA. "Essa obra é no coração do agronegócio e vai diminuir os custos para a exportação", comemorou Bolsonaro na época. "O que o general começou, o capitão vai terminar", disse na ocasião Tarcísio de Freitas, ministro da Infraestrutura.

Desde então, a degradação ambiental na região explodiu. Entre janeiro e abril de 2020, houve aumento de 359% do desmatamento no entorno do trecho paraense da rodovia, em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo dados da Rede Xingu+, o salto da devastação foi de 591 para 2.717 hectares. Em 2021, sem consultar povos indígenas como os Kayapó das Terras Indígenas Baú e Menkragnoti, e os Panará, historicamente vitimados pela rodovia, o governo federal levou à leilão outro trecho da rodovia, que liga Sinop (MT) a Miritituba (PA).



Focos de calor e  
queimadas no Pará

2018-2021



Fonte: Inpe

## Dia do Fogo e Impunidade<sup>250</sup>

No dia 5 de agosto de 2019, o jornal Folha do Progresso, do município de Novo Progresso (PA), publicou [notícia](#) sobre uma ação organizada entre produtores rurais que se sentiam “amparados pelas palavras do presidente Jair Bolsonaro”. No dia 10, houve a queima coordenada de pastagens e áreas de desmatamento em vários municípios no entorno da rodovia BR-163, no trecho que corta o sul do Pará, no evento que ficou conhecido como Dia do Fogo. O episódio foi organizado em um grupo de WhatsApp e contou com uma ‘vaquinha’ para comprar combustível e contratar motoqueiros para espalhar as chamas. O monitoramento do Inpe registrou a explosão de focos de incêndio na região a partir daí: Novo Progresso teve aumento de 300% em comparação aos focos de incêndio da véspera; em Altamira, houve salto de 179% no número de focos de incêndio nos três dias seguintes; já em São Félix do Xingu, foi registrado crescimento de 329% em três dias. A maior parte dos incêndios atingiu áreas protegidas, unidades de conservação e florestas públicas próximas à BR-163<sup>251</sup>.

**Até 2018, o Ibama mantinha uma base em Novo Progresso (PA) durante o período de queimadas; em 2019, a operação foi suspensa por falta de apoio da Polícia Militar do Pará e da Força de Segurança Nacional ao trabalho de fiscalização ambiental.**

Ao saber da primeira notícia sobre o Dia do Fogo, o Ministério Público Federal, via Procuradoria de Itaituba (PA), enviou, no dia 8 de agosto de 2019, antevéspera da ação, alerta “urgente” ao Ibama, pedindo reforço na fiscalização de áreas de preservação. O órgão ambiental, no entanto, só respondeu ao MPF em 12 de agosto, dois dias depois do Dia do Fogo, alegando falta de apoio e ameaças a servidores do órgão. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal abriram investigação para identificar quem participou da ação conjunta de queima de florestas. Um ano depois, em agosto de 2020, ninguém tinha sido preso ou sequer indiciado pela ação coordenada de queima florestal, apesar das suspeitas sobre alguns proprietários rurais locais<sup>252</sup>. No ano seguinte, o patamar da destruição na região piorou. Segundo análises do ISA, nos municípios paraenses de Altamira, Novo Progresso e São Félix do Xingu, os alertas de desmatamento do sistema Deter (Inpe) registraram aumentos de 48%, 15% e 60%, respectivamente, nos alertas de desmatamento em 2020 em comparação a 2019.

<sup>250</sup> <https://reporterbrasil.org.br/dia-do-fogo/>

<sup>251</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2019/08/14/dia-do-fogo-e-organizado-por-proprietarios-rurais/>

<sup>252</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2020/08/10/dia-do-fogo-completa-um-ano-com-legado-de-impunidade-afirma-greenpeace/>



**Entre abril e junho de 2021, Altamira, Novo Progresso e São Félix do Xingu desmataram o equivalente a 9.516 campos de futebol por dia, o que representa a retirada de quase 340 mil árvores maduras diariamente ao longo de três meses<sup>253</sup>.**

Em fevereiro de 2022, ou mais de dois anos depois do Dia do Fogo, ninguém tinha sido preso e as investigações policiais não apresentaram resultados<sup>254</sup>. Segundo a [Repórter Brasil](#), em um dos locais mais devastados pelo fogo, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa, há lotes repletos de plantações de soja, tipo de cultivo que contraria essa modalidade de reforma agrária. O levantamento inédito da reportagem, que cruzou as coordenadas dos locais com soja com os dados dos 197 focos de incêndio registrados no Dia do Fogo, entre 10 e 11 de agosto de 2019, comprovou que áreas queimadas na época hoje abrigam plantações do grão. "O objetivo do grupo que fez uma vaquinha para incendiar a floresta agora ficou claro: abrir espaço para a soja", revelou a Repórter Brasil.

## MINÉRIO

O Pará é o estado com maior abertura do solo e maior produtor de minérios da Amazônia Legal, além de um dos maiores do Brasil. A atividade ocorre em 16 municípios paraenses, principalmente para a extração de minério de ferro, bauxita, caulim, calcário, níquel, manganês e ouro. Já o processo de transformação mineral acontece em Marabá e Barcarena. O Pará responde por mais de 94% das exportações de minérios da região, com o minério de ferro representando US\$ 14,34 bilhões, seguido pelo minério de cobre, US\$ 1,94 bilhão, ouro com US\$ 424 milhões, alumínio, US\$ 333 milhões e minério de manganês, US\$ 236 milhões em 2020<sup>255</sup>.

**BARCARENA:** Os impactos da atividade mineral sobre o solo, as águas e comunidades se espalham por vários municípios paraenses. Barcarena, grande produtora de bauxita localizada na Região Metropolitana de Belém, é um caso emblemático de seguidos acidentes de vazamentos e contaminação ambiental por diferentes empresas. Segundo o [Movimento pela Soberania Popular na Mineração \(MAM\)](#), "desde 2004, a mineradora Imerys possui registros de crimes contra a natureza e a população do município (...) houve, no dia 6 de dezembro de 2021, a explosão de um galpão de beneficiamento da mineradora que espalhou nos arredores o ditonito de sódio, produto altamente tóxico". A mineradora criou um monopólio de extração e beneficiamento de caulim na Amazônia. O caulim é um minério utilizado na fabricação de papel, cerâmica e tintas. Também em Barcarena, em fevereiro de 2018, um vazamento de restos tóxicos de mineração da gigante norueguesa Hydro contaminou diversas comunidades. De acordo com a [BBC](#), uma barragem com soda cáustica e metais tóxicos transbordou após chuvas fortes na região. A empresa tentou negar o ocorrido e durante as investigações do caso foi revelado que a Hydro usou uma "tubulação clandestina de lançamento de efluentes não tratados" em um conjunto de nascentes do rio Muriipi, de acordo com laudo do Instituto Evandro Chagas, do Ministério da Saúde.

**CARAJÁS:** A maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo fica em Carajás, no sudeste do Pará. Descoberta nos anos 1970, a mina é operada pela Vale. O Complexo Carajás, maior núcleo da história da empresa<sup>256</sup>, produziu, entre janeiro e junho de 2021, mais de 85 milhões de toneladas de minério de ferro, 4,2% a mais que no mesmo período do ano anterior. A empresa tem planos de expansão das operações de mineração anunciados para o complexo até 2025<sup>257</sup>. Para escoar sua produção, a Vale administra a Estrada de Ferro Carajás (EFC), com 892 km de extensão, ligando a mina de Carajás ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís (MA). A EFC transporta 120 milhões de toneladas de carga e 350 mil passageiros por ano. Segundo a [empresa](#), circulam cerca de 35 composições simultaneamente, entre as quais um dos maiores trens de carga em operação regular do mundo, com 330 vagões e 3,3 quilômetros de extensão". Nos últimos anos, mais de 500 km da ferrovia foram duplicados para ampliar a capacidade de carga. Pelo menos 130 comunidades e povoados são atravessados pelo corredor Carajás, segundo reportagem do Observatório da Mineração publicada no [Mongabay](#). Moradores às margens da ferrovia relatam um longo histórico de problemas de saúde, danos à estrutura de suas casas, atropelamentos, mortes e falta de diálogo por parte da empresa. A Estrada de Ferro Carajás simboliza também a união da mineração com o agronegócio. Os trens carregam grãos sólidos (soja e outros grãos) e líquidos (combustíveis e fertilizantes, entre outros), além do minério de ferro.

253 <https://www.sinaldefumaca.com/wp-content/uploads/2021/10/sdf-relatorio-pt-final-30em3.pdf>

254 <https://www.sinaldefumaca.com/2022/02/08/no-para-mais-de-dois-anos-apos-dia-do-fogo-areas-queimadas-abrigam-campos-de-soja/>

255 <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

256 <http://www.vale.com/hotsite/pt/paginas/Home.aspx>

257 <https://www.zedudu.com.br/vale-aumenta-producao-em-carajas-e-faz-previso-es-para-regiao-ate-2025/>





**Massacre** - Apesar dos esforços de marketing da Vale em se apresentar como “modelo de sustentabilidade”, a operação em Carajás gera impactos sobre áreas de florestas e contamina a água com rejeitos da mineração — além do histórico de conflitos por terras com comunidades paraenses. A relação da empresa com a região de exploração de minério de ferro no Pará ficou tragicamente conhecida pelo Massacre de Eldorado dos Carajás. Em abril de 1996, 21 trabalhadores rurais do Movimento Sem Terra (MST) morreram e mais de 60 ficaram feridos após brutal repressão da Polícia Militar. A Vale teria cedido ônibus para o transporte das tropas policiais, parte de uma estratégia de apoio desenvolvida há anos pela empresa junto à polícia da região para impedir ações do MST como ocupações em terrenos e bloqueios de estradas. “A então Companhia Vale do Rio Doce e a Polícia Militar (PMPA) tinham um convênio: a companhia financiou parte dos gastos da PM e tal investimento gerou o agrupamento denominado de Primeira Companhia Independente de Policiamento de Meio Ambiente de Parauapebas”, segundo apuração do livro *Massacre Eldorado dos Carajás: Uma História de Impunidade*<sup>258</sup>.

## GARIMPO

Os três municípios com maior área garimpada no Brasil ficam no sul do Pará: Itaituba, Jacareacanga e São Félix do Xingu, em primeiro, segundo e terceiro lugares, respectivamente, de acordo com dados do [MapBiomas](#). As maiores áreas de garimpo em terras indígenas na Amazônia Legal também se localizam no estado: TI Kayapó (7.602 hectares de garimpo) e TI Munduruku (1.592 hectares de garimpo). Das dez unidades de conservação com maior atividade garimpeira, oito são paraenses. As três maiores são a Área de Proteção Ambiental do Tapajós (34.740 hectares), a Floresta Nacional do Amaná (4.150 hectares) e o Parque Nacional do Rio Novo (1.752 hectares).

**O Pará concentra mais da metade da área de garimpos do Brasil<sup>259</sup>.**

”

**“O fato mais marcante é a liberação dos garimpos no interior, a ação dos garimpeiros afetando as águas dos rios. Os poderosos querem mais minério, mais grana, enquanto acabam com a natureza.”**

*Ravi Veiga, produtor no coletivo Miga Sua Lôca  
Cultura Diversidade, Belém/PA*

### Garimpo no Tapajós

Na região do rio Tapajós, no final de maio de 2021, a Polícia Federal realizava ações de combate ao garimpo ilegal, como a Operação Mundurukânia. Em retaliação à ação da polícia, [garimpeiros ameaçaram lideranças indígenas Munduruku, queimaram uma casa e atacaram agentes federais](#). No dia 28, o Ministério da Defesa cancelou, sob o argumento de falta de recursos, o apoio logístico que estava previsto à operação da PF na TI Munduruku, em Jacareacanga (PA). O Ministério Público Federal classificou a manobra de “retirada precoce”, já que a ação estava prevista para seguir até 10 de junho.

De acordo com levantamento do ISA, entre janeiro de 2019 e maio de 2021, o garimpo devastou um total de 2.264,8 hectares da TI Munduruku. Já no município de Jacareacanga (PA), que se sobrepõe a 98% da TI Munduruku, o aumento foi de 269% de áreas degradadas pelo garimpo<sup>260</sup>. Em fevereiro de 2022, em nova operação na TI, a PF destruiu máquinas, mas não conseguiu prender garimpeiros. Um laudo divulgado após a operação afirmou que a extração ilegal de ouro mudou a cor do Rio Tapajós devido ao uso de mercúrio e cianeto na separação do ouro<sup>261</sup>.

<sup>258</sup> <https://www.mamnacional.org.br/2021/04/17/25-anos-de-impunidade-da-vale-no-massacre-de-eldorado-dos-carajas/>

<sup>259</sup> [https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact\\_Sheet\\_1.pdf](https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf)

<sup>260</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/wp-content/uploads/2021/10/sdf-relatorio-pt-final-30em3.pdf>

<sup>261</sup> <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/garimpo-ilegal-faz-as-aguas-do-rio-tapajos-ate-mudarem-de-cor-no-para-08062022>

77

**“A proposta de redução de terras indígenas e áreas quilombolas é um grande retrocesso, junto com a flexibilização do licenciamento ambiental e mudanças na estrutura dos órgãos de fiscalização. O cancelamento do Fundo Amazônia, o aumento do garimpo e as fakes news criadas pelo próprio governo Bolsonaro sobre o meio ambiente, principalmente sobre a Amazônia, foram fatos marcantes dos últimos anos.”**

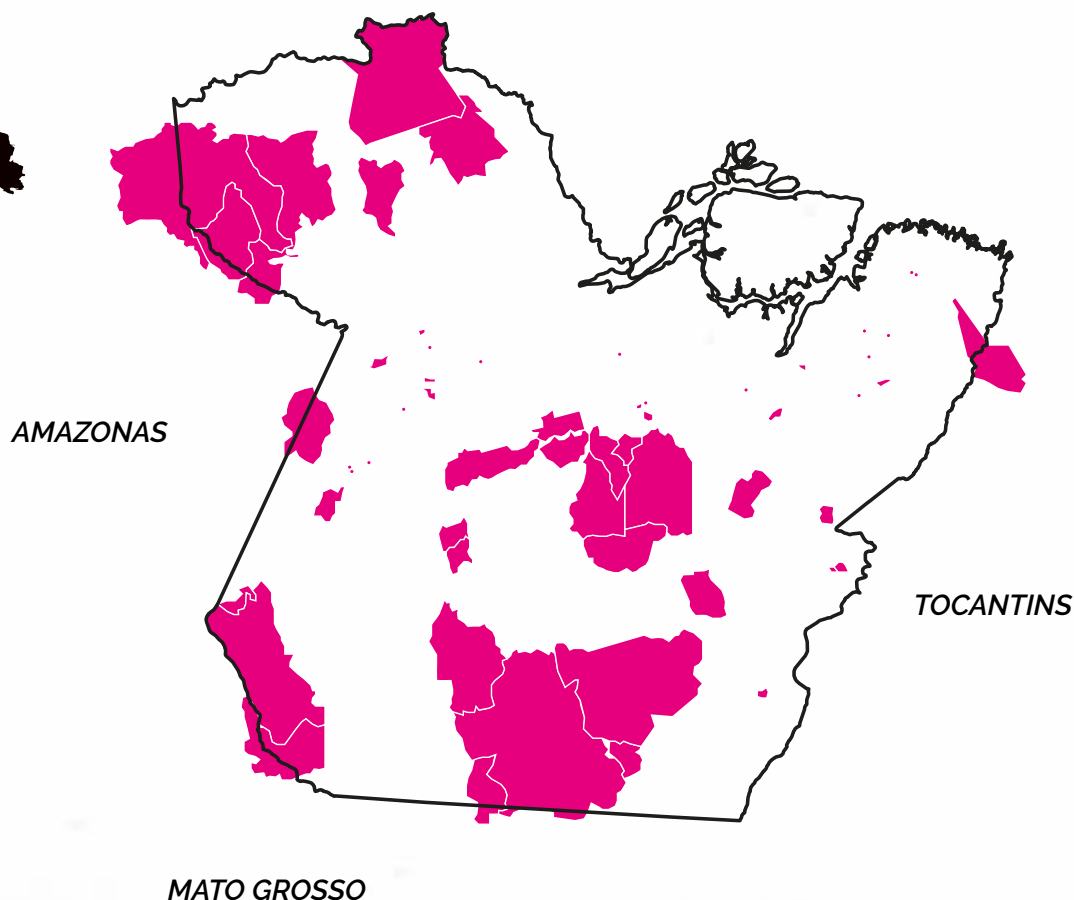
*Jucirlei Barbosa Rodrigues, integrante da Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA) e conselheiro tutelar - Zona Rural, Abaetetuba/PA.*

## EMERGÊNCIA INDÍGENA

No Pará, existem 64 Terras Indígenas em diferentes etapas no processo de demarcação e homologação, cobrindo quase 31 milhões de hectares, ou 24% da área do estado<sup>262</sup>.

**Pará**

**Terras Indígenas\***



\*Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil).



Dado o esgotamento dos estoques madeireiros na maior parte das propriedades privadas, somado ao avanço da pecuária sobre novas áreas, impulsionada pela demanda por terras para cultivo de soja, além do incentivo político e financeiro ao garimpo, as terras indígenas paraenses têm sofrido crescente pressão e ameaça, com constantes invasões das reservas e violações aos direitos dos povos.

**Segundo o boletim do Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) para o período janeiro a março de 2022<sup>263</sup>, cinco das dez terras indígenas mais ameaçadas pelo desmatamento estavam no Pará, com destaque para as TIs Trincheira Bacajá, Baú, Apyterewa e Cachoeira Seca do Iriri. Outro caso crítico é o da Terra Indígena Ituna-Itatá, no sudoeste do estado.**

**Ituna-Itatá sob ataque** - No início de 2022, um [relatório técnico](#) lançado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e pela Organização dos Povos Isolados (OPI) mostra que 84,5% do desmatamento ocorrido dentro da TI Ituna-Itatá ocorreu entre 2019 e 2021, durante o governo Bolsonaro. Com base em dados do Inpe, o levantamento mostra que dos 22 mil hectares desmatados ilegalmente até hoje dentro do território, 18,6 mil foram devastados nos últimos três anos. O desmatamento nas áreas com registros de grupos isolados cresceu 1.493% no período. Outro dado do relatório informa sobre 220 quilômetros de estradas e ramais clandestinos abertos no interior da TI Ituna-Itatá apenas em 2019. Naquele ano, o [Greenpeace](#) já havia mostrado que 93% da área protegida está comprometida por fazendeiros que registraram propriedades dentro da TI no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A entidade afirma que esse território funciona como uma 'porta' para o complexo de 24 milhões de hectares de florestas que existe no Mosaico da Terra do Meio, localizado entre os rios Xingu e Tapajós. "Além dos povos isolados, uma série de outras áreas protegidas também estarão vulneráveis e expostas. Se Ituna-Itatá sucumbir aos interesses da pecuária e do mercado de terras, assistiremos um avanço brutal da grilagem e do desmatamento por toda a Terra do Meio", diz o Greenpeace.

**Xingu Ameaçado** - A análise [Xingu sob Bolsonaro](#), elaborada pela Rede Xingu+, detalha os impactos da devastação em um dos principais corredores de áreas protegidas da Amazônia brasileira, entre os estados do Pará e do Mato Grosso. Os resultados de três anos de monitoramento revelaram intensificação dos conflitos e disputas por terras e recursos naturais, tornando a região um dos epicentros do desmatamento ilegal na Amazônia. A nota técnica descreve as dinâmicas do desmatamento na região, "da explosão de grilagem na Terra Indígena Apyterewa e Trincheira Bacajá, onde os invasores ameaçam 'caçar' os índios, à ação coordenada de fazendeiros que colocaram fogo na floresta, passando pelo lotamento virtual e ilegal em Unidades de Conservação".

Nos últimos três anos, o avanço do desmatamento nas frentes de Novo Progresso e São Félix do Xingu ameaça cortar o remanescente florestal da Floresta Estadual do Iriri (PA), o que pode acabar com a conectividade do Corredor Xingu, fragilizando ainda mais a última barreira entre o novo arco do desmatamento e a Amazônia Oriental.

**Entre 2018 e 2020, período que coincide com a eleição e primeira metade do mandato de Bolsonaro, 513,5 mil hectares foram desmatados na bacia do Xingu, ou 149 árvores derrubadas a cada minuto.**

<sup>263</sup> <https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2022/05/AP-Janeiro-a-Marco-de-2022.pdf>

77

**“Primeira prioridade: os rios precisam ser resgatados. Nós vivemos na Amazônia e deveríamos ser exemplo nisso. As águas dos rios contaminadas, até mesmo com mercúrio, afetando peixes, crianças, idosos. A água é a nossa prioridade maior, porque é dela que vem o nosso alimento”**

*Ravi Veiga, produtor no coletivo Miga Sua Lôca  
Cultura Diversidade, Belém/PA*

**Mercúrio nos rios e tentativas de silenciamento dos Munduruku** - Além de violência e conflitos pela terra, a forte expansão das atividades de garimpo ilegal na região do rio Tapajós tem provocado a contaminação das populações tradicionais. Nos municípios de Itaituba e Trairão, o povo indígena Munduruku está sofrendo com o impacto do mercúrio usado largamente nos garimpos. Um [estudo](#) realizado pela Fiocruz e WWF-Brasil divulgado em 2020 indicou que 90% da população indígena em aldeias nas beiras dos rios estava afetada pelo contaminante. De cada dez participantes da pesquisa, seis apresentaram níveis de mercúrio acima de limites seguros. Cerca de 15,8% das crianças munduruku avaliadas apresentaram problemas nos testes de neurodesenvolvimento.

Enquanto os indígenas têm sua saúde e territórios comprometidos, quem denuncia é alvo de ameaças. Em maio de 2022, segundo [nota](#) da CPT, a líder indígena Alessandra Korap Munduruku sofreu uma onda de ataques em represália à sua defesa das terras indígenas, florestas e rios da Amazônia. As redes sociais de Alessandra foram sucessivamente invadidas e sua conta de WhatsApp, clonada. Os perfis eram usados para disparar mensagens de ódio, difamação, ameaças e tentativas de intimidação aos amigos e familiares para humilhar e desmoralizar a liderança. Alessandra é presidente da Associação Indígena Pariri, que representa as onze aldeias Munduruku no médio rio Tapajós, e vice-coordenadora da Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA). Na última década, ela tem sido uma das vozes do seu povo na luta pela demarcação e proteção de terras indígenas e na resistência ao avanço do extrativismo predatório nesses territórios e de projetos de infraestrutura, logística e geração de energia que ameaçam toda a bacia do Tapajós. Por conta do histórico de ameaças e violências que tem sofrido — como dois episódios de invasão à sua casa, em 2019 e 2021 — hoje Alessandra está no programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos do Estado do Pará.

## **VIOLÊNCIA: Conflitos disparam sob Bolsonaro**

**De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Pará ocupa o segundo lugar entre os nove estados da Amazônia Legal em número de conflitos no campo com 963 registros acumulados entre 2010 e 2019.**

### **Conflitos e mortes no campo - Pará 2018-2021**

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	119	149	248	162
Violência contra a pessoa**	122	80	82	55

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: "Conflitos no campo 2018"; "Conflitos no Campo 2019"; "Conflitos no Campo 2020"; "Conflitos no Campo 2021"- CPT



Já de acordo com o [Anuário da Segurança Pública 2022](#), o Pará contabilizou 13.974 mortes violentas intencionais<sup>264</sup> entre 2018 e 2021. Entre 2011 e 2021, a taxa de mortes violentas no estado aumentou 98%.

**No ranking das 30 cidades mais violentas do Brasil,  
7 localizam-se no Pará:**

**Jacareacanga (2<sup>a</sup>); Floresta do Araguaia (4<sup>a</sup>); Cumaru do Norte (14<sup>a</sup>), Anapu (18<sup>a</sup>); Senador José Porfírio (19<sup>a</sup>); Novo Progresso (21<sup>a</sup>) e Bannach (26<sup>a</sup>)<sup>265</sup>.**

”

**“A violência aqui é frequente. Crimes brutais acontecem. Violência contra mulher, crianças, adolescentes e a homofobia, tudo é muito presente. Tudo acontecendo e o povo achando que está normal.”**

*Marlon Rebello, jornalista do portal Tapajós de Fato, Santarém (PA)*

”

**“Em termos de LGBT+, foi de mal a pior. Já que Bolsonaro liberou as armas, gosta de fazer arminha, os machistas se sentem livres para fazer o que quiserem. Violência física e verbal. Aqui é uma cidade, um estado muito violento, onde travestis, transgêneros, LGBTs em geral, morrem brutalmente com pauladas, pedradas, tiros. Agora qualquer um pode chegar e dar um tiro.”**

*Ravi Veiga, produtor no coletivo Miga Sua Lôca  
Cultura Diversidade, Belém/PA*

”

**“A maioria dos assassinatos ocorridos é por arma de fogo, que também é resultado da medida adotada pelo governo Bolsonaro de ‘armar a população’ ”**

*Jucirlei Barbosa Rodrigues, integrante da Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA) e conselheiro tutelar - Zona Rural, Abaetetuba/PA.*

<sup>264</sup> Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.

<sup>265</sup> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/28/anoario-brasileiro-de-seguranca-publica-2022.htm>



## PONTOS DE ATENÇÃO

### Projetos de alto impacto socioambiental no estado e situações críticas

#### A RESSACA DE BELO MONTE: O SUFOCAMENTO DO XINGU E AS CHACINAS EM ALTAMIRA

Após seis anos de funcionamento, a [Usina Hidrelétrica de Belo Monte](#) continua gerando impactos na região de Altamira. Todos os aspectos políticos, econômicos e socioambientais que envolveram o projeto, gestado desde a ditadura cívico-militar brasileira, nos anos 70, até sua inauguração, em 2016, são problemáticos.

Os danos causados pela barragem na população indígena e tradicional da bacia do rio Xingu, que inundou mais de 500 km<sup>2</sup> de floresta amazônica, são considerados irreparáveis. O desalojamento de aproximadamente 30 mil pessoas, entre indígenas e ribeirinhos, da área rural de Altamira, onde está situada a hidrelétrica, e a chegada de milhares de trabalhadores para sua construção atenderam exclusivamente aos interesses da Norte Energia, responsável pelo empreendimento, e seus aliados políticos e econômicos.

Ao colapso social instaurado na região, com a escalada da violência armada, da miséria e a falta de estrutura urbana na cidade e seu entorno, soma-se o aumento de doenças como diabetes, hipertensão e pneumonia, atribuído à mudança no ecossistema local e na dieta da população, que tinha na saúde do rio seu modo tradicional de vida e sua segurança alimentar. Como apontou o Instituto Socioambiental (ISA) no dossiê [Belo Monte – Não há condições para a Licença de Operação \(2015\)](#), a usina praticamente seca o rio Xingu entre as Terras Indígenas Arara da Volta Grande e Paraquaçamba. Seguindo a “política do fato consumado”, Belo Monte foi construída sem que as condicionantes socioambientais previstas no projeto fossem atendidas. Por isso, grupos, associações indígenas e setores do MPF cobram até hoje do poder público e da Norte Energia medidas que possam mitigar os prejuízos de Belo Monte.

**Xingu seco com autorização do Ibama** - Desde a conclusão da barragem em 2015, uma batalha é travada para que a empresa aumente a vazão de seu reservatório para o rio Xingu. Ribeirinhos e indígenas de 25 comunidades sentem os impactos da redução da vazão do rio. Segundo o MPF, os problemas se agravaram no início de 2021, após um termo de compromisso firmado entre o Ibama e a Norte Energia autorizando a empresa a controlar a vazão e desviar 80% das águas do rio Xingu para as turbinas da usina. A decisão da presidência do Ibama contrariou um parecer do próprio instituto que considerou insuficiente o relatório técnico apresentado pela empresa<sup>266</sup>.

Em junho de 2021, a justiça suspendeu o termo firmado pelo Ibama até que “fossem apresentados estudos técnicos suficientes sobre os impactos”<sup>267</sup>. Análises mostraram que a restrição do volume de água no leito do rio, além de inviabilizar o sustento da população pela pesca, compromete gravemente a biodiversidade da região, ameaçando 80% das plantas e peixes locais<sup>268</sup>. Em meio à crise hídrica que comprometeu o abastecimento de energia elétrica no país no final de 2021 e início de 2022, a Norte Energia seguiu pressionando o governo para aumentar o volume de água no reservatório de Belo Monte<sup>269</sup>.

**Chacinas na cidade** - Na primeira quinzena de maio de 2022, a cidade de Altamira vivenciou uma série de assassinatos que fizeram ao menos 12 vítimas. No dia 10, Carmem Lúcia Matos da Silva, de 53 anos, e a filha Lucyana da Silva Schuroff, de 23, grávida de sete meses, foram assassinadas em frente ao condomínio onde moravam. Antes, um homem armado matou Patrick Lima, de 22 anos, dono de uma barbearia, com pelo menos cinco tiros. No mesmo local, Francisco Simão Souza Lima, de 24 anos, foi executado enquanto aguardava atendimento. Na madrugada de sexta-feira (13), criminosos atiraram três vezes em Anderson Pereira da Silva, de 27 anos, que morreu no local do crime. No sábado (14), Marcelino Souza, 31 anos, foi morto a tiros dentro de casa. No mesmo dia, homens armados atacaram um bar, onde quatro pessoas morreram e quatro ficaram feridas<sup>270</sup>.

Em junho, a Polícia Civil do Pará anunciou ter prendido três envolvidos na chacina no bar; de acordo com o delegado responsável, o ataque está diretamente ligado a facções criminosas que atuam na região<sup>271</sup>. Os crimes ocorrem no contexto dos últimos anos de degradação social e ambiental diretamente associados às obras da hidrelétrica de Belo Monte. Em dez anos, a taxa local de homicídios se multiplicou por dez. Em entrevista, a jornalista [Eliane Brum](#) avalia que Altamira representa a vanguarda da destruição da Amazônia. “O que acontece aqui é uma espécie de crise climática localizada”, diz ela, moradora da cidade. “Fui capaz de entender que os refugiados de Belo Monte, ao serem convertidos em pobres urbanos, foram reduzidos ao território do seu próprio corpo”<sup>272</sup>.

266 <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/03/21/usina-de-belo-monte-comunidades-indigenas-sentem-os-impactos-da-reducao-da-vazao-do-xingu.ghtml>

267 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/06/18/justica-cancela-termo-de-compromisso-do-ibama-com-a-norte-energia-por-falta-de-estudos-tecnicos.ghtml>

268 <https://brasilelpais.com/brasil/2021-03-15/decisao-de-belo-monte-de-reduzir-vazao-do-rio-xingu-ameaca-80-das-plantas-e-peixes-locais-dizem-cientistas.html>

269 <https://oglobo.globo.com/economia/belo-monte-busca-apoio-do-governo-para-gerar-mais-energia-em-2022-mas-trava-queda-de-braco-com-ibama-por-ambiente-25331950>

270 <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/15/ataque-a-bar-deixa-quatro-mortos-e-quatro-feridos-em-mais-uma-noite-de-violencia-em-altamira-sudoeste-do-para.ghtml>

271 <https://dol.com.br/noticias/policia/728606/guerra-entre-faccoes-criminosas-motivou-chacina-em-altamira?d=1>

272 <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/05/19/o-assunto-709-altamira-crimes-e-ruinas-da-floresta.ghtml>



## ESTADO DO TAPAJÓS? PROJETO DE LEI PODE DIVIDIR O PARÁ

Tramita no Senado o [Projeto de Decreto Legislativo \(PDL\) 508/2019](#), com o objetivo de convocar plebiscito ou referendo sobre a criação do Estado de Tapajós. Apresentado em 2019 por vários senadores, em sua maioria da Bancada Ruralista, o PDL 508 recebeu parecer favorável do relator senador Plínio Valério (PSDB/AM) e entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça da casa, mas não chegou a ser votado por conta de pedido de vistas do senador Jader Barbalho (MDB/PA) em 2021. Jader é pai do atual governador paraense, Helder Barbalho (MDB/PA); ambos são contrários ao plano de dividir o estado do Pará.

Em julho de 2022, o PDL 508 continuava parado na CCJ. Se avançar na Comissão e na plenária do Senado, o projeto ainda será discutido na Câmara dos Deputados. Com parecer favorável do Congresso, o trâmite prevê consulta à população nas eleições seguintes à aprovação, seja nacional ou municipal. Segundo a Constituição, a criação de novos estados só pode ser feita por meio de lei complementar, aprovada pela maioria absoluta dos parlamentares tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, após ouvir, por meio de plebiscito, a população interessada<sup>273</sup>.

**Como seria?** - O Estado do Tapajós se tornaria a 28ª unidade federativa do país. De acordo com informações do portal [G1](#), se for criado, o Tapajós terá:

- Santarém como sua provável capital;
- 43,15% do atual território do Pará, totalizando 538,049 mil km<sup>2</sup> na porção oeste do estado;
- 23 municípios;
- 15% da população do Pará, o equivalente a 2 milhões de habitantes;
- 11% do Produto Interno Bruto (PIB) do Pará, que seria de quase R\$ 6,5 bilhões;
- 8 deputados federais e 24 estaduais.

O conceito e os argumentos a favor e contra a divisão não são novos: giram em torno da gestão dos recursos naturais (terras e minérios) e discursos sobre a redução da pobreza na região. Na primeira proposta, em dezembro de 2011, foi realizado plebiscito para consultar a população votante à época sobre a divisão territorial do Pará. As opções eram "sim" para criação dos estados do Tapajós e Carajás, e "não" para a criação de novos estados. Na época, mais de 66% dos eleitores paraenses decidiram manter o estado do Pará com o território original<sup>274</sup>.

**Em maio de 2022, chegou a circular uma fake news nas redes sociais dizendo que o Congresso Nacional tinha aprovado o plebiscito da criação do estado do Tapajós. A mentira foi refutada pela [Câmara dos Deputados](#).**

<sup>273</sup> <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/11/18/estado-de-tapajos-entenda-o-processo-de-criacao-e-o-plebiscito.ghtml>

<sup>274</sup> <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/em-plebiscito-eleitores-do-para-rejeitam-divisao-do-estado.html>



## DESINFORMAÇÃO: O complô contra os brigadistas voluntários de Alter do Chão (PA)

**O caso:** No dia 26 de novembro de 2019, quatro voluntários da brigada contra incêndios de Alter do Chão (PA) foram presos preventivamente em operação da Polícia Civil chamada Fogo do Sairé, que investigava a origem de incêndios que atingiram a região em setembro daquele ano. O fogo consumiu o equivalente a 1.600 campos de futebol e levou quatro dias para ser controlado. Os brigadistas foram acusados de queimar a área para obter benefícios financeiros através de doações. De acordo com a Polícia Civil, os indícios que levaram à prisão dos quatro suspeitos vieram de escutas telefônicas feitas com autorização judicial. Na sede da ONG Projeto Saúde

O caso da prisão injusta de brigadistas voluntários que combatiam incêndios na região de Alter do Chão envolveu polícias, sistema de justiça criminal e até celebridades de Hollywood, marcando um novo patamar nas teorias da conspiração que colocam em risco a segurança de defensores da floresta em toda região amazônica.

e Alegria, onde um dos brigadistas presos trabalhava, a polícia apreendeu materiais como equipamentos e documentos. No dia seguinte, o Ministério Público Federal em Santarém (PA) informou que desde setembro investigava as causas de incêndios na região de Alter do Chão e "que nenhum elemento apontava para participação de brigadistas ou organizações da sociedade civil". No dia 28, foi suspensa a prisão preventiva dos brigadistas Daniel Gutierrez Govino, João Victor Pereira Romano, Gustavo de Almeida Fernandes e Marcelo Aron Cwerner; eles cumpriram medidas cautelares pela duração do inquérito.

**A ousadia:** Em uma live no dia da prisão dos brigadistas, o presidente Jair Bolsonaro culpou, sem provas, o envolvimento de ONGs ambientalistas nas chamas. "Logicamente o mundo não está vendo o que eu estou falando aqui, mas não doem dinheiro para ONG. ONGs não estão lá [na Amazônia] para preservar ambiente, mas em causa própria" afirmou Bolsonaro. No dia seguinte, no cercadinho do Palácio da Alvorada, o presidente acusou o ator americano e ambientalista Leonardo DiCaprio e a ONG WWF de financiar queimadas criminosas no Brasil.

No final de agosto de 2020, sem indiciar ou apontar culpados, uma investigação de quatro meses da Polícia Federal concluiu o inquérito que apurava os incêndios de setembro de 2019 em Alter do Chão. Segundo a PF, as investigações não levaram à "definição significativamente clara de autoria" e tampouco apresentaram "elemento que comprove a ação de algum dos investigados", descartando definitivamente a participação dos quatro integrantes da Brigada Alter do Chão em qualquer ação criminosa de incêndios na Amazônia<sup>275</sup>.

”

**“A fake news mais marcante foi o próprio presidente dizer que a Amazônia não queima”**

*Marlon Rebello, jornalista do portal Tapajós de Fato, Santarém (PA)*

275 <https://www.sinaldefumaca.com/wp-content/uploads/2021/10/sdf-relatorio-pt-final-30em3.pdf>







”

**“Podemos perceber que passa a ‘boiada’ começando pelo prefeito da cidade passando pano para o presidente, iludindo pessoas com a falsa política.”**

*Marlon Rebello, jornalista do portal Tapajós de Fato, Santarém (PA)*

## LINHA DO TEMPO



### **AGOSTO DE 2019: Agentes do Ibama são recebidos a tiros durante operação contra garimpeiros no sul do Pará<sup>276</sup>**

Durante operação de fiscalização próxima à Terra Indígena Ituna/Itatá, em Altamira (PA), garimpeiros atiraram contra uma equipe do Ibama. Integrantes da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública que integravam a ação revidaram, mas não houve feridos. Os autores do ataque se esconderam na mata e não foram presos. Hugo Loss, então coordenador do Ibama responsável pela operação, contou que, mesmo com o ataque, os agentes conseguiram destruir duas retroescavadeiras e três motores usados no garimpo. Segundo Loss, houve um aumento expressivo da grilagem na região, o que impulsionou a alta do desmatamento na Terra Indígena Ituna/Itatá, localizada na área de influência da usina hidrelétrica de Belo Monte. Por conta dessa e outras operações de combate ao crime ambiental na Amazônia, em abril de 2020, o agente ambiental Hugo Loss foi exonerado do Ibama pelo ministro do meio ambiente Ricardo Salles<sup>277</sup>.



### **ABRIL DE 2022: Donos de mineradoras doaram mais de R\$ 400 mil para eleições na região do Tapajós em 2020<sup>278</sup>**

Uma investigação do Observatório da Mineração revelou que empresários ligados à mineração doaram mais de R\$ 400 mil para candidatos a vereanças e prefeituras da região do Tapajós, sudoeste do Pará, nas eleições de 2020. Cinco donos de mineradoras estão entre os principais doadores: Valdinei Mauro de Souza, da Salinas Gold do Pará (R\$ 200 mil), Dirceu Santos Frederico Sobrinho, da F.D'gold (R\$ 90 mil), Marcio Macedo sobrinho, da Gana Gold (R\$ 67 mil), Ubiraci Soares Silva, da USS Metais Preciosos (R\$ 27 mil), e Valmir Climaco de Aguiar, dono de garimpos sem CNPJ (R\$ 25 mil). De acordo com a investigação, as doações foram direcionadas a candidatos que disputavam cargos em Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso, cidades polos do garimpo ilegal. Além de constar da lista de doadores, Valmir Climaco de Aguiar, prefeito reeleito de Itaituba, também recebeu a maior doação de Valdinei Mauro de Souza, o “Nei Garimpeiro”. Em fevereiro de 2022, as cidades foram alvo da Operação Caribe Amazônico, deflagrada pela PF, sob protestos do prefeito Climaco, que chegou a pedir intervenção do governo federal.

”

**“A ‘boiada’ acabou contribuindo para a facilitar a entrada de empresas na região, o aparelhamento dos órgãos seccionais no estado do Pará como o INCRA, a SPU e por conseguinte, a paralisação dos projetos de assentamento no estado, deixando os territórios de povos e comunidades tradicionais vulneráveis as “negociatas” do governo com grandes empresas.”**

*Jucirlei Barbosa Rodrigues, integrante da Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA) e conselheiro tutelar - Zona Rural, Abaetetuba/PA.*

<sup>276</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2019/08/29/agentes-do-ibama-sao-recebidos-a-tiros-durante-operacao-contr-garimpeiros-no-sul-do-para/>

<sup>277</sup> <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/04/30/ibama-exoneracoes-amazonia.htm>

<sup>278</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2022/04/25/donos-de-mineradoras-doaram-mais-de-r-400-mil-para-eleicoes-na-regiao-do-tapajos-em-2020/>

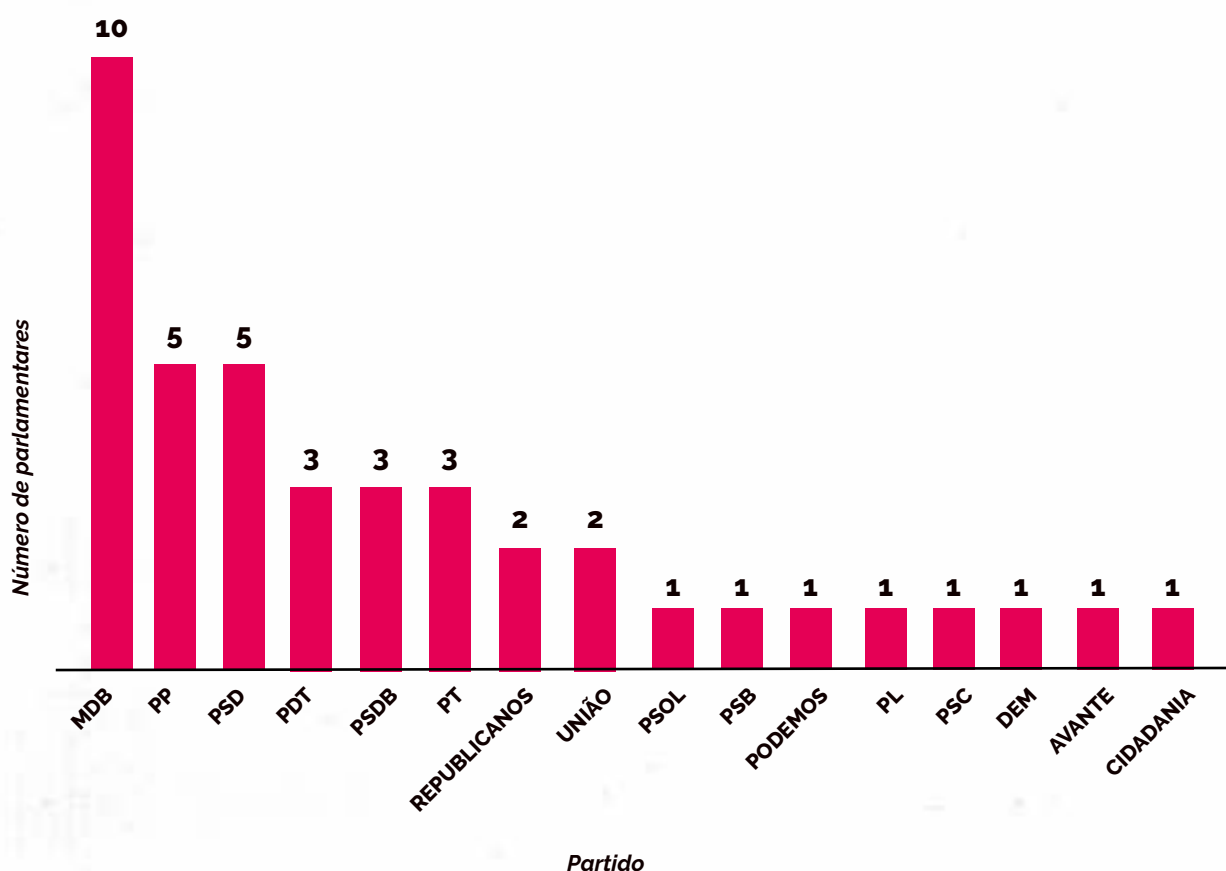


## GOVERNO ESTADUAL

Em 2018, Helder Barbalho (MDB) foi eleito governador do Estado do Pará em segundo turno com 55% dos votos válidos. Natural de Belém, Barbalho é formado em administração e começou na carreira política como vereador em Ananindeua (2000), depois foi eleito deputado estadual (2002) e prefeito de Ananindeua (2004 e 2008). Também foi ministro da Pesca e Aquicultura, da Secretaria Nacional de Portos e da Integração Nacional<sup>279</sup>.

**Mesmo com os altos índices de emissões de gases de efeito estufa derivados do desmatamento ilegal e uso do solo para agropecuária e mineração, e com o agravamento da crise socioambiental no estado a partir de 2018, o governo paraense foi à Conferência de Clima (COP26) em Glasgow, no final de 2021, mostrar seu “ambientalismo de resultados”. O governador Barbalho apresentou o Plano Amazônia Agora, criado em 2020 com o objetivo de levar o Pará à neutralidade climática no uso da terra e de florestas até 2036, e o Fundo Amazônia Oriental, criado em 2019 para financiar projetos de preservação ambiental no estado<sup>280</sup>.**

A assembleia legislativa do Pará tem 41 deputados estaduais<sup>281</sup>, divididos da seguinte forma:



279 <https://consorcioamazonialelegal.portal.ap.gov.br/conteudo/governadores/governador-do-para>

280 <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/governadores-assuem-compromissos-ambientais-e-representam-seus-estados-na-cop26/>

281 <https://www.alepa.pa.gov.br/deputados.asp>



”

**“É essencial que os recursos naturais da Amazônia sejam preservados, que os povos e comunidades tradicionais sejam respeitados em todos os aspectos, que o país incentive práticas sustentáveis. Que as empresas que tentem se instalar na região passem por um rigoroso processo de licenciamento ambiental, que respeitem a vida dos que vivem na Amazônia e não deixem nenhum tipo de degradação ambiental.”**

*Jucirlei Barbosa Rodrigues, integrante da Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba (AMIA) e conselheiro tutelar - Zona Rural, Abaetetuba/PA.*

**A BANCADA DO PARÁ NO CONGRESSO NACIONAL:  
Deputados acompanharam a agenda bolsonarista  
em 54% das votações (41,24% com as abstenções);  
47,5% dos deputados estão na Bancada Ruralista**

A bancada legislativa do Pará no Congresso Nacional conta com 17 deputados federais e 3 senadores<sup>282</sup>. Mesmo ambígua e heterogênea, a maioria dos deputados votou alinhada com o governo Bolsonaro nos projetos-chaves do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recordes para as emendas de relator (orçamento secreto).

**Analisando-se as votações do Pacote da Destruição, chama a atenção o número elevado de ausências e votos contrários entre os parlamentares paraenses na plenária que aprovou o PL da Grilagem.**

<sup>282</sup> <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>



## Como votaram os Deputados Federais do Pará no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>283,284</sup> Plenária	LICENCIAMENTO <sup>285</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>286</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>287</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>288</sup> Plenária
01	Airton Faleiro (PT)	Contra	Contra	Contra	x	A favor
02	Beto Faro (PT)	Contra	Contra	x	x	A favor
03	Cássio Andrade (PSB)	x	A favor	Contra	x	A favor
04	<b>Celso Sabino (UNIÃO)</b>	x	x	A favor	x	A favor
05	Cristiano Vale (PP)	Contra	A favor	A favor	x	A favor
06	<b>Del. Éder Mauro (PL)</b>	x	x	A favor	Suplente - não votou	A favor
07	<b>Eduardo Costa (PSD)</b>	Contra	Contra	Contra	x	A favor
08	<b>Elcione Barbalho (MDB)</b>	x	A favor	Contra	x	x
09	Hélio Leite (UNIÃO)	x	A favor	x	x	A favor
10	<b>Joaquim Passarinho (PL)</b>	Contra	A favor	A favor	x	A favor
11	José Priante (MDB)	x	x	A favor	x	A favor
12	<b>Júnior Ferrari (PSDB)</b>	Contra	A favor	A favor	x	A favor
13	<b>Nilson Pinto (PSDB)</b>	A favor	x	A favor	x	A favor
14	Olival Marques (MDB)	A favor	A favor	A favor	x	A favor
15	<b>Paulo Bengston (PTB)<sup>289</sup></b>	A favor	x	Contra	x	Asbtenção
16	Vavá Martins (REPUBLICANOS)	A favor	x	A favor	x	A favor
17	Vivi Reis (PSOL)	Contra	Contra	Contra	x	Contra

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa no site da Câmara dos Deputados e da [Frente Parlamentar da Agropecuária](#).

283 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9924>

284 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

285 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

286 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

287 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

288 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>

289 Vice-presidente da FPA na Região Norte



## PARÁ NO SENADO

O Pará tem três representantes no Senado Federal: senador Jader Barbalho (MDB), senador Paulo Rocha (PT) e senador [Zequinha Marinho](#) (PL)<sup>290</sup>. Jader Barbalho e Paulo Rocha fazem parte da Frente Parlamentar da Agropecuária. Os três senadores votaram a favor da aprovação da PL19 /LOA 2022<sup>291</sup>.

”

**“Pensando no futuro, espero que a Amazônia seja vista como fonte de vida para o planeta e não como mercadoria para sustentar o capitalismo”**

*Marlon Rebello, jornalista do portal Tapajós de Fato, Santarém (PA)*

290 <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>

291 <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/senado/brasil/projetos/orcamento-da-uniao-para-2022>



# 9. RONDÔNIA



ÁREA: **237.765,37 km<sup>2</sup>**



**1.796.460 habitantes (2020)**



**52 municípios**



**Capital: Porto Velho, onde vivem mais de 548 mil pessoas**



**IDH\*: 0.690  
15º no ranking BR (2010)**



**PIB: R\$44,9 bilhões (2018)**



**42,41% da área demarcada como Unidades de Conservação e Terras Indígenas**



**49,58% do território coberto por florestas (2020)**



**Mais de 39,42% do estado foi atingido pelo desmatamento até 2020**



**Cerca de 21.175 focos de calor foram detectados no estado em 2020 e 2021**



**118,87 megatons de CO<sub>2</sub> emitidos em 2019, a maioria proveniente de desmatamento e mudanças no uso do solo**

\* Índice de Desenvolvimento Humano  
\*\* Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Inpe e "Fatos da Amazônia Legal"



”

**“Houve retrocesso na legislação ambiental, enfraquecimento dos órgãos de controle, incentivo às grilagens com o discurso de não demarcação e revisão de terras indígenas, perseguição a ativistas e indígenas, impunidade dos crimes ambientais e afastamento de servidores, além de falta de transparência e diminuição do orçamento para ações ambientais. Fora a revisão de 334 Unidades de Conservação, proposta feita ainda no tempo do ex-ministro Salles.”**

*Ivaneide Bandeira Cardozo, coordenadora de projeto, [Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé](#), Porto Velho (RO)*

”

**“O posicionamento de negligência governamental com a questão socioambiental se reflete no aumento das queimadas e do desmatamento, assim como no elevado número de conflitos no campo, que resultaram em mortes de camponeses e indígenas que estavam em luta contra o avanço desta economia da destruição e expropriação vinculada ao agronegócio.”**

*Professora Amanda Michalski, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da [Comissão Pastoral da Terra](#), Porto Velho (RO)*

## USO DA TERRA E VETORES DE DESMATAMENTO

O estudo [Leis e Práticas de Regularização Fundiária no estado de Rondônia](#), publicado pelo Imazon em 2021, estima que 73% (em torno de 17,4 milhões de hectares) do território do estado já possui destinação fundiária, sem considerar sobreposições. As Unidades de Conservação ocupam 21,5% do estado e as Terras Indígenas, 21%. Em seguida, Projetos de Assentamento têm 17,5% do estado (4,1 milhões de hectares) e imóveis privados estão em 13%. Também foram identificados 63 mil hectares de Florestas Públicas destinadas, de acordo com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), e 4.900 hectares de Territórios Quilombolas. Outros 8,5% estariam mapeados para titulação pelo Incra e 25 mil hectares como de interesse para criação de Unidades de Conservação federais, de acordo com dados do ICMBio (2016). Existe ainda uma área de 215 mil hectares de possível demanda para Terra Indígena, conforme dados da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal (2017).

”

**“A legalização da grilagem de terras induz a forte especulação da terra rural, que leva à expropriação do agricultor familiar e favorece a expansão do agronegócio vinculado a um modelo arcaico de uso do solo, principalmente em relação ao solo amazônico”**

*Professora Amanda Michalski, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da Comissão Pastoral da Terra, Porto Velho (RO)*



**De acordo com o Imazon, 27% do território rondoniense, o equivalente a 6 milhões de hectares, não está destinado ou não há informação sobre sua destinação. Devido ao predomínio de áreas da União, a regularização fundiária rural em Rondônia é de responsabilidade do governo federal.**

O estudo observou que 42% dessa área (ou 11% do estado) já estava inscrita no Cadastro Ambiental Rural (CAR). "Porém, devido à ausência de informações públicas sobre a situação fundiária desses imóveis (se posse ou titulados), não os consideramos na categoria de imóveis privados (titulados), pois é possível que muitos sejam ocupações em terra pública sem titulação", explicam os autores. Sobre 6,5% do estado, não há dados disponíveis. A maior parte da área não destinada em Rondônia (90%) pertence ao governo federal. Uma parte desse território, equivalente a 14,5% do estado, havia sido destinada para regularização de posses pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal; ficando faltantes outros 9% do estado.

**Cerca de 2,9 milhões de hectares das áreas públicas não destinadas são prioritárias para conservação; a maior parte é classificada como de importância biológica extremamente alta pelo Ministério do Meio Ambiente<sup>292</sup>.**

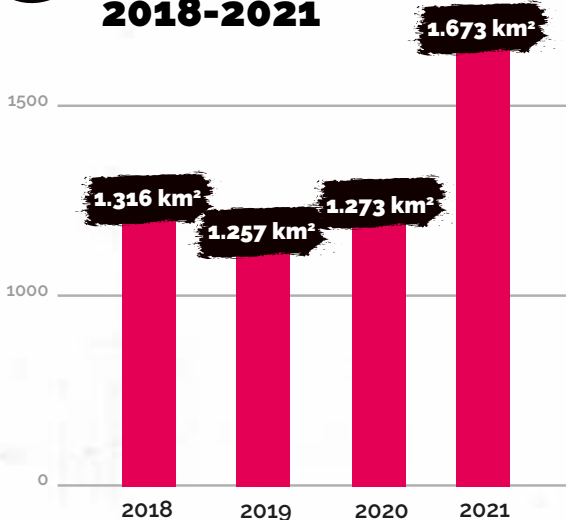
### Gestão fundiária sob disputa em Rondônia

**Imazon:** "No início de 2019, havia uma disputa entre os poderes Legislativo e Executivo sobre a criação de um instituto estadual de terras em Rondônia, para atuar nas áreas que serão repassadas do governo federal ao estadual. Primeiro, a Assembleia Legislativa aprovou, em dezembro de 2018, um projeto de lei autorizando a criação de um instituto de terras estadual. Em seguida, o governador eleito vetou a lei. Porém, a Assembleia derrubou o veto. Não encontramos informações sobre a criação deste instituto até 2020. A primeira lei de terras de Rondônia foi aprovada em 2020 (Lei Estadual n.º 4.892/2020). Até então, a atuação do Estado para a regularização fundiária em áreas federais ocorria por meio de convênio com a União, seguindo as regras federais (Lei Federal n.º 11.952/2009 e regulamentos). Sobre a lei de terras estadual, recomendamos alterações prevendo: processo de consulta pública para determinar a destinação das terras públicas estaduais, evitando a privatização de áreas com outras demandas de regularização prioritárias por lei; aumento do valor cobrado na venda de terra pública; proibição de regularizar áreas desmatadas ilegalmente após a aprovação da lei." Fonte: trechos editados a partir de Imazon, 2021<sup>293</sup>.



### Desmatamento em Rondônia

2018-2021



**O estado de Rondônia perdeu mais de 4 mil km<sup>2</sup> de floresta amazônica no período de agosto de 2018 a julho de 2021 [Ipam]**

Fonte: [Inpe](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria_Rondonia.pdf) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)

<sup>292</sup> [https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria\\_Rondonia.pdf](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria_Rondonia.pdf)

<sup>293</sup> [https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria\\_Rondonia.pdf](https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiarria_Rondonia.pdf)





O forte aumento nos índices de desmatamento em Rondônia passou a ficar explícito entre 2019 e 2020, quando foi registrado crescimento de 29% no primeiro semestre de 2020, em comparação ao mesmo período do ano anterior. Um estudo do Laboratório de Geografia e Cartografia (LABCART), da Universidade Federal de Rondônia (Unir), com base em dados do Deter/Inpe, indicou que “o aumento populacional devido os movimentos migratórios possibilitou a expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, tornou-se responsável pela substituição da floresta pela: agricultura, derrubada de madeira, construção de estradas e pastagens”<sup>294</sup>.

Assim, Rondônia se tornou o segundo estado da Amazônia Legal que mais sofreu com o desmatamento em unidades de conservação e terras indígenas nos últimos anos, de acordo com informações de levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), publicado em fevereiro de 2022. As áreas mais afetadas ficam próximas a Porto Velho, São Francisco do Guaporé e Costa Marques, com destaque para a TI Karipuna e a Reserva Extrativista Jaci-Paraná. Ao todo, Rondônia concentra 12% do desmatamento ocorrido nas áreas protegidas do bioma amazônico entre 2020 e 2021. Segundo o Ipam, os trechos mais desmatados estão na região conhecida como Amacro, na divisa entre Rondônia, Acre e Amazonas, principalmente em florestas públicas não destinadas e áreas protegidas<sup>295</sup>.

”

**“A dispensa do processo de georreferenciamento, sem dúvida, foi um dos maiores erros deste governo. Conhecido como CAR autodeclaratório, [o novo processo] contribui para a sobreposição de propriedades rurais em áreas protegidas, o que chamamos de grilagem online, como vem ocorrendo na reserva extrativista rio Cautário (RO). Outro fator é em relação à posse de armas na propriedade rural, uma expressiva declaração de marginalização da luta pela terra, em que movimentos sociais são vistos como terroristas, suas lutas perpetuadas e a função social da terra continua lhes sendo negada.”**

*Professora Amanda Michalski, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da Comissão Pastoral da Terra, Porto Velho (RO).*

294 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/09/08/desmatamento-em-rondonia-tem-aumento-de-29percent-no-primeiro-semester-de-2020-indica-unir.ghtml>

295 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2022/02/08/rondonia-e-o-2o-estado-da-amazonia-legal-que-mais-perdeu-areas-protegidas-nos-ultimos-anos-diz-ipam.ghtml>

## Grileiros vendem terras protegidas de Rondônia pelo Facebook

Em fevereiro de 2021, uma [investigação](#) da BBC encontrou dezenas de anúncios no Facebook nos quais grileiros negociavam pedaços da floresta ou áreas recém-desmatadas por milhões de reais. Segundo a reportagem, "grupos de grileiros se organizam em associações com CNPJ, contratam advogados, mantêm laços com políticos e pressionam órgãos públicos a lhes conceder as áreas invadidas. Como não detêm a propriedade oficial da terra, muitos invasores usam um registro oficial, o Cadastro Ambiental Rural (CAR), para reivindicar as áreas griladas e colocá-las à venda, tentando dar um aspecto de legalidade às transações".

O uso do Facebook para a venda de áreas de floresta, com alcance irrestrito dos anúncios na plataforma, apontou a reportagem, ameaçava agravar o desmatamento na Amazônia. A BBC identificou trechos desmatados ilegalmente em 2020 à venda na rede social. Os anúncios estavam na seção "Venda de imóveis residenciais" do Marketplace do Facebook, aberto a todos os usuários.

De acordo com a reportagem, "vários vendedores elogiaram Bolsonaro nas gravações e manifestaram a expectativa de regularizar as áreas invadidas durante seu governo". Um dos anúncios encontrados no Facebook oferecia um lote de 21 alqueires (o equivalente a 57 campos de futebol) "todo em mata, com toda madeira ainda para tirar" no município de Buritis (RO), por R\$ 126 mil. Com base em coordenadas geográficas citadas no anúncio, foi verificado que a área está dentro da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau (leia mais sobre a TI a seguir). Em encontro gravado com câmera escondida, o pretenso proprietário do lote à venda, Alvim Souza Alves, admitiu que a área fica dentro da terra indígena, mas disse integrar um grupo que busca regularizar a ocupação com autoridades em Brasília. A investigação deu origem ao documentário [Amazônia à venda: o mercado ilegal de áreas protegidas no Facebook](#).

”

### “O Facebook publica muitas notícias falsas.”

*Ivaneide Bandeira Cardozo, coordenadora de projeto, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Porto Velho/RO*

## GADO

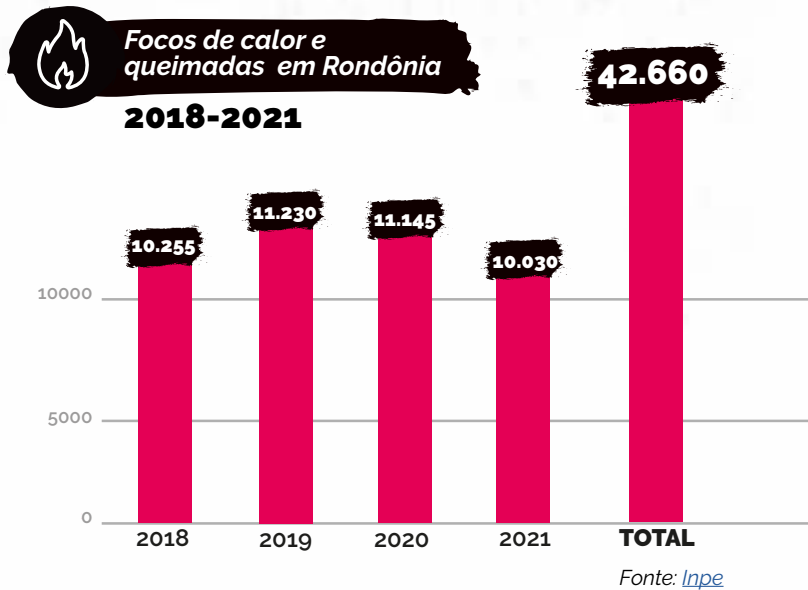
Com mais de 15,1 milhões de cabeças de gado no pasto, Rondônia tem o terceiro maior rebanho entre os estados da Amazônia Legal, exportando praticamente toda sua produção. O estado fatura cerca de US\$ 1,3 bilhão com a exportação de 304 milhões de toneladas de carne por ano, segundo dados do Núcleo de Agrodados da Secretaria de Estado da Agricultura (Seagri)<sup>296</sup>.

## MADEIRA

Em Rondônia, a quantidade de madeira em tora produzida no estado chegou a 2,3 milhões de m<sup>3</sup> em 2012 e a partir daí o volume foi diminuindo até o 1,3 milhão de m<sup>3</sup> contabilizados em 2019<sup>297</sup>. O estado segue em terceiro lugar entre os maiores produtores de madeira nativa da Amazônia Legal, com a terceira maior área ocupada pela atividade - 69 mil hectares, ou 15% do total na região. Uma análise da rede [SIMEX](#) informa que os dados sobre autorizações de exploração de madeira em Rondônia são acessíveis, porém desatualizados e incompletos, além de o estado não divulgar informações sobre o Documento de Origem Florestal, o que é essencial para determinar a fonte regular do corte de árvores.

<sup>296</sup> <http://www.idaron.ro.gov.br/index.php/2021/07/28/rondonia-e-lider-em-producao-de-gado-dentro-das-areas-livre-de-aftosa-sem-vacinacao/>

<sup>297</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>



Mais de 4.300 focos de queimadas foram registrados em Rondônia no mês de agosto de 2021 (Inpe). Foi o segundo maior índice para o período na última década, abaixo apenas de agosto de 2019 quando foram documentados mais de 5.500 focos de calor. O número também ficou acima da média de 4.198 queimadas registrada nos últimos 23 anos. Em comparação com agosto de 2020, o crescimento foi de 39,9%<sup>298</sup>.

”

**“Espero que candidatos apresentem propostas que garantam a demarcação de Terras Indígenas e que cancelem todos os Cadastros Ambientais Rurais com incidência sobre TIs e Unidades de Conservação, além do fortalecimento da Funai e órgãos ambientais de fiscalização, entre outras medidas de redução de desmatamento e proteção à ativistas”**

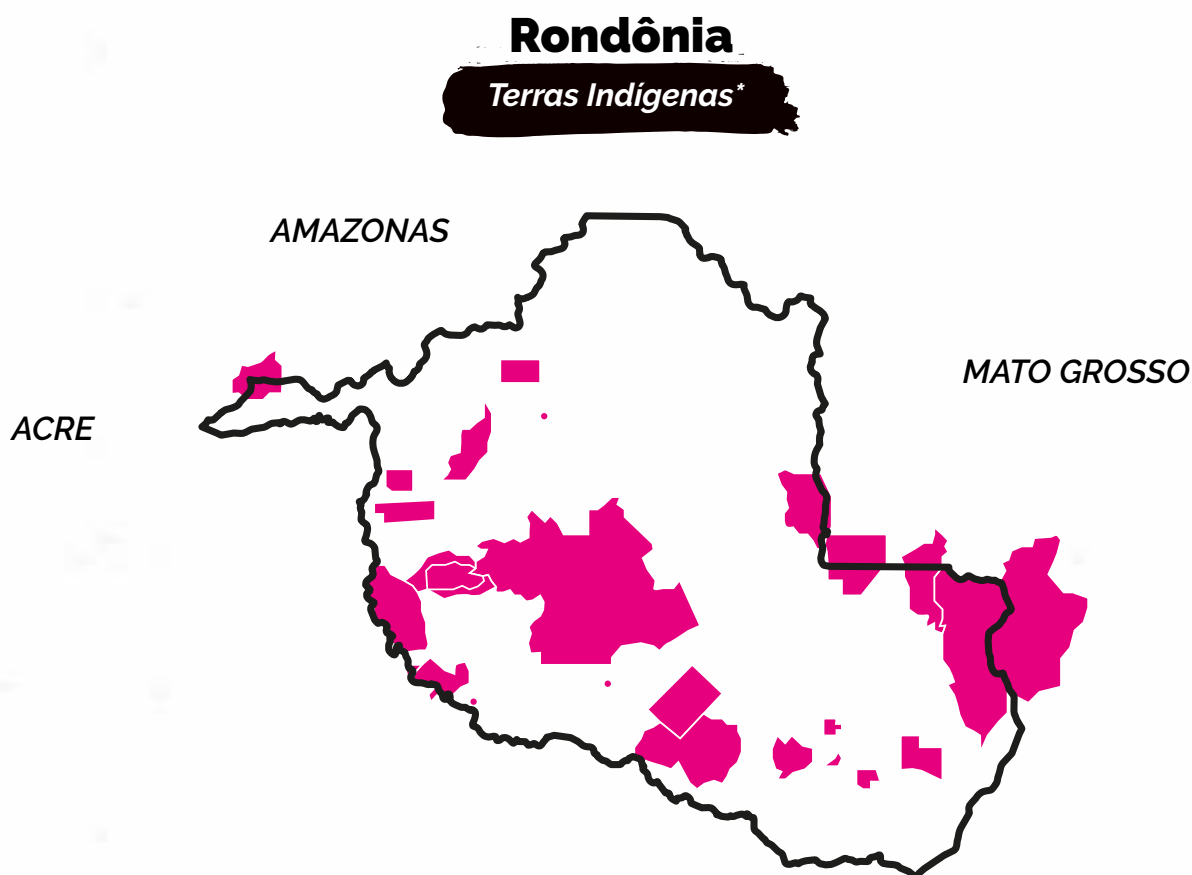
*Ivaneide Bandeira Cardozo, coordenadora de projeto, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Porto Velho/RO*



## EMERGÊNCIA INDÍGENA

Em Rondônia, existem 26 Terras Indígenas em diferentes etapas de demarcação e homologação, cobrindo mais de 5 milhões de hectares, correspondente a 21% da área total do estado<sup>299</sup>. As TIs são habitadas por cerca de 30 povos, incluindo isolados e de recente contato<sup>300</sup>. Assim como em outros estados da região, as Terras Indígenas de Rondônia têm sido alvo de grilagem via registros sobrepostos no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

De acordo com **levantamento do monitor De Olho nos Ruralistas feito em 2020, Rondônia é o estado com o maior número de imóveis rurais sobrepostos a terras indígenas através do CAR: 1.376 no total.**



\*Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](#).

299 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>

300 [https://pib.socioambiental.org/pt/Onde\\_est%C3%A3o%3F](https://pib.socioambiental.org/pt/Onde_est%C3%A3o%3F)



## Rastro de mortes, ameaças e violência na TI Uru-Eu-Wau-Wau

A Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau é a maior em área demarcada e homologada em Rondônia, com mais 1,8 milhão de hectares espalhados por 12 municípios do estado. É habitada por cerca de 200 indígenas dos povos Amondawa, Isolados Bananeira, Isolados do Cautário, Isolados no Igarapé Oriente, Isolados no Igarapé Tiradentes, Juma, Kawahiva Isolado do Rio Muqui, Oro Win e Uru-Eu-Wau-Wau<sup>301</sup>. Sob pressão de madeireiros e grileiros, os últimos anos têm sido de violência e resistência para os habitantes da TI Uru-Eu-Wau-Wau.

**Ari** - No dia 18 de abril de 2020, o indígena Ari Uru-eu-wau-wau, 33 anos, foi encontrado morto na Linha 625 de Tarilândia, distrito de Jaru (RO). No local do crime, não havia sinais de luta; Ari foi encontrado com uma lesão contundente na região do pescoço e morreu de hemorragia aguda. Segundo a Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé), Ari trabalhava no grupo de vigilância do povo indígena Uru-eu-wau-wau, que registra e denuncia a exploração ilegal de madeira dentro do território indígena<sup>302</sup>. Em dezembro de 2019, dois indígenas Uru-eu-wau-wau, que também participavam das ações de vigilância na TI, já tinham escapado de um atentado.

Segundo Awapu e sua esposa, Juwi Uru-Eu-Wau-Wau, homens procuraram o casal na aldeia, mas os dois estavam fora em treinamento de uso de drones para controle de invasões dentro da terra indígena. As ameaças foram relatadas na época à Polícia Federal em Porto Velho<sup>303</sup>. Ari era primo de Awapu.

**Etnocídio** - Ivaneide Bandeira, coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que fundou junto com Rieli em 1992 para proteger os povos indígenas de Rondônia, chamou a atenção para o risco de etnocídio silencioso dos povos isolados em meio às queimadas. "Com o desmonte das equipes do rio Madeira e de toda a estrutura da Funai, não sabemos sequer se eles estão vivos", disse. Duas semanas depois, no dia 22 de setembro, o Ministério Público Federal de Rondônia recomendou que a Funai e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) fizessem barreiras sanitárias e de segurança nas linhas de acesso à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau para proteger os povos isolados da região do Rio Cautário<sup>305</sup>.

**Omissão** - O relatório anual do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publicado em outubro de 2021 lembrou o assassinato de Ari: "Há anos a Terra Indígena Uru-Eu- -Wau-Wau vem sofrendo com invasões, desmatamento, grilagens e queimadas. Em decorrência da omissão do Estado em proteger os territórios indígenas, fazendo recair o peso da defesa da terra sobre os próprios povos, mais uma liderança foi cruelmente assassinada. O jovem professor e agente ambiental Ari Uru-Eu-Wau-Wau, de apenas 33 anos de idade, foi encontrado morto com sinais de espancamento".

**Prisão** - "Para nós, é chocante ter o assassinato de Ari Uru-eu-wau-wau completando dois anos sem nenhuma resposta dos órgãos públicos", disse Ivaneide Bandeira em depoimento ao Sinal de Fumaça poucas semanas antes de a polícia prender um suspeito do homicídio em 13 de julho de 2022. Na ocasião da prisão, foi publicada uma [nota](#) com os seguintes trechos:

"A Associação do Povo Indígena Uru-Eu-Wau-Wau – Jupaú e a Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé, aguardam novos detalhes sobre a prisão preventiva, realizada pela Polícia Federal, do principal suspeito de ter assassinado nosso parente Ari Uru-Eu-Wau-Wau há dois anos. Detalhes como a identidade do homem e a motivação da morte são de fundamental importância para a família e demais indígenas Uru-Eu-Wau-Wau. O crime ocorreu em meio à falta de fiscalização, invasões de terras por grileiros, garimpeiros e madeireiros. Esperamos também que esta Operação Guardiã Uru, nome dado em homenagem ao Ari, ajude a solucionar outros crimes cometidos na região. Seguiremos acompanhando o caso até a efetiva punição com os rigores da lei dos envolvidos na morte de nosso parente e a saída dos milhares de invasores da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau (...) Sabemos que o atual governo utiliza uma política de morte, genocida, que atenta contra a vida dos povos indígenas. As dificuldades enfrentadas pelo povo e pela Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau têm sido amplamente denunciadas pela comunidade aos órgãos competentes, mas nenhuma providência foi tomada".

301 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3891#demografia>

302 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/04/18/indigena-uru-eu-wau-wau-e-encontrado-morto-em-distrito-de-jaru-ro.ghtml>

303 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2019/12/13/liderancas-indigenas-escapam-de-ataque-em-aldeia-de-ro-querem-tirar-a-gente-do-caminho.ghtml>

304 [https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/09/09/ingigenista-indios-isolados-funai.htm?fbclid=IwAR1a\\_M4EQFfpYXKro1yoS-vVr1u4BOISSKBrWFZoPmc91nX5mLa2OP2MpNE&cmpid=copiaecola](https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/09/09/ingigenista-indios-isolados-funai.htm?fbclid=IwAR1a_M4EQFfpYXKro1yoS-vVr1u4BOISSKBrWFZoPmc91nX5mLa2OP2MpNE&cmpid=copiaecola)

305 <https://www.sinaldefumaca.com/2020/09/09/indigenista-da-funai-morre-com-flechada-de-povo-isolado-que-ajudava-a-proteger/>



## Madeira ilegal e redução de unidades de conservação colocam TI Karipuna sob alto risco

Com 153 mil hectares, a Terra Indígena Karipuna abriga o povo Karipuna de Rondônia<sup>306</sup>. Mesmo demarcada e homologada, a TI sofre com diversas frentes de pressão, cercada por pastagens de gado e plantações de soja e alvo constante de roubo de madeira, segundo apuração do [Amazônia Real](#). “Após os Karipuna quase serem exterminados pelo contato com o homem branco durante o processo de ocupação do que hoje é Rondônia, nas primeiras décadas do século passado, eles conseguiram se reorganizar. Dos 8 indígenas sobreviventes da época do contato, hoje são pouco mais de 60”, informa a reportagem. A TI Karipuna faz divisa a leste com a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, separadas pelo rio Jaci-Paraná. Ao sul, a fronteira é com o Parque Estadual de Guajará-Mirim. As duas Unidades de Conservação serviriam, em tese, como zona de amortecimento para pressões da grilagem, mas sofreram tentativa de redução por parte do governo estadual, aumentando os riscos sobre os Karipuna (leia mais a seguir).

Ainda no início de 2018, uma base da Funai foi incendiada dentro da TI. Suspeitando de madeireiros, os indígenas denunciaram o ocorrido à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal (MPF)<sup>307</sup>. Em junho daquele ano, liminar da Justiça Federal, a pedido do MPF, determinou que fosse elaborado um plano de segurança para a área; na sequência, três operações de fiscalização foram feitas, incluindo prisões e queima de equipamentos. Porém, as invasões continuaram<sup>308</sup>. Nos últimos três anos, a TI Karipuna se tornou uma das unidades de conservação mais desmatadas da Amazônia Legal, segundo o Ipam.

### **VIOLÊNCIA: Estado é palco de chacina contra camponeses**

**O território rondoniense acumula 678 ocorrências de conflitos agrários entre 2010 e 2019<sup>309</sup>, em terceiro lugar entre os estados da Amazônia Legal.**

#### **Conflitos e mortes no campo - Rondônia 2018-2021**

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	65	82	133	67
Violência contra a pessoa**	172	40	64	126

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: “Conflitos no campo 2018”; “Conflitos no Campo 2019”; “Conflitos no Campo 2020”; “Conflitos no Campo 2021” - CPT

”

**“A forte represália aos movimentos e organizações sociais em luta pela terra também se intensificou. Rondônia foi palco de nova chacina em 2021 e as mortes no campo continuam ocorrendo, assim como a prisão de pessoas que lutam ao lado dos pequenos, como no caso da advogada popular Lenir Correia Coelho. Este é o cenário dos últimos três anos: redução de unidades de conservação, incentivo a grilagem de terras e forte criminalização da luta pela terra.”**

*Professora Amanda Michalski, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da Comissão Pastoral da Terra, Porto Velho/RO.*

306 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3723>

307 <https://amazoniareal.com.br/madeireiros-sao-suspeitos-de-incendio-a-posto-da-funai-na-terra-dos-karipuna-em-rondonia/>

308 <https://amazoniareal.com.br/ameacas-aos-karipuna-nao-cessam-mesmo-com-liminar-que-deveria-protetge-los/>

309 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/06/06/rondonia-e-o-terceiro-estado-da-amazonia-legal-com-mais-conflitos-no-campo-aponta-estudo.ghtml>



De acordo com o [Anuário da Segurança Pública 2022](#), Rondônia contabilizou 1.700 mortes violentas intencionais<sup>310</sup> entre 2018 e 2021.

**Chacinas no campo...** No dia 13 de outubro de 2021<sup>311</sup>, cinco pessoas foram assassinadas a tiros em uma fazenda a cerca de 70 km de Vilhena, no sul do estado, região conhecida por ser área de conflitos agrários. Uma mulher e algumas crianças sobreviveram e andaram por 15 km pela zona rural até conseguir chamar a polícia. Segundo as investigações<sup>312</sup>, a família estava jantando quando a casa foi invadida. O dono da fazenda foi levado para uma sala separada, onde foi torturado. A mulher do fazendeiro e os três funcionários foram executados com tiros na nuca. Após executarem as cinco vítimas, os criminosos fugiram levando a caminhonete dos fazendeiros e outros objetos da família. Foi a segunda chacina no mesmo local em pouco mais de cinco anos. Em 2015, cinco pessoas também foram mortas na mesma fazenda<sup>313</sup>.

**... e na cidade.** Em São Miguel do Guaporé (RO), em janeiro de 2022, quatro vítimas foram assassinadas em uma única hora, na chamada Chacina da rua Seringueiras. No dia 6 de janeiro, três homens e uma mulher foram mortos a pauladas e facadas após terem a casa invadida<sup>314</sup>. Na capital Porto Velho, uma sequência de crimes que começou no dia 29 de maio causou seis mortes em menos de 24 horas. Na maioria dos casos, testemunhas relataram que dois homens em uma moto chegaram atirando.

”

**“Segundo dados do Monitor da Violência do G1<sup>315</sup>, Rondônia foi o estado que registrou o maior aumento de assassinatos no primeiro trimestre deste ano: 48%.”**

*Ivaneide Bandeira Cardozo, Coordenadora de Projeto, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Porto Velho (RO)*

## PONTOS DE ATENÇÃO

### Projetos de alto impacto socioambiental no estado: Manobras para reduzir Unidades de Conservação incentivam grilagem

Em abril de 2021<sup>316</sup>, a Assembleia Legislativa de Rondônia votou e aprovou o [Projeto de Lei Complementar \(PLC\) 080](#), que alterava os limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual Guajará-Mirim, reduzindo em aproximadamente 220 mil hectares as áreas das duas Unidades de Conservação. A lei previa a retirada de cerca de 170 mil hectares da área da Resex Jaci-Paraná – quase 90% do total – e de outros 50 mil hectares, aproximadamente, do Parque Estadual de Guajará-Mirim. Na prática, a proposta regularizava a invasão de terras por parte de grileiros sem qualquer pagamento indenizatório e abria caminho para a legalização de milhares

de hectares desmatados para a criação de gado. Há 20 anos, a Resex e o Parque têm sido alvos de invasões para retirada ilegal de madeira e pecuária.

De autoria do governador Coronel Marcos Rocha (PSL/RO), o PLC 80 teve como relator o deputado estadual Jean Oliveira (MDB), investigado pela Polícia Federal por tentativa de grilagem em unidade de conservação. Durante a tramitação na Assembleia, o projeto recebeu cinco emendas de autoria coletiva dos parlamentares e aprovadas por maioria; nem uma delas debatida em audiência pública<sup>317</sup>.

”

**“A ‘boiada’ passou e continua passando. Aqui é um governo bolsonarista que promove a desafetação de Unidades de Conservação e com seu discurso incentiva a invasão de áreas protegidas. Basta ver que, junto com a Assembleia Legislativa, tentaram acabar com onze Unidades de Conservação.”**

*Ivaneide Bandeira Cardozo, coordenadora de projeto, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Porto Velho (RO)*

310 Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.

311 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/10/14/cinco-pessoas-sao-mortas-a-tiros-em-chacina-em-fazenda-de-vilhena-ro.ghtml>

312 <https://www.sinpolro.com.br/policia-civil-conclui-1a-fase-da-investigacao-de-chacina-com-cinco-mortos-em-fazenda-de-ro/>

313 <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/10/cinco-homens-sao-assassinados-durante-chacina-em-vilhena-ro.html>

314 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/01/06/quatro-pessoas-sao-mortas-em-chacina-em-sao-miguel-do-guapore-ro.ghtml>

315 <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/05/19/rondonia-registra-maior-aumento-nos-assassinatos-do-pais-48percent-no-primeiro-trimestre.ghtml>

316 <https://www.sinaldefumaca.com/2021/04/22/assembleia-legislativa-de-rondonia-altera-limites-de-duas-unidades-de-conservacao/>

317 <https://oeco.org.br/noticias/procuradoria-geral-de-rondonia-aponta-ilegalidades-em-projeto-que-reduz-ucs-no-estado/>



Segundo apuração do [Amazônia Real](#), o PLC 80 foi aprovado de forma unânime pelos 17 deputados estaduais, incluindo um representante do Partido Verde. “Na mesma sessão que aprovou a desafetação [redução] da Resex Jaci-Paraná e do Parque de Guajará-Mirim, os deputados estaduais criaram [seis áreas protegidas](#), cujos tamanhos não equivalem à perda das UCs reduzidas. Mas foi a contragosto, como admitiu o deputado Jean Oliveira (MDB): ‘Nenhum deputado aqui é a favor da criação de unidade de conservação, mas infelizmente se faz necessária para compensar, para ter o equilíbrio’. Oliveira é vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO)”.

Após a aprovação do PLC 80 na ALE-RO, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) de Rondônia emitiu parecer apontando a inconstitucionalidade do projeto. De acordo com reportagem de [O Eco](#), “o parecer da PGE instruiu o governador pelo veto à redução da reserva extrativista e do parque estadual, assim como do reconhecimento de posse aos que hoje ocupam irregularmente áreas dentro das duas unidades de conservação”. O texto da procuradoria listou uma série de inconstitucionalidades, como não apresentar estudos técnicos prévios para embasar a decisão de diminuir as áreas protegidas e ferir o princípio de prevenção ao dano ambiental.

A Frente Ampla de Defesa das Áreas Protegidas em Rondônia, movimento social composto por 65 organizações, instituições e ambientalistas, enviou representação ao Ministério Público Estadual de Rondônia listando irregularidades no projeto e na tramitação na ALE-RO. Os ambientalistas alertaram que a proposta tem impactos diretos “nas Terras Indígenas Uru-eu-wau-wau, Karipuna, Igarapé Lage, Igarapé Ribeirão, Karitiana e comunidades em isolamento voluntário na região, que não foram consultadas em momento algum sobre as alterações nas unidades de conservação”. Ainda segundo [O Eco](#), o próprio MPE encaminhou recomendação administrativa no dia 26 de abril ao governador para que a proposta fosse vetada.

Mesmo com toda pressão contrária, no dia 21 de maio de 2021, o governador Coronel Marcos Rocha [sancionou](#) o PLC 80, acatando todas as emendas dos deputados, transformando-o na Lei Complementar Estadual 1.089. A decisão foi comemorada pelo presidente da ALE-RO como uma “vitória para o setor produtivo”. Em seguida, o Ministério Público Estadual entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade<sup>318</sup> e, no dia 22 de novembro de 2021, o Tribunal de Justiça de Rondônia declarou inconstitucional a Lei 1089, que alterou os limites da Reserva Extrativista Jaci-Paraná e do Parque Estadual Guajará-Mirim<sup>319</sup>. Ao portal [G1](#), o governo de Rondônia afirmou na ocasião que respeita a decisão do Tribunal de Justiça.

Em meio às idas e vindas legislativas e jurídicas, a violência aumentou no entorno das unidades de conservação afetadas. Em maio de 2021, fiscais da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (Sedam) faziam trabalho de rotina no Parque de Guajará Mirim quando foram emboscados por dezenas de homens armados e encapuzados. Em dezembro, um motorista da Sedam foi baleado em conflito com os posseiros na região. Já em fevereiro de 2022, dois fiscais da Sedam e oito PMs sofreram disparos de arma de fogo na estrada que dá acesso à Unidade de Conservação, o terceiro ataque em três meses<sup>320</sup>.

## **DESINFORMAÇÃO: Discursos de ódio contra agentes ambientais e fake news sobre Terras Indígenas**

Em Rondônia, as estratégias de desinformação incluíram a criminalização dos movimentos de luta pela terra e discursos de ódio contra agentes de órgãos de fiscalização ambiental.

**Terra indígena comprada por estrangeiros** - Em outubro de 2019, o projeto [Comprova/Estadão](#) apontou como falso um texto compartilhado no Facebook que afirmava que terras indígenas em Rondônia teriam sido vendidas para uma organização da Irlanda, e que a negociação teria sido anulada pela Justiça. “Na realidade, um contrato para a venda de créditos de carbono, celebrado entre uma empresa irlandesa e uma associação indígena, foi suspenso em 2012 por decisão judicial provisória a pedido da Advocacia Geral da União (AGU)”, informa a checagem sobre a postagem. Segundo a apuração, o contrato foi suspenso devido a termos abusivos e ilegais, no entendimento da justiça há dez anos. A verificação do Comprova analisou um texto publicado no site Terça Livre e compartilhado, no Facebook, por uma página de apoio ao ex-ministro Sérgio Moro e pelo perfil República de Curitiba.

<sup>318</sup> <https://amazonia.org.br/mp-entra-na-justica-contra-lei-que-mutilou-ucs-em-rondonia/>

<sup>319</sup> <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/11/22/justica-declara-inconstitucional-lei-que-altera-limites-de-reserva-extrativista-e-parque-estadual-em-rondonia.ghtml>

<sup>320</sup> <https://amazoniareal.com.br/atentado-em-rondonia/>





**Deputado incita queima de veículos de fiscalização ambiental** - Durante audiência pública realizada pela Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO) em Jacinópolis, distrito de Nova Mamoré (RO) no dia 1º de maio de 2022, o deputado estadual Geraldo de Rondônia (PSC) atacou abertamente órgãos de fiscalização ambiental que atuam no estado. O objetivo da reunião era discutir a regularização de terras na região. No discurso, o deputado disse: "Vamos combinar uma coisa? Quando vier [fiscalização] usa meu nome. Me liga, que eu vou ajudar vocês a botar fogo na caminhonete deles. Vamos botar fogo nos caminhões deles, nos carros deles [dos agentes de fiscalização ambiental]. E vamos combinar mais uma coisa? Vamos fazer um manifesto pra não deixar eles entrarem aqui nessa região", segundo [vídeo](#) divulgado pelo portal G1. O deputado também se manifestou contra a queima e destruição de maquinários apreendidos em operações contra crimes ambientais, apoiando lei aprovada pelo governo estadual (*leia a seguir*).

77

**"Acredito que a fake news mais marcante foi que a mídia estadual tenha contribuído com a disseminação da criminalização da luta pela terra. Ao se referir a camponeses como invasores, no caso das ocupações da fazenda Santa Carmem, pertencente a um senhor conhecido como Galo Velho, intitulado como maior grileiro de terras do estado. Assim como também a ocupação da fazenda Vilhena, que culminou na morte de camponeses e do fazendeiro e sua esposa, o acusado era conhecido como Nego Zen, conhecido por organizar pistolagens na área do Cone Sul de Rondônia."**

*Professora Amanda Michalski, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da Comissão Pastoral da Terra, Porto Velho (RO).*

No monitoramento realizado pelo [Sinal de Fumaça](#) dos principais acontecimentos socioambientais desde a eleição de Jair Bolsonaro, destacamos quatro eventos no estado de Rondônia que revelam a natureza e concretizam as políticas do governo federal executadas com o apoio de parlamentares e autoridades locais.

## LINHA DO TEMPO



### DEZEMBRO DE 2018: Agentes do ICMBio são ameaçados. Agressores demonstram confiança em Bolsonaro<sup>321</sup>

Pontes foram destruídas para bloquear ação dos servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e das polícias Militar e Civil na Floresta Nacional do Jacundá (RO). Os agentes federais também relataram receber ameaças de morte. Os invasores demonstram confiança de que serão regularizados pelo governo Bolsonaro em 2019, segundo servidores do ICMBio ouvidos em matéria da Folha de S. Paulo<sup>322</sup>. Em visita ao estado durante a campanha presidencial, Bolsonaro prometeu rever as unidades de conservação de Rondônia.



### JULHO DE 2019: Salles visita e apoia madeireiros que atearam fogo em caminhão do Ibama<sup>323</sup>

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, visitou madeireiros de Espigão d'Oeste (RO) e fez um discurso "para as pessoas de bem que trabalham neste país"<sup>324</sup>. Duas semanas antes da visita de Salles, os madeireiros da região, que dependem da extração ilegal de madeira de Terras Indígenas Zoró e Sete de Setembro, tinham ateadado fogo em um caminhão-tanque a serviço do Ibama. Por sua vez, a queima do caminhão-tanque aconteceu duas semanas após a PF prender nove madeireiros e apreender dois caminhões com toras na TI Sete de Setembro, vizinha à TI Zoró, onde o ataque criminoso aconteceu. A equipe do Ibama teve que ser retirada da região. Durante a operação, madeireiros destruíram pontes e derrubaram árvores sobre as estradas clandestinas.

321 <https://www.sinaldefumaca.com/2018/12/14/agentes-do-icmbio-sao-ameacados-agressores-demonstram-confianca-em-bolsonaro/>

322 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/12/instituto-chico-mendes-enfrenta-invasoes-e-ataques-em-rondonia.shtml>

323 <https://www.sinaldefumaca.com/2019/07/19/salles-visita-e-apoia-madeireiros-que-atearam-fogo-a-caminhao-do-ibama/>

324 <https://climainfo.org.br/2019/07/19/salles-visita-madeireiros-em-rondonia-apos-ataque-do-ibama-na-regiao>



## FEVEREIRO DE 2021:

### Último ancião do povo Juma morre de Covid-19<sup>325</sup>

Por complicações da Covid-19, morreu Aruká, reconhecido como o último homem do povo Juma, dia 17. O ancião deixou três filhas, netos e bisnetos. Como suas sucessoras se casaram com homens do povo Uru-eu-wau-wau, os descendentes de Aruká carregam o sangue das duas etnias, mas, pelo sistema patrilinear, não são Juma, daí o título de último representante. "O governo não cuidou e agora nós temos que manter o legado do meu avô", disse Bitaté Uru-eu-wau-wau, um de seus netos. O indígena foi um dos sete sobreviventes do massacre no rio Assuã, no sul do Amazonas, em 1964, que vitimou mais de 60 pessoas, em ataque de comerciantes de Tapauá interessados na sorva e na castanha do território Juma. Em [nota](#) sobre sua morte, que foi recebida com consternação por entidades indígenas, o Instituto Socioambiental (ISA) relembrou seu histórico de luta, decisivo para a garantia de direitos de seu povo. Por sua extrema vulnerabilidade e risco de desaparecimento, o povo é considerado de recente contato e deveria ter sido protegido por barreiras sanitárias contra o avanço da pandemia da Covid-19, segundo determinação do STF, algo que não aconteceu, conforme [denúncia](#) da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).



## FEVEREIRO DE 2022: Liderança camponesa e seu marido são assassinados em Rondônia<sup>326</sup>

Os camponeses Ilma Rodrigues dos Santos, 45 anos, e seu marido Edson Lima Rodrigues, 43, residentes do Acampamento Thiago dos Santos, foram assassinados com tiros na cabeça na região conhecida como 8ª Linha do Ribeirão, no Distrito de Abunã, próximo a Porto Velho, em Rondônia, em 17 de fevereiro. Ilma atuava como tesoureira da Liga dos Camponeses Pobres (LCP), movimento surgido no estado após o que ficou conhecido como o Massacre de Corumbiara, na fazenda Santa Elina, em 1995. Ouvido pelo portal Amazônia Real<sup>327</sup>, o major Adenilson Silva Chaga, comandante da Polícia Militar Ambiental de Porto Velho, afirmou que o duplo homicídio pode ter sido uma resposta ao atentado contra fiscais e policiais militares, ocorrido um dia antes, no Parque Ambiental Estadual Guajará-Mirim. Chaga atribui os disparos contra os agentes à LCP. Porém, para a coordenadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Rondônia, Maria Petronila, trata-se de uma tentativa de criminalizar os movimentos. Recentemente, em novembro de 2021, 26 pessoas da LCP foram alvo de operação da Polícia Civil de Rondônia, incluindo a advogada que representa o movimento, Lenir Correia Coelho, dirigente da Associação Brasileira de Advogados do Povo (Abrapo)<sup>328</sup>.

## GOVERNO ESTADUAL: Policial Militar aliado de Bolsonaro ajuda a passar a boiada

O Coronel Marcos Rocha (PSL/RO) nasceu em 1968 no Rio de Janeiro (RJ). É formado em análise de sistema de dados e administração de negócios e pós-graduado em educação e técnicas de ensino. Ingressou como oficial do Exército Brasileiro em 1986 e em 1990 foi aprovado no concurso para oficial da Polícia Militar de Rondônia como aspirante; depois se tornou subdiretor de ensino da PM e diretor militar em colégios. Passou pelos cargos de secretário municipal de Educação de Porto Velho e secretário estadual de Justiça<sup>329</sup>. Em 2018, foi eleito governador do estado de Rondônia no segundo turno com 66,34% votos válidos<sup>330</sup>.

<sup>325</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2021/02/21/ultimo-anciao-do-povo-juma-morre-de-covid-19/>

<sup>326</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2022/02/21/lideranca-camponesa-e-seu-marido-sao-assassinados-em-rondonia/>

<sup>327</sup> <https://amazoniareal.com.br/liga-dos-camponeses-pobres>

<sup>328</sup> <https://reporterbrasil.org.br/2021/11/em-escalada-de-tensao-policia-de-rondonia-faz-operacao-na-casa-de-advogada-que-defende-liga-dos-camponeses-pobres/>

<sup>329</sup> <https://rondonia.ro.gov.br/porta/o-governador/>

<sup>330</sup> <https://g1.globo.com/ro/rondonia/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/coronel-marcos-rocha-do-psl-e-eleito-governador-de-rondonia.ghtml>

”

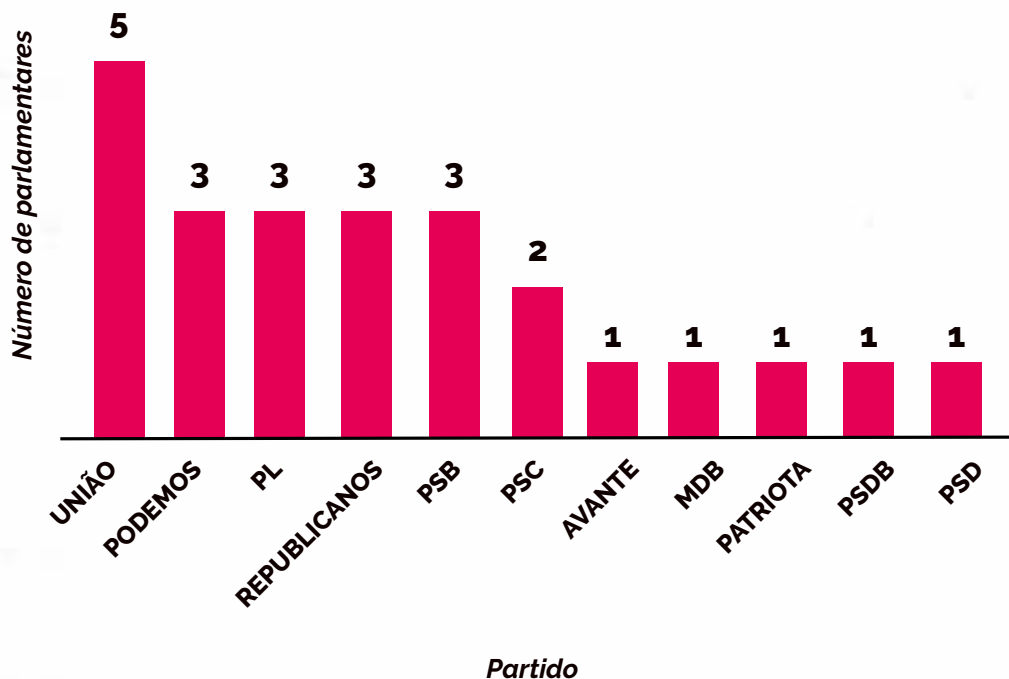
**“O governador, aliado do presidente, fez com que a questão ambiental fosse negligenciada de todas as maneiras. A tentativa de redução de Unidades de Conservação, para favorecer e legalizar a grilagem de terras, não só em Rondônia como também na nova fronteira agrícola junto ao sul do Amazonas e leste acreano. Em meu ponto de vista, Rondônia literalmente deixou a ‘boiada’ passar, com forte criminalização da luta pela terra via presença da força nacional no estado.”**

*Professora Amanda Michalski, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da Comissão Pastoral da Terra, Porto Velho (RO).*

### Governo e assembleia a favor de criminosos ambientais

Em dezembro de 2021, os deputados de Rondônia aprovaram projeto de lei que proíbe a destruição e inutilização de máquinas, veículos e outros itens apreendidos durante ações contra crimes ambientais em Rondônia. O projeto, de autoria do deputado e presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, Alex Redano, atendeu pedidos de garimpeiros<sup>331</sup>. No mês seguinte, janeiro de 2022, o governador Coronel Marcos Rocha sancionou a lei<sup>332</sup>. Poucos dias depois o Ministério Público de Rondônia ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a norma<sup>333</sup>.

A assembleia legislativa de Rondônia tem 24 deputados estaduais, divididos da seguinte forma<sup>334</sup>:



<sup>331</sup> <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/12/15/deputados-de-ro-aprovam-projeto-que-proibe-destruicao-e-inutilizacao-de-bens-apreendidos-por-crimes-ambientais.ghtml>

<sup>332</sup> <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2022/01/15/governo-de-ro-proibe-destruicao-ou-inutilizacao-de-maquinarior-apreendidos-em-operacoes-contr-crimes-ambientais.ghtml>

<sup>333</sup> <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/noticia/2022/01/18/mp-ro-pede-inconstitucionalidade-de-lei-que-proibe-destruicao-de-maquinas-usadas-em-crimes-ambientais.ghtml>

<sup>334</sup> <https://www.al.ro.leg.br/institucional/parlamentares-2>



”

**“Em relação aos dados gerais da Amazônia fica evidente que, ao longo deste governo, houve maior invasão em terras indígenas, maior ataque às comunidades tradicionais, assim como a negação de suas existências, como no caso dos territórios quilombolas, não esquecendo ainda a forte tendência à descaracterização de seringueiros, com o intuito de reprimir a luta coletiva.”**

*Professora Amanda Michalski, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da Comissão Pastoral da Terra, Porto Velho (RO).*

### **A BANCADA DE RONDÔNIA NO CONGRESSO NACIONAL: Deputados acompanham bolsonarismo em 41% das votações (37,5% com abstenções); 50% estão na Bancada Ruralista**

A bancada legislativa de Rondônia no Congresso Nacional conta com oito deputados federais e três senadores<sup>335</sup>. Mais de um terço dos deputados votou alinhado com o governo Bolsonaro nos projetos chave do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recorde para as emendas de relator (orçamento secreto). Rondônia apresenta uma base mais heterogênea que a média das bancadas federais dos estados da Amazônia Legal, sendo majoritariamente contra o PL da Grilagem e da Mineração em TIs.

”

**“Os piores são o PL 490/7 e 191/20, que permitem grandes empreendimentos em terras indígenas e afetam a demarcação dos territórios. A proposta do Marco Temporal que está no STF é muito emblemática também, pois coloca em risco tanto o meio ambiente quanto a vida dos povos indígenas e, principalmente, desrespeita a Constituição Federal. Um governo e um Congresso que não respeitam sua própria Constituição promovem a insegurança em todo país”**

*Ivaneide Bandeira Cardozo, coordenadora de projeto, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Porto Velho/RO*

335 <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>



## Como votaram os Deputados Federais de Rondônia no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>336 337</sup> Plenária	LICENCIAMENTO <sup>338</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>339</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>340</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>341</sup> Plenária
01	<b>Coronel Chrisóstomo (PL)</b>	x	A favor	A favor	x	x
02	<b>Expedito Netto (PSD)</b>	Contra	A favor	Contra	Suplente - Não votou	Contra
03	Jaqueline Cassol (PP)	Contra	A favor	Contra	x	A favor
04	Léo Moraes (PODEMOS)	Contra	A favor	Contra	Suplente - Não votou	Contra
05	<b>Mariana Carvalho (REPUBLICANOS)</b> - licenciada desde junho/2022 Suplente em exercício: Lucas Follador (PSC) <sup>342</sup>	A favor	Contra	A favor	x	A favor
06	<b>Lucio Mosquini (MDB)</b>	A favor	x	A favor	x	A favor
07	Mauro Nazif (PSB)	Contra	Contra	Contra	x	Contra
08	Silvia Cristina (PL)	Contra	Contra	Contra	x	A favor

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa no site da Câmara dos Deputados e da [Frente Parlamentar da Agropecuária](#).

336 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9924>

337 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

338 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

339 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

340 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

341 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>

342 <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/suplenteEmExercicio.asp>



### Rondônia no Senado

Rondônia tem três representantes no Senado Federal: Acir Gurgacz (PDT); Confúcio Moura (MDB) e [Marcos Rogério \(PL\)](#). Confúcio Moura e Marcos Rogério fazem parte da Frente Parlamentar da Agropecuária. Já em relação à votação da PL19/LOA 2022, Gurgacz votou a favor, Marcos Rogério estava ausente e Moura estava licenciado<sup>343</sup>.

”

**“As prioridades para os próximos governos devem ser o respeito à Constituição Federal e às leis ambientais, demarcação das terras indígenas e unidades de conservação; programas voltados à defesa da vida dos ativistas de direitos humanos e meio ambiente; combate ao desmatamento, às mudanças climáticas e a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas. Liberdade e apoio para que a imprensa possa trabalhar.”**

\_\_\_\_\_ *Ivaneide Bandeira Cardozo, coordenadora de projeto, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, Porto Velho/RO* \_\_\_\_\_

”

**“Com certeza espero maior comprometimento com a questão socioambiental, incentivando atividades sustentáveis a partir de valorizar os serviços ambientais e o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais de Rondônia. O modelo de expansão do agronegócio precisa ser compreendido como um modelo falido, e que carrega um histórico de negação e impede outros rumos que estejam de acordo com a Amazônia.”**

\_\_\_\_\_ *Professora Amanda Michalski, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da Comissão Pastoral da Terra, Porto Velho/RO.* \_\_\_\_\_

343 <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/senado/brasil/projetos/orcamento-da-uniao-para-2022>

# 10. RORAIMA



**ÁREA: 224.273,66 km<sup>2</sup>**



**631.181 habitantes (2020)**



**15 municípios**



**Capital: Boa Vista, onde vivem mais de 428 mil pessoas, quase 80% do total do estado**



**IDH\*: 0,707  
13º no ranking BR (2010)**



**PIB: R\$13,4 bilhões (2018)**



**54,41% da área demarcada como Unidades de Conservação e Terras Indígenas**



**67,18% do território coberto por florestas e 27,06% por vegetação nativa não florestal (2020)**



**Mais de 5% do estado foi atingido pelo desmatamento até 2020**



**Cerca de 2.919 focos de calor foram detectados no estado em 2020 e 2021**



**67,07 megatons de CO<sub>2</sub>e emitidos em 2019, a maioria proveniente de desmatamento e mudanças no uso do solo**

\* Índice de Desenvolvimento Humano  
\*\* Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Inpe e "Fatos da Amazônia Legal"



”

**“Piorou muito a execução de políticas públicas socioambientais com o corte de orçamento para órgãos como Funai, IBAMA, ICMBio e com a colocação de militares sem nenhuma capacidade de gestão para coordenar alguns destes órgãos públicos”**

*Por razões particulares, a pessoa entrevistada pediu para não ser identificada; atua em Roraima há 30 anos em questões socioambientais.*

”

**“O fato mais relevante é o incentivo ao crime ambiental, a invasão de terras, grilagem, desmatamento, garimpo, pesca ilegal. Enfim, a todo tipo de ilícito na Amazônia. Também piorou o investimento nas associações que promovem a cadeia de valor, os produtos da floresta ou outras formas de agregar valor à produção sustentável, como o agroextrativista e agroflorestal das comunidades da Amazônia. Falta dinheiro para incentivar boas políticas.”**

*Ciro Campos<sup>344</sup>, Instituto Socioambiental - ISA, Roraima*

## USO DA TERRA E VETORES DE DESMATAMENTO

O estudo [Leis e Práticas de Regularização Fundiária do Estado de Roraima](#), publicado pelo Imazon em 2021, estima que 66% (17,1 milhões de hectares) do território roraimense já possua destinação fundiária, sem considerar sobreposições. Destacam-se as Terras Indígenas, ocupando 46% (10,3 milhões de hectares) da área estadual. Imóveis privados abrangem 5%, desconsiderando-se dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR). As Unidades de Conservação (UCs) somam 8,5%. Áreas não destinadas ou sem informação de destinação representam 34% do estado, chegando a 7,5 milhões de hectares. A maioria está localizada em região de fronteira e, portanto, necessita de autorização do Conselho Nacional de Defesa para regularização fundiária. Para 56% da área não destinada, ou 19% do estado, não há informações disponíveis sobre proces-

sos de regularização. Cerca de 5% das terras não destinadas estavam inscritas no CAR como imóvel privado. Foram identificados 10% para titulação pelo Incra e uma área de 69 mil hectares de interesse para criação de Unidade de Conservação (ICMBio/2016).

Quase metade (46%) das terras não destinadas em Roraima é de responsabilidade do governo federal; parte dessa área, correspondente a 7,5% do estado, já foi cadastrada pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal. Da porção sob gestão estadual, 10% já foram arrecadadas porém não destinadas; outros 8,5% possivelmente são terras estaduais que ainda não foram arrecadadas e matriculadas em nome do estado.

**O Imazon detalhou ainda que 31% da área sem destinação, equivalente a 2,3 milhões de hectares, possui prioridade para conservação e serviços ambientais, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a quase totalidade classificada como de importância biológica extremamente alta.**

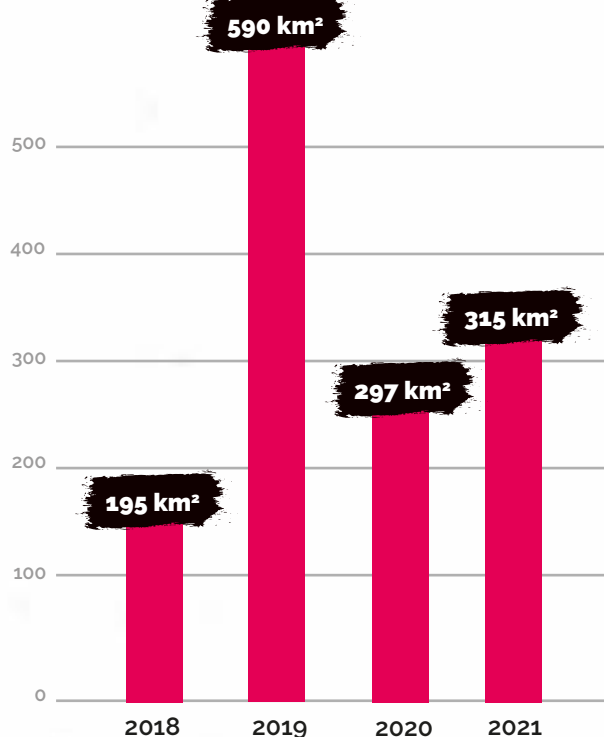




A gestão das áreas estaduais do Estado de Roraima é de responsabilidade do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima (Iteraima), criado em 1992 para atuar na regularização fundiária rural e urbana. O órgão foi alvo de operação da Polícia Federal em 2011, com prisão de servidores do Iteraima, Inkra e do órgão estadual de meio ambiente por indícios de fraudes envolvendo regularização fundiária e obtenção de documentos para extração ilegal de madeira. Além disso, houve denúncias de irregularidades na emissão de títulos de terras para indivíduos que não cumpriam os requisitos legais.



### Desmatamento em Roraima<sup>345</sup> 2018-2021



Fonte: [Inpe](#) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)

**A legislação de terras de Roraima não exige a recuperação de passivo ambiental do imóvel antes da titulação; tampouco impede a regularização de imóveis desmatados recentemente (Imazon).**

De acordo com [nota técnica](#) do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) de fevereiro de 2022, o estado de Roraima registrou 122% de aumento na média anual de floresta desmatada entre 2019 e 2021 em relação aos três anos anteriores (2016-2018). Foi o maior aumento entre os estados amazônicos no período analisado. Os dados coletados mostram que as frentes críticas de desmatamento se concentram próximas a Alto Alegre, Iracema, Mucajai e Caroebe, na região sudeste do estado, e em Rorainópolis, ao longo da rodovia BR-174.

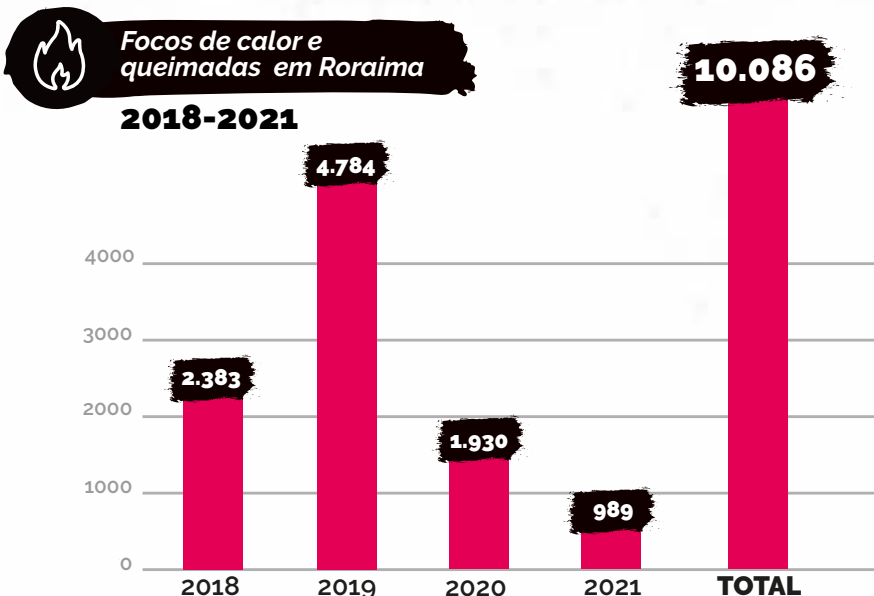
Já o [boletim](#) de alertas de desmatamento em Áreas Protegidas para o período de janeiro a março de 2022 indicou a Terra Indígena Waimiri Atroari, que se estende por Roraima e Amazonas, como a terceira mais ameaçada pelo desmatamento na Amazônia Legal, com perdas florestais sentidas dentro do território. A TI Trombetas/ Mapuera (RR/PA/AM) aparece em oitavo lugar na lista.



**“O incentivo dado pelo presidente para o desmatamento, garimpo e outros tipos de atividade predatória e ilegal na Amazônia contribuiu muito para capitalizar esses agentes e aumentar a sua capacidade e coragem de atuação. A situação em diversas Unidades de Conservação aqui e em toda Amazônia é de redução do número de funcionários e terceirizados e da estrutura para atuar em campo. No caso de Roraima, uma UC importante fica em área conflagrada pelo garimpo: a Estação Ecológica de Maracá encontra-se, até pouco tempo, sem ninguém por falta de segurança. Inclusive, os agentes ambientais tiveram todos os seus equipamentos roubados.”**

Ciro Campos, Instituto Socioambiental - ISA, Roraima

<sup>345</sup> O PRODES Amazônia não considera o mapeamento do desmatamento em áreas de vegetação não florestal como campinaranas, lavrados e outros tipos de vegetação savânica ou campestre que ocorrem nos estados de Amapá e Roraima de maneira mais proeminente.



Um [estudo](#) da Confederação Nacional de Municípios (CNM) calculou os prejuízos econômicos decorrentes de incêndios florestais entre 2016 e 2021, incluindo quesitos como defesa civil e prevenção de desastres. O estado de Roraima aparece em quinto lugar no ranking de unidades da federação mais impactadas pelas queimadas, com um prejuízo de R\$ 47 milhões em cinco anos. Em janeiro de 2022, Roraima teve o triplo de queimadas florestais que no mesmo mês do ano anterior<sup>346</sup>. Até julho de 2022, o estado já contabilizava 637 focos de calor; em todo o ano de 2021, foram registrados 989<sup>347</sup>.

## MADEIRA

O primeiro [mapeamento](#) realizado sobre a atividade madeireira em Roraima, divulgado pela rede SIMEX em 2021, revelou uma área maior do que 5 mil campos de futebol afetada pela exploração ilegal entre agosto de 2019 e julho de 2020, representando mais da metade de toda a extração de madeira realizada no estado no período. Baseado em imagens de satélite, o estudo detalha que, ao longo de um ano, 9.458 hectares de florestas tiveram exploração de madeira, sendo 5.217,01 hectares (55%) de forma não autorizada e 4.240,89 hectares (45%) com permissão da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Roraima (Femarh/RR).

Dos 15 municípios do estado, Rorainópolis e Amajari responderam por 44,75% e 40,3%, respectivamente, ou 95% do total da extração madeireira. A pesquisa ressalta que "toda a exploração de madeira no município de Amajari ocorreu de forma não autorizada". Do total explorado ilegalmente no estado, aproximadamente 2.955 hectares estão localizados em imóveis cadastrados, 1.338 hectares em vazios cartográficos, 717 hectares em projetos de assentamento, 163 hectares em Terras Indígenas, 25 hectares em terras não destinadas e 19 hectares em Unidades de Conservação.

**Nos dois territórios indígenas, a TI Waimiri-Atroari e a TI Trombetas/Mapuera, uma área de floresta equivalente a mais de 160 campos de futebol foi afetada pela exploração ilegal de madeira.**

<sup>346</sup> <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Focos-de-calor-triplicam-em-janeiro-de-2022-em-comparacao-com-2021/83488>

<sup>347</sup> Verificado em 21 de julho de 2022 - [https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_estados/](https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/)



”

**“O aumento da invasão de Terras Indígenas por organizações criminosas que operam no garimpo, narcotráfico, desmatamento e pesca ilegal e as consequentes mortes de indígenas e de defensores do meio ambiente foi o fato mais emblemático dos últimos três anos.”**

*Por razões particulares, a pessoa entrevistada pediu para não ser identificada; atua em Roraima há 30 anos em questões socioambientais.*

## GARIMPO

A expansão do garimpo ilegal em Roraima e outras áreas da Amazônia Legal se deu pela combinação de diversos fatores, entre os quais o aumento do preço do ouro no mercado internacional e a falta de controle na cadeia produtiva do metal, com brechas que permitem fraudes na declaração da origem do ouro extraído ilegalmente. Além disso, a fragilização das políticas de proteção e fiscalização das Terras Indígenas e de combate ao crime ambiental, aliada à política de incentivo do governo à atividade apesar do seu caráter ilegal, garante a impunidade dos vários atores envolvidos na garimpagem amazônica.

De acordo com o ISA<sup>348</sup>, chega a 28,7 milhões de hectares a área requerida por processos minerários sobrepostos a Terras Indígenas no Brasil, representando 25% das TIs do país; 15% desses requerimentos minerários afetam Terras Indígenas apenas em Roraima. As três TIs com maior número de sobreposições localizam-se no estado: na Terra Indígena Yanomami, existem 453 requerimentos minerários sobrepostos a 35% do território; em Raposa Serra do Sol, são 103 requerimentos sobre quase 38% da terra indígena, e, no território Waimiri Atrorari, acumulam-se 61 requerimentos sobre quase 15% da TI.

Segundo [reportagem](#) da BBC de 2019 citando a Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão responsável por conceder e monitorar licenças para mineradores, não havia nenhuma mina de ouro operando legalmente em Roraima naquele ano, informação que foi confirmada pelo Ministério de Minas e Energia. Porém, vendas de ouro oriundo de Roraima iniciadas em setembro de 2018 renderam US\$ 7,8 milhões (o equivalente a R\$ 30,2 milhões) e tiveram um salto a partir de janeiro de 2019, após Jair Bolsonaro assumir a Presidência e o Exército desativar bases que dificultavam o acesso de garimpeiros ao território Yanomami. As vendas para a Índia em 2019 somaram 194 kg e valor de US\$ 6,5 milhões, tornando o ouro o segundo produto mais exportado por Roraima no período, atrás apenas da soja. Autoridades ouvidas pela BBC na época afirmaram que o ouro exportado estava sendo retirado ilegalmente do território indígena. A Terra Indígena Yanomami concentra as maiores reservas do metal na região.

### **Dados do MapBiomas indicam que o garimpo na Terra Indígena Yanomami aumentou 3.350% de 2016 a 2020.**

O relatório [Yanomami Sob Ataque](#), elaborado pela Hutukara Associação Yanomami e Associação Wanasseduume Ye'kwana com assessoria técnica do Instituto Socioambiental, publicado em abril de 2022, descreve a situação do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY) como “o pior momento de invasão desde que a TI foi demarcada e homologada, há 30 anos”. Quando o monitoramento das entidades foi iniciado, em outubro de 2018, a área total destruída pelo garimpo somava pouco mais de 1.200 hectares, a maior parte concentrada nas calhas dos rios Uraricoera e rio Mucajái. Desde então, a área impactada mais do que dobrou, atingindo, em dezembro de 2021, um total de 3.272 hectares. Além do desmatamento e da destruição dos rios, a extração ilegal de ouro e cassiterita acarretou uma explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas e um recrudescimento assustador da violência contra os Yanomami, afirma o documento (leia mais a seguir), que estima que o número de comunidades afetadas diretamente chega a 273, abrangendo mais de 16.000 pessoas, ou 56% da população da TIY.

**Outro ponto que merece destaque são os indícios de aproximação do crime organizado nas áreas afetadas pelo garimpo ilegal. Em um dos incidentes mais aterrorizantes de 2021, a série de ataques às comunidades do Palimiu, o envolvimento de agentes do Primeiro Comando da Capital (PCC) na exploração ilegal de ouro ficou explícito pela primeira vez no contexto Yanomami<sup>349</sup>.**

348 <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>

349 [https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/provo491\\_o.pdf](https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/provo491_o.pdf)



”

**“A gente teve casos de assassinatos, violência sexual e diversos tipos de violência contra o povo Yanomami. É importante destacar a agressão sofrida pelas lideranças do Conselho Indígena de Roraima, que tentaram defender a terra contra a entrada de suprimentos para o garimpo, a PM chegou para abrir a estrada e houve conflito com vários feridos, pessoas baleadas. As facções criminosas que atuam em Roraima, segundo os órgãos de segurança pública, atuam em conjunto com o garimpo. O crime ambiental também está servindo para capitalizar outros setores do crime organizado.”**

*Ciro Campos, Instituto Socioambiental - ISA, Roraima*

## EMERGÊNCIA INDÍGENA

Em Roraima, existem 33 Terras Indígenas em diferentes etapas de demarcação e homologação, ocupando mais de 5 milhões de hectares, ou 46% da área do estado, abrigando ao menos 9 povos. Roraima é o estado com a maior população indígena do país: dos 631 mil habitantes, mais de 50 mil se declaram indígenas, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>350</sup>.

”

**“A falta de resposta por parte do governo federal à gravidade dos crimes complexos praticados contra o povo Yanomami, contra o meio ambiente e contra a União é alarmante. O governo minimiza, ignora e não age adequadamente para resolver o problema.”**

*Por razões particulares, a pessoa entrevistada pediu para não ser identificada; atua em Roraima há 30 anos em questões socioambientais.*

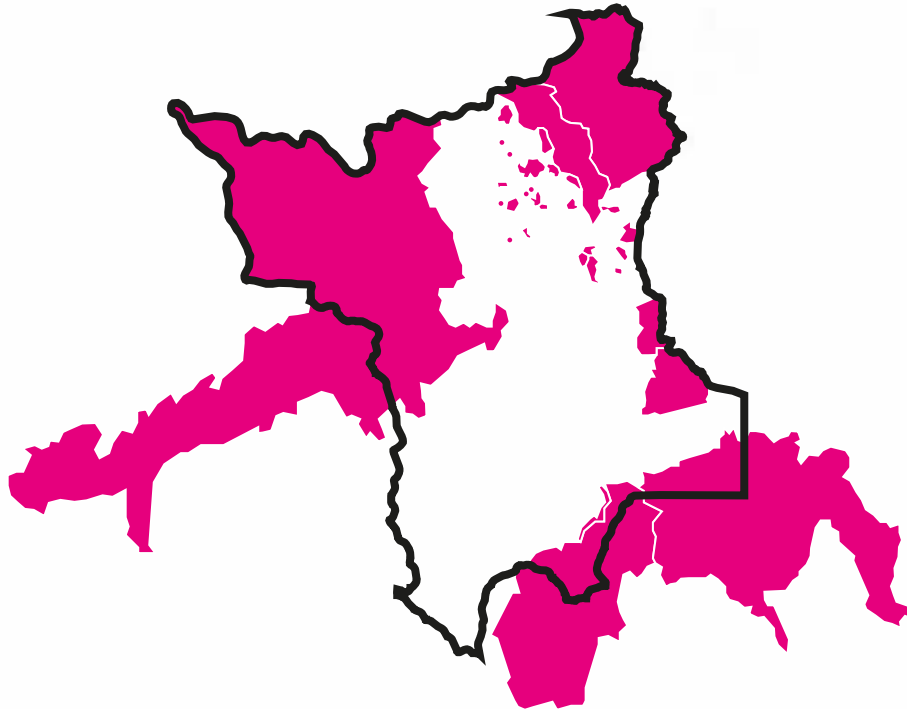
350 <https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Roraima-possui-a-maior-populacao-indigena-do-pais/75168>





## Roraima

### Terras Indígenas\*



AMAZONAS

\*Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](#).

## SOS YANOMAMI

**Existem mais de 350 comunidades indígenas na Terra Indígena Yanomami, com uma população de aproximadamente 29 mil pessoas<sup>351</sup>.**

No dia 16 de março de 2021, após novo [pedido](#) do Ministério Público Federal, a 2ª Vara da Justiça Federal de Roraima determinou que a União tinha prazo de dez dias para apresentar cronograma de retirada de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami (TIY)<sup>352</sup> sob pena de multa diária. Foi outra decisão, no âmbito da Justiça Federal, que se somou à [Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 709](#) protocolada pela [Articulação dos Povos Indígenas \(Apib\)](#) e outras entidades no STF em 2020 para obrigar o governo federal a adotar todas as medidas cabíveis para efetivar a retirada imediata e completa dos garimpeiros de dentro da TI Yanomami e a proteção deste e de outros territórios indígenas. Em junho de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por unanimidade<sup>353</sup>, decisão liminar do ministro Luís Roberto Barroso tomada em maio<sup>354</sup> que determinou ao governo federal a adoção imediata de todas as medidas necessárias para garantir a proteção da vida, da saúde e da segurança das populações indígenas nas terras Yanomami e Munduruku (PA).

**As decisões das mais altas cortes judiciais do país, porém, não foram cumpridas. Os resultados têm sido devastadores para os Yanomami e outros povos indígenas da região.**

351 <https://cimi.org.br/2022/04/yanomami-sob-ataque/>

352 <https://conexaoplaneta.com.br/blog/justica-intima-governo-federal-a-retirar-garimpeiros-da-terra-indigena-yanomami-sob-pena-de-multa-diaria/>

353 <https://cimi.org.br/2021/06/por-unanimidade-stf-determina-imediata-protecao-para-povo-munduruku-e-yanomami/>

354 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/05/24/barroso-manda-governo-tomar-medidas-para-protetger-terras-yanomami-e-mundurucu.ghtml>



## Cronologia de violências

### 2020-2021

O relatório [Cicatrizes na Floresta - Evolução do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami \(TIY\) em 2020](#), produzido pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) e Associação Wanasseduume Ye'kwana (Seduume) e lançado em março de 2021, apontou o aumento de conflitos como um dos efeitos da maior presença garimpeira na Terra Indígena Yanomami (TIY), a exemplo do assassinato de dois jovens yanomami na região do rio Parima, em julho de 2020. Já em fevereiro de 2021, indígenas da comunidade de Helepe sofreram um ataque que resultou em um indígena gravemente ferido e na morte de um garimpeiro.

Em meados de abril, veio a notícia de que o Ministério Público Federal e o Ministério da Saúde estavam investigando desvio de vacinas destinadas aos indígenas em troca de ouro extraído ilegalmente da Terra Yanomami, com ao menos dois servidores suspeitos de usar os imunizantes contra Covid-19 em garimpeiros. Em ofício enviado ao MPF e à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o vice-presidente da HAY, Dário Kopenawa, relatou que uma técnica em enfermagem, que atuava no pólo base Humuxi, estava trocando as vacinas com os invasores da terra indígena, além de desviar gasolina e um gerador de energia também em troca de ouro. Na região do Uxiu, uma servidora foi indicada como suspeita de desviar medicamentos destinados aos indígenas para tratar garimpeiros.

Em 11 de maio de 2021, garimpeiros fizeram disparos de arma de fogo na direção de agentes da Polícia Federal que estavam na Comunidade Palimiú, dentro da TIY, para apurar um ataque contra indígenas ocorrido na véspera que deixou quatro indígenas e um garimpeiro feridos. Profissionais de Saúde Indígena do Polo Base da Comunidade foram retirados e a unidade de atendimento foi fechada por questões de segurança. Um mês depois, o cerco continuava. No dia 5 de junho, criminosos que garimpavam na TIY atiraram bombas em direção à aldeia Maikohipi, também no Palimiú. Dário Kopenawa informou à Amazônia Real que os criminosos chegaram em quatro barcos e ameaçaram com armas de fogo os 580 moradores da aldeia. A HAY enviou ofício às autoridades comunicando o ataque e pedindo, mais uma vez, providências. No final de julho, um indígena morreu ao ser atropelado por um avião de garimpeiros em uma pista na comunidade Homoxi, na TIY em Roraima<sup>355</sup>.

Em novembro de 2021, uma reportagem do [Fantástico](#) mostrou a morte de crianças Yanomami por desnutrição, falta de assistência e impactos da atividade garimpeira. Na mesma semana, baseado na reportagem, o partido Rede Sustentabilidade acionou o STF, pedindo que a União fosse investigada pela omissão em relação aos Yanomami. Em resposta, o ministro Roberto Barroso determinou que o governo federal informasse, em um prazo de cinco dias, sobre a situação da população indígena. "Deverão ser esclarecidas questões relacionadas à nutrição dos povos e às condições de acesso à água potável, a medicamentos e a serviços de saúde", dizia a decisão<sup>356</sup>.

### 2022

Um novo caso chocou o Brasil quando, em 25 de abril, circulou a [notícia](#) de que uma menina de 12 anos foi estuprada até a morte e uma criança estava desaparecida após ser jogada em um rio como resultado de mais um ataque de garimpeiros contra a comunidade Aracaçá, região de Waikás, na TIY. A informação foi dada pelo presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Yek'wana (Condisi-YY), Júnior Hekurari, nas redes sociais. Segundo a Amazônia Real, Júnior Hekurari enviou um ofício ao Distrito de Saúde Indígena (Dsei), à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), à Funai, à Polícia Federal e ao procurador da República, Alisson Marugal. O portal de notícias também apurou, com [exclusividade](#), que o corpo da menina foi cremado, segundo a tradição Yanomami. E completou: esta informação deve ser a razão pela qual tanto o Ministério Público Federal (MPF) quanto a Polícia Federal (PF) informam que "não foram encontrados indícios materiais da prática dos crimes de homicídio e estupro".

No dia 27, a COIAB enviou [ofício](#) à PGR pedindo medidas urgentes para a investigação do estupro e desaparecimento de crianças na terra indígena. Quando a comitiva formada por membros do MPF, PF e Funai chegou à Aracaçá, onde a menina vivia, a comunidade estava abandonada. Segundo o G1, não foram encontrados indígenas e uma das casas estava queimada. "A comunidade estava queimada e não tinha ninguém. Ninguém", disse Hekurari ao portal de notícias. Não se sabe quem queimou o local. Porém, uma nota do Condisi-YY, cita que "conforme costume e tradições após a morte de um ente querido a comunidade em que residia é queimada e todos evacuam para outro local". A notícia do "desaparecimento" da comunidade ganhou repercussão nacional, mobilizando lideranças indígenas, autoridades, políticos, artistas e influenciadores com a pergunta "CADÊ OS YANOMAMI" nas redes sociais.

355 <https://www.sinaldefumaca.com/wp-content/uploads/2021/10/sdf-relatorio-pt-final-30em3>

356 <https://www.poder360.com.br/brasil/barroso-da-5-dias-para-governo-federal-esclarecer-situacao-do-povo-yanomami/>



Em 18 de maio de 2022, foi divulgado que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) solicitou à Corte Interamericana de Direitos Humanos uma intervenção de medidas provisórias para proteger os direitos à vida do povo Yanomami devido a “situação de extrema gravidade e urgência de danos irreparáveis aos seus direitos no Brasil”. Em junho, a partir de nova petição da Apib, o ministro Luís Roberto Barroso (STF) determinou que a União se manifestasse, em um prazo de dez dias, sobre “o descumprimento das decisões cautelares determinadas pelo STF na ADPF 709, visando à proteção do povo Yanomami”. A Apib pediu a elaboração de um plano, em no máximo 60 dias, para promover, entre outras medidas, a expulsão dos invasores e a destruição de pistas de pouso irregulares<sup>357</sup>.

## ISOLADOS E AMEAÇADOS: O CASO DO POVO PIRITITI

Dados oficiais de desmatamento na Amazônia divulgados pelo Inpe mostram que, até julho de 2021, foram desmatados 502,4 hectares no interior da Terra Indígena Pirititi, o que equivale a cerca de 300 mil árvores derrubadas. “As imagens de alta resolução do satélite Planet mostram diversas áreas abertas ilegalmente, localizadas muito próximo aos limites do território indígena. O desmatamento detectado sugere a abertura de uma estrada vicinal ilegal que já destruiu aproximadamente 72 hectares de floresta e avança em direção ao interior da TI. Outra pressão que a TI Pirititi sofre é o registro irregular de imóveis por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Atualmente, há 40 cadastros irregulares no sistema do CAR classificados como ‘ativos’ que cobrem área equivalente a 54% do total da TI”<sup>358</sup>.

A TI está localizada integralmente no município de Rorainópolis (RR). O processo de demarcação teve início em 2012, quando a Funai regulamentou a primeira Portaria de Restrição de Uso na área de 43.404 hectares por um prazo de três

anos. As portarias foram sequencialmente renovadas por três anos até dezembro de 2021, quando a última portaria foi emitida com prazo de apenas seis meses. As informações são de [nota técnica](#) divulgada pelo Instituto Socioambiental (ISA) em junho de 2022, às vésperas do vencimento da portaria de restrição de uso que garante a proteção dos isolados da TI Pirititi. Segundo a análise, “a última portaria comprovou que seis meses é tempo insuficiente para garantir a proteção efetiva, uma vez que o avanço de madeireiros e grileiros continua a todo vapor rumo ao interior da área”. O relatório do ISA confirma que as invasões e desmatamentos aumentaram nos momentos mais críticos da pandemia e seguiram avançando exponencialmente. O problema coincide com o período que antecede o término da vigência das portarias, é fruto da ausência de operações de fiscalização e da expectativa e especulação dos invasores sobre a não renovação desse tipo de norma, mecanismo de proteção legal de grupos indígenas isolados emitido pela Funai.

### ACAMPAMENTO TERRA LIVRE BOA VISTA - 2022

Com o tema Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política aconteceu, no início de abril em Boa Vista (RR), o 3º [Acampamento Terra Livre - 2022](#). A concentração foi na praça do Centro Cívico e seguiu a mobilização nacional do movimento indígena, que ocorreu em Brasília até 14 de abril. Segundo informações do Conselho Indígena de Roraima (CIR), “em Boa Vista, somente no primeiro dia de mobilização, estiveram presentes cerca de 400 lideranças indígenas das regiões Raposa, Serras, Baixo Cotingo, Murupú, Tabaio, Amajari, Surumú, Serra da Lua, São Marcos, Yanomami e Wai Wai. O movimento conta com uma grande participação de lideranças tradicionais, jovens, mulheres e crianças”. Ocorreu também um ato em frente ao monumento ao garimpeiro, quando lideranças fizeram defesas enfáticas contra os PL 191 e 490 e a tese do Marco Temporal. Indígenas também repudiaram outras situações que violam e desrespeitam os direitos dos povos originários do Brasil.

357 <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=488324&ori=1>

358 <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/desmatamento-e-vencimento-de-portaria-ameacam-povos-isolados-pirititi-rr>



”

“Acho importante mencionar que a ‘boiada’ não passou no que se refere à questão indígena. Houve várias tentativas de mudar a legislação para flexibilizar e permitir diversas atividades em Terras Indígenas que enfrentaram uma resistência muito forte do movimento indígena brasileiro. O movimento indígena de Roraima foi bastante atuante, mesmo sofrendo com a invasão de suas terras, tanto nas áreas de floresta, caso da terra Yanomami, onde o garimpo voltou na intensidade do final dos anos 80, quanto na parte das savanas e serras da Raposa Serra do Sol, onde acontece nova invasão garimpeira “

Ciro Campos, Instituto Socioambiental - ISA, Roraima

## VIOLÊNCIA: Garimpo causa explosão de ataques contra a população indígena

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Roraima foi o estado com menos conflitos no campo acumulados nos últimos dez anos na Amazônia Legal. Foram 84 conflitos identificados entre 2010 e 2019<sup>359</sup>.

**Em 2021, houve aumento de 71% nos conflitos por terra no estado, em grande parte relacionado à explosão do garimpo em áreas indígenas. Dos 48 conflitos identificados pela CPT em Roraima, 41, ou 85%, aconteceram em Terras Indígenas, com destaque para a TI Yanomami.**

### Conflitos e mortes no campo - Roraima 2018-2021

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	17	28	28	48
Violência contra a pessoa**	3	1	4	130

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: "Conflitos no campo 2018"; "Conflitos no Campo 2019"; "Conflitos no Campo 2020"; "Conflitos no Campo 2021"- CPT

De acordo com o [Anuário da Segurança Pública 2022](#), Roraima contabilizou 1.047 mortes violentas intencionais<sup>360</sup> entre 2018 e 2021. O estudo aponta ainda que "Roraima informou ter apenas 56 delegados de polícia civil para cuidar de todas as investigações criminais do estado".

359 [https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiaria\\_Roraima.pdf](https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/03/LeisRegularizacaoFundiaria_Roraima.pdf)

360 Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.





”

**“Em novembro de 2019, três comissões da Câmara Federal realizaram uma audiência para discutir o papel do Estado no enfrentamento ao garimpo na TI Yanomami. O chefe do Serviço de Repressão a Crimes contra Comunidades Indígenas, representando o Ministério da Justiça, disse que “não é crime organizado como o PCC e o CV, mas o crime organizado de determinado circuito para regularizar o ouro e levá-lo para o exterior, esquentar nota fiscal e transformar o ouro em peças de arte ou barra. Envolve ourives, aeronaves, pilotos, empresas autorizadas pelo governo para negociar ouro. Teve empresa fechada em São Paulo e teve gente presa em São Paulo e em Goiânia”<sup>361</sup>. Dois anos depois, estouraram manchetes na imprensa que o PCC atuava na TI Yanomami. Há uma defasagem enorme, proposital ou não, nos crimes praticados e no enfrentamento por parte do governo federal. O problema vai se ampliando terrivelmente e resulta, na prática, no genocídio dos Yanomami, na destruição da Amazonia e no assassinato de quem enfrenta esta situação.”**

*Por razões particulares, a pessoa entrevistada pediu para não ser identificada; atua em Roraima há 30 anos em questões socioambientais.*

## PONTOS DE ATENÇÃO

### Projetos de alto impacto socioambiental: leis estaduais viabilizam garimpo ilegal em Roraima

Depois da tentativa frustrada de legalizar o garimpo (*leia a seguir*), o governo estadual de Roraima voltou à carga com uma nova proposta legislativa para incentivar a atividade. Em menos de dois meses, a Assembleia Legislativa de Roraima analisou, votou e aprovou, e o governador Antonio Denarium sancionou, a [Lei 1.701/2022](#), com a seguinte ementa: “Dispõe sobre a proibição aos órgãos ambientais de fiscalização e à Polícia Militar do Estado de Roraima de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos nas operações/fiscalizações ambientais no estado e dá outras providências”.

O Projeto de Lei 233/2022 foi apresentado no início de junho de 2022 pelo deputado estadual George Melo (PODEMOS/RR), que assumiu o cargo no lugar de Jalser Renier, cassado

em fevereiro por quebra de decoro parlamentar<sup>362</sup>. Durante os poucos meses de mandato, o deputado George Melo, segundo o portal [G1](#), “se declarou a favor da legalização do garimpo e tem atuado em favor dos garimpeiros”. Em Roraima não há garimpos legalizados; os que existem funcionam ilegalmente. Equipamentos de grande porte apreendidos em operações de combate ao crime ambiental, como dragas, balsas, tratores e outros maquinários, costumam ser destruídos *in loco* para evitar que sejam utilizados novamente por garimpeiros, madeireiros e grileiros. Ao proibir tal prática e penalizar as agências de fiscalização, o governo de Roraima dá mais um sinal verde para o garimpo que tem devastado a TI Yanomami e outras áreas protegidas no estado.

<sup>361</sup> <https://www.camara.leg.br/noticias/618192-debatedores%20apontam-risco-de-genocidio-dos-yanomami/>

<sup>362</sup> <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/02/28/suplente-de-jalser-renier-empresario-george-melo-toma-posse-na-ale-rr-apos-cassacao.ghtml>



O PL 233 foi aprovado em sessão extraordinária na Assembleia Legislativa de Roraima (Ale-RR) no dia 27 de junho. O texto recebeu o aval de 14 dos 24 parlamentares da Casa. No dia 30, foi enviado ao executivo estadual. Segundo relatos da imprensa, no período houve intensa mobilização de apoiadores dos garimpos nas redes sociais para pressionar pela sanção do texto. No dia 5 de julho, enquanto apoiadores do projeto faziam um churrasco do lado de fora do palácio de governo para comemorar, o PL foi sancionado como Lei 1.701/2022 pelo governador Antonio Denarium na íntegra, sem vetos. Denarium e George Melo, autor do projeto, se reuniram a portas fechadas antes da sanção do governador e afirmaram que a lei exclui terras indígenas; na prática, porém, nenhum dos quatro parágrafos da nova legislação cita especificamente tal restrição. "Nós optamos pela sanção porque em Roraima tem mais de 50 mil famílias que dependem dessa atividade", disse Denarium, ao chamar os garimpeiros de "empreendedores da mineração"<sup>363</sup>.

Logo no dia seguinte à votação pelos deputados, 28 de junho, o Ministério Público Federal (MPF/RR) emitiu [nota](#) se posicionando contra o PL, o qual classificou como inconstitucional. O MPF pontuou que "as ações de descaracterização, destruição ou inutilização de bens apreendidos são previstas na Lei 9.605/1998 e no Decreto 6.514/2008, ressaltando que tais normas já foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como imprescindíveis para o enfrentamento ao garimpo ilegal e que a medida era "claramente inconstitucional" e contribuía para aprofundar a "tragédia humanitária em curso".

”

**“A Assembleia Legislativa Estadual já tentou emplacar duas leis favoráveis ao garimpo em terras indígenas. A primeira foi barrada no STF, a segunda ainda está sendo questionada. Isto foi feito devido ao incentivo do presidente que busca legalizar o crime de garimpo em terras indígenas, com terríveis consequências em Roraima, principalmente na TI Yanomami.”**

*Por razões particulares, a pessoa entrevistada pediu para não ser identificada; atua em Roraima há 30 anos em questões socioambientais.*

## DESINFORMAÇÃO: Fake news atrapalham vacinação entre indígenas e contribuem para genocídio

Assim como ocorreu em outros estados da Amazônia Legal<sup>364</sup>, povos indígenas de Roraima foram alvo de campanhas de desinformação relacionadas à vacinação contra a Covid-19.

Em [denúncia](#) sobre a situação precária da saúde indígena na TI Yanomami no pico da pandemia em abril de 2021, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) informou que nove aldeias se recusaram a tomar a vacina influenciadas por mentiras difundidas por garimpeiros. Segundo Dario Kopenawa, da HAY, a mensagem "você, Yanomami, não podem tomar essas vacinas porque o governo quer matar vocês" foi espalhada pelos invasores, prejudicando a campanha de imunização dentro da TIY. De acordo com a coleta de informações por rádio feita pela HAY, foi identificado que nas localidades de Hokolasimu e Pewau, os indígenas recusaram a vacina após a circulação de notícias falsas via garimpeiros. Além das fake news, a HAY denunciou a troca de vacinas por ouro envolvendo servidores da saúde e garimpeiros, e a ausência de equipes de saúde em partes da terra indígena. "Particularmente preocupante é a constatação que, em algumas comunidades, nenhum indígena havia sido vacinado", disse a organização.

<sup>363</sup> <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/07/05/governador-de-roraima-sanciona-lei-que-proibe-destruicao-de-equipamentos-de-garimpeiros.ghtml>

<sup>364</sup> <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mais-vacinacao-menos-fake-news-vacina-parente>



## Resistir com informação

Preocupados com o impacto das fake news sobre a vacina contra o coronavírus entre os povos indígenas de Roraima, os jornalistas indígenas Ariene Susui e Nailson Almeida, ambos do povo Wapichana, trabalharam na criação de folders informativos sobre a vacina da Covid-19 como forma de combater a desinformação. De acordo com [relato](#) do Conselho Indígena de Roraima, parceiro do projeto, foram produzidos 6 mil folders para distribuição em nove regiões de Roraima. Além da versão em português, os exemplares foram traduzidos em cinco línguas indígenas: Wapichana, Macuxi, Wai-Wai, Yanomami e Taurepang. De acordo com a coordenadora do trabalho, Ariene Susui, o projeto leva informação clara e baseada nos fatos, organizada em forma de diálogo a partir de uma entrevista com uma médica indígena. "Nossa grande preocupação desde o início da pandemia foi com as notícias que chegavam dentro das nossas comunidades, tanto sobre a Covid-19 quanto sobre a vacinação. Uma grande parte das comunidades no começo ficou com receio de tomar a vacina e foi prejudicada por fake news. Infelizmente, isso foi um grande embargo dentro das comunidades para que muitas lideranças, idosos, jovens não quisessem se vacinar".

”

**“Durante a pandemia da Covid 19, a posição do presidente e de algumas igrejas evangélicas contra a vacinação levou muitos membros de comunidades indígenas a não quererem se vacinar.”**

*Por razões particulares, a pessoa entrevistada pediu para não ser identificada; atua em Roraima há 30 anos em questões socioambientais.*

No monitoramento realizado pelo [Sinal de Fumaça](#) dos principais acontecimentos socioambientais desde a eleição de Jair Bolsonaro, destacamos três eventos no estado de Roraima que revelam a natureza e concretizam as políticas do governo federal executadas com o apoio de parlamentares e autoridades locais.

## LINHA DO TEMPO



### ABRIL DE 2019: Covid-19: adolescente Yanomami é primeira vítima entre indígenas<sup>365</sup>

O indígena Yanomami Alvanei Xirixana Pereira, de 15 anos, morreu vítima de Covid-19, no município de Alto Alegre (RR). O Ministério da Saúde disse, em nota, que não recebeu informações sobre a causa da morte de Xirixana e que não há registro de mortes por Covid-19 entre indígenas no Brasil. O Distrito Sanitário Yanomami acredita que a população Yanomami corre alto risco de infecção devido ao contato próximo com a sociedade não indígena. O jovem vivia na aldeia Rehebe, rota de grande fluxo de não indígenas em função do garimpo. A entidade indígena Hutukara Associação Yanomami chamou atenção para a presença de garimpeiros na região e apontou negligência do estado no tratamento de Alvanei. "Ele ingressou no Hospital Geral de Roraima (HGR) com sintomas respiratórios em 18 de março, mas só foi diagnosticado com Covid-19 dia 7 de abril. Durante todo esse tempo ele estava com a doença e não foi atendido com os cuidados necessários", diz o comunicado.



### OUTUBRO DE 2021 E MAIO DE 2022: Linhão avança na TI Waimiri Atroari<sup>366</sup>

Em outubro de 2021, lideranças Waimiri Atroari denunciaram a falta de diálogo com o governo federal em relação ao início das obras do Linhão Tucuruí, que atravessará o território indígena. A obra da linha de transmissão de energia, que ligará Manaus (AM) a Boa Vista (RR), terá 720 km de extensão, dos quais 123 km cortam a TI Waimiri Atroari. Segundo o Instituto Socioambiental, a comunidade tomou conhecimento do início da construção via imprensa, com a repercussão do ofício de autorização encaminhado ao Ibama pelo presidente da Funai, Marcelo Xavier, em 27 de setembro. Em 11 de agosto, a Associação Waimiri-Atroari havia entregue ao governo uma proposta de compensação dos danos socioambientais previstos pela obra durante reunião com o Ibama, Ministérios Públicos Federal (MPF) e Estadual (MPE) e lideranças indígenas, mas não obteve resposta. Em maio de 2022, segundo relato da Amazônia Real, os indígenas Waimiri Atroari decidiram aceitar a proposta de compensação ambiental feita pelo governo federal para a construção do Linhão de Tucuruí, apesar dos

<sup>365</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2020/04/10/covid-19-adolescente-yanomami-e-primeira-vitima-do-coronavirus-entre-indigenas/>

<sup>366</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2021/10/01/governo-inicia-obra-de-linhao-em-terra-waimiri-atroari-sem-avisar-nem-ouvir-indigenas/>



danos ambientais considerados irreversíveis, conforme consta do Plano Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), de 2021. A reportagem informou que a linha de transmissão é um empreendimento do consórcio Transnorte Energia (TNE) formado pelas empresas Alupar e Eletronorte e vai interligar o estado de Roraima à rede nacional de transmissão de energia. O advogado Harilson Araújo, da Associação Waimiri-Atroari, disse que, após dois dias de reuniões com as lideranças de todas as aldeias, 450 indígenas aprovaram a contraproposta apresentada pelo governo federal e pelo consórcio.



### MARÇO DE 2022: Indígenas encurralados por complexo de termelétricas a carvão em Roraima<sup>367</sup>

Indígenas das etnias Macuxi e Wapichana alegam "nunca terem sido consultados" sobre a construção do complexo de termelétricas a carvão da Serra da Lua, inaugurada pela gestão do governador de Roraima, Antônio Denarium. O empreendimento está localizado nos limites das Terras Indígenas Tabalascada, Malacacheta e Canaunim, onde vivem 16 comunidades com mais de 3 mil indígenas. O projeto, que tem sido chamado de "usina da morte" pelos indígenas, recebeu incentivos fiscais da administração de Denarium. As usinas foram leiloadas em maio de 2019, no primeiro pregão de energia promovido por Bolsonaro, e são controladas pela OXE Energia.

## GOVERNO ESTADUAL

Em 2018, [Antonio Denarium](#) (na época no PSL, passou mais de um ano sem partido e, desde 2021, está no PP<sup>368</sup>) foi eleito governador de Roraima em segundo turno com 53,34% dos votos<sup>369</sup>. Ele nasceu em 1964 em Goiás e se tornou empresário, passando pelo setor bancário, imobiliário e pecuário de Roraima. É o seu primeiro cargo público.

”

**“O executivo estadual já entregou para o conselho de meio ambiente para avaliação, ainda não para deliberação, uma proposta de redução automática da reserva legal em todo estado de 80% a 50% nas áreas de mata. Essa redução automática é um problema, porque, ao invés de promover equidade, vai fazer com que Roraima seja o estado onde os proprietários terão mais direito de desmatar no Brasil. O ideal seria que essa redução fosse baseada em critérios técnicos estabelecidos pelo Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).”**

*Ciro Campos, Instituto Socioambiental - ISA, Roraima*

<sup>367</sup> <https://www.sinaldefumaca.com/2022/03/28/indigenas-sao-encurralados-por-complexo-de-termelétricas-a-carvão-em-roraima/>

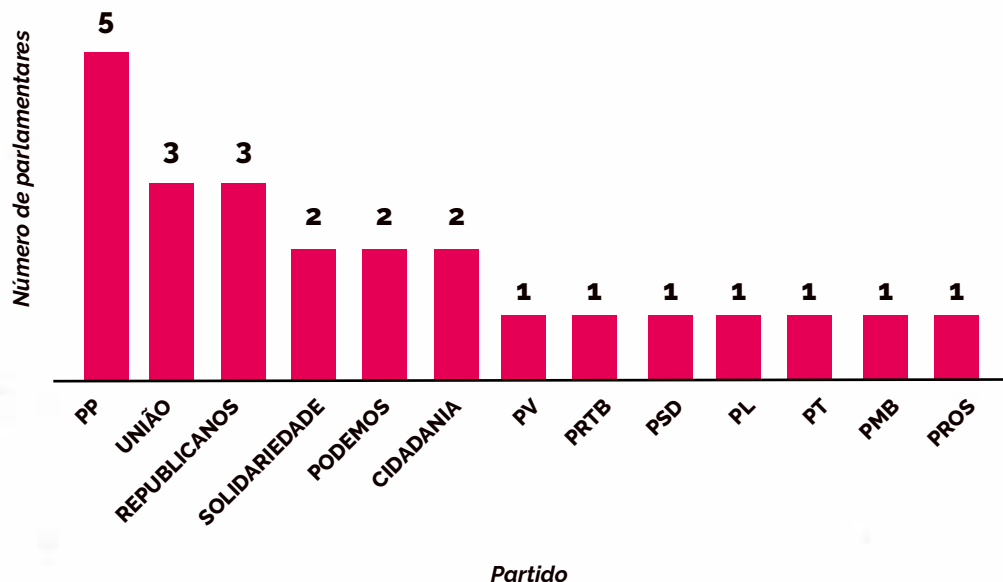
<sup>368</sup> <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/09/15/governador-de-roraima-se-filia-ao-pp-apos-1-ano-e-3-meses-sem-partido.ghtml>

<sup>369</sup> <https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/antonio-denarium-psl-e-eleito-governador-de-roraima.ghtml>

### STF suspende lei estadual que tentou legalizar garimpo

Em janeiro de 2021, deputados estaduais aprovaram a liberação do garimpo em Roraima, a partir de proposta do governador Antonio Denarium (PP) que permite explorar "sem estudo prévio", com uso de mercúrio e sem detalhar quais territórios e minérios. Um mês depois, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão da Lei estadual 1.453/2021, que tentou instituir o Licenciamento para a Atividade de Lavra Garimpeira no Estado. A decisão cautelar foi tomada na [Ação Direta de Inconstitucionalidade \(ADI\) 6672](#), ajuizada pela Rede Sustentabilidade. Em setembro de 2021, a lei estadual que tentou legalizar o garimpo em Roraima foi definitivamente anulada pelo STF<sup>370</sup>.

A assembleia legislativa de Roraima tem **24** deputados estaduais, divididos da seguinte forma<sup>371</sup>:



”

**“Foi aprovado na Câmara o PL 3729/2004, que flexibiliza o licenciamento ambiental, um dos instrumentos mais importantes para avaliar e mitigar impactos sociais e ao meio ambiente. Falta ser analisado pelo Senado e sancionado pelo presidente, mas a aprovação na Câmara foi muito grave. A tramitação do Projeto de Lei 191/2020, que regulamenta a pesquisa e lavra de recursos minerais como ouro e minério de ferro, e de hidrocarbonetos, como petróleo e gás natural, além do aproveitamento hídrico de rios para gerar energia elétrica em terras indígenas também é muito danoso, principalmente diante de governos que não investem nas iniciativas de sustentabilidade das próprias comunidades indígenas.”**

*Por razões particulares, a pessoa entrevistada pediu para não ser identificada; atua em Roraima há 30 anos em questões socioambientais.*

370 <https://www.sinaldefumaca.com/2021/09/15/stf-derruba-lei-estadual-que-libera-garimpo-em-roraima/>

371 <https://al.rr.leg.br/deputados-estaduais-2019/>



## A BANCADA DE RORAIMA NO CONGRESSO NACIONAL:

**74,83% dos votos dos deputados são favoráveis à agenda ambiental (62,5% com abstenções); 75% fazem parte da Bancada Ruralista**

A bancada legislativa de Roraima no Congresso Nacional conta com oito deputados federais e três senadores<sup>372</sup>. A maior parte dos deputados votou alinhada com o governo Bolsonaro nos projetos chaves do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recorde para as emendas de relator (orçamento secreto).

### Como votaram os Deputados Federais de Roraima no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>373,374</sup> Plenária	LICENCIAMENTO <sup>375</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>376</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>377</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>378</sup> Plenária
01	<b>Edio Lopes (PL)</b>	A favor	x	x	Suplente; votou contra	A favor
02	<b>Haroldo Cathedral (PSD)</b> <i>*atualmente licenciado mas participou de todas as votações aqui listadas</i> Suplente: Renato Queiroz (PSD)	A favor	A favor	Contra	x	A favor
03	<b>Hiran Gonçalves (PP)</b>	A favor	A favor	A favor	Titular; votou a favor	A favor
04	<b>Jhonathan de Jesus (REPUBLICANOS)</b>	A favor	x	A favor	x	A favor
05	<b>Joenia Wapichana (REDE)</b>	Contra	Contra	Contra	Suplente Voto não contabilizado por ultrapassar limite bancada/ partido	Contra
06	<b>Nicoletti (UNIÃO)</b>	A favor	A favor	A favor	x	A favor
07	<b>Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE)</b>	A favor	x	Contra	x	A favor
08	<b>Shéridan (PSDB)</b>	A favor	A favor	A favor	Titular; votou a favor	A favor

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa no site da Câmara dos Deputados e da [Frente Parlamentar da Agropecuária](#).

372 <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>

373 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9924>

374 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

375 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

376 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

377 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

378 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>



”

**“As mudanças no licenciamento ambiental, e também da regularização fundiária, impactam bastante Roraima porque é uma área de expansão recente. Essas anistias, facilitações ou simplificações contribuem para a grilagem de grandes áreas que até pouco tempo eram públicas. O Código Florestal, no artigo 12, deixou uma herança para Roraima que está sendo consolidada agora. É importante ressaltar este ponto. A reserva legal de toda a Amazônia é 80%, mas, pelo artigo 12, pode ser reduzida a 50%. Ou seja, quem tem 100 hectares hoje e pode derrubar 20, vai poder derrubar 50.”**

*Ciro Campos, Instituto Socioambiental - ISA, Roraima*

### Roraima no Senado

Roraima tem três representantes no Senado Federal: senador Chico Rodrigues (UNIÃO), senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS) e senador Telmário Mota (PROS). Mecias e Chico compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária; os três senadores de Rondônia votaram a favor da LOA 2022<sup>379</sup>.

”

**“Roraima tem metade de suas terras comprometida com a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas e com a proteção ambiental. É necessário investir em ciência e tecnologia para valorizar os conhecimentos da população indígena e o uso sustentável dos recursos naturais. Temos bastante potencial de uso de energia solar e eólica, mas os governos federal e estadual estão incentivando o uso de gás, que vem do Amazonas; outro plano é barrar o principal rio do estado, o que seria uma desgraça. Os povos indígenas têm o maior rebanho bovino de Roraima e não existe uma política para melhorar a produção e certificar a carne orgânica, produzida sem mão de obra escravizada e sem desmatamento. Tampouco existe o aproveitamento do couro bovino. A maior parte da população vive na capital, de empregos públicos e de serviços; é preciso apoiar e valorizar quem mora na área rural e é agricultor familiar.”**

*Por razões particulares, a pessoa entrevistada pediu para não ser identificada; atua em Roraima há 30 anos em questões socioambientais.*

379 <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/senado/brasil/projetos/orcamento-da-uniao-para-2022>

# 11. TOCANTINS



ÁREA: **277.720,39 km<sup>2</sup>**



**1.590.248** habitantes (2020)



**139** municípios



Capital: Palmas, onde vivem mais de 300 mil pessoas



IDH\*: 0,699  
14° no ranking BR (2010)



PIB: R\$35,7 bilhões (2018)



13,25 % da área demarcada como Unidades de Conservação e Terras Indígenas



3,61 % do território coberto por florestas e 84,85% por vegetação nativa não florestal (2020)



Mais de 10,99 % do estado foi atingido pelo desmatamento até 2020



Cerca de 22.100 focos de calor foram detectados no estado em 2020 e 2021



32,48 megatons de CO<sub>2</sub>e emitidos em 2019, a maioria proveniente de desmatamento e mudanças no uso do solo

\* Índice de Desenvolvimento Humano  
\*\* Infográfico elaborado a partir de dados do IBGE, do Inpe e "Fatos da Amazônia Legal"





”

**“Durante o governo Bolsonaro, as coisas relacionadas à questão ambiental só tiveram piora. A partir do momento que Bolsonaro, presidente, deu aval para que fazendeiros pudessem desmatar. A mineração ilegal aumentou demais.”**

— *Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO)*<sup>380</sup>, Arraias/TO.

**No Tocantins, quase 90% do território é ocupado pelo Bioma Cerrado e cerca de 10% pelo Bioma Amazônia<sup>381</sup>.**

## USO DA TERRA E VETORES DE DESMATAMENTO

O estudo [Leis e Regularização Fundiária no Estado do Tocantins](#), publicado pelo Imazon em 2021, estima que 66% das terras do Tocantins já possuam destinação fundiária, desconsiderando-se sobreposições. A maioria é ocupada por imóveis privados, que abrangem 48,5% do território, sem considerar registros no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Terras Indígenas ocupam 9% e Unidades de Conservação, 4% do Tocantins. Outros 34% do estado, o equivalente a 9,45 milhões de hectares, constituem áreas não destinadas ou sem informação de destinação. Mais da metade dessa área (18,5% do estado) já estava inscrita no CAR, porém o registro é insuficiente para atestar a titulação da terra e muitas vezes é usado para dar aparência de legalidade a ocupações ilegais (grilagem) de terras públicas. Sobre 14% do estado identificados como áreas não destinadas não foi encontrado qualquer tipo de registro. Outros 357 mil hectares estavam mapeados para titulação pelo Inbra.

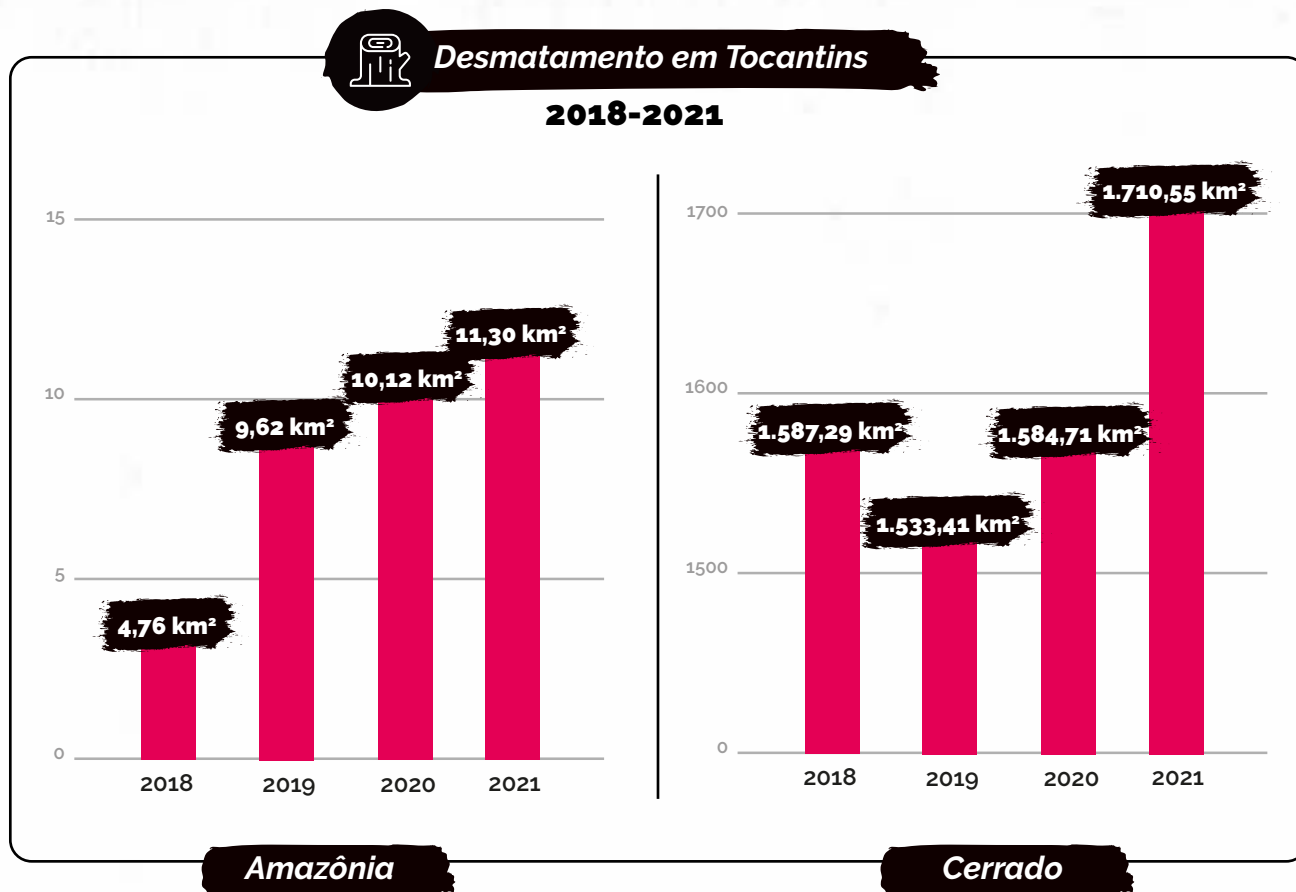
**Segundo o Imazon, a legislação fundiária do Tocantins não impede a regularização de áreas desmatadas recentemente.**

Do total de áreas sem destinação, 90% seriam de responsabilidade do governo estadual, porém não foram registradas em cartório, ou seja, não foram arrecadadas. “Esse dado é relevante porque a arrecadação é o primeiro passo necessário para a destinação da área, seja para titulação privada ou outras”, explica o Imazon. O restante do território ainda não destinado ou sem informação de destinação é de competência federal (9% do estado), sendo que mais da metade já estaria disponível para regularização fundiária conforme decisão da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal.

**Mais de 160 mil hectares de terras não destinadas no Tocantins possuem importância biológica extremamente alta para conservação, de acordo com levantamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade.**

<sup>380</sup> <https://www.coeqto.com.br/>

<sup>381</sup> <https://www.to.gov.br/semarh/combate-ao-desmatamento/79lqwif8guq3w>



Fonte: [Inpe](#) - Projeto de Monitoramento do Desflorestamento da Amazônia Legal por Satélite (Prodes)

### Até 2020, a porção de Cerrado no estado do Tocantins tinha desmatamento acumulado de 72.160 km<sup>2</sup> <sup>382</sup>.

Em abril de 2022, o [Ministério Público Estadual do Tocantins \(MPE-TO\)](#), anunciou que passaria a investigar “os mais de 20,5 mil hectares em todo o estado que tiveram alertas de desmatamento emitidos pelo Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas). A área corresponde a mais de 28 mil campos de futebol”. Ao todo, foram contabilizados alertas de desmatamentos acima de 20 hectares em 249 imóveis rurais no Tocantins sem autorização para supressão de área verde.

Cerca de um mês depois, [reportagem da TV Globo](#) mostrou os resultados do trabalho do MPE-TO: oito em cada dez donos de terra que desmataram no Tocantins no ano passado não tinham autorização. Os técnicos compararam alertas de satélites do Mapbiomas com dados de cadastros rurais, que indicam a localização das fazendas e também com sistemas dos órgãos ambientais. Com essas informações, sabe-se quando e onde houve o desmatamento e quem é o proprietário da terra. Foram identificadas 775 propriedades com pontos de desmatamento, concentradas em três frentes: a região do Bico do Papagaio, a Área de Proteção Ambiental do Cantão e pontos específicos da região sudeste como São Valério, Natividade e Paranã. De acordo com o MP, ao menos um terço das áreas onde há possíveis irregularidades é declarado como reservas legais, o que torna a situação ainda mais grave.

<sup>382</sup> <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>



”

**“Na região onde eu moro, em Arraias, nos últimos anos, houve um desmatamento absurdo. De fazendeiro entrar com correntão na mata arrancando tudo. Isso dentro de comunidade quilombola. Mesmo a área sendo invadida por fazendeiros, elas conseguem a licença para desmatar. E quando não conseguem, desmatam assim mesmo, já que têm um governo do lado deles, brigando por eles.”**

— *Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Arraias/TO.*

**O Cerrado é o segundo maior bioma do Brasil, com 198 milhões de hectares e diferentes tipos de vegetação nativa. É a savana mais biodiversa do mundo e está sob elevado grau de ameaça. Quase metade já foi desmatada: 54,5% de seu território ainda é coberto por vegetação nativa, sendo 44% justamente no Matopiba - Ipam<sup>383</sup>.**

## SOJA

Em 2019, o cultivo de soja ocupava uma área de mais de 74 mil km<sup>2</sup> no Cerrado brasileiro<sup>384</sup>. No Matopiba, a soja é um dos principais vetores de desmatamento. A região – que compreende parte dos Estados da Bahia, do Maranhão, do Piauí e de Tocantins – bateu recorde de concentração do desmatamento no Bioma Cerrado em 2020-2021, segundo [estudo](#) do Ipam. O Tocantins ficou em segundo lugar no ranking da destruição no Matopiba, com 1.710,55 km<sup>2</sup> derrubados no período, atrás apenas do Maranhão.

**Com mais de 14 mil km<sup>2</sup>, o Tocantins tem a quarta maior área plantada ou destinada à colheita entre os estados da Amazônia Legal<sup>385</sup>.**

A área de proteção ambiental Ilha do Bananal/Cantão, em Tocantins, foi a mais destruída entre as unidades de conservação localizadas no Cerrado em 2020. A unidade, maior do estado, está em uma região produtora de soja e vive conflitos econômicos, sociais e ambientais<sup>386</sup>. Uma [pesquisa](#) feita pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) apontou que o cultivo do grão cresceu mais de 1.700% na região desde 2010 e que cerca de 25% da área plantada é ilegal.

**O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Tocantins em 2021 foi de R\$ 18,8 bilhões. Os produtos com melhores resultados foram a soja, com R\$ 9,6 bilhões, seguida pela carne bovina, com R\$ 5,1 bilhões<sup>387</sup>.**

383 <https://ipam.org.br/matopiba-bate-recorde-historico-de-desmatamento-no-cerrado/>

384 <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

385 <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>

386 <https://www.dw.com/pt-br/desmatamento-no-cerrado-volta-a-crescer-em-2020/a-56016083>

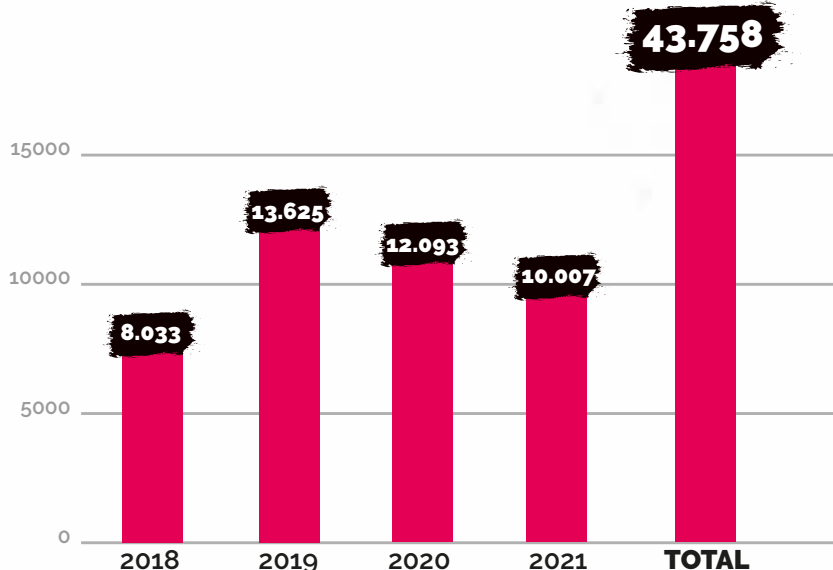
387 <https://clebertoledo.com.br/negocios/puxado-pela-soja-valor-da-producao-agropecuaria-do-tocantins-em-2021- chega-a-r-188-bilhoes-3o-maior-do-norte-do-brasil/>



### Focos de calor e queimadas em Tocantins

**2018-2021**

(biomas Amazônia e Cerrado)



Fonte: Inpe



**“A nossa luta maior é pela garantia da terra. Se a gente tiver terra, a gente pode trabalhar. E se podemos trabalhar, a gente consegue produzir e ter subsistência.”**

*Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Arraias/TO.*

Entre janeiro e julho de 2021, o Tocantins foi o segundo estado com maior número de queimadas no país, segundo o Inpe, contabilizando 3.683 focos de calor. Em comparação ao mesmo período de 2020, os dados indicaram aumento de 16%. O estado ficou atrás apenas do Mato Grosso, que registrou 6.822 focos nos primeiros seis meses do ano passado<sup>388</sup>. Em 2022, a situação parece ainda pior. Até o dia 21 de julho, o painel de queimadas do [Inpe](#) assinalava 3.920 focos de calor no Tocantins neste ano, alta de 21% em relação a 2021.

## EMERGÊNCIA INDÍGENA E QUILOMBOLA

No Tocantins existem 15 Terras Indígenas em diferentes etapas de demarcação e homologação, ocupando uma área de mais de 2,5 milhões de hectares, ou 9% do estado<sup>389</sup> e nas quais vivem dez povos indígenas<sup>390</sup>. A população indígena do estado é estimada em mais de 11 mil pessoas em zonas rurais e urbanas, segundo o IBGE<sup>391</sup>.

Entendendo o impacto da última eleição presidencial sobre o futuro dos povos tradicionais, em dezembro de 2018 mais de 200 lideranças indígenas Apinajé, Krahô, Krahô-Kanela, Xerente, Krahô Takaywrá, Javaé e Avá-Canoeiro reuniram-se na Assembleia dos Povos Indígenas de Tocantins, na aldeia Brejinho (TI Apinajé), para aprofundar o debate diante da conjuntura nacional, informou o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)<sup>392</sup>. O encontro resultou no documento [Resistência indígena frente às ameaças e retrocessos aos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988, no contexto atual](#).

<sup>388</sup> <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/07/26/tocantins-ocupa-20-lugar-no-ranking-nacional-com-3683-focos-de-queimada-registrados-desde-janeiro.ghtml>

<sup>389</sup> <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/brasil>

<sup>390</sup> [https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina\\_principal](https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal)

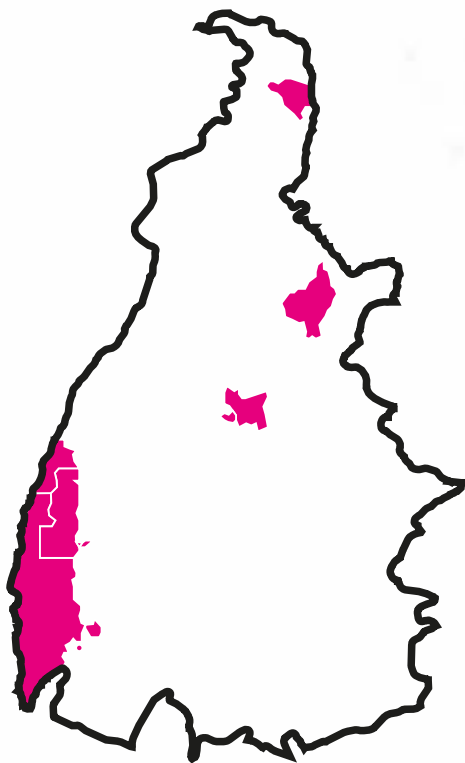
<sup>391</sup> <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>

<sup>392</sup> <https://cimi.org.br/2018/12/assembleia-dos-povos-indigenas-de-tocantins-reune-mais-de-200-liderancas-na-luta-contr-o-retrocesso/>



## Tocantins

### Terras Indígenas\*



\*Escolhemos usar os dados de TIs de organizações indígenas e indigenistas por refletirem mais adequadamente as TIs, independente da sua situação fundiária perante o Estado. Quanto ao mapa, utilizamos o mais atualizado da Funai para oferecer um panorama geral, mesmo que impreciso, das TIs em cada estado e região, entendendo que ele é o que melhor reflete entre os disponíveis. Para ver o mapa completo em alta resolução, acesse [aqui](#).

**ILHA DO BANANAL - Isolados ameaçados por incêndios florestais:** Segundo notícia do [Agro é Fogo](#), em setembro de 2020, um incêndio de grandes proporções durou vários dias e devastou uma área conhecida como Mata do Mamão, no interior da Ilha do Bananal (TO). “A Ilha é uma das mais importantes áreas de conservação do Brasil, abrigando a Terra Indígena Utaria Wyhyrna/Irôdu Irâna, que possui portaria declaratória e aguarda homologação, e as Terras Indígenas Inawebohona e Parque do Araguaia, ambas já demarcadas e homologadas, e que reúnem uma população aproximada de 3.500 indígenas dos povos Javaé e Karajá, e 42 indígenas do povo Avá-Canoeiro”, diz o informe. Além destes povos, um grupo do povo indígena Avá-Canoeiro vive em isolamento voluntário na Mata do Mamão, seu último refúgio e zona mais afetada pelas queimadas de 2020. A área engloba ainda a parte sul da TI Inawebohona e a TI Parque do Araguaia.

**TI APINAJÉ - Tensão crescente na longa espera pela demarcação:** Uma reportagem especial do [Infoamazônia](#), publicada em julho de 2022, descreve o longo histórico de violações e lutas dos povos da TI Apinajé, cortada ao meio durante a construção da rodovia Transamazônica no período da ditadura militar. Segundo a reportagem, os indígenas entendem que apenas uma parte de seu território, no norte do estado de Tocantins (na época era estado de Goiás), encontra-se demarcada (a atual TI Apinajé, com 140 mil hectares), e lutam pelo reconhecimento da outra metade (Apinayé II), a oeste e a sul da Transamazônica. Em 2019, o Ministério Público Federal de Tocantins entrou com [Ação Civil Pública](#) contra a Funai e a União requerendo a conclusão, em um prazo de dois anos, da ampliação da TI Apinajé. O Infoamazônia detalha que, em agosto de 2021, o juiz federal Victor Curado Silva Pereira determinou a conclusão do processo demarcatório de ampliação da TI Apinajé em até dois anos, mas a Funai argumentou que a expansão não era necessária. Em junho deste ano, a Funai foi condenada a pagar multa pelo descumprimento da decisão judicial quanto à ampliação do território Apinajé. Para Carlos Augusto C. Almeida, do Conselho Indígena Missionário do Tocantins (CIMI-TO), ouvido pela reportagem, a decisão da justiça para que a União e Funai concluam a demarcação do território em dois anos acirrou o clima de ameaças e violência na região. Carlos Augusto alerta para uma piora devido à política de liberação de armas do governo: “Estamos observando a formação de milícias armadas e vivendo um período iminente de um derramamento de sangue”, relatando que ruralistas incitam a população da cidade contra os Apinajé e contra os funcionários locais da Funai. Ele ressalta que muitos conflitos já estariam resolvidos se a demarcação da TI Apinajé tivesse sido feita de forma completa desde o início.



## QUILOMBOLAS

Segundo dados do governo do estado<sup>393</sup>, das 2.474 comunidades quilombolas certificadas no país, 39 estão no Tocantins e compõem patrimônio cultural estadual. Já segundo a Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ), a população quilombola e remanescente está estimada em 9.680 pessoas (2.420 famílias), que vivem em 46 comunidades localizadas em 26 municípios<sup>394</sup>.

### ADOTE UM PARQUE: PL estadual ameaça quilombolas do Jalapão

Em agosto de 2021, a Assembleia Legislativa do Tocantins aprovou por 16 votos a 4 o [Projeto de Lei 5/2021](#), proposto pelo então governador Mauro Carlesse, para permitir concessão à iniciativa privada de quatro unidades de conservação estaduais, entre elas, o Parque Estadual do Jalapão, o mais visitado do estado. A votação – e a aprovação, por 16 votos a 4 – foi recebida com surpresa e indignação, uma vez que a própria Assembleia havia informado que não votaria o projeto antes de realizar audiências públicas com as comunidades tradicionais da região, uma solicitação feita em [Ação Civil Pública](#) movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o PL<sup>395</sup>.

No mês seguinte à votação do PL, a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO) emitiu carta pública pedindo apoio da Fundação Palmares e dos órgãos estaduais e afirmando que as concessões no Jalapão ameaçavam os cinco quilombos da área: Povoado do Prata; Boa Esperança; Carrapato, Formiga, Mata e Ambrósio; Povoado do Mumbuca; e Comunidade Quilombola das Margens do Rio Novo, Rio Preto e Riachão. “O Jalapão se encontra em estado de agonia e desespero por conta dessa privatização do parque estadual”, diz Maria Aparecida Ribeiro de Sousa, coordenadora executiva da COEQTO e da Conaq, segundo o [Alma Preta](#). Em novembro, a COEQTO, representando dez comunidades quilombolas afetadas pela privatização do Parque Estadual do Jalapão, se [reuniu](#) com a Casa Civil e a Procuradoria Geral do estado do Tocantins para “exigir o direito à regularização de seus territórios e entregar o protocolo de consulta prévia elaborado pelos quilombolas, já cancelado pelo MPF-TO. Alguns dias depois, foi realizada audiência pública<sup>396</sup> na Câmara dos Deputados em Brasília para debater o projeto.

Nesse meio tempo, o então governador e autor da lei, Mauro Carlesse, foi afastado do cargo pelo Superior Tribunal de Justiça (*leia mais a seguir*). O vice Wanderlei Barbosa, em exercício, compareceu, no dia 30 de novembro de 2021, à primeira audiência pública para discutir a privatização do Jalapão, organizada no município de Mateiros. Lá, Barbosa anunciou o cancelamento da concessão do Parque Estadual do Jalapão, informação depois confirmada pelo twitter do governo estadual, aparentemente por conta da pressão política e popular. O PL, porém, seguiu valendo para os outros três parques que constavam da proposta original<sup>397</sup>.

### VIOLÊNCIA: Aval de governo é visto como causa de aumento de conflitos no campo

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Tocantins ocupa o sétimo lugar entre os nove estados da Amazônia Legal em número de conflitos no campo acumulados nos últimos dez anos. Foram 309 conflitos identificados entre 2010 a 2019. Já segundo o [Anuário da Segurança Pública 2022](#), o Tocantins contabilizou 1.659 mortes violentas intencionais<sup>398</sup> entre 2018 e 2021, ou mais de um assassinato por dia no período.

”

**“O governo Bolsonaro aflorou o pior lado das pessoas. Aqui houve casos de pessoas que em debates políticos se acharam no direito de meter uma faca um no outro. No contexto rural, quando fazendeiros e grileiros tiveram o aval do governo federal para avançar com as invasões que eles vinham fazendo em territórios indígenas e quilombolas, isso intensificou os conflitos. Estes conflitos se dão de três formas: no judiciário, onde as comunidades estão sendo processadas por fazendeiros; ameaças a lideranças ou grupos e ataques e chacinas contra comunidades tradicionais e indígenas.”**

*Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Arraias/TO.*

393 <https://www.to.gov.br/sector/comunidades-quilombolas/6njfrsueivpa>

394 <http://conaq.org.br/noticias/pela-primeira-vez-tocantins-traca-mapas-turisticos-para-rotas-indigenas-e-quilombolas/>

395 <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/quilombolas-do-jalapao-to-contestam-concessao-de-unidades-de-conservacao-a-iniciativa-privada>

396 <https://www.camara.leg.br/noticias/828598-comissao-debate-ameaca-a-quilombolas-em-tocantins>

397 <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/11/30/governador-em-exercicio-paralisa-audiencia-publica-e-cancela-concessao-do-jalapao.ghtml>

398 Mortes Violentas Intencionais incluem: homicídio doloso; latrocínio; lesão corporal seguida de morte; morte por intervenção policial.



## Conflitos e mortes no campo - Tocantins 2018-2021

	2018	2019	2020	2021
Conflitos por terra*	37	45	55	56
Violência contra a pessoa**	3	6	1	13

\*Correspondente à soma de conflitos por terra e ações de ocupações/retomadas; \*\*Correspondente à soma de assassinatos, tentativas de assassinatos, mortos em consequência, ameaçados de morte, pessoas torturadas, presas e agredidas

Fonte: "Conflitos no campo 2018"; "Conflitos no Campo 2019"; "Conflitos no Campo 2020"; "Conflitos no Campo 2021"- CPT

## PONTOS DE ATENÇÃO

”

**“Um dos piores projetos que já entrou para nós aqui, que foi muito pesado mesmo, foi o projeto que visou atingir a potência máxima produtiva no Matopiba. Países de fora investem dinheiro neste projeto para que o agronegócio produza nestas áreas. As três maiores bacias hidrográficas do país estão localizadas nesta região. Elas têm um papel fundamental para a questão climática. O Cerrado tem um papel importante de oferecer uma grande quantidade de água para a Amazônia. O Cerrado é a mãe dos outros biomas e vêm sendo atacado com força tremenda.”**

*Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Arraias/TO.*

## Projetos de alto impacto socioambiental no estado: O Matopiba na mira

Tramita no Congresso Nacional o [Projeto de Lei Complementar \(PLC\) 246/2020](#), de autoria do deputado federal Pastor Gil (PL/MA), que institui o Complexo Geoeconômico e Social do Matopiba. O projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados em outubro de 2020. Segundo a [Agência Câmara](#), originalmente, a proposta do PLC 246/20 estabelece, para fins administrativos, o Complexo Geoeconômico e Social do Matopiba, com definição, pelo Poder Executivo, de poligonal incluindo o sul do Maranhão, o norte de Tocantins, o sul do Piauí e o oeste da Bahia. Um colegiado seria responsável pela implantação e gestão desse complexo, incluindo medidas para fortalecimento institucional, modernização da agropecuária e garantia da sustentabilidade ambiental e social.

**A região abrange trechos remanescentes do Cerrado nesses quatro estados cujas siglas formam o acrônimo Matopiba. É considerada a fronteira de expansão da agropecuária no Brasil – até o final de 2022, segundo projeções, representará 16,4% da área plantada no País.**



Passou por debates até ser aprovado com substitutivo do relator, o deputado federal Capitão Fábio Abreu (PL/PI), em 22 de setembro de 2021 na [Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços](#). A principal modificação à proposta original feita no [substitutivo](#) pelo relator foi a inclusão de parte do estado do Pará no projeto. “(...) Construiu-se o entendimento da necessidade da inclusão de parte da região no estado do Pará, o que justifica a mudança da sigla da região geoeconômica para Mapatobipa — compreendendo os estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Piauí e Bahia. Toda a região paraense que faz fronteira territorial e agrícola com os estados do Maranhão e Tocantins deve fazer parte do complexo geoeconômico do Mapatobipa, com isso acrescentam-se (...) aproximadamente mais 39 municípios do estado do Pará a uma região de 732 mil km<sup>2</sup> (...) Compreende 376 municípios, em 39 microrregiões, com uma população de aproximadamente 7,5 milhões de habitantes. Nada menos de 91% de seu território abriga os últimos grandes remanescentes de Cerrado, a savana mais biodiversa do planeta”, diz o parecer aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

No mês seguinte, o PLC 246 foi remetido à Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), onde teve nomeado como relator o deputado federal Coronel Chrisóstomo (PSL/RO). De acordo com consulta ao site da Câmara dos Deputados realizada em 22 de julho de 2022, o PLC 246 ainda encontra-se em análise na CINDRA. Caso seja aprovado nesta comissão, precisa tramitar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para então ser votado na plenária da Casa.

## DESINFORMAÇÃO

Os povos indígenas e comunidades do Tocantins também foram afetadas pela onda de desinformação sobre a vacinação contra a Covid-19 em 2021. O impacto foi tamanho que o estado criou uma lei para multar quem difundir fake news relacionadas à saúde pública.

**Virar jacaré** - Apesar de listada como prioridade no plano estadual de vacinação contra o coronavírus, mentiras espalhadas pelas redes sociais atrapalharam a imunização dos povos indígenas. Em entrevista ao [G1](#), a cantora e ativista Narúbia Werreria, da etnia Karajá, povo Iny, da Ilha do Bananal, disse que informações falsas sobre a eficácia da vacina levaram muitos indígenas a deixarem de se vacinar. “Chegam as mais absurdas. Que é um chip implantado pela China para controlar as pessoas; que as pessoas vão virar jacaré e até que se tomar a vacina as pessoas vão morrer [...] Ao invés de ter uma campanha pró-vacina, conscientizando, aqui é o contrário e o governo silencia”, contou. O plano estadual de vacinação contra o coronavírus previa imunizar quase 7.500 indígenas, porém, em agosto de 2021, sete meses após o início da vacinação, menos de 5 mil tinham sido totalmente imunizados.

**Multa para combater fake news** - Em julho de 2022, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou uma [lei](#) que estabelece “multa para quem divulgar, por meio eletrônico, notícias falsas ou fake news sobre epidemias, endemias e pandemias no estado do Tocantins”. A justificativa da autora, deputada Luana Ribeiro (PCdoB), é que “a publicação de notícias falsas como se fossem informações reais se espalha rapidamente, causando grande preocupação e comoção em toda a sociedade”. O texto cria mecanismos de punição, como multas, para desencorajar a propagação de informações inverídicas e maior consciência na população. De acordo com a lei, o valor da multa será de 50 a 500 UFIRs (Unidades Fiscais de Referência do Estado do Tocantins).

”

**“Em um grupo de Whatsapp, recebi uma fala de um político que dizia que as mudanças climáticas não tinham nada a ver com o desmatamento e que tal prática não alterava esta questão em nada. Eles colocaram como se o desmatamento fosse algo bom e que combatia a questão climática. Diziam que ‘tal região’ depois do avanço da produção agrícola, do agronegócio, apesar do desmatamento, começou a chover até fora de época. Na visão dele, ‘desbloqueou a temporada de chuvas.’”**

*Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Arraias/TO.*





”

“Esse movimento que fizeram [da boiada] mostra qual é o perfil do governo Bolsonaro e da importância que ele dá para a vida das pessoas. Já que isso foi dito num momento em que as pessoas estavam morrendo por coronavírus. A doença foi usada como instrumento político para passar projetos de interesse pessoal.”

*Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Arraias/TO.*

No monitoramento realizado pelo [Sinal de Fumaça](#) dos principais acontecimentos socioambientais desde a eleição de Jair Bolsonaro, destacamos três eventos no estado do Tocantins que revelam a natureza e concretizam as políticas do governo federal executadas com o apoio de parlamentares e autoridades locais.

## LINHA DO TEMPO



### MARÇO DE 2020: Covid-19: Em carta aberta, indígenas do Tocantins reivindicam plano de prevenção<sup>399</sup>

Vinte lideranças dos Povos Indígenas do Tocantins publicaram uma carta para reivindicar às autoridades “a ampliação e implementação do Plano de Ação de Prevenção e Combate ao Novo Coronavírus (Covid-19) para os Povos Indígenas do Tocantins<sup>400</sup>, elaborado pela ativista indígena Narubia Silva Werreria com base nas diretrizes nacionais da saúde indígena no período da pandemia. O grupo destacou a vulnerabilidade da população indígena frente ao vírus e frisou a necessidade de “ações urgentes e efetivas de prevenção” no combate ao coronavírus em áreas indígenas.



### NOVEMBRO DE 2021: Mulheres Xerente criam primeira brigada de mulheres contra incêndio<sup>401</sup>

No município de Tocantínia (TO), mulheres indígenas do povo Xerente criaram a primeira brigada feminina de combate a incêndios florestais do Brasil. A iniciativa partiu de moradores da aldeia Cachoeirinha. Em agosto, a comunidade sediou um curso formativo para 29 mulheres, com apoio da Prefeitura, do Serviço Florestal Americano e da Funai. Além do trabalho de combate ao fogo, o grupo também desempenha ações de educação ambiental na região. “É um trabalho de que todas nós, brigadistas, estamos gostando. É um aprendizado, pelo contato direto com as pessoas de idade, com jovens e crianças. Nesse trabalho cara a cara, mostramos a realidade e o que acontece com a natureza quando há fogo”, declarou Vanessa Xerente, de 33 anos, moradora da Aldeia Cachoeira Brejo de Ouro e chefe do Esquadrão da Brigada Feminina Xerente.



### JANEIRO DE 2022: Morre Josué Borori Txebuare Karajá, liderança indígena do povo Karajá Xambioá<sup>402</sup>

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) informou o falecimento de Josué Borori Txebuare Karajá, 75 anos, liderança indígena do povo Karajá Xambioá<sup>403</sup>. Segundo a associação, Borori foi vítima de um surto de gripe que atingiu diversas comunidades indígenas. Ele era cacique da Aldeia Hawa-Tymara, localizada na Terra Indígena Xambioá, município de Santa Fé do Araguaia (TO), fortemente afetada por um surto de casos de influenza e Covid-19 no início do ano. Atual sucessor e filho do cacique, Rubens Karajá relatou<sup>404</sup> que o surto gripal alcançou 90% da comunidade, que seguia sem remédios ou assistência da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) e contava apenas com um carro, sem manutenção, para buscar auxílio médico na cidade. Como servidor aposentado da Funai, o cacique Borori “teve atuação importante em vários processos históricos e políticos de seu povo, incluindo a luta pela demarcação da Terra Indígena Xambioá”, diz a COIAB em nota.

399 <https://www.sinaldefumaca.com/2020/03/31/covid-19-em-carta-aberta-indigenas-do-tocantins-reivindicam-plano-de-prevencao/>

400 <https://gazetadocerrado.com.br/wp-content/uploads/2020/03/plano-de-acao-preventiva-e-combate-do-covid-19-nos-povos-indigenas-to.pdf>

401 <https://www.sinaldefumaca.com/2021/11/01/mulheres-xerente-criam-primeira-brigada-de-mulheres-contra-incendio/>

402 <https://www.sinaldefumaca.com/2022/01/05/morre-josue-borori-txebuare-karaja-lideranca-indigena-do-povo-karaja-xambioa/>

403 <https://www.instagram.com/p/CYXZVCfMQEz/>

404 <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/novo-surto-de-influenza-e-covid-19-coloca-indigenas-da-regiao-norte-em-risco/>



”

**“A regularização das comunidades quilombolas e indígenas tem que ser prioridade. É preciso que o governo debata a questão da responsabilidade dos passivos ambientais, em qualquer lugar. As pessoas precisam ser responsabilizadas por isso. As áreas de preservação ambiental precisam ser mantidas intactas; para ter avanços, também será preciso pensar na garantia da terra, a gente só segue adiante se as pessoas tiverem aquilo que é delas.”**

*Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Arraias/TO.*

## **GOVERNO ESTADUAL: Renúncia de governador bolsonarista marca período no estado**

Em 2018, Mauro Carlesse (ex-PSL, atualmente no AGIR) foi reeleito governador do Tocantins com 57,27% dos votos válidos. Mauro Carlesse é empresário do agronegócio; começou a carreira política no PV, em 2011, quando foi presidente do Sindicato Rural de Gurupi (TO)<sup>405</sup>. Segundo o portal [G1](#), “Mauro Carlesse assumiu o poder executivo do Tocantins de forma inesperada em junho de 2018, sem nunca ter sequer sido cogitado como pré-candidato ao Palácio Araguaia. Ele era presidente da Assembleia Legislativa e acabou na cadeira de governador porque Marcelo Miranda (MDB) e Cláudia Lelis (PV), então governador e vice, foram cassados por decisão do Tribunal Superior Eleitoral. Os dois foram condenados por uso de caixa dois na campanha eleitoral de 2014. Após a cassação, Carlesse assumiu o mandato de forma interina e conseguiu se manter no cargo em uma eleição suplementar e depois novamente na eleição geral daquele ano. O governo dele foi marcado por polêmicas, a mais emblemática delas sendo a mudança no manual de conduta da Polícia Civil. O documento ficou conhecido como ‘decreto da mordça’ por proibir a divulgação de nomes de suspeitos de crimes e críticas a autoridades”.

Em 20 de outubro de 2021, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ)<sup>406</sup> ordenou, por unanimidade, o afastamento de Mauro Carlesse do cargo de governador por seis meses em função de suspeitas de pagamento de propina relacionada ao plano de saúde dos servidores estaduais, obstrução de investigações e incorporação de recursos públicos desviados. A partir dessa decisão do STJ, em março de 2022, a Assembleia Legislativa do Tocantins aprovou em primeiro turno a abertura de processo de impeachment contra Mauro Carlesse. Duas horas antes da votação em segundo turno que confirmaria o andamento do impeachment, Carlesse renunciou ao cargo<sup>407</sup>. Após a renúncia, o vice-governador Wanderlei Barbosa (Republicanos) assumiu de forma efetiva o cargo que ocupava interinamente desde outubro de 2021. O governador em exercício Wanderlei Barbosa começou a carreira como vereador em Porto Nacional (TO) e depois pela capital, Palmas, cargo que ocupou por sucessivos mandatos até 2010. Foi eleito duas vezes deputado estadual até compor a chapa com Carlesse na conturbada troca de governo no Tocantins em 2018<sup>408</sup>.

405 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/eleicoes-estaduais-mauro-carlesse-e-reeleito-governador-do-tocantins>

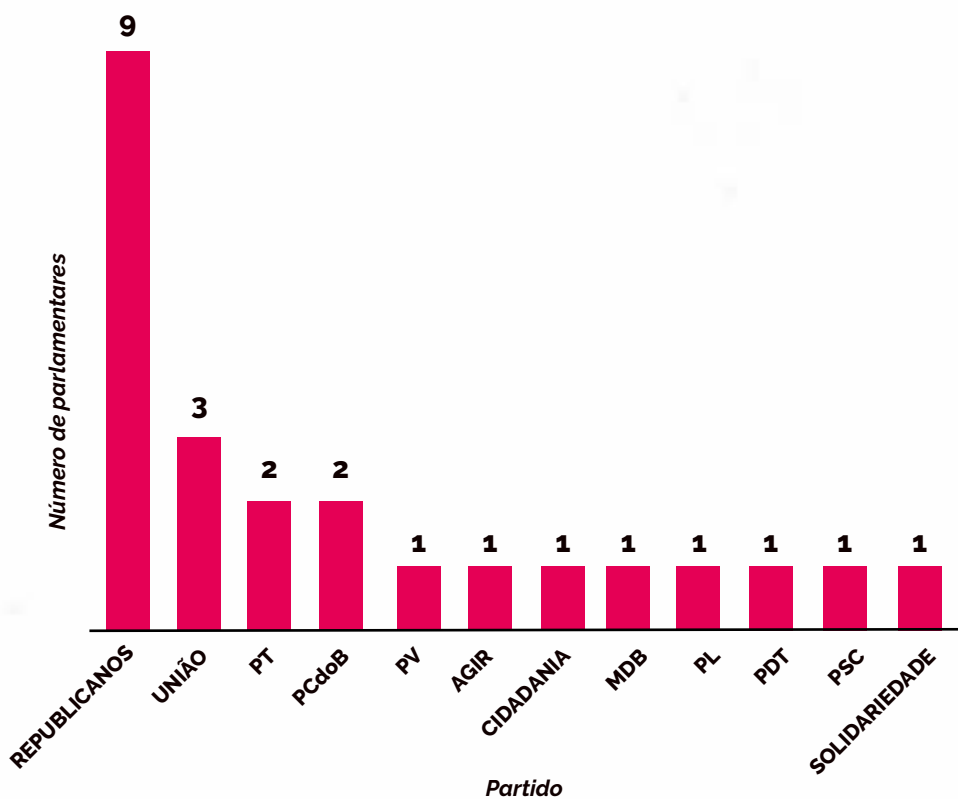
406 <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/10/20/stj-confirma-afastamento-do-governador-do-tocantins-por-seis-meses.ghtml>

407 <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2022/03/11/governador-afastado-do-tocantins-mauro-carlesse-renuncia-ao-cargo.ghtml>

408 <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/10/20/saiba-quem-e-wanderlei-barbosa-vice-que-assume-o-governo-do-tocantins-durante-o-afastamento-de-carlesse.ghtml>



A assembleia legislativa do Tocantins tem 24 deputados estaduais<sup>409</sup>, divididos da seguinte forma:



”

“O fato mais marcante foi ver o descaso do estado, do governo federal, com a natureza. Tem pesquisas que falam das mudanças climáticas, que apontam a questão dos desmatamentos, e o governo tenta desqualificar essa ideia. Isso é bem emblemático, chega a ser assustador. Eu não sei o que esse povo pensa, mas é claro o descaso deles para a questão ambiental. Mesmo a vida deles sendo também atingida, eles não prezam pela preservação.”

*Evandro Moura Dias, coordenador da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), Arraias/TO.*

## **A BANCADA DO TOCANTINS NO CONGRESSO NACIONAL: Proporção de votos favoráveis aos pacotes de destruição ambiental foi de 78,75% (75% com as abstenções); 62,5% dos deputados estão na Bancada Ruralista**

A bancada legislativa do Tocantins no Congresso Nacional conta com oito deputados federais e três senadores<sup>410</sup>. A maior parte, 75%, dos deputados votou alinhada com o governo Bolsonaro nos projetos chaves do Pacote da Destruição e foi favorável à aprovação da LOA 2022 com a destinação de verbas recordes para as emendas de relator (orçamento secreto).

409 <https://al.to.leg.br/perfil>

410 <https://www.congressonacional.leg.br/parlamentares/em-exercicio>



## Como votaram os Deputados Federais do Tocantins no Pacote da Destruição de Bolsonaro e na LOA 2022

*Nomes destacados em rosa compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) - Bancada Ruralista*

Dep. Federais	NOME/PARTIDO	GRILAGEM (PL 2633/2020) <sup>411</sup> 412 Plenária	LICENCIAMENTO <sup>413</sup> (PL 3729/2004) Plenária	MINERAÇÃO EM TIs <sup>414</sup> (PL 191/2020) Plenária - Urgência	DEMARCAÇÃO TIs (PL 490/2007) CCJ <sup>415</sup>	PL 19/2021 (LOA 2022) <sup>416</sup> Plenária
01	<b>Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO)</b>	A favor	A favor	A favor	x	A favor
02	Célio Moura (PT)	Contra	Contra	Contra	x	A favor
03	<b>Prof. Dorinha Seabra Rezende (União)*</b> <i>*atualmente licenciada mas participou de todas as votações aqui listadas; suplente: dep. Lazaro Botelho (PP)</i>	A favor	x	Contra	x	A favor
04	Dulce Miranda (MDB)	A favor	A favor	Contra	x	A favor
05	Eli Borges (PL)	A favor	A favor	A favor	x	Contra
06	<b>Osires Damaso (PSC)*</b> <i>*atualmente licenciado mas participou de todas as votações aqui listadas; suplente: Tiago Andriano (PSB)</i>	A favor	A favor	A favor	x	A favor
07	<b>Tiago Dimas (PODEMOS)</b>	A favor	A favor	A favor	x	A favor
08	<b>Vicentinho Júnior (PP)</b>	A favor	A favor	A favor	x	A favor

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa no site da Câmara dos Deputados e da [Frente Parlamentar da Agropecuária](#).

## Tocantins no Senado Federal

Os representantes do Tocantins no Senado são o senador Irajá (PSD), a senadora Kátia Abreu (PP) e o senador Eduardo Gomes (PL)<sup>417</sup>. Os três votaram a favor da PL 19/LOA 2022<sup>418</sup> e compõem a Frente Parlamentar Agropecuária.

411 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/chamadaExterna.html?link=https://www.camara.leg.br/internet/votacao/mostraVotacao.asp?ideVotacao=9924>

412 <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/veja-como-cada-deputado-votou-no-pl-da-grilagem/>

413 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=61505&itemVotacao=9604&ordenacao=UF>

414 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=64734&itemVotacao=10597&ordenacao=UF>

415 <https://www.camara.leg.br/presenca-comissoes/votacao-portal?reuniao=62049&itemVotacao=46481>

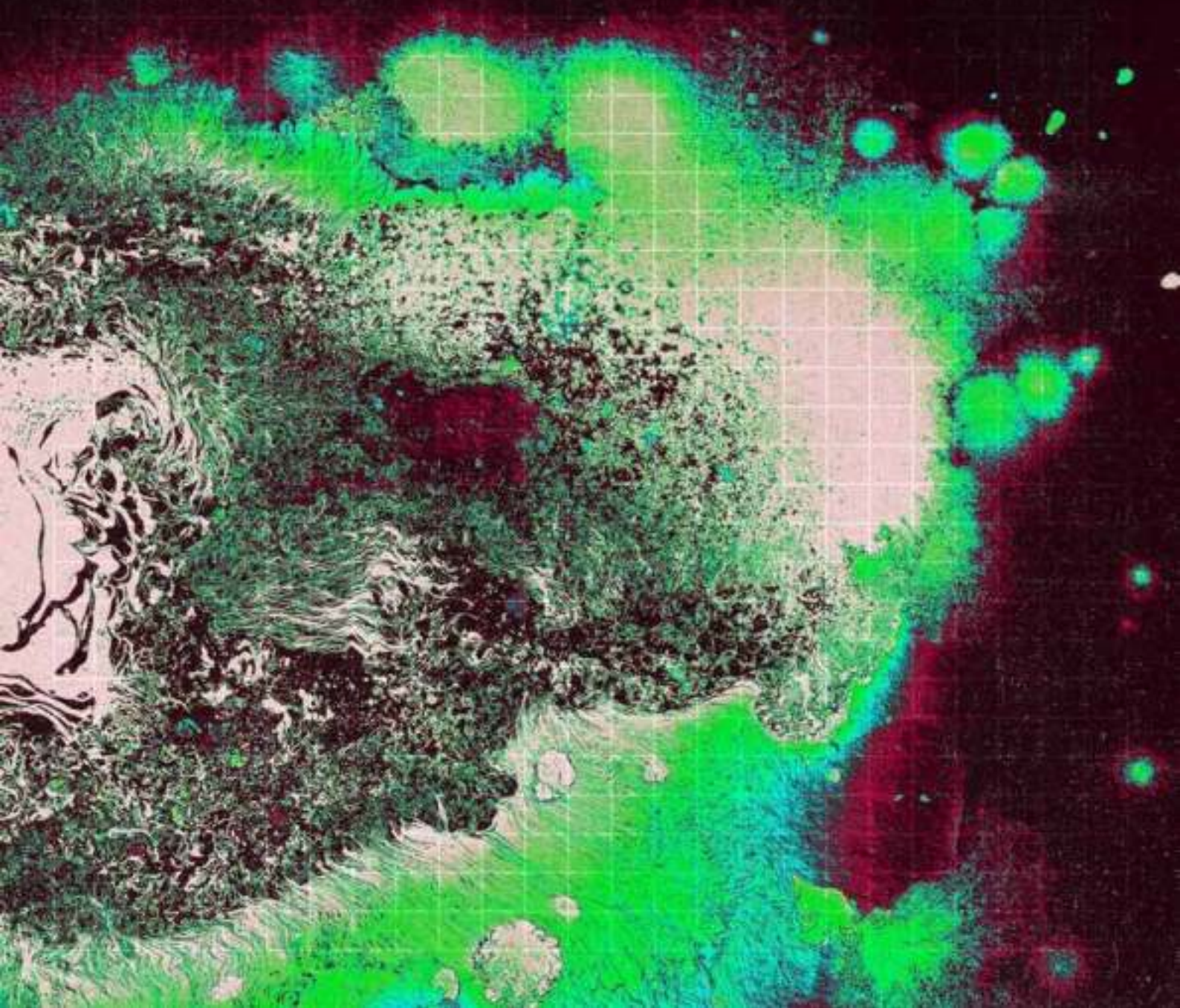
416 <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/confira-como-cada-parlamentar-votou-no-orcamento-de-2022/>

417 Licenciado; suplente em exercício senador Ogari Pacheco (UNIÃO)

<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/em-exercicio>

418 <https://interativos.g1.globo.com/politica/2019/como-votam/senado/brasil/projetos/orcamento-da-uniao-para-2022>

## 12. CONCLUSÃO





**O monitoramento realizado nos últimos quatro anos pelo Sinal de Fumaça detalha um quadro de colapso socioambiental na Amazônia Legal, acelerado mês a mês desde a vitória de Jair Bolsonaro.**

**A destruição foi operada com a ajuda de parlamentares federais, governadores, deputados estaduais e grandes compradores de produtos minerais, madeireiros e agropecuários.**

A curadoria de conteúdo do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil: Um raio-X dos 9 estados da região entre 2018 e 2022 informa como a 'boiada' promovida pelo governo federal se materializou a partir de suas bases de apoio nos estados da Amazônia Legal via conchavos políticos, crimes ambientais, fake news e propostas legislativas. Sem a pretensão de cobrir todos os problemas e projetos que impactam a região, o panorama aponta implicações desastrosas para os povos da floresta, do campo e da cidade, para a biodiversidade amazônica e para o equilíbrio climático do planeta, com base nos melhores dados disponíveis. Mostra ainda como a atuação dos movimentos populares, somada à produção de informações da sociedade civil e dos institutos de pesquisa, fez diferença e evitou que a situação fosse ainda pior — a editoria [Resistência](#) em nossa linha do tempo coaduna essa afirmação. Nosso levantamento, enfim, relata casos emblemáticos que ilustram como a política bolsonarista de uso da terra, movida a desinformação e discursos de ódio, está na raiz da explosão de violência contra as comunidades tradicionais em seus territórios.

**Os movimentos indígenas, sociais e de luta pela terra têm sido a linha de frente na resistência contra o fascismo na Amazônia. Apesar das ameaças e violências, as estratégias de mobilização pública, de articulação com a oposição parlamentar e de ações no judiciário reduziram os danos e atrasaram os planos legislativos da aliança entre a maioria ruralista no Congresso e o governo Bolsonaro.**

### **Eleições 2022: O destino do uso da terra e da justiça climática no Brasil**

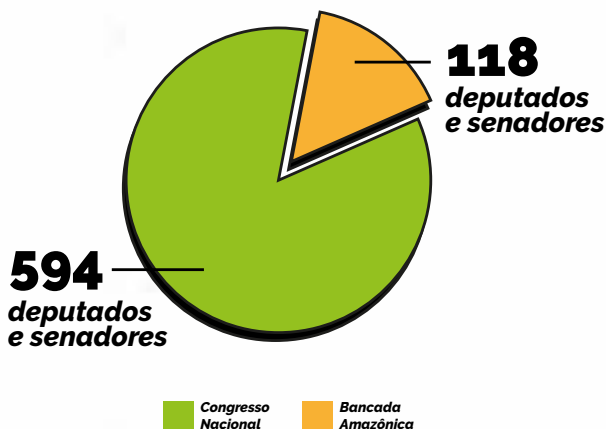
Antes e depois do resultado das urnas, este Guia apresenta uma amostra do que está em jogo em termos do patrimônio socioambiental brasileiro na Amazônia Legal. Até o pleito de outubro, ele funciona como base para jornalistas, membros da sociedade civil organizada e eleitores em geral questionarem candidatas e candidatos ao Congresso Nacional e ao governo federal, além de cobrar medidas urgentes para reverter o descontrole sobre o crime ambiental na região e garantir os direitos territoriais das comunidades ameaçadas. Depois das eleições, vários dos planos e políticas públicas baseadas em orçamentos e leis federais continuarão na mesa de negociações — ou seja, tramitando no Legislativo e alvo de negociações e barganhas entre executivo, parlamentares e forças políticas estaduais e locais.

Uma vez que as bancadas de deputados e senadores tomem posse, é importante seguir questionando parlamentares de todas as unidades da federação sobre as propostas com impactos na Amazônia Legal, já que é no Congresso Nacional que são efetivamente votadas e viabilizadas. O Guia também é útil para analisar políticas regionais de uso da terra e como as eleições para governadores e assembleias legislativas impactam os estados e povos tradicionais da Amazônia Legal. Os casos de leis e projetos estaduais relatados nesta publicação, e em diversos outros levantamentos feitos por pesquisadores e jornalistas, indicam que os espaços de poder institucional na região estão cada vez mais dominados por atores diretamente envolvidos no ciclo do desmatamento.

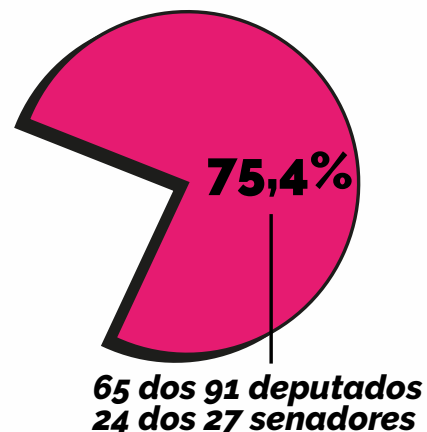


Embora sejam minoria e não tenham aprovado os projetos do Pacote da Destruição sozinhos, em 8 dos 9 estados da Amazônia Legal, a maioria dos deputados federais votou a favor de leis que incentivam a devastação socioambiental.

**Bancada Amazônica no Congresso Nacional**



**Parlamentares da Amazônia Legal que votaram a favor da Lei Orçamentária Anual 2022**



Apesar dos graves impactos da tramitação acelerada na Câmara dos Deputados e de alguns projetos terem chegado ao Senado, nenhum dos quatro PLs do Pacote da Destruição analisados neste Guia foi efetivamente transformado em lei até julho de 2022.

**Lembrete:** O monitor [De Olho nos Ruralistas](#) mostrou que, em abril de 2016, 83% dos 155 membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) votaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Em agosto de 2017, 72% dos membros da FPA apoiaram manter Michel Temer na presidência. Estes e outros dados mostram que a influência da bancada ruralista começou bem antes da gestão Bolsonaro. No atual governo, porém, o grupo parece ter assumido de vez o controle sobre o orçamento e o desenvolvimento do país. Em 2022, a [Frente Parlamentar da Agropecuária](#) conta com 280 membros.



## Pesquisas confirmam apoio majoritário de políticos ao desmonte ambiental

\* Um levantamento do site [\(\(o\)eco](#) divulgado em julho de 2022 avaliou como votaram deputados federais dos nove estados em cinco propostas de flexibilização de leis socioambientais em tramitação no Congresso: Urgência do PL 191/2020 (Mineração em Terras indígenas), PL 6299/2002 (PL do Veneno), PL 2510/2019 (transferiu aos municípios a definição das faixas de proteção ambiental em áreas urbanas); PL 2633/2020 (PL da Grilagem) e PL 3729/2004 (licenciamento ambiental). A reportagem mostra que, nos cinco projetos, mais da metade dos parlamentares votou a favor da flexibilização das leis ambientais<sup>419</sup>.

\* Em abril de 2022, uma [pesquisa](#) da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps) em parceria com a iniciativa Uma Concertação pela Amazônia analisou os votos dos 91 deputados federais da Amazônia Legal em sete projetos de lei socioambientais, incluindo os PLs 191, 3729, 2633 e propostas sobre regulação do mercado de carbono. A pesquisa atribuiu um ponto positivo para cada voto a favor de leis melhores e um ponto negativo para os contrários à proteção ambiental para, no final, calcular as médias por partido. Com as melhores pontuações, ficaram REDE e PSB; as piores notas foram para Avante, PP e PL.

\* Em 2021, segundo o [Climainfo](#), uma pesquisa ouviu 114 deputados federais e 17 senadores, além de assessores de outros 23 membros da Câmara e 5 do Senado, para mapear a posição do Legislativo sobre a questão climática. Embora 94% dos entrevistados declarassem ter "muito interesse" pelo tema, apenas 29% defenderam a fiscalização contra o desmatamento como medida prioritária para combater a mudança do clima no Brasil. Entre os partidários do governo Bolsonaro, apenas 42% afirmaram ter preocupação com esses temas, versus 68% registrados entre os opositores do presidente no Legislativo.

\* Nas eleições municipais de 2020, 118 candidatos a prefeito e vice-prefeito em municípios da Amazônia Legal constavam da "lista suja do Ibama" por infrações como desmatamento e queimadas, segundo pesquisa da [Agência Pública](#). Dos gestores municipais em exercício na época, 51 já tinham sido multados por infrações ambientais e 28 disputaram a reeleição. Após as eleições, a Pública divulgou [novo levantamento](#) indicando que 85 municípios brasileiros elegeram prefeitos ou vices multados por infrações ambientais. Cerca de um terço dos candidatos a prefeito e vice com multas que disputaram as eleições saiu vitorioso.

<sup>419</sup> Este levantamento foi divulgado no mesmo dia em que finalizamos a pesquisa para este Guia. Usamos outra metodologia para realizar os cálculos, incluindo ausências e abstenções.



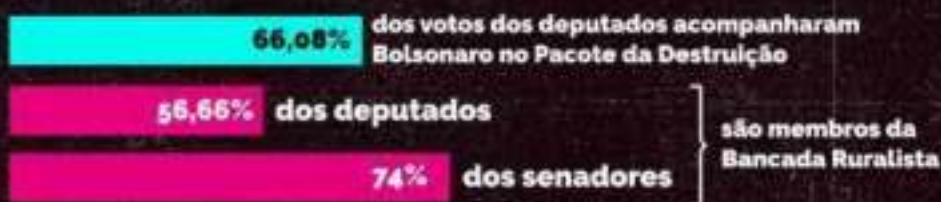


# AMAZÔNIA LEGAL E O FUTURO DO BRASIL

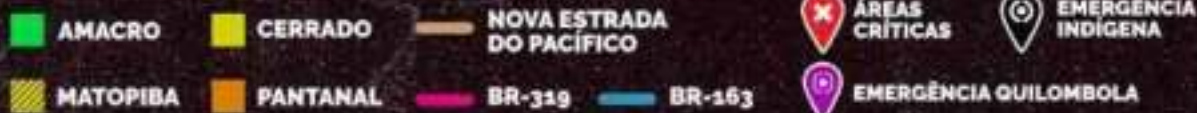


Bancada dos estados amazônicos no Congresso Nacional:

**118 parlamentares = 91 deputados + 27 senadores**

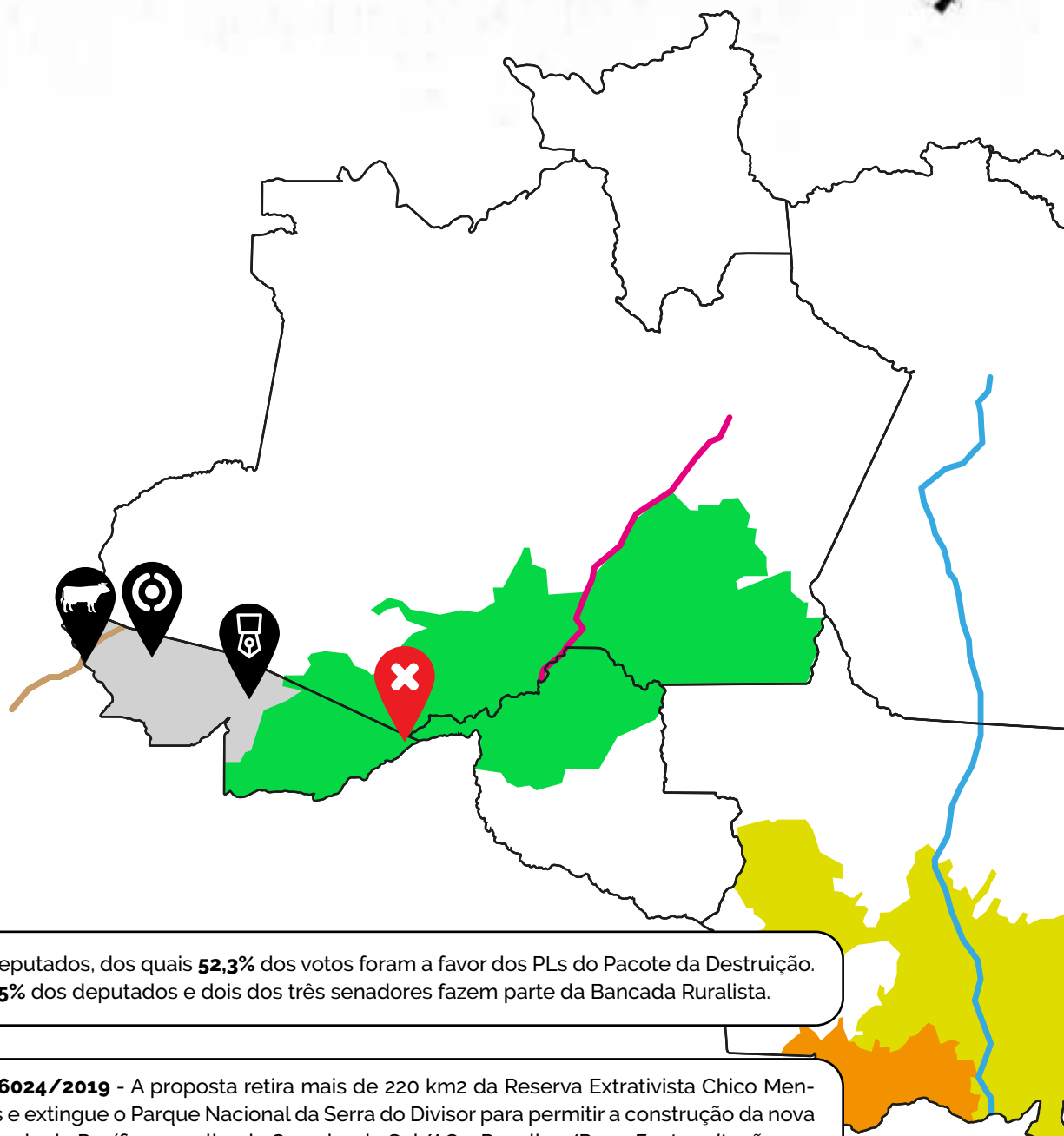


## PONTOS DE ATENÇÃO



# ACRE

Desmatamento  
em 2022: 392 km<sup>2</sup>



8 deputados, dos quais **52,3%** dos votos foram a favor dos PLs do Pacote da Destruição. **62,5%** dos deputados e dois dos três senadores fazem parte da Bancada Ruralista.



**PL 6024/2019** - A proposta retira mais de 220 km<sup>2</sup> da Reserva Extrativista Chico Mendes e extingue o Parque Nacional da Serra do Divisor para permitir a construção da nova Estrada do Pacífico, que ligaria Cruzeiro do Sul/AC a Pucallpa/Peru. *Em tramitação.*



**AMACRO** - Grilagem e desmatamento avançam em zona cobiçada pelo Agro entre o sul do Amazonas, o leste do Acre e o noroeste de Rondônia.



### Emergência Indígena

**Tis Nukini e Nawa** - Vivendo no entorno do Parque Nacional da Serra do Divisor, as comunidades estão ameaçadas pela possibilidade da construção da Estrada do Pacífico que cortaria a unidade de conservação e aumentaria as invasões e crimes ambientais em seus territórios;

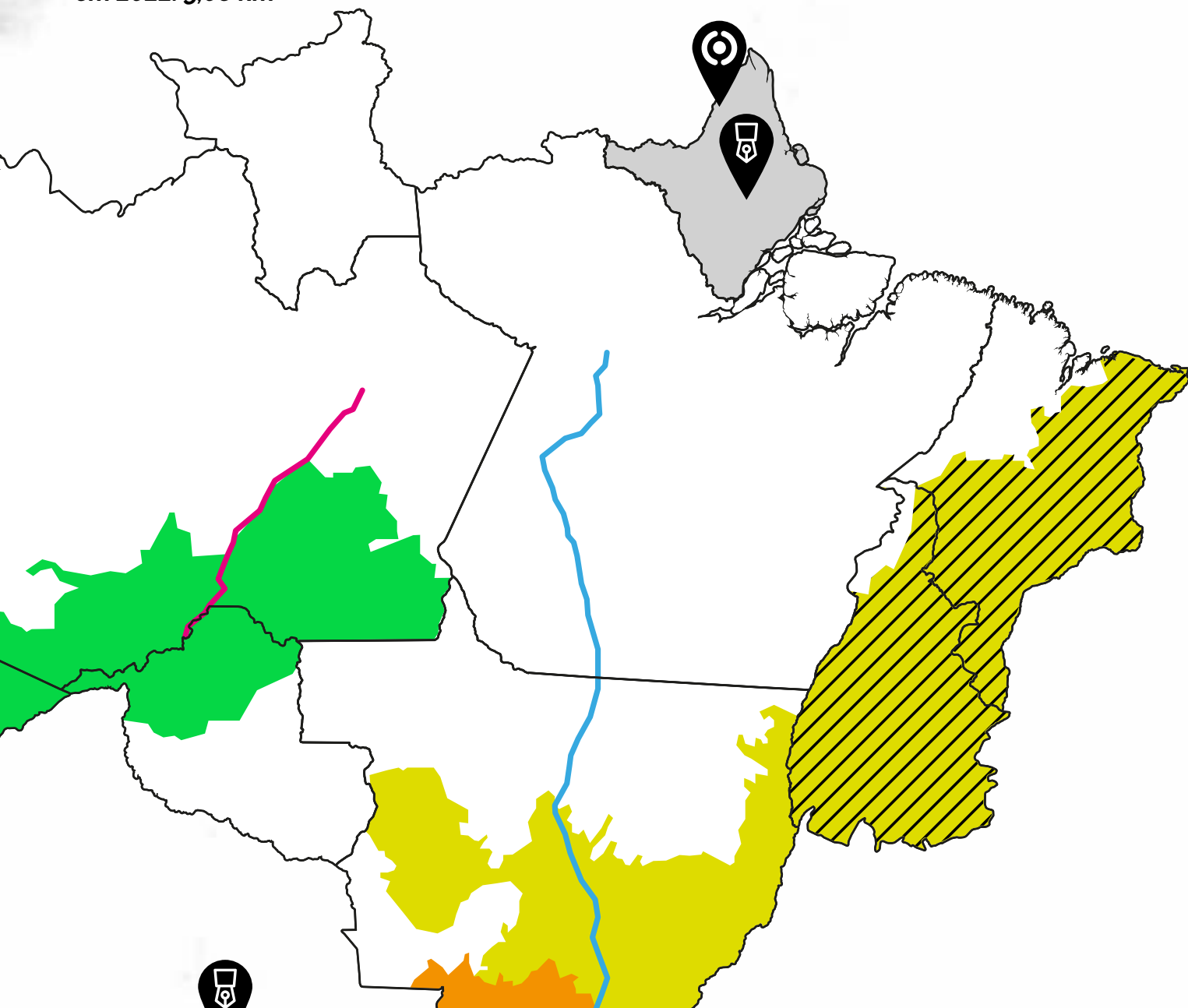
**Povo Ashaninka e outras 30 comunidades** que habitam a zona de fronteira estão ameaçadas pela reabertura ilegal da Estrada Nueva Italia - Puerto Breu (UC-105), no Peru.

*Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.*

*Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe*

# AMAPÁ

Desmatamento  
em 2022: 5,08 km<sup>2</sup>



8 deputados, dos quais **62,5%** dos votos foram a favor dos PLs do Pacote da Destruição. **25%** dos deputados e dois dos três senadores fazem parte da Bancada Ruralista.



### Emergência Indígena no Oiapoque e no Tumucumaque

Contaminação dos rios e peixes por mercúrio usado no garimpo ilegal provoca insegurança alimentar e impactos na saúde das comunidades indígenas da região.

Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.

[Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe](#)

# AMAZONAS

Desmatamento em  
2022: 2.285 km<sup>2</sup>

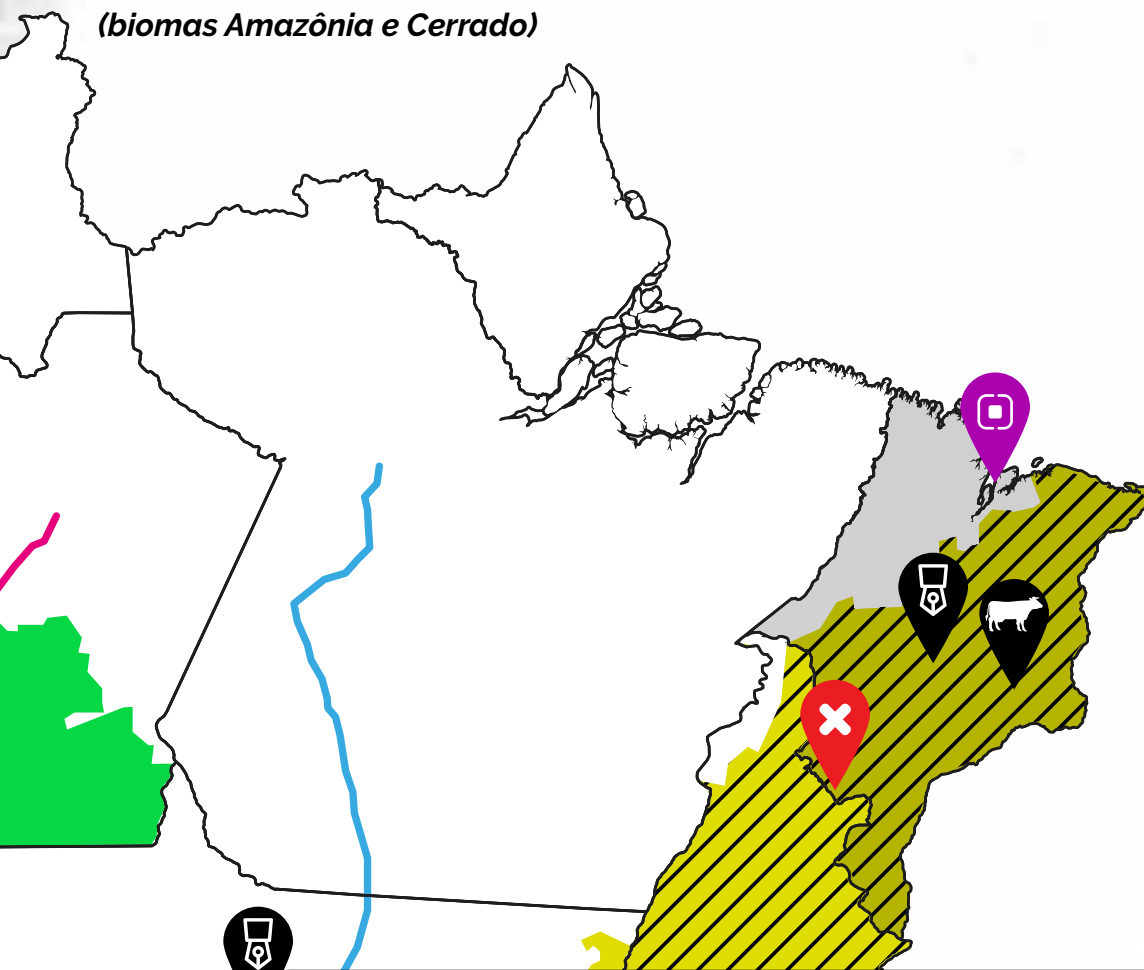


Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.

[Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe](#)

# MARANHÃO

Desmatamento em 2022: 1.353 km<sup>2</sup>  
(biomas Amazônia e Cerrado)



18 deputados, dos quais 72,25% dos votos foram a favor dos PLs do Pacote da Destruição. 50% dos deputados e dois dos três senadores fazem parte da Bancada Ruralista.

**Projeto de Lei Complementar 246/2020** - institui o Complexo Geoeconômico e Social do Matopiba, o que deve massificar as investidas do agronegócio contra o território. *Em tramitação.*

**MATOPIBA** - região que inclui partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e concentrou mais de 61% de todo o desmatamento no bioma Cerrado entre 2020 e 2021. Maranhão foi o estado com maior área desmatada (2.281 km<sup>2</sup>), seguido por Tocantins (1.710 km<sup>2</sup>). É considerada a fronteira de expansão da agropecuária no Brasil.

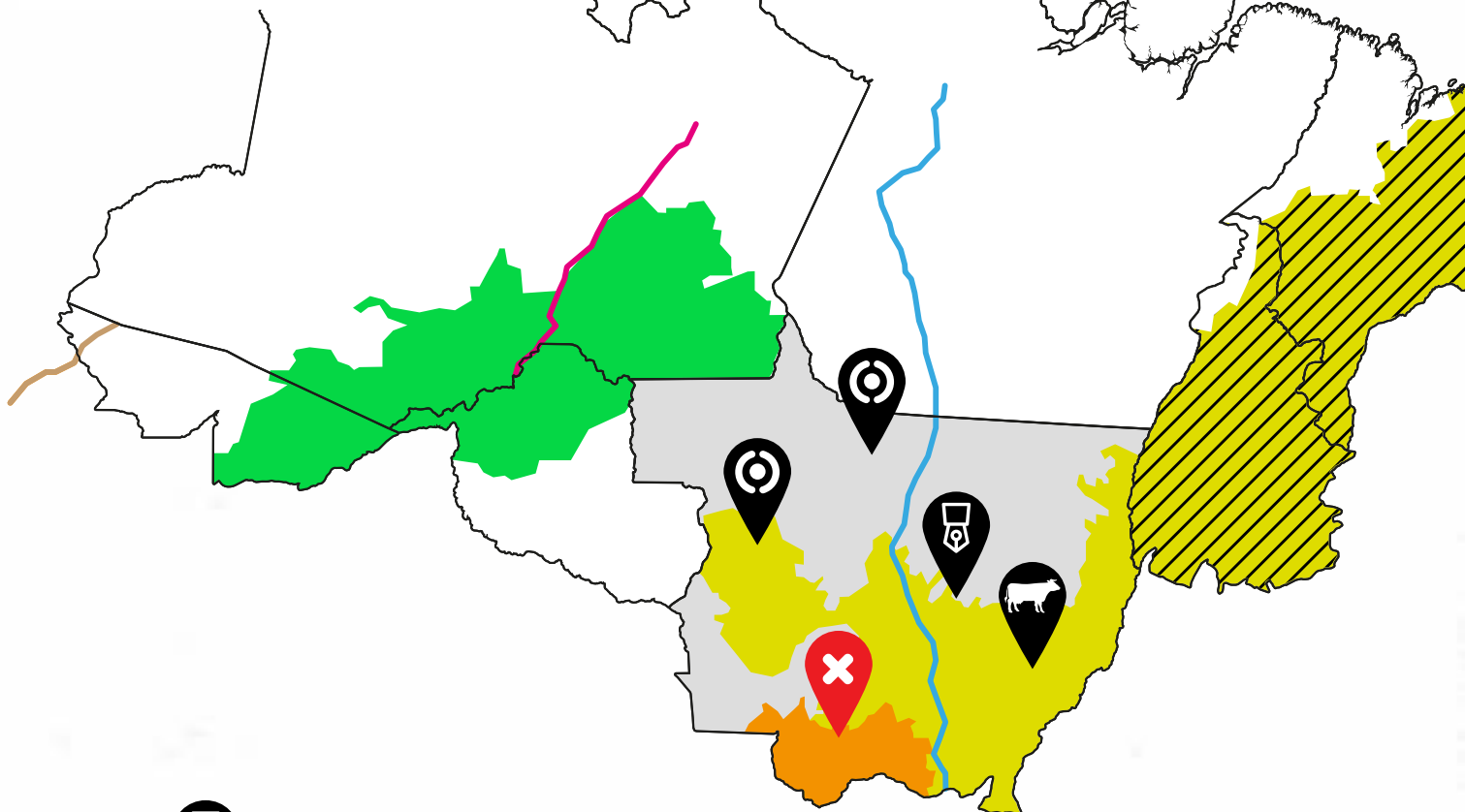
**Emergência Quilombola** - Ampliação da base aeroespacial do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) em parceria com os EUA pode implicar a remoção forçada de 30 quilombos afetando cerca de 2 mil pessoas.

Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.

*Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe*

# MATO GROSSO

Desmatamento em 2022: 1.912 km<sup>2</sup>  
(biomas Amazônia e Cerrado)



8 deputados, dos quais **76%** dos votos foram a favor dos PLs do Pacote da Destruição. **87,5%** dos deputados e dois dos três senadores fazem parte da Bancada Ruralista.



**Projeto de Lei 337/2022** - A proposta exclui formalmente o Mato Grosso da área da Amazônia Legal. Com isso, o estado pode alterar a aplicação do Código Florestal e ampliar a área a ser desmatada "legalmente". *Em tramitação.*



**Cerrado e Pantanal** - O desmatamento acumulado no estado alcançou 139.504 km<sup>2</sup>, equivalente a 58% do total para os dois biomas dentro da Amazônia Legal (2020).



## Emergência Indígena

**TIs Batelão e Enawenê-Nawê** - listadas entre as 10 terras indígenas mais ameaçadas pelo desmatamento no país no primeiro trimestre de 2022

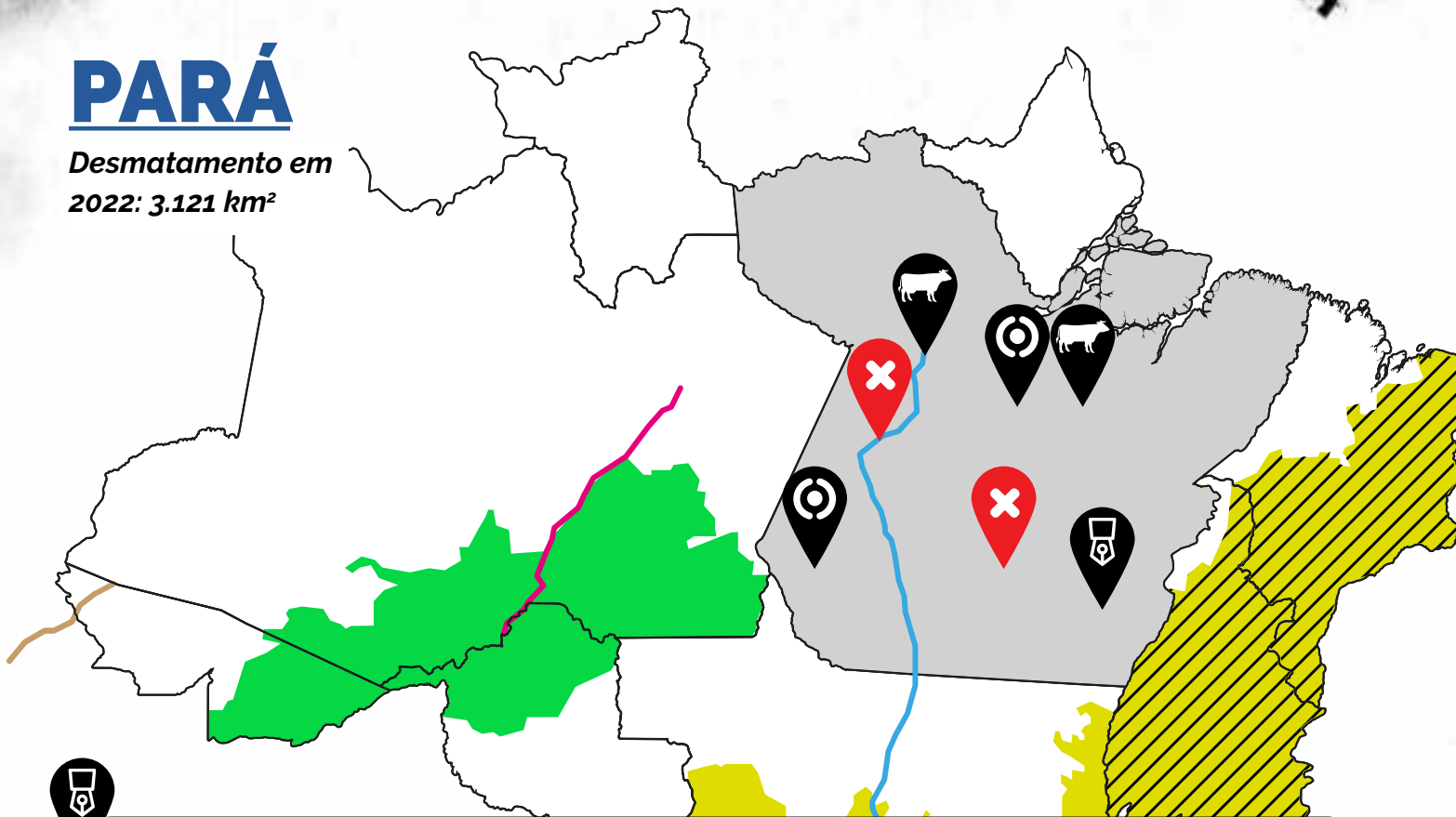
**TI Piripkura** - últimos sobreviventes Piripkura seguem ameaçados pela demora na demarcação definitiva. As portarias temporárias da Funai não protegem o território da grilagem e de queimadas criminosas.

Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.

[Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe](#)

# PARÁ

Desmatamento em  
2022: 3.121 km<sup>2</sup>



**17** deputados, dos quais **54%** dos votos foram a favor dos PLs do Pacote da Destruição. **47,5%** dos deputados e dois dos três senadores fazem parte da Bancada Ruralista.

**Projeto de Decreto Legislativo 508/2019** - apresentado por um amplo grupo de senadores, propõe realização de plebiscito pela criação do estado do Tapajós, o que dividiria o Pará, seus moradores e seus recursos naturais. *Em tramitação.*  
**Termo de Compromisso Ambiental entre a Norte Energia e o Ibama/ UHE Belo Monte** - Acordo que restringe o volume de água do rio Xingu para aumentar o nível do reservatório da Usina de Belo Monte. A redução na vazão do rio inviabiliza a pesca de subsistência de comunidades indígenas e urbanas e ameaça 80% das plantas e peixes da região. *Em contestação na justiça.*

**BR-163** - Palco do Dia do Fogo em 2019, o desmatamento no entorno da rodovia aumentou 359% no ano seguinte. Ninguém foi preso pela queima coordenada e ilegal de florestas na região. Em 2021, sem consultar povos como os Kayapó e os Panará, diretamente impactados pela obra, o governo federal levou a leilão o trecho Sinop (MT) - Miritituba (PA).  
**Xingu sob ataque** - Em três anos, 149 árvores foram derrubadas por minuto na região. O avanço da destruição florestal em Novo Progresso e São Félix do Xingu ameaça romper a conectividade do Corredor de Áreas Protegidas do Xingu, derrubando a última barreira entre o novo arco do desmatamento e a Amazônia Oriental.

## Emergência Indígena

**TI Munduruku:** Entre 2019 e 2021, o garimpo devastou 2.264 hectares da TI, um aumento de 269% nas áreas degradadas pela atividade ilegal. Em algumas aldeias, seis entre cada dez indígenas Munduruku apresentam níveis de contaminação por mercúrio acima dos limites seguros.

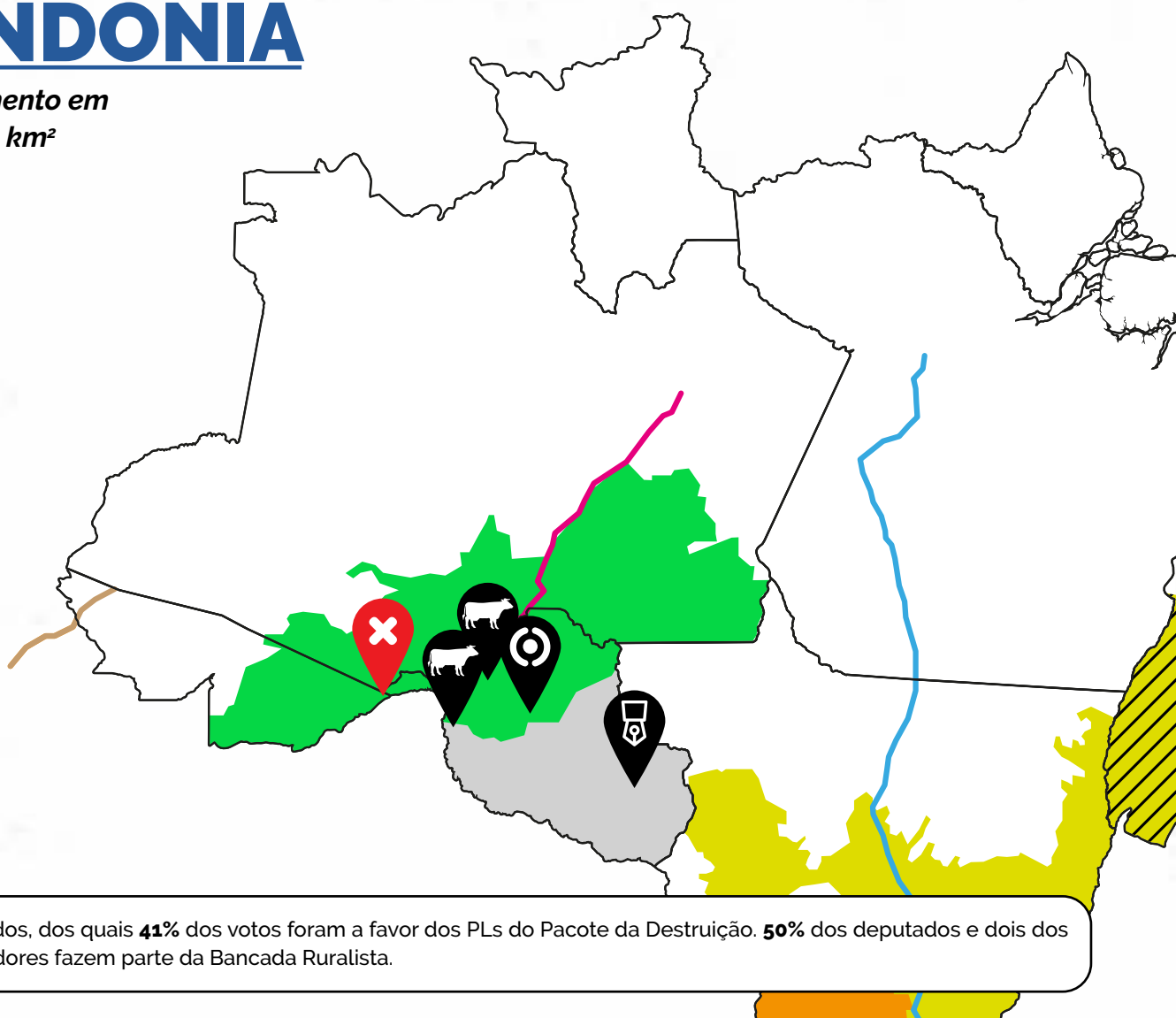
**TI Ituna-Itatá:** 84,5% do desmatamento registrado dentro da TI ocorreu entre 2019 e 2021. Cerca de 93% da área está registrada como propriedade privada no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A TI é um acesso importante para o complexo de 24 milhões de hectares de florestas do Mosaico da Terra do Meio, localizado entre os rios Xingu e Tapajós.

*Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.*

*Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe*

# RONDÔNIA

Desmatamento em  
2022: 1.185 km<sup>2</sup>



8 deputados, dos quais **41%** dos votos foram a favor dos PLs do Pacote da Destruição. **50%** dos deputados e dois dos três senadores fazem parte da Bancada Ruralista.

**Lei Complementar 1089/2021** - Aprovada em abril de 2021 pela Assembleia Legislativa, reduz em quase 220 mil hectares a Resex Jaci-Paraná e o Parque Estadual Guajará-Mirim, regularizando a grilagem e o desmatamento ilegal para a criação de gado. Em novembro do mesmo ano, o Tribunal de Justiça de Rondônia considerou a lei inconstitucional após ser acionado pelo Ministério Público Estadual.

**Lei 5299/2022**- Sancionada pelo governador Coronel Marcos Rocha (PSL) em 2022, a lei proíbe a destruição e inutilização de máquinas, veículos e outros itens apreendidos em ações contra o garimpo e crimes ambientais no estado. *Em contestação na justiça.*

**AMACRO** - Grilagem e desmatamento avançam em zona cobiçada pelo Agro entre o sul do Amazonas, o leste do Acre e o noroeste de Rondônia.

**Emergência TI Uru Eu Wau Wau** - Com mais 1,8 milhão de hectares, o território abriga nove povos indígenas, incluindo grupos de isolados. Sob crescente pressão de madeireiros e grileiros, os últimos anos têm sido de violência e ameaças contra as lideranças indígenas e movimentos sociais locais. O guardião da floresta Ari Uru Eu Wau Wau foi assassinado em uma emboscada em 2020.

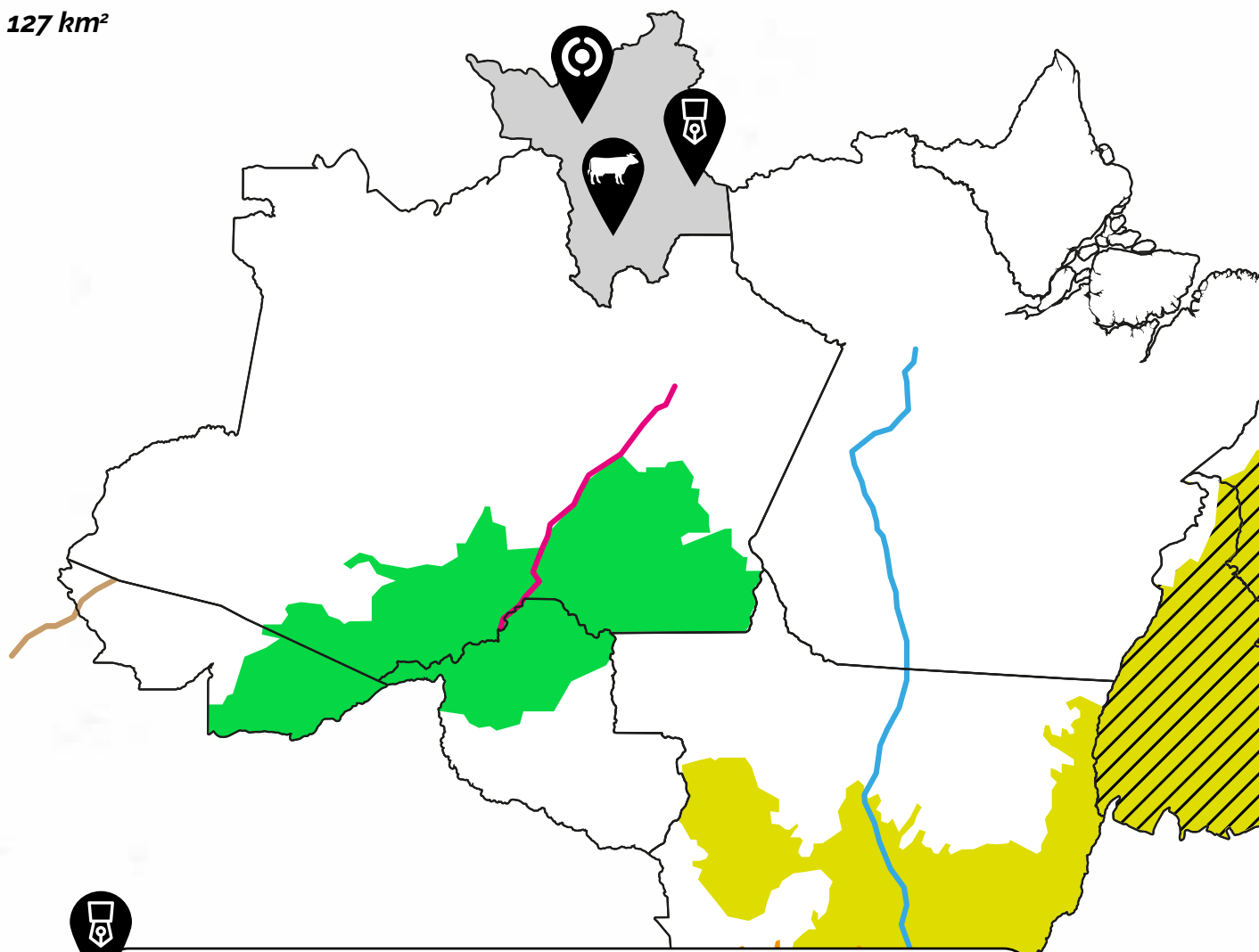
*Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.*

*Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe*



# RORAIMA

Desmatamento em  
2022: 127 km<sup>2</sup>



**8** deputados, dos quais **74,8%** dos votos foram a favor dos PLs do Pacote da Destruição. **75%** dos deputados e dois dos três senadores fazem parte da Bancada Ruralista.



**Lei 1.701/2022** - A Assembleia Legislativa de Roraima aprovou e o governador Antonio Denarium (PP) sancionou lei que proíbe os órgãos de fiscalização e a Polícia Militar de destruir bens particulares apreendidos em operações de combate ao crime ambiental. *Em contestação na justiça.*



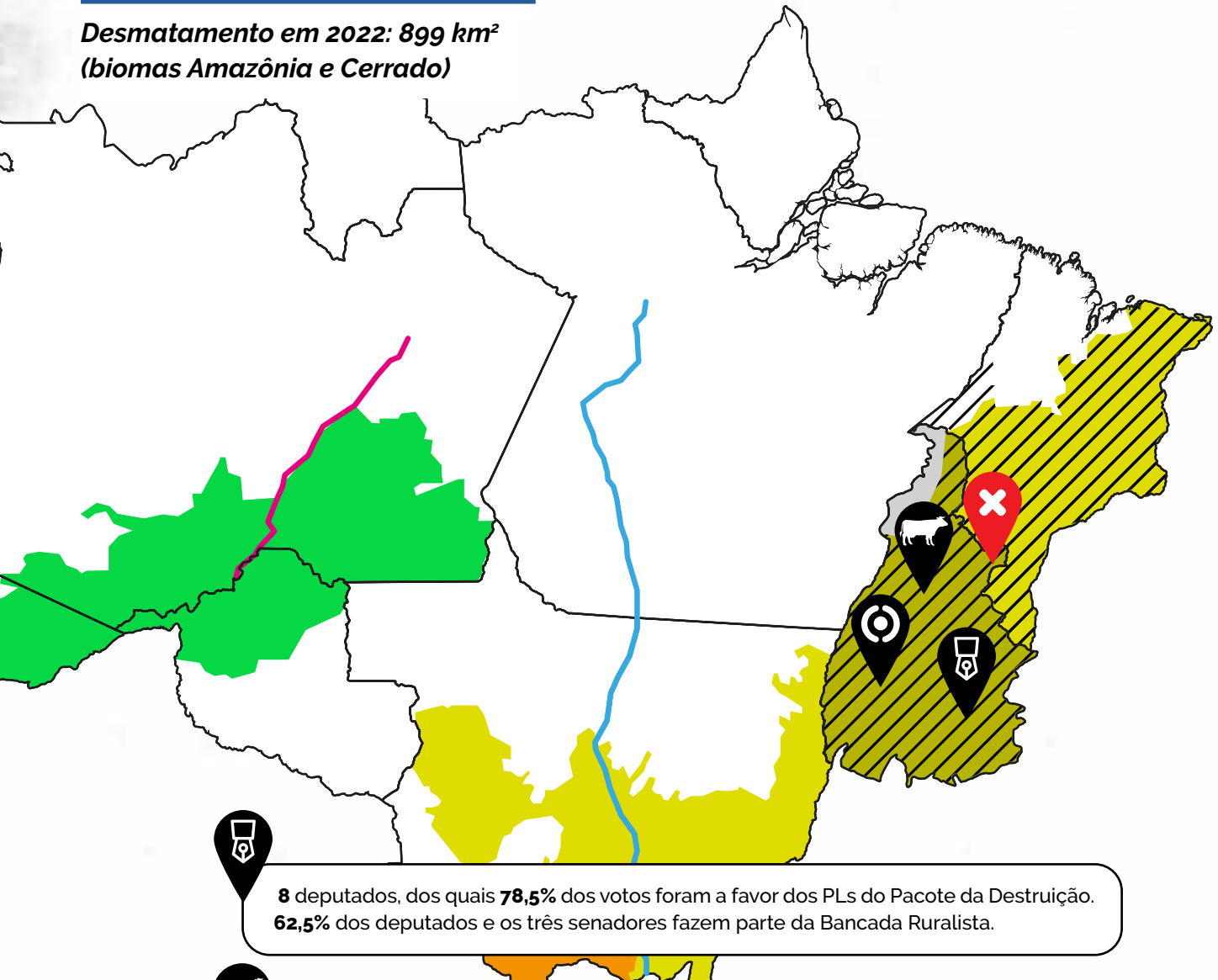
**Emergência TI Yanomami** - Entre 2018 e 2021, a área impactada pelo garimpo ilegal na TI dobrou de tamanho, alcançando 3.272 hectares. Além do desmatamento e da destruição dos rios, a invasão de garimpeiros acarretou uma explosão nos casos de malária e outras doenças e um recrudescimento assustador da violência contra os Yanomami. O número de comunidades afetadas diretamente chega a 273, abrangendo mais de 16 mil indígenas, ou 56% da população da TI.

*Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.*

*Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe*

# TOCANTINS

Desmatamento em 2022: 899 km<sup>2</sup>  
(biomas Amazônia e Cerrado)



8 deputados, dos quais **78,5%** dos votos foram a favor dos PLs do Pacote da Destruição. **62,5%** dos deputados e os três senadores fazem parte da Bancada Ruralista.



**PLC 246/2020:** institui o Complexo Geoeconômico e Social do Matopiba, o que deve massificar as investidas do agronegócio contra o território. *Em tramitação.*



**MATOPIBA** - região que inclui partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e concentrou mais de 61% de todo o desmatamento no bioma Cerrado entre 2020 e 2021. Maranhão foi o estado com maior área desmatada (2.281,72 km<sup>2</sup>), seguido por Tocantins (1.710,55 km<sup>2</sup>). É considerada a fronteira de expansão da agropecuária no Brasil.



**Emergência Ilha do Bananal** - Pressionada pelo avanço da soja, a área foi uma das mais destruídas entre as unidades de conservação do Cerrado e sofreu grandes queimadas em 2020. A Ilha do Bananal abriga as TIs Utaria Wyhyna/Iròdu Iràna, Inawebohona e Parque do Araguaia, com população aproximada de 3.500 indígenas.

Os casos aqui citados estão detalhados e referenciados ao longo dos capítulos do Guia Amazônia Legal e o Futuro do Brasil. consulte o respectivo estado para mais informações.

[Área sob alertas de desmatamento até 5 de agosto de 2022 - DETER - Inpe](#)



## EDITORIAL

# Amazônia: Conhecer e compreender para apoiar e proteger

Ao longo do monitoramento do Sinal de Fumaça, constatamos como a cobertura sobre a Amazônia Legal nos meios de comunicação acaba sendo desproporcional e fragmentada. Também percebemos que o agravamento da crise na região nos anos de governo Bolsonaro se refletiu, por um lado, em um maior volume de reportagens e notícias sobre o tema em todas as mídias e plataformas. Por outro, o desmonte da governança socioambiental pôs lenha na fogueira da desinformação e do negacionismo, o que se traduziu em um ambiente de descontrole sobre o crime na Amazônia. Mesmo com mais espaço e cobertura da imprensa, em geral, ainda ficamos sabendo dos fatos já consumados, como crônicas de tragédias anunciadas que ocorrem em "uma terra sem lei".

Como este Guia demonstra a partir de dados e depoimentos, a Amazônia Legal, que ocupa mais da metade do território nacional, não é um "imaginário distante", um "lugar selvagem" e, muito menos, uma "terra sem lei". É uma região imensa e diversa, com uma população heterogênea e enormes potenciais de desenvolvimento sustentável e igualitário, porém invadida e saqueada por um modelo extrativo-colonial de produção. As leis até existem mas nunca foram plenamente regulamentadas e respeitadas. A Amazônia Legal é a casa de quase 30 milhões de brasileiros que precisam de acesso a saúde, educação, saneamento, mobilidade, moradia, internet e segurança cidadã. É a própria vida de centenas de povos indígenas e comunidades tradicionais cujo direito à terra está cravado na Constituição Federal de 1988 — e que nunca, jamais, deveriam ser alvo de golpes baixos disfarçados de teses temporais aleatórias. A Amazônia é também um dos últimos grandes redutos de biodiversidade com possibilidade de salvar milhares de espécies da silenciosa extinção em massa que assola o planeta. É, acima de tudo, responsabilidade coletiva de todas as pessoas em todos os lugares em nome da estabilidade do clima global.

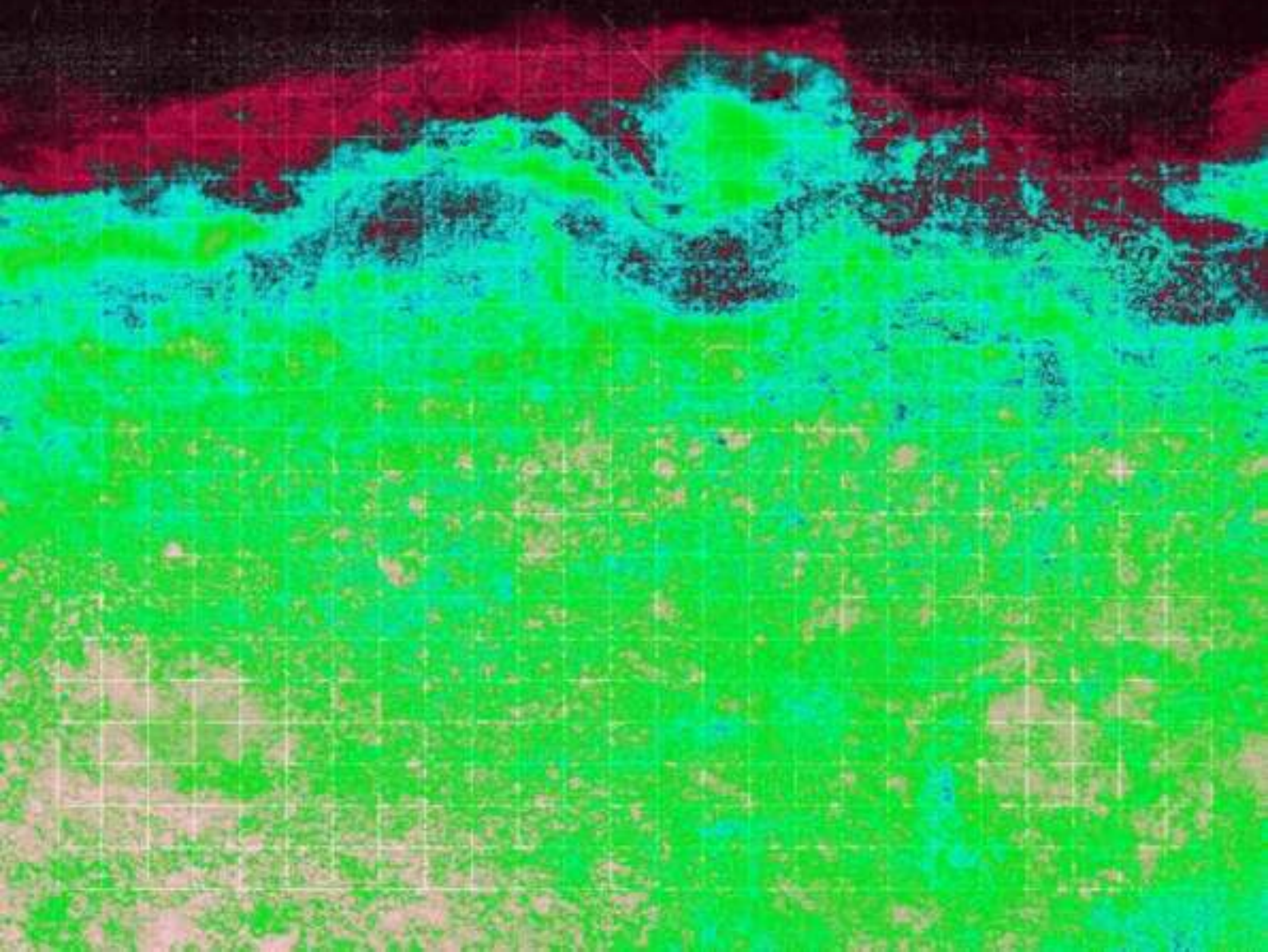
Precisamos urgentemente colocar o debate sobre a Amazônia no centro da agenda pública e política do país. Esse caminho afirmativo passa por ouvir e priorizar o que as organizações sociais e comunidades amazônidas, em sua amplitude de conhecimentos ancestrais e vivências contemporâneas, têm a denunciar e propor. As 19 entrevistas realizadas para produzir este Guia direcionaram nossa pesquisa e serviram como eixo na construção de cada um dos capítulos. Só com a escuta ativa de quem atua na região em defesa das florestas e seus povos enfrentaremos o racismo ambiental e a emergência climática, dois desafios inadiáveis para o Brasil ser feliz de verdade.

Oferecemos este Guia como uma pequena contribuição para que as pessoas interessadas possam conhecer e compreender melhor as múltiplas ameaças e potências da Amazônia e, assim, consigam apoiar e proteger o que resta da grande floresta. Esta é a maior missão da nossa geração.

*Rebeca Lerer, idealizadora e  
coordenadora do Sinal de Fumaça*



# 13. AGRADECIMENTOS E CRÉDITOS





## DEPOIMENTOS

A rodada de escuta nos nove estados foi feita entre maio e julho de 2022, de forma remota e exclusiva para o Sinal de Fumaça pelo jornalista [Leandro Barbosa](#). O roteiro de perguntas está no final deste Guia. A todas as pessoas que se disponibilizaram a responder nossas perguntas e orientar nossa pesquisa, muito obrigada pelo tempo, confiança e trabalho fundamental que realizam.

### ACRE

**Sarah Soares**, engenheira de dados do [Política por Inteiro](#), Rio Branco/AC  
**Tarisson Nawa**, indígena do povo Nawa, da TI no Parque Nacional da Serra do Divisor (PNSD), jornalista e assessor de Comunicação do [Podáli - Fundo Indígena da Amazônia Brasileira](#).  
Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/MN-UFRJ), Juruá/AC

### AMAPÁ

**Gil Reis**, diretor de comunicação do [Instituto Mapinguari](#), Macapá/AP  
**Isis Tatiane da Silva dos Santos**, presidente da [Associação de Mulheres Mãe Venina do Quilombo do Curiaú \(AMMVQC\)](#), ativista do movimento negro, cultural e ambiental no Amapá.

### AMAZONAS

**Carlos Durigan**, geógrafo e diretor da [Wildlife Conservation Society Brasil](#), Manaus/AM  
**Cláudia Baré**, pedagoga indígena, Manaus/AM  
**Armando Soares Filho**, indigenista aposentado da Funai com 38 anos de experiência, Lábrea/AM + **Marcelo Horta**, sociólogo, doutorando em geografia (Universidade Federal de Rondônia), especialista em indigenismo (Universidade Positivo/Opan), mestre em extensão rural (Universidade Federal de Viçosa), pesquisador do IFAM, Lábrea/AM

### MARANHÃO

**Karoline Ramos**, coordenadora e assessora jurídica do [Coletivo Re\(o\)cupa](#), São Luís/MA  
**Diogo Cabral**, [advogado popular](#), São Luís/MA





### MATO GROSSO

**Eliane Xunakalo**, assessora institucional da [Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso - FEPOIMT, TI Bakairi](#), Cuiabá/MT

**Alice Thuault**, diretora executiva do [ICV - Instituto Centro de Vida](#), Cuiabá/MT e Brasília/DF

### PARÁ

**Marlon Rebello**, jornalista do portal [Tapajós de Fato](#), Santarém/PA

**Ravi Veiga**, produtor no coletivo [Miga Sua Lôca Cultura Diversidade](#), Belém/PA

**Jucirlei Barbosa Rodrigues**, integrante da [Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba - AMIA](#) e conselheiro tutelar - Zona Rural, Abaetetuba/PA

### RONDÔNIA

**Ivaneide Bandeira Cardozo**, coordenadora de projeto, [Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé](#), Porto Velho/RO

**Profa. Amanda Michalski**, Seduc-RO, mestranda do PPGG-UNIR e assessora da [Comissão Pastoral da Terra](#), Porto Velho/RO

### RORAIMA

**Ciro Campos**, Instituto Socioambiental - ISA, Roraima

A outra pessoa entrevistada em Roraima não quis se identificar por razões particulares. Atua com questões socioambientais no estado há mais de 30 anos.

### TOCANTINS

**Evandro Moura Dias**, coordenador da [COEQTO - Coordenação das Comunidades Quilombolas do Tocantins](#), Arraias/TO

## FONTES

\*Além dos websites oficiais do governo federal, Congresso Nacional e governos estaduais, realizamos nosso monitoramento e parte da pesquisa e curadoria de conteúdo que embasou este Guia em veículos de imprensa nacionais, regionais, internacionais, comunitários e independentes; as reportagens e artigos são citados diretamente no texto ou indicados em notas de rodapé/ hyperlinks. A linha do tempo do Sinal de Fumaça também é uma forma de valorizar a produção jornalística sobre a crise socioambiental brasileira. Agradecemos pelas centenas de matérias que estão ajudando a documentar e construir a memória coletiva sobre este período no país.

\*Consultamos mais de uma centena de estudos, dossiês, relatórios, notas técnicas e análises produzidas por institutos de pesquisa, a maioria referenciada e citada ao longo do guia. Destacamos em especial o [Fatos da Amazônia 2021](#), lançado pela iniciativa [Amazônia 2030](#), que cruzou os melhores dados disponíveis e serviu de referência para vários dos infográficos desta publicação; o trabalho de pesquisa minucioso realizado pelo [Imazon](#) e de mapeamento do [MapBiomias](#), mais relatórios e notas técnicas produzidas por entidades da sociedade civil como a [CPT](#) e o [Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#), bem como todas as ONGs e pesquisadores que geram dados de qualidade em constante combate à desinformação sobre a região. O trabalho de vocês é imprescindível e de valor inestimável.

\*Nosso profundo respeito, agradecimento e solidariedade aos movimentos, organizações e redes indígenas, quilombolas, de trabalhadores rurais, ribeirinhos, feministas, LGBTQIA+, de redução da violência, de comunicação comunitária e tantos coletivos sociais locais e regionais que se organizam em resistência para narrar suas realidades e denunciar os ataques sistemáticos contra seus direitos que se agravaram nos últimos anos. Toda força à luta pela terra, pelos biomas, pelos direitos humanos e pela justiça climática.



## CRÉDITOS

**Criação, organização e redação:** Rebeca Lerer

**Curadoria de conteúdo e pesquisa:** Rebeca Lerer, Pedro Ribeiro Nogueira e Julia Alves

**Edição:** Pedro Ribeiro Nogueira

**Entrevistas:** Leandro Barbosa

**Revisão:** Cecília Zioni e Daniela Teixeira

**Produção:** Daniela Teixeira

**Coordenação gráfica:** Julia Alves

**Projeto gráfico e diagramação:** Gabriel Pasin

**Versão em inglês:** Coordenação e edição - Camilo Rocha; tradução - Ali Rocha e Maira Silva; revisão - Marianna Ollinger

**Assessoria de Imprensa e Relações Públicas:** Direção - Leandro Matulja; coordenação - Carolina Bressane; divulgação - Priscila Rosa de Oliveira, Julia Martins, Tchelo Gomez

**Planejamento e Criação:** Direção - Guilherme Maia; coordenação - Rebeca Lerer, Felipe Vaitsman e Marianna Souza; planejamento - Tayline Oliveira Santos; criação - Julia Alves, Pedro Ribeiro Nogueira, Marianna Ollinger e Gabriel Pasin; especialista em redes sociais - Leonardo Vitório

**Mídia:** Daniela Alves

**Business Intelligence:** Luis Sorroche

**Direção geral:** Letícia Zioni

**Gestão de projeto:** Guilherme Rocha

## Realização

LEM A +



**Agradecimentos especiais:** Elaíze Farias, Tica Minami, Délcio Rodrigues, Daniela L., Leandro Matulja, Márcio Rodriguez, Renata Neder, Serena Lerer, Renata Simões.

### SOBRE O SINAL DE FUMAÇA

[Sinal de Fumaça - Monitor Socioambiental](#) é uma linha do tempo interativa e bilíngue com foco na atuação do poder público e respostas da sociedade civil em temas relacionados à crise socioambiental brasileira. O projeto foi lançado no marco de dois anos das eleições presidenciais de 2018 para facilitar o monitoramento e compreensão das ações e omissões dos governos federal e estaduais na pauta socioambiental. A curadoria de conteúdo é feita por uma equipe independente de jornalistas e comunicadores a partir de notícias publicadas em portais da imprensa regional, nacional e internacional, canais oficiais de parlamentares e órgãos de governo na internet e nas redes sociais, websites de ONGs, institutos de pesquisa e movimentos da sociedade civil organizada, além do Diário Oficial. Cada postagem na linha do tempo informa a fonte original da informação; a atualização é semanal. A ferramenta possibilita ainda a criação de timelines personalizadas a partir de editorias, temas e personagens selecionados pelos usuários. Essa funcionalidade ajuda a conectar fatos, decisões e consequências sobre assuntos específicos. Desde maio de 2021, o Sinal de Fumaça abriu uma frente de trabalho em Nova York para articular, acompanhar e cobrir as relações Brasil-EUA nas pautas socioambientais. Ao apresentar tal monitoramento de maneira categorizada e referenciada, Sinal de Fumaça atua como espaço de preservação de memória e combate a fake news.



## Roteiro da coleta de depoimentos:

- 1- Em seu ponto de vista, o que piorou e o que melhorou em relação à política socioambiental na Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro?
- 2- Qual o pior projeto de lei ou legislação, no que tange a questão socioambiental, aprovado durante os últimos 3 anos?
- 3- Qual fato você considera mais emblemático na questão socioambiental durante os últimos 3 anos?
- 4- Em seu ponto de vista, como foi a dita "boiada" passando no seu estado?
- 5- Como você avalia a questão da violência no seu estado/cidade nos últimos 3 anos? (aqui pode relatar de crime organizado a outros tipos de violência)
- 6- Quais as propostas políticas que você espera que os candidatos apresentem na próxima eleição em relação à pauta socioambiental no seu estado?
- 7- Qual foi a principal fake news, a mais marcante, da política socioambiental que você percebeu no seu estado? Em qual canal de mídia você teve acesso a ela?
- 8- Qual influencer/Mídia que você segue no seu estado?
- 9- Quais as prioridades que você espera dos próximos governos em relação à pauta socioambiental?
- 10- Pensando em futuro, como você imagina que seria a política socioambiental ideal para a Amazônia?

